

TATIANE MACEDO COSTA

UM ESTUDO DIACRÔNICO DAS VARIADAS
REALIZAÇÕES DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA
IMPrensa BAIANA DOS SÉCULOS XIX E XX

*A DIACHRONIC STUDY ABOUT THE VARIED USES OF
THE ANAPHORIC DIRECT OBJECT IN BAHIA'S PRESS
AT NINETEENTH AND TWENTIETH CENTURIES*

CAMPINAS, 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

TATIANE MACEDO COSTA

UM ESTUDO DIACRÔNICO DAS VARIADAS REALIZAÇÕES
DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA IMPRENSA BAIANA
DOS SÉCULOS XIX E XX

*A DIACHRONIC STUDY ABOUT THE VARIED USES OF THE
ANAPHORIC DIRECT OBJECT IN BAHIA'S PRESS AT
NINETEENTH AND TWENTIETH CENTURIES*

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Linguística.

Dissertation submitted to the Institute of Language Studies of the State University of Campinas as partial requirement for obtaining the master's degree in Linguistics.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Charlotte Marie Chambelland Galves
Dissertation supervisor: Dr^a Charlotte Marie Chambelland Galves

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

C823u Costa, Tatiane Macedo, 1986-
Um estudo diacrônico das variadas realizações do
Objeto Direto Anafórico na imprensa baiana dos séculos
XIX e XX / Tatiane Macedo Costa. -- Campinas, SP :
[s.n.], 2012.

Orientador : Charlotte Marie Chambelland Galves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Português brasileiro. 2. Linguística histórica. 3.
Língua formal. I. Galves, Charlotte, 1950-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: A diachronic study about the varied uses of the Anaphoric
Direct Object in Bahia's press at nineteenth and twentieth centuries.

Palavras-chave em inglês:

Brazilian Portuguese

Historical linguistics

Formal language

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora:

Charlotte Marie Chambelland Galves [Orientador]

Maria Eugênia Lamoglia Duarte

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Data da defesa: 07-05-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Charlotte Marie Chambelland Galves

Ch. Galves

Maria Eugênia Lamoglia Duarte

Maria Eugênia Lamoglia Duarte

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Sonia Maria Lazzarini Cyrino

Maria Aparecida Corrêa Ribeiro Torres Morais

Juanito Ornelas de Avelar

IEL/UNICAMP
2012

À minha amada mãe, por tudo.

Agradecimentos

“Não tenho palavras pra agradecer Tua bondade
Dia após dia me cercas com fidelidade
Nunca me deixes esquecer
Que tudo o que tenho
Tudo o que sou
O que vier a ser
Vem de Ti Senhor”

O ato de agradecer significa reconhecer a importância do auxílio que recebemos das pessoas que passaram pelo nosso caminho. Por isso, começo agradecendo ao responsável por todas as coisas, aquele que é o meu refúgio e a minha fortaleza: Deus!

Agradeço à minha mãe, Elisabet, por ter sempre acreditado e orado por mim! Tenho certeza de que qualquer êxito que eu venha a conseguir nesta vida será fruto também da dedicação, da garra, da fé e da perseverança desta mulher incrível que me transmite valores e me ensina a correr em busca dos meus sonhos. Sou grata também ao meu segundo pai, Gildásio, por todo o apoio, e aos meus queridos irmãos, Wagner e Jaqueline, por sempre estarem ao meu lado e por serem meus exemplos de superação! Como extensão, agradeço aos meus cunhados, Tayala e Juninho, e aos meus sobrinhos, Maria Rita e Marcos, por comporem o ambiente familiar mais aconchegante que qualquer pessoa gostaria de ter.

À prof^a Charlotte Galves, não somente por ter aceitado me orientar, mas por ter acreditado em mim! Sem dúvida nenhuma, os acertos dessa dissertação são resultados da sua competência, do seu esforço e da sua incansável dedicação em nos guiar pelos caminhos da pesquisa. Agradeço por nossas conversas, por suas contribuições e, principalmente, por sua paciência e compreensão.

Aos professores Juanito Avelar e Sonia Cyrino, sou grata por terem aceitado o convite de participar tanto da banca de qualificação, quanto da banca de defesa dessa dissertação. Obrigada pela leitura do texto e pelas sugestões que foram fundamentais para direcionar as etapas finais dessa pesquisa.

Às professoras Maria Eugênia Lamoglia Duarte e Maria Aparecida Torres Moraes, linguístas reconhecidas por suas contribuições para os estudos da sintaxe do português, agradeço por terem gentilmente aceitado o convite para participar da banca examinadora.

Agradeço aos professores do Instituto de Estudos da Linguagem pelas discussões em sala, que tanto contribuíram para a minha formação enquanto linguísta, e aos funcionários da secretaria da pós-graduação, em especial, ao Cláudio, à Rose e ao Miguel, pela atenção com que sempre nos atendem.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro.

À família Santana Dorta por ter me hospedado em Campinas nas diversas vezes em que necessitei e, mais do que isso, por ter me dado suporte em uma cidade desconhecida, fazendo com que eu me sentisse sempre acolhida. Muita obrigada!

À prof^ª Telma Magalhães que, além de ter se tornado uma grande amiga, guiou os meus primeiros passos na pesquisa científica e me fez acreditar que era possível ir além.

À professora Cristiane Namiuti por ter revisado o meu projeto, antes mesmo de nos conhecermos pessoalmente.

Ao meu tio Jorge Macedo por ter acreditado em mim e por ter gentilmente me auxiliado sempre que necessário. Ao meu tio Damião Cirqueira por toda a ajuda e pelas diversas vezes em que me hospedou em sua casa, nos momentos em que estive em Salvador para realizar as coletas de dados para formação do *corpus* dessa pesquisa. Sou grata ainda às minhas queridas tias Marina, Edileuza, Maria José e Ciça, pela preocupação, pelas orações e pelo apoio.

À minha avó Neusa, aos meus tios e tias, aos primos e primas. Em especial, agradeço ao tio Benilton, à tia Elisangela e à minha querida prima Letícia por me

auxiliarem nos momentos de viagens com as sempre bem-vindas caronas e hospedagens. A toda a minha família, obrigada por tudo.

Agradeço aos meus amigos Francisco Meneses e Daiane Rodrigues por terem enfrentado o desafio da seleção de mestrado juntamente comigo e por terem partilhado das angústias e das alegrias desse processo.

À minha querida amiga Samile por todas as conversas, pelo apoio e pelos momentos de descontração que compartilhamos sempre que estou em Vitória da Conquista.

À querida Daniela Duarte por ser uma amiga tão especial e presente, mesmo na distância!

Agradeço aos professores e a todos os meus amigos e colegas da graduação em Letras Modernas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Aos queridos amigos Daniel Souza, Miguel Felipe, Guilherme Barreto, Júnior Ferro e Hugo Oliveira e às queridas amigas Eronildes Teixeira, Andréia Batista, Juliana Nonato, Thays Santana e Ingrid Michele.

À Fernanda Mendes e à Maria Cláudia pela amizade e pelos momentos felizes e desafiadores que partilhamos durante os cursos da pós.

À Cynthia Yano e ao Pablo Faria, sou grata por terem me ensinado com tamanha boa vontade a trabalhar com o *E-Dictor* e com a programação XML, pelas conversas e pelos momentos de descontração no laboratório.

Agradeço aos meus amigos e colegas da pós-graduação do IEL: Vinícius Massad, Marcos Pires, Gustavo Andrade, Moana Lima, Lívia Cucatto, Juliana Trannin, Cristina Prim, Aroldo Andrade, Lílian Teixeira, Aline Gravina, Juliana Santos, Raphael Augusto, Erick Marlis, Priscila Ishy, Flávia Orci, Fernanda Ávila e Fábio Ramos. Muito obrigada pelo apoio e pelas palavras de incentivo vindas de cada um de vocês.

À Ivana Ivo pelo carinho e por ter revisado o *abstract* e partes do meu texto.

Agradeço também à queridíssima amiga-irmã Crislayne Alfacalli pela amizade, pela paciência, pelo auxílio na busca por informações biográficas dos autores dos jornais e, principalmente, pelos momentos divertidos que vivemos juntas em Campinas. Dividir casa com uma pessoa tão iluminada e especial como você tem sido um presente de Deus.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu namorado e grande amigo Luiz Gabriel. Obrigada por sua compreensão nos momentos em que estive ocupada, pelo companheirismo, pelo incentivo e pela ajuda que me dispensou em diversos momentos. Sem você por perto, tudo teria sido mais difícil. Por isso, a você, todo o meu amor!

Resumo

Essa dissertação investiga, sob a perspectiva da linha gerativista diacrônica, as variadas realizações do objeto direto anafórico no Português Brasileiro, mais especificamente, no dialeto baiano, em textos jornalísticos publicados em periódicos que circularam na cidade de Salvador (BA). O *corpus* da pesquisa foi composto por sete jornais, distribuídos em três épocas distintas: de 1833 a 1850 (*Diário da Bahia*, *Novo Diário da Bahia* e *O Atheneo*), de 1898 a 1900 (*Correio de Notícias* e *Jornal de Notícias*) e de 1945 a 1948 (*Diário da Bahia* e *Diário de Notícias*). A partir da constatação obtida por diversos estudos sincrônicos (*cf.* Duarte (1986), Corrêa (1991), Averbug (2000), Magalhães (2006)), e diacrônicos (*cf.* Cyrino (1994)) de que há um aumento do uso de uma categoria vazia na posição de objeto em Português Brasileiro em decorrência da diminuição do uso de clíticos, objetivamos investigar as formas de realização do objeto direto anafórico em textos formais, no intuito de identificar se, nesse tipo de texto, tal mudança também se evidenciaria. Além de analisar as variadas estratégias de realização dessa posição, examinamos também os fatores que as condicionam, uma vez que estes também sofreram mudança ao longo do tempo (*cf.* Cyrino (1994), Figueiredo (2009)). A análise dos dados revelou que a mudança atestada nos estudos supracitados também se verifica na análise dos textos formais, apesar do seu caráter conservador e a despeito da norma culta influenciar o uso de determinadas formas gramaticais na escrita. Além de um aumento dos objetos nulos nos dados em detrimento do uso dos clíticos, a análise dos condicionamentos linguísticos mostrou que essa categoria tem sido utilizada ao longo do tempo em contextos cada vez menos restritos, sendo favorecida apenas pela correspondência sintática entre essa variante e o seu DP antecedente/ referente.

Palavras-chave: Objeto Direto Anafórico, Perspectiva Gerativista Diacrônica, Textos Formais.

Abstract

This dissertation investigates, from a diachronic generative perspective, the varied uses of the anaphoric direct object in Brazilian Portuguese, more specifically, in the dialect spoken in Bahia, in journalistic texts published in periodicals that circulated in Salvador (BA). The *corpus* of this research was composed by seven newspapers, distributed across three distinct periods: from 1833 to 1850 (*Diário da Bahia*, *Novo Diário da Bahia* and *O Atheneo*), 1898 to 1900 (*Correio de Notícias* and *Jornal de Notícias*) and 1945 to 1948 (*Diário da Bahia* and *Diário de Notícias*). From the finding obtained from various synchronic and diachronic studies (*cf.* Duarte (1986), Corrêa (1991), Cyrino (1994), Averbug (2000), Magalhães (2006)) that there is an increase in the use of an empty category in position of the object in Brazilian Portuguese, as a result of the declining use of clitics, we aim to investigate the ways to perform the anaphoric direct object in formal texts, in order to identify whether, in this type of text, such change would also be evident. Besides analyzing the various strategies of performing this position, we also examined the factors that influence them, since these factors also suffered change over time (*cf.* Cyrino (1994), Figueiredo (2009)). The data analysis revealed that the change attested on the mentioned studies also applies to the analysis of formal texts, despite of its conversationalist character and in spite of the standard use of language influences the use of certain grammatical forms in the writing. Besides an increase of null objects in the data over the use of clitics, the analysis of linguistic conditioning showed that this category has been used over time in contexts less and less restricted, being favored only by syntactic correspondence between this variant and its antecedent/referent DP.

Key words: Anaphoric Direct Object; Diachronic Generative Perspective; Formal texts.

Lista de Tabelas

Tabela 01 - Propostas de periodização da Língua Portuguesa - Mattos e Silva (1994).....	17
Tabela 02 - Propostas de periodização da Língua Portuguesa – Castro (2006).	19
Tabela 03 - Proposta de periodização revisitada – Galves (2010).....	23
Tabela 04 - Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto –Duarte (1986:28).	54
Tabela 05 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase.	112
Tabela 06 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase.	113
Tabela 07 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase.	115
Tabela 08 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).	121
Tabela 09 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).	123
Tabela 10 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).	125
Tabela 11 - Distribuição dos objetos nulos <i>versus</i> a animacidade do antecedente nos períodos em análise.	142
Tabela 12 - Distribuição dos clíticos <i>versus</i> a animacidade do antecedente nos períodos em análise.	144
Tabela 13 - Distribuição dos sintagmas nominais <i>versus</i> a animacidade do antecedente nos períodos em análise.	145
Tabela 14 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos <i>versus</i> a animacidade e a especificidade do antecedente na 1ª fase.	147
Tabela 15 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos <i>versus</i> a animacidade e a especificidade do antecedente na 2ª fase.	148

Tabela 16 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos <i>versus</i> a animacidade e a especificidade do antecedente na 3ª fase.....	149
Tabela 17 - Distribuição das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico <i>versus</i> a estrutura do DP.....	159
Tabela 18 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos <i>versus</i> o tipo de determinante presente no DP antecedente/ referente	161
Tabela 19 - Distribuição de posições nulas <i>vs.</i> preenchidas nos dados diacrônicos de Cyrino (1994) – CYRINO (1994:169)	167

Lista de Figuras

Figura 01 - Nova Proposta de Periodização – Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006).....	21
Figura 02 - Primeira página do jornal <i>Diário da Bahia</i>	78
Figura 03 - Primeira página do jornal <i>Novo Diário da Bahia</i>	80
Figura 04 - Primeira página do jornal <i>O Atheneo</i>	82
Figura 05 - Primeira página do jornal <i>Correio de Notícias</i>	84
Figura 06 - Primeira página do <i>Jornal de Notícias</i>	86
Figura 07 - Primeira página do <i>Diário da Bahia</i>	88
Figura 08 - Primeira página do <i>Diário de Notícias</i>	90

Lista de Gráficos

Gráfico 01 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase.	113
Gráfico 02 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase.	114
Gráfico 03 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase.	116
Gráfico 04 - Estratégias de realização dos objetos ao longo do tempo.....	117
Gráfico 05 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).	122
Gráfico 06 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).	124
Gráfico 07 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração).	127
Gráfico 08 - Distribuição da frequência de uso de sintagmas nominais anafóricos nos três períodos em análise.	132
Gráfico 09 - Distribuição da frequência de uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa nos três períodos em análise.	134
Gráfico 10 - Distribuição da frequência de uso de objetos nulos nos três períodos em análise.	137
Gráfico 11 - Distribuição da frequência de uso dos clíticos neutros, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais nos três períodos em análise.	139
Gráfico 12 - Distribuição dos objetos nulos <i>versus</i> tipo de sentença em que ocorrem.	154
Gráfico 13 - Distribuição dos sujeitos nulos x sujeitos preenchidos na diacronia – GRAVINA (2008: 101).	165
Gráfico 14 - Distribuição dos sujeitos x objetos na diacronia.	166
Gráfico 15 - Distribuição das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico na diacronia.	169

Sumário

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 01	07
1. QUADRO TEÓRICO	09
1.1. A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E A MUDANÇA LINGUÍSTICA	09
1.1.1. A Linguística histórica.....	09
1.1.2. A mudança linguística	11
1.1.3. A história do Português: propostas de periodização	15
1.1.4. A história do Português Brasileiro: propostas de periodização	25
1.2. O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	32
1.2.1. A variação das formas de preenchimento da posição de objeto direto anafórico.....	34
1.2.2. A Categoria Vazia em Posição de Objeto Direto.....	41
1.2.2.1. A natureza da categoria vazia em posição de objeto direto	41
1.2.2.1.1. Objeto nulo é uma variável.....	42
1.2.2.1.2. Objeto nulo é um <i>pro</i>	47
1.2.2.1.3. Objeto nulo é elipse.....	49
1.2.2.2 Condições de aparecimento da categoria vazia em posição de objeto.	52
1.2.3. O objeto nulo em perspectiva diacrônica: hipóteses sobre a mudança	59
1.3. RESUMO DO CAPÍTULO	63
CAPÍTULO 02	67

2. APRESENTAÇÃO HISTÓRICO-LINGUÍSTICA DO <i>CORPUS</i> E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS	69
2.1. REFLEXÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	69
2.1.1. Fontes de <i>corpora</i> para o estudo histórico da Língua	69
2.1.2. O jornal como fonte de pesquisa histórico-linguística	73
2.2. COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	76
2.2.1. Informações históricas sobre os periódicos da 1ª fase (1833-1849). ...	77
2.2.1.1. Diário da Bahia (1833-1838).	77
2.2.1.2. Novo Diário da Bahia (1837-1838).	79
2.2.1.3. O Athêneu (1849).	81
2.2.2. Informações históricas sobre os periódicos da 2ª fase (1898-1900). ...	82
2.2.2.1. Correio de Notícias (1898-1900).	82
2.2.2.2. Jornal de Notícias (1898-1900).	84
2.2.3. Informações históricas sobre os periódicos da 3ª fase (1945-1948). ...	86
2.2.3.1. Diário da Bahia (1945-1947).	86
2.2.3.2. Diário de Notícias (1945-1948).	88
2.3. METODOLOGIA PARA A PESQUISA	90
2.3.1 Classificação dos dados no <i>Corpus</i>	91
2.3. RESUMO DO CAPÍTULO	105
CAPÍTULO 03	109
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	111
3.1. Resultados gerais das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico em dados do dialeto Baiano	111
3.1.1. Resultados dos periódicos da primeira fase (1833-1850).	111
3.1.2. Resultados dos periódicos da segunda fase (1898-1900).	113
3.1.3. Resultados dos periódicos da terceira fase (1945-1948).	115

3.2. Resultados pormenorizados das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico em dados do dialeto Baiano	117
3.2.1. Resultados dos periódicos da primeira fase (1833-1850).	120
3.2.2. Resultados dos periódicos da segunda fase (1898-1900).	123
3.2.3. Resultados dos periódicos da terceira fase (1945-1948).	125
3.3. Análise e Discussão dos dados	128
3.3.1. Formas de realização da posição de objeto direto anafórico.	129
3.3.1.1. Pronomes Lexicais e Pronomes Demonstrativos	129
3.3.1.2. Sintagmas Nominais Anafóricos	131
3.3.1.3. Clíticos Acusativos (3ª pessoa)	133
3.3.1.4. Objetos Nulos	135
3.3.1.4.1. Clítico neutro ‘o’ x Objeto nulo sentencial	138
3.3.1.4.2. Condicionamentos linguísticos para o aparecimento do objeto nulo.....	141
3.3.2. Formas de realização dos objetos diretos anafóricos e a estrutura do DP.....	155
3.3.3. Amarrando as pontas: o estudo de fenômenos sintáticos e a sua contribuição para a periodização do Português Brasileiro.	162
3.4. RESUMO DO CAPÍTULO	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
ANEXOS	183

Introdução

A gramática do Português Brasileiro (PB), no âmbito dos estudos sintáticos, destaca-se por apresentar características que a distinguem das outras línguas românicas, dentre as quais podemos citar o chamado parâmetro *pro-drop*, a questão da queda dos clíticos, além da possibilidade menos restrita de ocorrências de objetos nulos. Em virtude disso, diversos trabalhos (*cf.* Galves (1984), (1989) [2001]; Cyrino (1994) (2006), Kato (1999), Magalhães (2006), Figueiredo (2009), entre outros) têm investigado o Português Brasileiro em comparação ao Português Europeu em quase todos os níveis da gramática, prioritariamente, no que concerne aos sistemas flexionais e pronominais, no intuito de identificar as diferenças entre essas duas variedades.

Os referidos trabalhos se baseiam em diferentes fontes de dados, tais como peças teatrais, obras literárias, transcrições de novelas, entrevistas, textos narrativos, dados de aquisição da linguagem, pois se acredita que em fontes de *corpora* baseados na língua falada ou em textos escritos considerados próximos a esta modalidade, a mudança gramatical tende a ser mais perceptível. Como resultado, as pesquisas supracitadas mostram que houve uma diminuição do uso de clíticos na variedade brasileira do Português, bem como um aumento dos objetos nulos, apesar de não serem unânimes em relação ao estatuto desta categoria no PB: ora classificada como *pro* (*cf.* Kato (1993), Galves (1989) [2001], dentre outros), ora como elipse de DP (*cf.* Cyrino (1994), Figueiredo (2009)).

Desse modo, o presente trabalho visa fornecer novos dados para a discussão acerca das estratégias de realização do objeto direto anafórico no PB, mais especificamente, no dialeto baiano, com base em textos escritos classificados como formais, fundamentado na hipótese de que se houve mudança na gramática de uma dada língua, os dados – independentemente do seu grau de formalidade - devem, pelo menos, fornecer pistas dessa mudança. Assim, esperamos que os textos jornalísticos analisados nesta pesquisa

apresentem resultados semelhantes àqueles encontrados pelas pesquisas baseadas em dados de fala ou em textos escritos que se aproximam dessa modalidade da língua, a saber: uma diminuição do uso de clíticos ao longo do tempo, bem como um aumento do uso de objetos nulos.

Essa pesquisa se insere na linha de análise gerativista diacrônica, segundo a qual a diminuição no uso de clíticos no PB e o conseqüente aumento do objeto nulo se constituem como espelho de uma possível mudança gramatical. Dessa maneira, o objetivo principal da pesquisa é explicitar quais são as formas de preenchimento e de apagamento da posição de objeto direto anafórico em dados históricos e formais, assim como analisar os fatores sintáticos e/ou semânticos que as condicionam.

No que concerne ao preenchimento, objetivamos, especificamente, avaliar se, além do uso de pronomes, a estratégia de preenchimento da posição de objeto por meio de sintagmas nominais anafóricos se manifesta de forma recorrente, tal como percebido para a posição de sujeito por Gravina (2008) em um estudo de artigos jornalísticos mineiros, nos mesmos períodos analisados por essa pesquisa. É importante ressaltar que a correlação com a pesquisa de Gravina (*op. cit.*) é fundamental não somente pelo fato de as duas pesquisas se alicerçarem em um mesmo tipo de *corpus*, mas também por essa correlação nos permitir avaliar a atestada assimetria envolvendo as posições de sujeito e de objeto no Português Brasileiro (*cf.* Tarallo (1993), Magalhães (2006)), em que enquanto o primeiro tende a ser mais preenchido, o último tende a ser mais apagado nessa língua.

Em relação ao objeto nulo, objetivamos verificar quais são os condicionamentos linguísticos para o aparecimento dessa categoria, levando em conta questões semânticas como a animacidade e a especificidade do antecedente (*cf.* Cyrino (1994)), bem como aspectos sintáticos que o licenciam. Ademais, analisamos se a estrutura do DP antecedente/ referente opera no licenciamento do objeto nulo.

O *corpus* desse estudo foi constituído por artigos jornalísticos retirados de periódicos publicados na cidade de Salvador (BA), em meados e fins do século XIX e meados do século XX, divididos em três fases: 1ª fase: *Diário da Bahia* (1833-1838), *Novo Diário da Bahia* (1837-1838) e *O Atheneo* (1849-1850), 2ª fase: *Jornal de Notícias* (1898-

1900) e *Correio de Notícias* (1898-1900), 3ª fase: *Diário da Bahia* (1945-1947) e *Diário de Notícias* (1945-1948).

A análise dos dados revelou que, nos três períodos sob investigação, a estratégia mais utilizada de realização da posição de objeto direto anafórico é o uso dos clíticos acusativos, resultado esperado em virtude do tipo de *corpus* com o qual trabalhamos. Como segunda opção, há uma preferência pelo uso do objeto nulo, seguido, por fim, do uso de sintagmas nominais. O uso de pronomes demonstrativos é extremamente baixo se comparado às outras opções de preenchimento, além de não ocorrer no *corpus* de artigos jornalísticos ocorrências de pronomes lexicais em posição de objeto.

Os resultados obtidos mostram ainda que, apesar de o clítico ser a estratégia mais recorrente nos dados das três fases analisadas, o seu índice de ocorrência tem diminuído ao longo do tempo, assim como tem crescido o índice de uso de objetos nulos, atestando sutilmente a mudança que diversos estudos sincrônicos (*cf.* Duarte (1986), Corrêa (1991), Averbug (2000)), e diacrônicos (*cf.* Cyrino (1994)) sobre o objeto direto anafórico no PB tem indicado.

A hipótese explicativa que levantamos para o índice ainda alto de uso dos clíticos e para o paulatino crescimento das ocorrências de objetos nulos se baseia na questão do tipo de *corpus* em análise, pois conforme afirma Lobo (2001), os textos escritos possuem um caráter geralmente conservador, o que impede que o registro das mudanças linguísticas ocorra no mesmo ritmo em que elas se processam na língua falada. Além disso, acreditamos que os altos índices de uso de clíticos encontrados nos dados se justificam também em virtude do uso dessa categoria em posição de objeto ser um indicador do domínio da norma culta e que esta, por sua vez, é mais atuante em textos formais do que na fala vernacular. Todavia, essa constatação e o caráter formal do *corpus* não impedem que encontremos reflexos de uma mudança gramatical nos dados, pois – conforme dito anteriormente – os mesmos revelaram uma diminuição de uso dos clíticos e um consequente aumento do objeto nulo ao longo dos períodos estudados.

Essa dissertação está organizada da seguinte maneira:

No capítulo 01, são abordados os conceitos de linguística histórica e de mudança linguística, seguidos dos pressupostos teóricos adotados nesta pesquisa e da

apresentação das propostas de periodização da história do Português e do Português Brasileiro. Ao final, é apresentada uma revisão bibliográfica dos trabalhos que trataram da questão do objeto direto anafórico no PB, seja em perspectiva sincrônica, seja em perspectiva diacrônica.

No capítulo 02, é desenvolvida uma reflexão acerca das fontes de *corpora* para o estudo histórico da língua e, mais especificamente, do jornal como fonte de pesquisa histórico-linguística. A seguir, são apresentados os periódicos em análise, com informações históricas sobre os mesmos. As informações biográficas sobre os autores dos artigos analisados são apresentadas em anexo. Essas informações são necessárias para que possa ser constituído um perfil social dos escritores dos jornais de meados e fins do século XIX e meados do século XX, por meio de informações sobre a nacionalidade, o grau de escolaridade, a data e o local de nascimento dos autores, de modo que haja a garantia de que as estruturas linguísticas em análise representem uma gramática tipicamente ‘brasileira’. Por fim, a metodologia de pesquisa adotada para a constituição do *corpus* e para a análise dos dados é descrita.

No capítulo 03, são expostos os resultados da pesquisa, bem como a análise e a discussão dos dados acerca das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico no Português Brasileiro em perspectiva diacrônica. Por fim, é realizada uma discussão sobre o estudo de fenômenos sintáticos e a sua contribuição para a história do Português Brasileiro, seguida das considerações finais sobre as conclusões a que essa pesquisa nos permite chegar sobre o tópico em estudo.

“Numa comunidade linguística o fenômeno mais importante é o contato e a conseqüente interação que daí resulta. Todo indivíduo aprende e modifica a sua língua em convivência com uma série de outros indivíduos. A imitação – salienta Jespersen – constitui o alfa e o ômega da vida linguística” (Serafim da Silva Neto, 1970: 366)

Capítulo 1

Este capítulo visa à apresentação, em linhas gerais, das concepções de gramática e de mudança linguística aqui adotadas, à descrição das propostas de periodização da língua portuguesa, inclusive da variedade brasileira, e da abordagem sobre o objeto direto anafórico desenvolvida pelas pesquisas até então realizadas, tanto na perspectiva sincrônica, quanto diacrônica, focalizando as formas de preenchimento da posição de objeto direto anafórico e a categoria vazia nessa posição. São expostas ainda questões que envolvem a natureza e o licenciamento dessa categoria vazia, com vistas a uma abordagem mais completa do fenômeno em questão.

1. QUADRO TEÓRICO

1.1. A MUDANÇA LINGUÍSTICA E A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Compreender a especificidade do português brasileiro tem sido um desafio no âmbito da linguística histórica, que busca explicá-la seja pela diferença que esta variedade apresenta em relação ao português europeu, seja pela semelhança com outras línguas, produto das relações de contato ocorridas no Brasil. A natureza desta investigação é fruto da busca pela compreensão da língua que, de fato, usamos. Para tanto, é de suma importância traçar os caminhos percorridos pelo português brasileiro desde a sua constituição com vistas a delinear as mudanças pelas quais esta variedade passou e tem passado, uma vez que a língua está em constante variação e mudança.

1.1.1. A Linguística histórica

A linguística histórica tem sido definida, tradicionalmente, como o campo da linguística que aborda a interpretação da mudança ao longo do tempo, seja ela fônica, mórfica, sintática e/ou semântico-lexical. Segundo Mattos e Silva (2008:08-09), “se podem admitir duas grandes vertentes na linguística histórica”, a saber: linguística histórica *lato sensu* e linguística histórica *stricto sensu*.

A linguística histórica *lato sensu*, na proposta de Mattos e Silva (1999; 2008), concerne às descrições e interpretações sincrônicas datadas e localizadas, por meio de trabalhos baseados em *corpora*. Já a linguística histórica *stricto sensu* se concentra na mudança linguística no tempo, levando em consideração fatores intralinguísticos ou estruturais e fatores extralinguísticos ou sócio-históricos. Em outras palavras, a linguística histórica *stricto sensu* é a que se debruça sobre o que muda nas línguas e como a mudança se efetua ao longo do tempo em que tais línguas são usadas. Ambos os conceitos, todavia, se diferenciam do conceito de linguística diacrônica abordado por Mattos e Silva (1999;

2008). Segundo a autora, a linguística diacrônica, tratando da mudança no tempo, se concentra no sistema ou na gramática, depreensões teóricas que subjazem às línguas históricas.

Esta distinção entre o diacrônico e o histórico também é tratada no artigo de Maria Clara Paixão de Sousa (2006), *Linguística Histórica*, em que a mesma considera ser fundamental compreender que “a ‘*linguística histórica*’ definiu-se, na herança estruturalista, como o campo dos estudos linguísticos que se ocupa da *dinâmica temporal-cronológica* dos processos linguísticos: ou seja, desenvolveu-se como ‘*linguística diacrônica*’” (SOUSA, 2006: 21, grifos da autora), no entanto, segundo a autora, a distinção entre sincronia e diacronia não recobre necessariamente a questão da historicidade.

Ao propor a abordagem da historicidade na esfera da linguística história, Paixão de Sousa¹ (2006) afirma que

partindo da definição ampla da linguística histórica como o estudo da língua *sob a chave do tempo* (...), teremos que reconhecer que a reflexão sobre a história das línguas guarda uma especificidade que a destaca das demais perspectivas sobre a linguagem: pois aí se trata de pensar *sobre* o Tempo – ou seja, estão implicadas as dimensões do tempo como conhecimento (PAIXÃO DE SOUSA, 2006:28, grifos da autora).

Dentro da perspectiva gerativa, o foco de investigação da linguística histórica é o campo da sintaxe histórica que pode ser dividido em duas subáreas: (i) o estudo das gramáticas de línguas do passado e (ii) o estudo das mudanças nas gramáticas atestadas nos registros históricos. A primeira é considerada como um ramo da sintaxe comparativa que visa reconstruir, através de evidências em textos, as gramáticas de línguas sem falantes vivos e corresponderia, portanto, à linguística histórica *lato sensu* na proposta de Mattos e Silva (1999; 2008). No que concerne à segunda - linguística histórica *stricto sensu* na terminologia de Mattos e Silva (1999; 2008) - o problema da instabilidade diacrônica da sintaxe e da transição entre gramáticas constituem o cerne da investigação.

¹ Para uma discussão mais detalhada da questão da historicidade como problema fundante da linguística histórica, remeto o leitor ao artigo de Maria Clara Paixão de Sousa (2006), *Linguística Histórica*, no Livro *Linguagem, História e Conhecimento – Introdução às Ciências da Linguagem*.

De acordo com Kroch (2001), as duas subáreas não podem ser separadas totalmente na prática, uma vez que o estudo da transição entre gramáticas implica no conhecimento dos estágios inicial e final das gramáticas envolvidas, na nomenclatura de Chomsky (1986). Deste modo, é de interesse para a linguística em geral que o aspecto diacrônico da sintaxe histórica seja estudado, uma vez que nesse domínio a sintaxe histórica contribui para a formação de um conhecimento das línguas existentes, não disponível na perspectiva sincrônica.

Assim, diante das variadas abordagens que o termo *linguística histórica* engloba, o presente estudo se constitui como uma investigação diacrônica da sintaxe histórica do Português Brasileiro, por meio da análise do dialeto baiano. Para tanto, é fundamental estabelecer a concepção de gramática adotada, uma vez que é a partir deste conceito que definiremos a nossa compreensão de mudança linguística².

1.1.2. A mudança linguística

A concepção de gramática com a qual trabalhamos está baseada nos pressupostos da teoria gerativa que, como um campo de análise linguística, se baseia na compreensão da competência linguística dos falantes, numa abordagem inatista. No quadro desta teoria, assume-se que os seres humanos são dotados inatamente de um conhecimento rico e estruturado que guia a criança no processo de aquisição de uma língua, a Gramática Universal (GU). A partir do modelo de Princípios e Parâmetros, propõe-se que a GU é composta tanto por Princípios, quanto por Parâmetros (*cf.* Chomsky (1986)). Enquanto os primeiros seriam responsáveis por aquilo que é invariante nas línguas naturais, os Parâmetros seriam responsáveis pela possível variação entre elas.

Segundo Sousa (2006),

² Sabe-se que o termo mudança linguística engloba diversos tipos de mudança: fônica, mórfica, sintática e/ou semântico-lexical. Nesta pesquisa, abordamos especificamente a mudança que ocorre no nível da sintaxe, denominada como mudança gramatical.

o objeto da linguística para o gerativismo não está na estrutura, mas na *possibilidade de se gerarem as estruturas*, ou seja, a gramática. A dimensão do heterogêneo nas línguas humanas está localizada, neste quadro, em diferentes instanciações da faculdade da linguagem: ou seja, gramáticas particulares não são *transmitidas*, e nem devem ser confundidas com o conjunto das estruturas possíveis – a aquisição da linguagem, para os gerativistas, é um processo no qual as gramáticas *amadurecem* a partir do contato da criança com a experiência linguística. Nesse contexto, a evidência empírica da *mudança linguística* tem colocado problemas profundamente desafiadores para os gerativistas (SOUSA, 2006: 40 – grifos da autora).

Nesta perspectiva, Chomsky (1986) agregou ao termo *gramática* dois conceitos: Língua-I e Língua-E. Segundo o autor, a Língua-I corresponde à competência mental adquirida no processo de aquisição da linguagem e está associada ao conceito de gramática.

Resumindo, temos o seguinte quadro geral. A faculdade da linguagem é um sistema distinto da mente/cérebro, com um estado inicial E_0 comum à espécie (numa primeira aproximação, com exceção de casos patológicos, etc.) e aparentemente exclusiva dessa espécie no que diz respeito aos aspectos essenciais. Dada experiência apropriada, esta faculdade passa de um estado inicial E_0 para um estado final relativamente estável E_s , que, então, sofre apenas modificações periféricas (como, por exemplo, aquisição de novo vocabulário). O estado atingido incorpora uma Língua-I (é o estado em que se tem ou se conhece uma língua-I particular). A GU é a teoria do E_0 ; as gramáticas particulares são teorias das várias línguas-I. As línguas-I que podem ser atingidas com o E_0 fixo e a experiência linguística variável são as línguas humanas atingíveis, em que ‘língua’ significa agora Língua-I (GONÇALVES, A. & ALVES, A. T. 1994: 44-45).³

A língua-I ou a Gramática Internalizada é um objeto teórico, enquanto que os dados de língua-E correspondem a um objeto empírico a ser interpretado (*cf.* GALVES, NAMIUTI e PAIXÃO DE SOUSA (2006)). Desse modo, é a partir dos dados de Língua-E

³ No original: Summarizing, then, we have the following general picture. The language faculty is a distinct system of the mind/brain, with an initial state S_0 common to the species (to a very close first approximation, apart from pathology, etc.) and apparently unique to it in essential respects. Given appropriate experience, this faculty passes from the state S_0 to some relatively stable steady state S_s , which then undergoes only peripheral modification (say, acquiring new vocabulary items). The attained state incorporates an I-language (it is the state of having or knowing a particular I-language). UG is the theory of S_0 ; particular grammars are theories of various I-languages. The I-languages that can be attained with S_0 fixed and experience varying are the attainable human languages, where by ‘language’ we now mean I-language (CHOMSKY, 1986: 25 e 26).

que se busca levantar hipóteses sobre a competência linguística dos indivíduos, ou seja, a Língua Interna. Para tanto, usa-se como metodologia a intuição dos falantes. Todavia, ao se trabalhar com dados históricos é necessário investigar as pistas de Língua-I deixadas num conjunto de dados pela Língua-E, uma vez que não é mais possível dispormos de testes de intuição. Assim, na linguística histórica, a língua-E é constituída pelo conjunto de textos a que temos acesso, ou seja, pelos *corpora* utilizados e é somente com base na análise de um conjunto robusto de dados que será possível dizer, portanto, se houve ou não mudança paramétrica em uma língua.

A teoria da mudança, dentro do quadro teórico da teoria gerativa, ganhou destaque com o trabalho precursor de Lightfoot (1979), para quem a criança constrói sua gramática a partir do que possui de inato (princípios da Gramática Universal) e a partir da experiência, ou seja, do que ela ouve. Para este autor, “a criança não tem acesso direto à gramática de seus pais (...) e, conseqüentemente, a gramática da criança não é necessariamente a mesma que a de seus pais” (CYRINO⁴, 2007: 361). Dessa maneira, a mudança gramatical se dá quando a criança opta por uma análise divergente daquela da gramática dos seus pais, resultante da exposição da criança às novas experiências detonadoras, gerando uma reanálise gramatical. A mudança na perspectiva deste autor não é endógena, ou seja, interna à própria gramática.

Considerando, pois, que a aquisição de linguagem nessa perspectiva se dá de maneira natural, guiada pelos Princípios da Gramática Universal, a mudança se explica por diferenças na marcação paramétrica. Esta relação aquisição/ mudança gramatical, que parece injustificada num primeiro momento, se fundamenta na proposta teórica de que a mudança é na verdade fruto de uma alteração na marcação de parâmetros no período de aquisição da linguagem. De acordo com Sousa (*op. cit.*),

partindo da teoria da sintaxe gerativa, a mudança no valor de um único parâmetro pode alterar profundamente a lógica das possibilidades de geração de estruturas – ou seja, a mudança em um determinado ponto chave re-organiza e possibilita uma nova gramática. Isso significa que nesse caso, há uma mudança de gramática no

⁴ O texto de Cyrino (2007) apresenta um resumo bastante explicativo das propostas de mudança gramatical apresentada por três grandes autores da linguística histórica na perspectiva gerativa diacrônica: David Lightfoot, Anthony Kroch e Ian Roberts.

espaço de uma geração. A geração da mudança, nessa hipótese, terá tomado uma gramática nova (por definição diferente da gramática anterior) (SOUSA, 2006: 38).

“Contrariamente a Lightfoot, Anthony Kroch tem, por sua vez, proposto que a mudança começa com uma alteração na gramática, o que faz com que haja mudança nas frequências. A mudança na gramática seria causada pela transmissão imperfeita” (CYRINO, 2007: 362). Segundo Kroch (2001), a mudança linguística é, por definição, uma falha na transmissão de traços linguísticos com o passar do tempo, cujas causas são endógenas. Estas falhas, no que concerne aos traços sintáticos e gramaticais, parecem ocorrer no curso da aquisição da linguagem, sendo definidas por falhas no aprendizado, em que diante de um conjunto de dados linguísticos iniciais, nem todos os falantes vão afluir para a mesma gramática. Kroch (2001) ressalta, todavia, que esse entendimento é limitado, visto que a nossa compreensão da relação entre a evidência apresentada ao aprendiz e a gramática adquirida é ainda imprecisa.

Kroch (2001) afirma que *os casos mais estudados de desvio de mudança sintática de longo tempo são os mais plausíveis de competição de gramáticas (ou seja, diglossia sintática) na qual as formas em competição podem se diferenciar no registro social, com uma variante vernacular lentamente guiando uma variante escrita para fora de uso*⁵. Esses casos de variantes em competição na mudança sintática são similares à evolução de *morphological doublets* (cf. Kroch, 1994), pois em ambos os casos, a coexistência de formas variantes é diacronicamente instável: uma forma tende a guiar a outra para fora do uso e, portanto, para fora da língua⁶.

Dessa maneira, para Kroch (1989), quando uma língua muda, simplesmente adquire uma gramática diferente. Isto acontece quando a evidência para a fixação de um

⁵ No Original: “The best-studied cases of long-term syntactic drift are most plausibly cases of grammar competition (that is, syntactic diglossia) in which the competing forms may differ in social register, with an unreflecting vernacular variant slowly driving a conservative written on out of use” (KROCH: 2001: 06). (Tradução: Silvia Regina Cavalcante, (UNICAMP) 2003:06).

⁶ No original: We have seen that the historical evolution of competing variants in syntactic change is similar to the evolution of morphological doublets. In both cases, the coexistence of the variant forms is diachronically unstable: One form tends to drive the other out of use and so out of the language (KROCH, 1994: 17).

determinado parâmetro se torna fraca, gerando uma aquisição imperfeita aos aprendizes, uma vez que estes não estarão expostos a dados suficientes para fixar o parâmetro corretamente. Como resultado dessa competição de formas tem-se uma população mista na qual alguns falantes têm a fixação paramétrica antiga e outros a inovadora. Assim, é esperado que a próxima geração não tenha evidência suficiente para marcar o parâmetro da forma antiga, o que poderá gerar uma variação de gramáticas.

Cumpramos ressaltar que, conforme apontam Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, “crucialmente, portanto, este padrão de variação no plano do uso escrito já pode ser interpretado como resultado da emergência de uma nova gramática no plano da oralidade” (GALVES, NAMIUTI e PAIXÃO DE SOUSA, 2006: 03). Assim, a proposta de Competição de Gramáticas apresentada por Kroch (1994; 2001) é um avanço metodológico, no sentido de que ela contempla a questão da variação diacrônica nos dados.

Considerando, portanto, que a mudança gramatical se dá no período de aquisição da linguagem e que ela se manifesta nos textos em forma de competição de gramáticas, estudos que busquem investigar fenômenos em um conjunto de dados se tornam essenciais, uma vez que estes poderão evidenciar a co-ocorrência de ambas as gramáticas, ou seja, resquícios dos padrões da gramática antiga e padrões de uma nova gramática, revelando uma possível mudança na história da língua.

1.1.3. A história do Português: propostas de periodização

Estabelecer uma periodização da língua é de suma importância para compreender a gramática com a qual estamos trabalhando. Na literatura linguística referente à linguística histórica, diversos autores (*cf.* Mattoso Câmara Jr (1976), Teysier (1984), Silva Neto (1970), Castro (2006), dentre outros, sintetizados em Mattos e Silva (1994)), desenvolveram propostas de periodização do português, que versam desde as fases pelas quais o português europeu passou até a consolidação do Português Brasileiro, com vistas a definir períodos ou fases que dêem conta da variação da língua. Assim, em linhas gerais, estes estudiosos subdividem a história do português em três grandes períodos:

arcaico (dos primeiros textos escritos em português até fins da Idade Média), *clássico* (período intermediário entre o medieval e o contemporâneo) e *moderno* (momento em que a língua portuguesa contemporânea se estabelece nos textos). Pode-se dizer que estes autores representam a classificação tradicional da periodização e os argumentos utilizados por eles para desenvolvê-la estão baseados tanto em fatos de história externa, como em fatos literários. No entanto, Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) oferecem uma proposta com o objetivo de repensar a periodização com base em uma análise sistemática de dados linguísticos.

Numa visão considerada tradicional da periodização, Mattoso Câmara Jr. (*op. cit.*) afirma que, com base na língua escrita, o português é dividido num período arcaico, que vai até o século XV e num período posterior que já se pode chamar de moderno. Para o autor, de forma secundária, é costume ainda considerar um período clássico para os séculos XVI e XVII, e outro pós-clássico, para os séculos subsequentes, o que é, segundo ele, uma divisão adequada ao estilo da língua literária. No entanto, ele afirma que mesmo “do ponto de vista do português oral comum, ou língua nacional em sentido amplo, há grandes diferenças gramaticais nítidas entre os séc. XVI e XVII, de um lado, e, de outro lado, os séculos subsequentes” (MATTOSO CÂMARA JR., 1976: 19).

Para Paul Teyssier (*op. cit.*), em *História da Língua Portuguesa*, os primeiros textos escritos em português datam o século XIV, época em que o português não se distingue do galego, caracterizando o galego-português. Segundo ele,

por volta de 1350, no momento em que se extingue a escola literária galego-portuguesa, as conseqüências do deslocamento para o Sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal vêm á tona. O português, já separado do galego por uma fronteira política, torna-se a língua de um país cuja capital – ou seja, a cidade onde geralmente reside o rei – é Lisboa (TEYSSIER, 1984:35)

Em relação à periodização do português então separado do galego, Teyssier (*op. cit.*) afirma que determinar períodos que permitem esclarecer a evolução do português não é uma tarefa fácil, pois, para tanto, alguns estudiosos se baseiam nas divisões tradicionais da história e outros na evolução do português em dois grandes períodos: o

arcaico, que vai até Camões (século XVI) e o moderno, que começa com o próprio Camões. A próxima subdivisão do português pode ser inferida a partir das palavras do autor, quando ele diz que “para a morfologia, a sintaxe e o vocabulário o fim do século XVIII e o início do século XIX parecem ter sido uma época de transição entre o português clássico e o que se pode chamar de português moderno contemporâneo” (TEYSSIER, 1984: 73).

Mattos e Silva (1994) apresenta uma tabela em que sistematiza a proposta de 12 especialistas, filólogos e/ou linguistas para a periodização do português, incluindo as propostas acima referidas de Mattoso Câmara (*op. cit.*) e Paul Teyssier (*op. cit.*).

Tabela 01 – Propostas de periodização da Língua Portuguesa

AUTORES LIMITES CRONO- LÓGICOS	L. DE VASC. S. ALI. L. COUT. M. CÂM. F. TARAL.	C. M. DE VASC. S. S. NETO A. HAUY	L. CINTRA I. CASTRO et al.	P. CUESTA	P. TEYSSIER
1200 a 1350	PORTUGUÊS	PERÍODO TROVA- DORESCO	PORTU- GUÊS ANTIGO	GALEGO- PORTU- GUÊS	GALEGO- PORTU- GUÊS
1200 a 1385/1420	ARCAICO	PROSA NACIO- NAL	PORTU- GUÊS MÉDIO	PORTU- GUÊS PRÉ- CLÁS- SICO	FORMA- ÇÃO DO PORTU- GUÊS CLÁS- SICO
1350 ao início do séc. XVI.	OU				
1350 a 1536/1540	ANTIGO				
1350 a Camões	PORTUGUÊS CLÁSSICO OU MODERNO				

Fonte: Mattos e Silva (1994)

De acordo com este quadro, Mattos e Silva (*op. cit.*) mostra que o período classificado como arcaico varia entre o início do século XVI e Camões, no entanto, este período é sub-dividido: alguns autores assumem que a primeira fase dura até 1350; outros, todavia, avançam essa primeira fase até 1385 ou, até mesmo, 1420.

Além disso, não há uniformidade em relação à terminologia adotada. Autores como Leite de Vasconcelos, Said Ali, Lima Coutinho, Mattoso Câmara e Fernando Tarallo consideram que o *português arcaico* ou *antigo* vai desde 1200 ao século XVI. Para os outros autores, este mesmo período é subdividido em duas fases: em *período trovadoresco* e *prosa nacional* para Serafim da Silva Neto, Haüy e Carolina M. de Vasconcelos; em *português antigo* e *português médio* para Lindley Cintra e Ivo Castro; em *galego-português* e *português pré-clássico* para Pilar Cuesta e, por fim, em *galego-português* e *formação do português clássico* para Paul Teyssier. Observa-se, todavia, que para quase todos eles, o século XVI se constitui num marco divisor na história da língua portuguesa. Mattos e Silva (*op. cit.*) não trata da divisão dos períodos da história do português após o século XVI, mas sabe-se que os autores também divergem quanto à classificação desse período. Segundo Galves (2007),

para alguns (Silva Neto, Leite de Vasconcelos), o século 16 inicia o português moderno. Outros (Pilar Vasquez Cuesta, Lindley Cintra) propõem uma subdivisão em português clássico, até o século 18, e português moderno depois. Evidentemente, o termo português clássico remete mais à cultura/literatura do que à língua propriamente dita (GALVES, 2007: 515).

Castro (2006) apresenta, à semelhança de Mattos e Silva (*op. cit.*) uma tabela em que sistematiza algumas propostas de periodização do português com mais subdivisões do que aquela apresentada em Mattos e Silva (*op. cit.*).

Tabela 02 – Propostas de periodização da Língua Portuguesa

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V.Cuesta	Lindley Cintra
Até s. IX (882)	pré - histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
Até 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico		
Até 1385-1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
Até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
Até s.XVIII	português moderno	português moderno	português clássico	português clássico
Até s.XIX/XX			português moderno	português moderno

Fonte: Castro (2006)

Na divisão proposta por Leite de Vasconcelos e por Silva Neto, até o século IX e até 1200, temos, respectivamente, as fases *pré-históricas* e *proto-históricas* do português, pois é no século XIII em que surgem os primeiros textos escritos em língua portuguesa. Pilar Vasquez Cuesta e Lindley Cintra chamam esta mesma fase de *pré-literária*. A partir deste período, Leite de Vasconcelos subdivide a história do português em dois grandes momentos, a saber: o *arcaico* e o *moderno*, enquanto que Silva Neto o subdivide em três: o *trovadoresco*, o *comum* e o *moderno*. Já Pilar V. Cuesta e Lindley Cintra subdividem este período em 4 fases: *galego-português*, *pré-clássico*, *clássico* e *moderno* para o primeiro; e *antigo*, *médio*, *clássico* e *moderno* para o segundo. Pela divisão destes dois últimos autores, fica subentendido que, assim como a passagem do século XV para o XVI constitui um marco na história do português, o mesmo acontece da virada do século XVIII para o século XIX.

Segundo Galves (2010), “é interessante ressaltar o termo de ‘português pré-clássico’ proposto por Pilar Vasquez Cuesta. Nele, temos a idéia inovadora de que se

trata de um período que, em lugar de terminar um ciclo, prenuncia o seguinte” (GALVES, 2010: 02), ao contrário da idéia de que o século XVI é um marco na divisão entre a língua *antiga* e a *moderna*, conforme se pode inferir pela classificação de Leite de Vasconcelos e Silva Neto.

Partilhando da idéia de que não é o século XVI que constitui um grande marco na história da língua portuguesa, Galves⁷ (*op. cit.*) propõe uma nova classificação de periodização, baseada não em fatos de história externa ou literários, mas na noção de gramática, entendida como a competência que os falantes têm da sua língua. Desse ponto de vista, segundo a autora, “os textos não são mais o objeto final da nossa investigação mas o meio para distinguir as gramáticas dos falantes de português que os escrevem” (GALVES, 2010: 03). Por meio dos textos, procura-se, então, localizar a emergência de gramáticas novas, o que constitui o marco de início de novos períodos. A fase de transição entre uma gramática e outra é caracterizada por uma etapa de competição de gramática nos termos de Kroch (2001), como visto na seção anterior.

Objetivando, portanto, dar conta da lacuna que existia de uma periodização da história do português baseada em dados linguísticos⁸, Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) revisitam a periodização da Língua Portuguesa e sugerem uma nova divisão em etapas históricas, que se fundamenta nos resultados da análise de padrões sintáticos a partir do levantamento de dados e da comparação com outros estudos.

⁷ Proposta inicial em Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006).

⁸ Cumpre ressaltar que, segundo Galves (2010), a análise propriamente linguística não desmente a existência de uma forte alteração influenciada pelos fatos externos na mudança do português. Nas palavras da autora: “O ponto importante para os nossos propósitos é que a mudança sintática acompanha no tempo a mudança morfológica, as novas formas aparecendo nos textos entre 1350 e 1450. A periodização tradicional já estava expressando esse fato ao situar a subdivisão do primeiro grande período, conforme os autores, entre 1350 e 1420. Tal datação é para muitos decorrente de fatos externos à língua: fim da produção lírica trovadoresca, batalha de Aljubarrota, início das grandes navegações, mas a análise propriamente linguística, como vimos, não desmente a existência de uma forte alteração, que começa em meados do séc.14 e vai se consolidando até atingir sua plena expressão no decorrer do séc.16” (GALVES, 2010: 09).

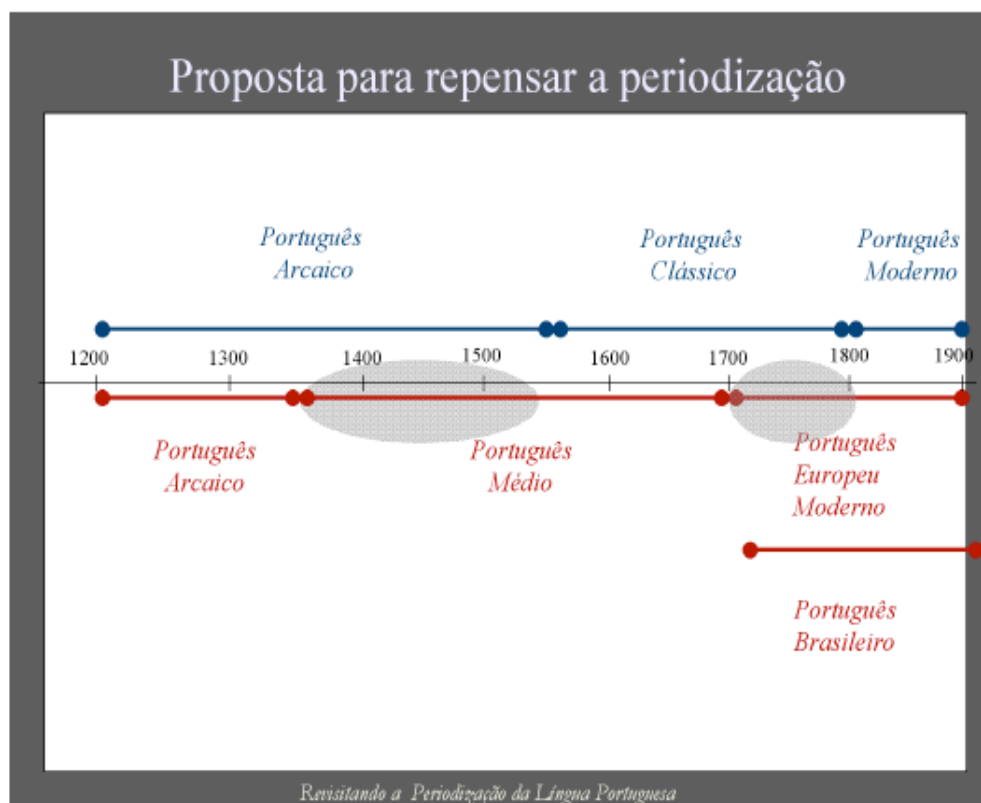


Figura 01: Nova Proposta de Periodização

Fonte: Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006)

Na figura, a linha azul representa a proposta tradicional de periodização, sem a subdivisão do período *arcaico*, apresentada em alguns dos autores citados acima. A linha vermelha representa a nova proposta de periodização para a história do português e as zonas em cinza correspondem aos períodos de competição de gramáticas. Na visão das autoras, o primeiro corresponde à primeira fase do português arcaico da visão tradicional. O segundo período, por sua vez, corresponde à segunda fase do período arcaico da visão tradicional mais o português clássico, o que, segundo Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (*op. cit.*) é a grande inovação da proposta. Para as autoras, há uma fase, ou um período, gramatical do português que vai da segunda metade do século XIV até o século XVIII, que

engloba o português chamado de *médio* por Lindley Cintra e de *pré-clássico* por Pilar Vasquez Cuesta juntamente com o *português clássico*.

O primeiro (...) se caracteriza por uma grande variação entre formas antigas e formas inovadoras, ou seja uma forte competição de gramáticas. O segundo, que aparece nos textos no decorrer do séc. 16, e dura até a primeira metade do séc. 18, corresponde à fase em que a gramática inovadora se impôs definitivamente. Desse ponto de vista, o séc. 16 não se caracteriza como o início de um novo período, mas como o fim da fase de competição entre a gramática antiga e a nova, com a vitória da gramática inovadora (GALVES, 2010: 04-05).

Na nova proposta das autoras, há, portanto, dois pontos de inflexão. O primeiro na fronteira entre os séculos XIV e XV e o segundo no início do século XVIII, que corresponde também ao período de emergência do português brasileiro. Nas palavras de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (*op. cit.*),

a partir de meados do século 14 já reconhecemos a gramática média, enquanto uma perspectiva tradicional trata-se, ainda, do período arcaico; de outro lado, no século 18 já identificamos a gramática do português europeu moderno, enquanto a tradição marca o início do português contemporâneo só no século seguinte. Essas diferenças podem ser explicadas, em boa medida, pelo fato de que na periodização que propomos, importa o momento do surgimento das novas formas, enquanto na periodização tradicional importa o momento do desaparecimento das formas antigas (GALVES, NAMIUTI, PAIXÃO DE SOUSA, 2006:04).

Assim, segundo Galves (2007), “o que distingue fundamentalmente esta proposta das tradicionais é o fato de ela deslocar seu objeto da Língua-Externa para a Língua Interna, ou seja, de pôr o foco na gramática” (p. 521-522). Isto se deve ao fato da escolha metodológica seguida pelas autoras de adotar a cronologia das datas de nascimento ao invés da cronologia das datas de produção dos textos, o que tem se revelado interessante para explorar a idéia da defasagem entre o aparecimento da gramática nova e a sua incorporação na escrita.

Associando a nova proposta de periodização àquela apresentada na tabela de Mattos e Silva (2006), Galves (2010) tratando da nomenclatura adotada para nomear os

períodos pelos quais o português passou propõe um novo quadro de periodização, mesmo que esta seja, segundo a própria autora, uma questão secundária.

Tabela 03: Proposta de periodização revisitada

Época (datação dos textos)	Serafim da Silva Neto	Pilar Vasquez Cuesta	Lindley Cintra	Galves et al.revisado	Época (gerações)
Até 1385/ (1420)	Trovadoresco	Galego- português	Português antigo	Galego- português	Até c. 1350
Até 1536-1550	Português comum	Português pré- clássico	Português Médio	Português hispânico	1350/ 1700
Até XVIII		Português clássico	Português clássico		
XIX-XX		Português moderno	Português moderno	Português moderno	Português Europeu moderno

Fonte: Galves (2010)

Neste, a autora propõe que a primeira gramática do português seja chamada de *galego-português*, uma vez que esta nomenclatura realça a identidade inicial do português e do galego, cuja origem era comum no noroeste da península Ibérica. Para a terceira gramática do português, a autora sugere que deve haver uma distinção entre o *português europeu* e o *português brasileiro*, que é ligada à geografia e à sua conseqüente influência sobre a mudança linguística. Por fim, a gramática intermediária entre o português das origens e o português moderno era comumente chamada de português médio (*cf.* Galves et. al. (2006), seguindo a proposta em Galves (2004)), entretanto, por se tratar de uma terminologia confusa por também expressar o período de transição entre o *galego-português* e o *português clássico* em Portugal, a autora sugere a seguinte nomenclatura para esta gramática: *português hispânico*. Nas palavras de Galves (*op. cit.*),

essa denominação [português médio] estabelece uma confusão com o mesmo termo, bastante consolidado em Portugal, para referir-se à língua de transição entre o galego-português e o português clássico. Assim, na proposta tradicional, o português médio é anterior ao clássico. Na proposta de Galves et al. o português clássico é parte do português médio. Isso de fato cria uma confusão na interpretação dos termos. Precisamos portanto de um outro nome. Aqui, com base no estudo realizado em Paixão de Sousa (2004) – e também pensando na noção de português comum de Silva Neto - gostaria de propor o nome de “português hispânico” (GALVES, 2010: 10-11).

A autora ressalta ainda que, ao lançar mão deste termo, não faz menção ao espanhol de hoje, o castelhano da época, nem ao estado espanhol de hoje. Segundo Galves (*op. cit.*), essa proposta ainda precisa ser consolidada, mas já há elementos que indicam que este é um caminho que vale a pena ser trilhado. Dentre estes elementos, há o fato de, conforme afirma Paixão de Sousa (2004) *apud* Galves (2010), os gramáticos quinhentistas e seiscentistas, portugueses e castelhanos, perceberem proximidade entre as duas línguas, além da questão do bilingüismo literário que descreve o uso generalizado do idioma castelhano entre os séculos 15 e 18 por escritores portugueses, fazendo com que as duas línguas estejam em uma relação estreita por todo o período em foco. Segundo Galves (*op. cit.*),

a noção de português hispânico também se ajusta de maneira interessante à noção de português “comum” proposta por Silva Neto para caracterizar a evolução do galego-português quando levado para o Sul na reconquista e com seu contato com os outros dialetos de Portugal (GALVES, 2010: 12).

Essa relação existente entre o galego e o português só irá desaparecer com os escritores nascidos depois da geração de 1640, conforme Galves (*op. cit.*) pontua em seu texto baseado no trabalho de Paixão de Sousa (2004).

Não é portanto absurdo pensar que no decorrer da segunda metade do séc. 17, com o progressivo desaparecimento da “geração de escritores formada antes de 1640”, foi se impondo paulatinamente um novo padrão prosódico, que marcava claramente a identidade do português falado em relação ao castelhano. Esse correlato lingüístico da luta pela independência (que, como lembrado por Paixão

de Sousa 2004, tem seu final feliz oficial em 1640, mas dura de fato até 1668) marcaria então o fim de um longo período de identificação máxima no âmbito da noção geográfico-cultural compartilhada de Espanha (GALVES, 2010: 13).

Assim, Galves (*op. cit.*) acredita que a mudança gramatical perceptível nos textos escritos pela geração nascida depois de 1700 pode ter surgido de uma reação de afirmação da diferença entre o português e o galego, mas isto, conforme salienta a autora, ainda é algo que precisa ser mais bem explorado.

1.1.4. A história do Português Brasileiro: propostas de periodização

A abordagem da periodização do português europeu discutida na seção anterior se fez necessária uma vez que entender as fases que esta variedade do português passou significa estabelecer o ponto de partida para compreender a origem do Português Brasileiro (de agora em diante, PB). Ao definir a partir de que período se tem a emergência do PB, torna-se possível estabelecer a gramática em relação a qual esta variante do português sofreu mudanças.

Segundo Tarallo (1993), “a variedade portuguesa falada no Brasil já desenvolveu um número de traços sintáticos discerníveis o suficiente para possibilitar uma descrição de seu sistema no sentido de uma gramática brasileira” (p. 71). Logo, ao buscar compreender as mudanças sintáticas que distinguem as duas variedades do português, faz-se necessário que seja abordada também a periodização do PB.

Conforme pudemos observar na periodização proposta por Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (*op. cit.*) para o português europeu, há dois pontos de inflexão que caracterizam períodos de mudança no português: o primeiro na fronteira entre os séculos XIV e XV e o segundo no início do século XVIII. E é neste último que temos o período de emergência do PB. Galves (2007) afirma que

o século 18 representa um marco na política linguística da Coroa portuguesa no Brasil uma vez que, em 1758, o Marquês de Pombal proíbe o uso da língua geral

e obriga oficialmente o uso da língua portuguesa em todo o território brasileiro (cf. Teyssier, 1980, p. 95). Para certos historiadores da língua, isso marca o fim do ‘estágio do multilinguismo’ (cf. Marlos Pessoa de Barros, *apud* Lobo, 2001, p. 29). Poderíamos achar aí uma forte indicação de que o português falado no século 18, cuja gramática já é o PE, tem um papel relevante na formação do português brasileiro (GALVES, 2007: 524).

E continua: “encontramos em alguns estudos, contudo, evidência da emergência da gramática brasileira em textos do século 18⁹ (...). Tudo isso sugere fortemente que o PB atual já estava na mente dos brasileiros do século 18” (GALVES, 2007: 525).

Assim, tratando, especificamente, da periodização do PB - objeto de análise nesse trabalho - serão apresentadas algumas propostas de periodização realizadas por quatro autores¹⁰: Paul Teyssier (1984), Serafim da Silva Neto (1986 [1950]), Marlos de Barros Pessoa (1997)¹¹ e Tânia Lobo (2001).

Segundo Lobo (2001), as propostas de periodização para o PB desenvolvidas por *Serafim da Silva Neto* e por *Paul Teyssier* se baseiam em fatores externos, como eventos históricos e políticos, sendo que a mais conhecida destas propostas é aquela apresentada por Serafim da Silva Neto (1986 [1950]). A proposta deste autor é dividida em três fases:

- *1ª fase*: de 1532 (início da colonização) a 1654 (expulsão dos holandeses);
- *2ª fase*: de 1654 (a partir de quando se teria marcado em definitivo o caráter português da colonização do Brasil, uma vez que estava extinta a ameaça holandesa) até 1808 (chegada da família real portuguesa);
- *3ª fase*: a partir de 1808.

⁹ Cf. Pagotto (1992, 1993) para a colocação de clíticos.

¹⁰ Em relação à periodização do português brasileiro, não há uma bibliografia tão extensa quanto aquela disponível para a periodização do português europeu.

¹¹ As propostas de periodização de Serafim da Silva Neto (1986 [1950]) e Marlos de Barros Pessoa (1997) estão sumarizadas em Lobo (2001).

Paul Teyssier (1984) também classifica a periodização do português brasileiro em três fases, a saber:

- **1ª fase:** o período colonial até a chegada de D. João VI (1808);
- **2ª fase:** da chegada de D. João VI (1808) à Independência (1822);
- **3ª fase:** O Brasil Independente (desde 1822).

Marlos Pessoa de Barros (1997), todavia, apresenta uma periodização que visa contemplar o “processo que vai da formação de variedades linguísticas regionais à elaboração da língua literária, processo este que é articulado a fatos da história econômica e da história sociocultural do Brasil” (LOBO, 2001: 29). A proposta do autor está subdividida da seguinte maneira:

- **1ª fase:** de 1534 (divisão do país em capitanias hereditárias) a 1750 (descoberta do ouro nas Minas Gerais e modernização do Estado português com as reformas pombalinas). “Estágio de multilinguismo, com variedades de línguas e formação de variedades linguísticas regionais” (*apud*, LOBO (2001: 29)).

- **2ª fase:** de 1750 a 1922 e é subdividida em 3 subfases:

I. de 1750 (descoberta do ouro nas Minas Gerais e modernização do estado português com as reformas pombalinas) a 1808 (transferência da família real portuguesa e urbanização da sociedade brasileira). “Período de koineização de diferentes variedades, que seria uma espécie de pré-koineização da língua comum” (*apud*, LOBO (2001: 29-30)).

II. de 1808 (transferência da família real portuguesa) a 1850 (fim do tráfico de escravos). “Subestágio de formação da língua comum, com formação paralela de normas locais” (*apud*, LOBO (2001:30)).

III. de 1850 (fim do tráfico de escravos) a 1922 (fim do predomínio das oligarquias, surto industrial, emergência do movimento modernista brasileiro). “Subperíodo de estabilização da língua comum e das normas locais” (*apud*, LOBO (2001:30)).

- **3ª fase:** a partir de 1922. Estágio de elaboração da língua literária, cujo marco é a Semana de Arte Moderna.

Segundo Lobo (*op. cit.*), cada uma das três propostas acima descritas apresentam problemas que impedem de serem aceitas como representantes fiéis da história do português. Na proposta de Serafim da Silva Neto ((1986) [1950]), a autora aponta a falta de coerência entre a caracterização de cada uma das fases e a tese defendida pelo autor de que o PB é unitário e conservador. A proposta de Paul Teyssier (1984) é a menos elaborada, segundo Lobo (*op. cit.*), principalmente no que concerne à segunda fase, considerada muito curta para dar conta de mudanças significativas no plano linguístico em todo o país e até mesmo na cidade do Rio de Janeiro. Em relação à proposta de Pessoa (1997), Lobo (*op. cit.*) afirma que dois fatos merecem ser comentados.

O primeiro refere-se ao fato de terem sido consideradas em uma mesma proposta de periodização linguística a história da língua falada e a história da língua literária. O segundo diz respeito às fases propostas para a periodização e a caracterização de cada uma delas individualmente: o multilingüismo é apresentado como um traço marcante apenas para o período que se estende de 1534 a 1750, todavia, os dados da história demográfica brasileira não corroboram essa visão da história linguística, já que os séculos XVIII e XIX juntos detêm 85% do total de africanos que chegaram ao Brasil: 47% no século XVIII e 38% no século XIX (*Cf.* Mattoso, 1990) (LOBO, 2001: 31-32).

Por fim, tem-se a proposta de periodização defendida por Lobo (*op. cit.*), considerada um tanto econômica e que em muito se beneficia da leitura das propostas anteriores – conforme a própria autora aponta - e está fundamentalmente calcada em três aspectos: (i) a história demográfico-linguística brasileira; (ii) o crescimento populacional

associado ao processo de urbanização do país e (iii) o processo de escolarização associado ao processo de standardização linguística.

Correlacionando os três fatores, Lobo (*op. cit.*) propõe, então, uma distinção entre duas grandes fases, assim caracterizadas:

- *1ª fase*: início da colonização portuguesa até o fim do tráfico de escravos em 1850, caracterizada por um multilinguismo generalizado, pela não-urbanização, pela não-escolarização e pela não-standardização linguística.

- *2ª fase*: a partir de 1850, caracterizada pelo multilinguismo localizado, pela urbanização, pela escolarização e pela standardização linguística.

A divisão escolhida por Lobo (*op. cit.*) está baseada num conjunto de fatores, dentre eles, a questão da diminuição do multilinguismo devido ao fim do tráfico negreiro. Cumpre ressaltar ainda que, conforme mencionado anteriormente, o decreto do Marquês de Pombal que proibia o uso da língua geral no Brasil e instituía o uso da língua portuguesa, em 1758, corroborou para a diminuição do multilinguismo.

A primeira fase, portanto, estende-se do século XVI à metade do século XIX e define-se, fundamentalmente, como o tempo de contato entre línguas indígenas, línguas africanas e a língua portuguesa, tendo, ao final, prevalecido o uso desta última. A compreensão dessa fase subordina-se a dois aspectos centrais: identificação das variadas formas locais de contato linguístico que se estabeleceram, caracterização do processo de aprendizagem informal do português como segunda língua por parte de uma massa de falantes que, em diversos momentos históricos, chegou a superar numericamente os falantes nativos do português” (LOBO, 2001:36).

Desse modo, segundo Lobo (*op. cit.*), a compreensão da história linguística brasileira deve estar baseada na questão (i) do contato linguístico, (ii) da aquisição do português como segunda língua e (iii) do processo de transmissão irregular dessa variedade do português.

Considerando, pois, o processo de transmissão irregular da língua portuguesa no Brasil, “o quadro mais significativo de mudanças que individualizaram o português

brasileiro se terá originado entre a população originalmente falante de outras línguas e seus descendentes” (LOBO, 2001: 86). Ainda de acordo com Lobo (*op. cit.*), embora tenha sido alvo de avaliação negativa, dada a sua origem social, esse quadro mais significativo de mudanças que individualizaram o PB teria se difundido com rapidez em toda a comunidade, atingindo os falantes dos estratos socioeconômicos mais privilegiados. Este fato é explicado tanto pela pressão demográfica exercida pela população integrante dos estratos socioeconomicamente não privilegiados, quanto pelos baixos índices de escolarização existentes no Brasil ao final do período colonial.

Pagotto (1998), no entanto, chama atenção para o fato de que no Brasil, a despeito de haver uma discrepância entre o português falado e o português escrito, fruto de uma relação de confronto com a língua dos nossos colonizadores, houve um planejado estabelecimento da norma culta lusitana durante o século XIX. Desse modo, a língua falada pode ter sido influenciada pelas mudanças provenientes das esferas socioeconomicamente desprivilegiadas, mas a língua escrita sofreu influências da norma lusitana, constituída através de “um longo e laborioso trabalho discursivo, executado durante anos a fio por eminentes gramáticos, jornalistas, escritores” (PAGOTTO, 1998: 50-51).

Ainda segundo esse autor, a constituição da norma culta escrita no Brasil pode ser dividida em dois grandes períodos: o de fixação e o de manutenção da norma. O primeiro teria abrangido a segunda metade do século XIX; e o segundo teria vindo até os dias de hoje (*cf.* Pagotto (2001)).

Quanto aos tipos de discurso presentes em cada época, no período de fixação da norma, houve o predomínio do discurso polêmico, em que se tem a controvérsia sobre o uso de uma língua brasileira ou da língua portuguesa na literatura, prevalecendo a última devido à influência do projeto de nação desenvolvido pelas elites no Brasil como forma de diferenciação social (*cf.* Pagotto (1998, 2001)). Todavia, com o advento do modernismo, movimento literário que rompe o binômio norma culta/ literatura por meio da introdução de formas populares nos textos, a polêmica é atenuada e a norma passa a ser mantida por meio do discurso científico, agora responsável por determinar onde e como usar determinadas formas gramaticais. Segundo Pagotto (1998), o discurso científico opera de forma

condescendente com as situações informais, mas requer o uso da norma culta nas situações em que o poder está em jogo.

A proposta de Pagotto (1998, 2001) de que a fixação da norma culta tenha acontecido na segunda metade do século XIX fortalece, em certo sentido, a periodização proposta em Lobo (2001), uma vez que a autora defende haver um ponto de cisão na história do Português Brasileiro em 1850, ou seja, em meados do século XIX, devido ao processo de escolarização e de standardização linguística. Todavia, a instituição da norma nesse período não impediu que fossem encontradas marcas do PB nos textos, já que determinados usos escapam à padronização como, por exemplo, o objeto nulo. Além disso, conforme Lobo (*op. cit.*) pontua, já é possível encontrar marcas características do PB em um período anterior a 1850.

No que concerne a sua proposta de periodização, a autora afirma que

há coincidência entre os limites do período que se vai definir como sendo a primeira fase da sócio-história do português brasileiro – compreendida entre o século XVI e 1850 – e os limites do período que, segundo Tarallo, se pode considerar como sendo o da sua mais marcante diferenciação estrutural em face do português europeu. Tal coincidência não implica, contudo, a negação da hipótese de recuo da datação da emergência da ‘gramática’ brasileira, levantada por Mattos e Silva. De fato, no contexto multilíngüe em que se deu a formação do português brasileiro, terá sido a ‘descontinuidade’ entre a fala dos pais e a dos seus filhos o traço mais marcante do processo de transmissão da língua portuguesa no Brasil. Portanto, ainda que os textos não o confirmem, é teoricamente defensável que a definição dessa ‘gramática’ brasileira seja bastante anterior à passagem do século XIX ao século XX. *A passagem do século XIX ao XX será, portanto, aqui considerada não como o momento da definição da gramática brasileira, mas como o momento em que as mudanças que definiram tal ‘gramática’ já se teriam difundido para o conjunto da população* (LOBO, 2001:33- 34, grifo meu).

Na citação acima, percebe-se a defesa da autora em relação à emergência da gramática brasileira em um período anterior à passagem do século XIX ao XX, ideia que é corroborada por Galves (2007), para quem já é possível encontrar marcas do PB nos textos do século XVIII. Neste sentido, os textos do século XIX já deveriam explicitar as mudanças do período de competição de gramáticas do século anterior, evidenciando, portanto, uma gramática do PB mais afastada da gramática do Português Europeu.

Desse modo, ao estudar o fenômeno sintático das variadas formas de realização do objeto direto anafórico, será tomado como pressuposto teórico a teoria gerativa, mais especificamente, a questão paramétrica envolvendo o objeto nulo *versus* as variadas formas de preenchimento dessa posição. A partir desta teoria, acredita-se que os textos dos séculos XIX e XX em análise nesta pesquisa são constituídos pela Língua-E, no entanto, estes textos nos oferecem indícios ou pistas sobre a Língua-I dos falantes do PB, a qual - de acordo com as autoras acima referidas - reflete uma gramática cujas mudanças que caracterizam o Português Brasileiro já devem estar estabelecidas.

1.2. O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dentro do quadro teórico gerativista, diversos estudos se propuseram a analisar o preenchimento ou não da posição de objeto direto anafórico no Português Brasileiro (*cf.* Duarte (1986), Galves (1984), (1988/1989) [2001], Corrêa (1991), Cyrino (1994), Barra Ferreira (2000), Figueiredo (2009), entre outros¹²), devido ao fato de que esta variedade de Português apresenta peculiaridades que a distinguem das outras línguas românicas no que concerne ao licenciamento de uma categoria vazia e quanto à presença de um pronome lexical nessa posição. Ademais, esse tópico tem despertado interesse de muitos linguistas em virtude da assimetria atestada por Tarallo (1993) envolvendo as posições de sujeito e objeto nesta língua, a saber: enquanto o sujeito tende a ser mais preenchido, o objeto direto anafórico tende a ser mais apagado ao longo do tempo.

Ao pensar a questão do preenchimento e apagamento de posições, de acordo com o modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), remete-se à tipologia estabelecida em Chomsky (1982) acerca das categorias vazias¹³, que se aplica tanto para as lacunas na posição de sujeito, quanto para as lacunas na posição de objeto.

¹² Uma pesquisa pioneira sobre o objeto direto no Português Brasileiro é o trabalho de Omena (1978), em que a autora investiga o uso do clítico acusativo de 3ª pessoa e suas formas substitutivas em dados de fala.

¹³ Segundo Chomsky (1982), uma categoria pronominal não realizada lexicalmente é classificada como *pro*, que se caracteriza pelo fato de ser [- anafórico/+ pronominal]. Além de *pro*, tem-se os vestígios de DPs, considerados [+anafóricos/ - pronominais], os vestígios de *wh*, classificados como [- anafóricos/ - pronominais] e PRO, que é [+anafórico/+pronominal].

No âmbito deste modelo, conforme visto anteriormente, acredita-se que há uma Faculdade da Linguagem composta por princípios universais e por parâmetros. Enquanto os primeiros regem tudo aquilo que é invariante entre as línguas, os últimos marcam as propriedades que uma língua pode ou não exibir, ou seja, são responsáveis pela possível variação entre elas.

Um dos parâmetros mais estudados na literatura gerativista é o chamado parâmetro *pro-drop*, que se relaciona com um conjunto de propriedades: a possibilidade de uma língua apresentar ou não sujeito nulo, inversão livre do sujeito, extração do sujeito à distância, resumptivo nulo do sujeito e ausência de efeito *that-t* (cf. Kato (2002)). O princípio que está por trás dessa possibilidade paramétrica é o princípio de que toda língua tem sujeito.

Assim, aplicando a proposta do modelo de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky (1981/1986)) para a posição de objeto, haveria um chamado *parâmetro do objeto nulo* que seria responsável pela variação entre línguas que permitem o apagamento do objeto como o PB (cf. exemplos em (01)) e aquelas que não o permitem como o Inglês¹⁴ (cf. exemplos em (02)).

(01)A. “A história da compra dessa **casa** foi muito engraçada porque eu tinha visto essa **casa**, mais ou menos há uns três anos atrás, ou quatro... Quer dizer, agora já fazem quatro, quando, quando eu comprei ___ fazia três anos”.

(Exemplo retirado do NURC - RJ/ DID - **Inquérito 0101**)

¹⁴ Cumpramos ressaltar que o Inglês, mesmo não sendo considerada uma língua de objeto nulo, permite o apagamento do objeto em determinados contextos, como com verbos no imperativo (cf. exemplo em (i)), frequentemente acompanhados de um locativo (cf. exemplo em (ii)). Com base nesses usos, essa categoria no inglês seria classificada como um exopro e corresponderia ao ‘this’ ou ao ‘it’.

- (i) Pull!
- (ii) Send by mail.

No entanto, segundo Cyrino (1994), ainda é possível encontrar objetos nulos do tipo definido em inglês, porém em contextos bastante restritos, como em contextos de instrução, que aparece em registros específicos e em receitas (cf. Cyrino (1994)). Em outros ambientes, o uso do objeto nulo nessa língua é considerado agramatical.

B. DOC - E os doces deles?

INF: Não, não comia ____, não gosto. São muito, ah, eu acho que mui... muito açúcar. Eles dizem que aquilo não é açúcar, eles dizem que aquilo é mel, mas eu não gostava não.

(Exemplo retirado do NURC - RJ/ DID - **Inquérito 0104**)

A. *(...) I mean, there are already four now, when I bought ____ there were three years.

B. And their candy?

*No. I didn't eat _____. I don't like (...).

No PB, as sentenças são gramaticais, mas não o são em Inglês. Para que as sentenças fossem gramaticais em Inglês seria necessário que a posição de objeto direto estivesse preenchida pelo pronome *it*, pois esta língua não admite construções de objeto nulo nesses contextos. Assim, a comparação entre sentenças como as apresentadas nos exemplos em (01) e em (02) sugerem que a existência de um objeto nulo nas línguas naturais é fruto de uma questão paramétrica, razão pela qual este tópico tem despertado o interesse de diversas pesquisas como veremos a seguir.

1.2.1. A variação das formas de preenchimento da posição de objeto direto anafórico

No Português Brasileiro atual, a posição de objeto direto pode ser preenchida de variadas formas, conforme apontam diversos estudos sincrônicos (*cf.* Duarte (1986), Galves (1989) [2001], Corrêa (1991), Figueiredo (2009)), e diacrônicos (Cyrino (1994)).

Duarte (*op. cit.*) desenvolveu uma pesquisa cujo foco era analisar as formas pelas quais se realiza o objeto direto co-referencial com um SN mencionado no discurso. Para tanto, a autora se pautou no modelo de pesquisa sociolinguística desenvolvida por Labov (1972) e considerou em sua análise condicionamentos linguísticos, sociais e estilísticos que são relevantes na escolha de diferentes formas para a representação do objeto direto, assim como para a avaliação que os informantes fazem de suas escolhas.

Segundo Duarte (*op. cit.*), ao contrário do que parece ocorrer com as demais línguas românicas, o clítico no Português Brasileiro passa por um período de ‘crise’, que parece até mesmo ameaçar a sobrevivência de certos clíticos na língua falada e trazer algumas modificações à língua escrita. Essa constatação fica evidente nos resultados encontrados pela autora que revelam um uso de apenas 4,9% de clíticos em relação ao total de dados computados.

Assim, considerando que a opção de preenchimento da posição de objeto por meio dos clíticos era pouco frequente nos dados dos menos escolarizados, Duarte (*op. cit.*) decidiu partir do pressuposto de que o uso do clítico acusativo no português do Brasil é resultante do ensino formal ministrado na escola, do hábito de leitura e da prática da escrita. Desse modo, a autora lançou mão das variáveis escolaridade e idade para investigar o fenômeno em questão¹⁵. A fonte de dados para o estudo desenvolvido pela autora foi diversa: 50 entrevistas que constituíram cerca de 40 horas de gravação, a fala veiculada pela televisão por meio da gravação de 4 episódios de novelas e 4 horas de entrevistas¹⁶.

Na seleção dos dados, Duarte (*op. cit.*) só computou as ocorrências de objeto direto co-referencial com um SN mencionado no discurso e que admitiam a representação pelo clítico, classificando-as da seguinte maneira:

¹⁵ Duarte separou os seus informantes em três grupos: 1º grau (completo ou incompleto), 2º grau e 3º grau. Outro fator considerado foi a faixa etária dos informantes: de 22 a 33 anos, de 34 a 45 anos e acima de 45 anos. Foi ainda formado outro grupo constituído de 5 jovens entre 15 e 17 anos de idade, todos cursando a 8º série do ensino fundamental, com o propósito de trazer para o *corpus* uma modalidade de fala usada por uma geração mais nova, que funcionaria como uma espécie de controle.

¹⁶ Segundo Duarte (*op. cit.*), a escolha desta fonte de dados forneceu uma amostragem de dois diferentes níveis de formalidade de uma linguagem que atinge o país de ponta a ponta e que tem, sem dúvida, uma força a um só tempo inovadora e normalizadora.

- Uso do clítico acusativo¹⁷:

(03) Ele veio do Rio só pra me ver. Então fui ao aeroporto buscá-**lo**.

- Uso do pronome lexical:

(04) Esse carinha, ele morava umas duas, três quadras acima, sabe? E todo mundo conhecia *ele* lá.

- Uso da categoria vazia:

(05) O Arnaldo leu a peça e aprovou (___).

- Outras:

SNs lexicais:

(06) Eu vou me casar com o seu pai. Eu amo **o seu pai**.

SNs lexicais com determinante modificado:

(07) (E **o dinheiro**?) Se pelo menos eu soubesse onde ele escondeu **esse dinheiro**...

Pronome demonstrativo isso:

(08) No cinema a ação vai e volta. No teatro você não pode fazer **isso**.

Ao analisar os condicionamentos linguísticos relevantes para o estudo da variável em questão, Duarte (*op. cit.*) lança mão de condicionamentos de natureza morfológica, sintática e semântica. A partir dos dados da autora, percebe-se que o uso da categoria vazia (62,6%) supera, em todos os casos, as demais estratégias acima descritas, independentemente da forma em que se encontra o verbo. A forma do verbo, entretanto, desempenha um papel importante no que se refere às demais variantes. O pronome lexical (15,4% das ocorrências), embora aparecendo com todas as formas verbais, é mais usado

¹⁷ Exemplos retirados de Duarte (1986).

com o gerúndio, o imperativo e os tempos simples, enquanto é nulo o uso do clítico com o imperativo, os tempos compostos e o gerúndio.

A estrutura sintática da oração que contém o objeto direto anafórico representa outro fator importante na análise da autora. Os resultados dessa variável indicaram que em estruturas simples, SVO, se o objeto é um SN, o uso da categoria vazia (76,2%) supera amplamente seu preenchimento, quer pelo clítico, quer pelo pronome lexical. Nos casos de objetos sentenciais, o apagamento é quase absolutamente categórico (98,4%).

Em sentenças que envolviam uma estrutura sintática mais complexa, em que o objeto poderia funcionar como sujeito de uma outra oração, Duarte (*op. cit.*) encontrou uma tendência ao preenchimento (47,1%), particularmente com o pronome lexical (40,4%), variante que concorria de perto com o apagamento do objeto nessas construções (52,9%).

Além dos aspectos supracitados, Duarte (*op. cit.*) analisa também dois fatores extralinguísticos que potencialmente condicionam a realização da variável: a escolaridade e a faixa etária, levando em conta os dados de fala natural, retirados das entrevistas com os informantes. No que concerne à análise dos condicionamentos estilísticos, a autora compara os dados da fala natural com os dados da mídia, que se referem aos textos de novelas e entrevistas de TV.

Como resultados da análise destes fatores, a autora percebe que fatores sociais como a escolaridade e a faixa etária a que pertence o falante são importantes na medida em que interagem com os condicionamentos linguísticos.

A análise permitiu ainda afirmar que a estratégia preferida na fala natural, considerando-se o conjunto de informantes, é a categoria vazia (63,6%), seguindo-se o uso do pronome lexical (17,8%), do SN lexical (14,6%) e finalmente do clítico (4,7%). As alterações a esta hierarquia ficam por conta dos informantes com 3º grau, enquadrados na faixa etária mais alta, no que se refere ao uso do pronome lexical e do SN lexical, e dos jovens e informantes mais velhos com 1º grau, que não usam o clítico, o que reforça a relevância do fator escolaridade (DUARTE, *op. cit.*, p. 56 e 57).

Ainda em relação à escolaridade, Duarte (*op. cit.*) constatou que os clíticos estavam ausentes na fala dos menos escolarizados e dos jovens que cursavam o ensino

médio, mas o seu uso era bem mais frequente nos dados dos informantes mais escolarizados (3º grau), chegando a 31%.

Os dados de entrevistas de TV (um tipo de fala mais monitorada) também evidenciam um uso mais frequente de clíticos (11%). Nesse tipo de *corpus*, Duarte (*op. cit*) constatou ainda que o uso do pronome lexical quase desaparece e o uso de sintagmas nominais e de objetos nulos se equipara, em torno de 40% e 47%, respectivamente.

Desse modo, quanto às diferenças estilísticas em relação à representação do objeto direto anafórico, a comparação entre a fala em situação natural (entrevistas com informantes e novelas) e a fala em um contexto mais formal (testes e entrevistas de TV) permite concluir que não é o uso do clítico que distingue os dois estilos, mas o uso do pronome lexical. Assim, a ocorrência da categoria vazia e do pronome lexical em textos escritos favorece um tom de informalidade a este texto, principalmente quando o objetivo é reproduzir a fala. Em contextos mais formais, porém, desaparece o uso do pronome lexical, reduz-se o uso da categoria vazia e amplia-se o uso de sintagmas nominais, o que indica que o falante distingue os estilos na língua falada e na língua escrita.

O uso de sintagmas nominais em contextos mais formais representa, portanto, a estratégia mais recorrente de preenchimento da posição de objeto, quando o índice de frequência da categoria vazia é excluído. Vê-se, portanto, que o falante do PB faz mais uso dessa estratégia do que do pronome lexical e do uso do clítico na fala formal. Todavia, na fala natural, as estratégias de realização do objeto seguem outra ordem. A categoria vazia continua sendo a estratégia mais frequente, seguida do uso de pronomes lexicais, sintagmas nominais e, por fim, do uso de clíticos.

Segundo Galves (2001), de um ponto de vista descritivo, a frequência reduzida do clítico *o/a* pode estar relacionada à existência de um paradigma onde este elemento disputa a função de objeto direto com o pronome lexical *Ele*, o que se constitui como uma particularidade do PB que o distingue do Português Europeu moderno.

O pronome lexical *Ele* não pode aparecer em posição de objeto no Português Europeu, que tem como recurso gramatical apenas o uso do clítico *o/a*. De acordo com Galves (1986) [2001], no PB, todavia, o *Ele* em posição de objeto pode aparecer sozinho

(*cf.* exemplo (09)), retomando um NP tópico explícito (*cf.* exemplo (10)) ou aparecer numa estrutura relativa com valor de pronome lembrete (*cf.* exemplo (11)):

(09) Encontrei *ele* ontem.

(10) Esse rapaz, encontrei *ele* no trem.

(11) Esse rapaz aí que encontrei *ele*...

(Exemplos retirados de Galves (1986) [2001: 45])

A crescente substituição do uso do clítico pelo uso do pronome lexical *ele* e pelo uso de uma categoria vazia na fala também foi constatada na pesquisa desenvolvida por Corrêa (1991)¹⁸, em que a autora investigou as mesmas variantes analisadas por Duarte (*op. cit.*).

Os resultados da pesquisa de Corrêa (1991) revelam que o contexto favorecedor para o uso do clítico é a língua escrita culta e, não sendo natural entre os falantes mais jovens, precisa ser aprendido. Assim, o uso do clítico e o preenchimento do objeto nulo são aspectos de uma variante culta do PB, diferentemente do que é para o PE e para outras línguas românicas.

Essas conclusões estão baseadas no fato de que, nos textos orais analisados pela autora, houve um decréscimo significativo na utilização do objeto nulo pelos informantes escolarizados, uma vez que as ocorrências caíram de 38,9% na 1ª e na 2ª série para 12,45% nos dados dos informantes com formação superior. Entre os não escolarizados, verificou-se uma preferência pelo uso do objeto nulo, tal como ocorre nas séries escolares iniciais analisadas.

Uma questão importante apontada por essa pesquisa é que os clíticos acusativos acontecem de maneira inexpressiva na fala, não sendo registradas ocorrências até a 4ª série e ocorrendo em menos de 1% da 5ª a 8ª série e em 2% no Ensino Superior.

¹⁸ O estudo sincrônico desenvolvido por Corrêa (1991) buscou analisar o objeto nulo no Português Brasileiro - sob a perspectiva gerativista e com base na metodologia da sociolinguística - devido ao fato de que este, segundo autora, é notório na fala e escasso na escrita.

No que concerne aos dados de escrita, a diminuição do uso de objetos nulos também foi notada, variando de 27,7% nas séries iniciais do Ensino Fundamental a 14% nas séries finais. No Ensino Superior, o índice de ocorrência chega a apenas 2%. Ao mesmo tempo, os dados revelam um aumento do uso de clíticos, que vai de um índice de 2,7% na escrita da 3ª e da 4ª série, chegando a 8% no Ensino Fundamental, atingindo, por fim, 18% no Ensino Superior.

Desse modo, Corrêa (*op. cit.*) chega à conclusão de que a escolaridade parece influenciar na recuperação do uso de clíticos no PB, pois quanto maior o nível de escolarização, maior o seu uso. A autora ainda afirma que o falante culto emprega o clítico, assim como o objeto nulo e até o pronome lexical *ele* na fala coloquial, da mesma forma em que se nota os escolares já utilizando o clítico, sem, contudo, ter abandonado as outras formas de objeto referencial.

Essa variabilidade entre o uso do *Ele* e da categoria vazia na posição de objeto foi abordada por Figueiredo (2009)¹⁹ em sua tese de doutorado sobre o objeto nulo no Português rural baiano. Segundo a autora, os resultados registrados em sua análise parecem indicar que a perda do clítico de 3ª pessoa não levou inicialmente à realização do *Ele*, mas a ampliação do uso do objeto nulo. No entanto, os dados também indicam que o *Ele* parece ter se disseminado posteriormente à perda do clítico e estaria se difundindo nos contextos de objeto nulo, “considerando a sua trajetória na retomada de DPs com traço [-animado] e a faixa etária dos informantes” (FIGUEIREDO, 2009: 138). De acordo com a autora, a frequência de uso do pronome lexical aumenta na medida em que a faixa etária dos informantes diminui.

Outro fato interessante acerca do preenchimento da posição de objeto direto anafórico pelo pronome lexical apontado por Figueiredo (*op. cit.*) é que nos dados do português rural baiano o traço de animacidade do antecedente não parece ser crucial para a escolha do falante. Os seus dados indicam que os falantes fazem uso do *Ele* mesmo com

¹⁹ A pesquisa de Figueiredo (2009) foi citada e referenciada por se tratar de um estudo recente acerca do objeto nulo e por levantar questões interessantes sobre o licenciamento dessa categoria, no entanto, cumpre observar que, por analisar dados de um dialeto rural do PB e do PE, os resultados da autora não chegam a ser comparáveis com os resultados encontrados por essa pesquisa.

anteriores [-animados], contexto que, segundo Cyrino (1994) favorecerá o uso da categoria vazia, conforme veremos nas próximas seções.

Vê-se, portanto, através das pesquisas supracitadas, que - dentre os variados recursos de realização da posição de objeto direto anafórico - o uso de uma categoria vazia é a estratégia mais utilizada pelos falantes do PB. Em virtude disso, será apresentada a seguir uma discussão sobre o estatuto dessa categoria e sobre quais as condições que favorecem o seu aparecimento.

1.2.2. A Categoria Vazia em Posição de Objeto Direto

1.2.2.1. A natureza da categoria vazia em posição de objeto direto

O objeto nulo é um tipo de categoria vazia que se caracteriza de diferentes maneiras a depender da língua em estudo e do tipo de antecedente que este elemento possui. Além do objeto nulo com antecedentes sentenciais (quando esta posição poderia ser preenchida pelo clítico neutro ‘o’), têm-se objetos nulos com antecedentes cuja interpretação é genérica (*cf.* Rizzi (1986) para o italiano), com antecedentes cuja interpretação é não específica/ indefinida (*cf.* Campos (1986) para o espanhol) e com antecedentes cuja interpretação é específica/ definida (*cf.* Huang (1984) para o chinês). O grupo dos objetos nulos com interpretação específica/ definida ainda se divide em dois: aqueles com antecedentes específicos e [+ animados] e aqueles com antecedentes específicos e [- animados].

Segundo Galves (1989) [2001], “no grupo das línguas românicas, o português parece ser a única língua que admite um objeto nulo do mesmo tipo do objeto nulo do chinês, que pode receber uma interpretação específica definida” (GALVES, 1989 [2001: 73]). No entanto, há diferenças no que concerne ao estatuto dessa lacuna nas duas variedades do português: o brasileiro e o europeu.

No Português Brasileiro, mais especificamente, o uso de uma categoria vazia na posição de objeto ocorre de forma pouco restrita, fazendo com que essa estratégia de

anaforização seja considerada como uma particularidade que o distingue do Português Europeu. Em virtude disso, diversos estudos (cf. Galves (1989) [2001], Corrêa (1991), Cyrino (1994), Barra Ferreira (2000), Figueiredo (2009)) buscaram compreender a natureza desta categoria vazia, bem como os contextos em que ocorre.

A discussão sobre o estatuto das categorias vazias se centra em torno da Tipologia das Categorias Vazias, proposta em Chomsky (1986), e - de acordo com essa tipologia - a lacuna na posição de objeto direto tem sido interpretada de diferentes maneiras: tanto como variável (Huang (1984) para o Chinês, Raposo (1986) para o PE), quanto como *pro* (cf. Galves (1989) [2001], Kato (1993), Barra Ferreira (2000) - para o PB). Há ainda autores que a interpretam como elipse (cf. Cyrino (1994) e Figueiredo (2009)). Vê-se, portanto, que o estatuto dessa categoria vazia não é uniforme para todas as línguas e para todas as análises.

1.2.2.1.1. Objeto nulo é uma variável

A investigação da natureza da categoria vazia na posição de objeto direto ganhou força no âmbito da teoria gerativa a partir do trabalho seminal de Huang (1984) sobre o objeto nulo do chinês. Para este autor, o objeto nulo do chinês é uma variável ligada por um tópico nulo, ou seja, um operador que pode ser foneticamente não realizado, mas cujo conteúdo pode ser recuperável no discurso (cf. exemplo (12)):

(12) ²⁰[TOP Oi], Zhangsam shuo Lisi bu renchi **e_i**²¹
Zhangsam diz Lisi não conhece.
“[TOP]_i Zhangsam_i disse que Lisi conhece **e_i**”

(Exemplos retirados de Huang (1984: 542))

²⁰ No inglês, o elemento topicalizado em sentenças como a apresentada em (12) seria obrigatório, o que leva Huang a distinguir as línguas orientadas para o discurso (chinês, PB) e as línguas orientadas para a sentença (inglês).

²¹ O símbolo **e** nos exemplos de Huang (1984) equivale a uma categoria vazia.

O autor classifica o objeto nulo do chinês como uma variável em virtude do fato de que essa categoria em chinês não pode ter um antecedente em posição A. Esse estatuto deriva do princípio C da teoria da regência e da ligação que prediz que uma categoria vazia correferente a uma posição A-barras (não-argumental) é classificada como variável.

Além disso, a partir da sentença em (12), percebe-se que “o ON se encontra em uma posição regida, o que descarta sua identificação como PRO. A ausência de um antecedente local que o ligue descarta a possibilidade de se tratar de um elemento anafórico” (BARRA FERREIRA, 2000: 59).

Huang (*op. cit.*) ainda aponta para o fato de que o objeto nulo em chinês não pode ser interpretado como *pro*, pois o uso de uma categoria vazia e o uso de um pronome nessa língua apresentam diferentes possibilidades referenciais, tal como se pode verificar nos exemplos em (13) abaixo:

(13) a. Zhangsam_i shuo [e_i bu renshi Lisi]

Zhangsam diz não conhece Lisi.

“Zhangsam_i disse que [ele]_i não conhece Lisi”

b. Zhangsam shuo [Lisi bu renshi e]

Zhangsam diz Lisi não conhece.

“Zhangsam_i disse que Lisi não conhece [him]_i”

(Exemplos retirados de Huang (1984: 537))

Para o autor, na sentença em (13a), o sujeito apagado da sentença encaixada pode se referir tanto ao sujeito da oração matriz, quanto a alguém cuja referência é fixada fora da sentença. Já em (13b), o objeto nulo da sentença encaixada só pode se referir a alguém cuja referência é fixada fora da sentença, não podendo se referir ao sujeito da oração matriz. Assim, para que houvesse uma dupla interpretação, seria necessário que a

posição de objeto estivesse preenchida, tal como acontece em inglês (*cf.* exemplos em (14)).

(14) a. John said that he knew Bill.

b. John said that Bill knew him.

(Exemplos retirados de Huang (1984: 538))

Em (14a), o pronome sujeito da sentença encaixada pode se referir tanto a John quanto a alguém cuja referência seja distinta de John. Interpretação semelhante pode ser obtida em (14b), em que, devido ao fato de o pronome [him] ser livre em referência, pode-se ter tanto a interpretação de que [him] se refere ao sujeito da oração matriz [John], quanto àquela em que [him] se refere a alguém cuja referência é distinta de John, ou seja, algum referente recuperado no discurso.

A partir da comparação com o inglês, Huang (*op. cit.*) conclui que a categoria vazia em posição de objeto em chinês não pode ser *pro*, já que a possibilidade de dupla interpretação só é possível quando a posição de objeto está preenchida por um pronome, como no inglês. Quando há uma categoria vazia nessa posição, só uma leitura torna-se possível. Desse modo, o autor argumenta em favor de que a categoria vazia na posição de objeto em chinês é, de fato, uma variável ligada a um tópico nulo.

Baseado na proposta de Huang (*op. cit.*), Raposo (1986) analisou o objeto nulo no Português Europeu, estendendo a análise daquele autor para esta língua. Para Raposo (*op. cit.*), a categoria vazia na posição de objeto em PE pode ser classificada também como uma variável²² ligada a um operador nulo, uma vez que esta categoria só é permitida nesta língua em contextos em que uma variável é possível.

²² Cumpre ressaltar que Raposo, em um artigo lançado em (2004), modifica a sua análise sobre o estatuto da categoria vazia em posição de objeto no Português Europeu, revendo o juízo de agramaticalidade em relação à ocorrência de objetos nulos em contextos de ilha. Desse modo, por considerar, no artigo de (2004), essas ocorrências somente marginais, Raposo defende que o objeto nulo em português seja ao mesmo tempo um *pro* e uma variável, em níveis derivacionais distintos. Para maiores detalhes sobre a proposta do autor, remeto o leitor ao referido artigo.

Segundo Cyrino (1994), “o argumento de Raposo para o objeto nulo do PE como uma variável, vestígio de movimento, é o fato de que essa categoria vazia é impossível em sentenças que seriam ilhas para movimento” (1994:35), tal como no exemplo (15) apresentado abaixo:

(Falando de documentos importantes)

(15) * Eu informei a polícia da possibilidade de o Manel ter guardado ___ no cofre da sala de jantar.

(Exemplo retirado de Raposo (1986: 381))

O exemplo apresentado acima mostra que a ocorrência de objetos nulos no Português Europeu não seria possível nesse contexto de ilha (uma oração completiva nominal), pelo fato da categoria vazia estar ferindo o princípio da subjacência. Além de uma categoria vazia não poder ocorrer em uma construção de NP complexo como em (15), Raposo (*op. cit.*) apresenta outros ambientes sintáticos em que a ocorrência de uma categoria vazia é impossível ora por violar o princípio de subjacência (*cf.* exemplos (16) e (17)), ora por ferir as condições sobre o domínio de extração (*cf.* exemplo (18)). Uma categoria vazia em PE ainda não é aceitável em casos envolvendo o filtro de COMP duplamente preenchido (*cf.* exemplo (19)).

- Sentença Relativa:

(Falando dos bolos deliciosos que estão em cima da mesa)

(16) *O rapaz que trouxe ___ mesmo agora da pastelaria era o teu afilhado.

- Sujeito sentencial:

(Falando sobre um novo computador da IBM)

(17) * Que a IBM venda ___ a particulares surpreende-me.

- Sentença adjunta:

(Falando do mapa que indica a localização do tesouro)

(18) * O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado ___ cuidadosamente no cofre.

- Filtro de COMP:

(19) * Quando_j é que o Manel vai oferecer ao Antonio e_i t_j?

(Exemplos retirados de Raposo (1986: 382-383))

De acordo com Raposo (*op. cit.*), a agramaticalidade das sentenças apresentadas acima mostra que a categoria vazia no PE é, de fato, de uma variável por ser sensível ao princípio da subjacência como os vestígios de WH, às condições sobre domínio de extração e sobre o filtro de COMP duplamente preenchido.

Tal análise, todavia, não é adequada para o PB, uma vez que todas as sentenças envolvendo uma categoria vazia, consideradas como agramaticais em PE, são aceitáveis em PB, evidência empírica que levou alguns autores (*cf.* Galves (1989) [2001], Farrell (1990), Barra Ferreira (2000)) a argumentar em favor do caráter pronominal do objeto nulo do PB, como veremos na próxima seção.

1.2.2.1.2. Objeto nulo é um *pro*

O objeto nulo do PB difere do objeto nulo do PE, devido ao fato de que todos os exemplos apresentados na seção anterior envolvendo violação de ilhas nesta última variante do português são perfeitos na primeira. Essa constatação evidencia que o PB mostra-se insensível quanto ao fato de ocorrer ou não no interior de uma ilha, conforme notado por Galves (1989), o que leva esta autora a classificar o objeto nulo do PB como um *pro*.

Para esta autora,

se, para o PE, o argumento de Raposo é forte, para o PB ele também é, mas no sentido contrário. A partir dessa análise, podemos concluir que o efeito dos princípios de localidade só define um tipo de objeto nulo em PB, e que não se trata de uma variável, mas de um elemento de natureza pronominal (GALVES, 1989 [2001: 76]).

Ainda segundo Galves (1997) [2001], o único contexto em que o PB e o PE apresentam a mesma restrição sobre o objeto nulo é em sentenças onde o antecedente do objeto nulo é o sujeito da frase principal (*cf.* exemplos (20) e (21)). Quando se preenche a posição de objeto em PB, a co-referência nessas sentenças deixa de ser problemática (*cf.* exemplos (22) e (23)), mostrando que aparentemente o pronome nulo e o pronome lexical não estão em variação livre neste caso.

(20) *O José_i impediu a esposa de matar **e_i**

(21) *O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer **e_i**

(22) O José_i impediu a esposa de matar **ele_i**

(23) O José_i sabe que a Maria gostaria de conhecer **ele_i**

A agramaticalidade de sentenças como (20) e (21), de acordo com Galves (1997) [2001], está baseada em restrições semântico-discursivas, em que o fato de o sujeito

dessas sentenças ser o sujeito da fala as torna agramaticais, pois não é natural que o mesmo sujeito de uma fala seja o tópico dela. Por outro lado, quando os sujeitos das sentenças não são agentes, estas se tornam gramaticais. Seguindo Farrell (1987), Galves explica essa restrição pelo conceito de logoforicidade, que “impede os argumentos de um verbo de ‘comunicação ou experiência mental’ de serem a cabeça de uma cadeia tópica, legitimando uma categoria vazia, a menos que eles tenham um grau suficiente de saliência discursiva” (GALVES, 1997: 159).

Por outro lado, quando o sujeito da sentença não é o sujeito da fala, como em (24)-(25), a sentença se torna gramatical.

(24) Esse tipo de garrafa_i impede as crianças de abrirem _____i sozinhas.

(25) Esse prato_i exige que o cozinheiro acabe de preparar _____i na mesa.

Além disso, conforme aponta Galves, baseado num argumento de Farrell (1987), determinadas sentenças que aparentemente seriam agramaticais em PB, dentro de um contexto apropriado, se tornam gramaticais (*cf.* exemplos (26) e (27)), favorecendo a hipótese de que parece haver uma restrição semântico-discursiva no que concerne ao licenciamento das categorias vazias em PB e não somente uma restrição gramatical.

(26) *Ele_i insiste que ninguém beijou _____i.

(27) Todo mundo diz que Maria beijou Pedro_i depois do baile. Mas ele_i insiste que ninguém beijou _____i.

Outros autores explicam diferentemente o contraste entre 20-23 e 24-25. Segundo Bianchi e Figueiredo (1994), as sentenças em (24) e em (25) são gramaticais em virtude do fato de os referentes dos objetos nulos serem inanimados. Voltamos à questão da animacidade na seção 1.2.1.2.2..

A categoria vazia em PB é, portanto, classificada por alguns autores (*cf.* Farrell (1987), Galves (1989) [2001], Barra Ferreira (2000)) como um *pro*, vinculado a um tópico do discurso. O fato de essa categoria vazia ser possível em contextos de ilhas mostra uma restrição de ordem gramatical que impede de classificá-la como uma variável, tal como o é em PE.

1.2.2.1.3. Objeto nulo é elipse

Recentemente, outra abordagem tem sido discutida em relação à classificação do objeto nulo: a proposta de que este elemento corresponde a uma elipse. “De forma diferente das CVs, uma elipse é motivada por fatores discursivos a fim de evitar redundâncias e sua interpretação se dá no contexto discursivo ou no contexto situacional” (Figueiredo (2009:29)).

De acordo com Cyrino (1994), o objeto nulo seria o resultado de um processo semelhante ao processo da elipse de VP e a sua interpretação se daria mediante o processo de reconstrução do material elidido em FL (forma lógica). Em outras palavras, mediante esse processo, o objeto nulo do PB é interpretado em forma lógica como uma cópia do seu antecedente. Trata-se de uma operação de cópia particular, sem reflexo em FF (forma fonética).

Nas palavras da autora, “o objeto nulo do português do Brasil é resultado de reconstrução, e se tornou assim devido à existência de estruturas de elipse sentencial, em que há reconstrução de um DP/NP antecedente” (CYRINO, 1994: 138). Para ela, alguns pronomes, por estarem em uma posição baixa na escala de referencialidade, caso do *it* do inglês e do *o* do português, podem ser nulos. No entanto, apesar de apagados, esses pronomes são interpretados, devido à presença de um antecedente que recupera o seu conteúdo, o que justifica a hipótese de reconstrução em FL. Assim, o objeto nulo se caracteriza como uma elipse de DP na posição de complemento verbal que exprime uma entidade com os traços [-animado; +/- específico].

Com vistas a argumentar em favor da sua hipótese de que o objeto nulo é, na verdade, um processo de elipse e reconstrução em FL, e não um *pro* ou uma variável, Cyrino (2006) apresenta fatores históricos e fatores internos à sintaxe para embasá-la.

Cyrino (1994) justifica a proposta de que o objeto nulo do PB é um caso de elipse devido ao fato de que nos dados da sua pesquisa, a estrutura com elipse proposicional aumenta no decorrer do tempo, em detrimento da estrutura com o clítico neutro. Esta constatação levou a autora a levantar a hipótese de que o objeto nulo do PB seja uma reanálise diacrônica, uma vez que estendeu-se a possibilidade da elipse para as estruturas com clíticos cujos antecedentes se assemelham ao clítico neutro ([-animado], [-específico]).

O principal argumento sintático utilizado por Cyrino (2006) está baseado na constatação de que o objeto nulo em PB suscita a mesma ambigüidade de leituras (estrita e imprecisa) que se encontra nos casos de elipse de VP, “que não existem quando o pronome que retoma o antecedente está presente” (CYRINO, 2006: 58), tal como tal como se pode verificar no exemplo (28) abaixo:

(28) João espera ganhar **seu carro**_i no natal, mas Pedro [vai comprar _____i]
antes.

____ = o carro de João/ o carro de Pedro.

(29) João espera ganhar **seu carro**_i no natal, mas Pedro vai comprá-lo/ **ele**
antes.

(Exemplo retirado de Cyrino (1994: 148))

Ao preencher a lacuna da posição de objeto na sentença acima somente uma leitura se torna possível (*cf.* exemplo (29)), o que leva Cyrino (1994) a propor que essa lacuna não pode ser *pro*, pois caso o fosse, a presença do pronome não restringiria a dupla possibilidade de interpretação dessa lacuna. Nas palavras de Cyrino (2006),

se afirmamos que o objeto nulo é *pro* não podemos explicar a diferença entre o pronome nulo e o pronome aberto sem entrar em estipulações que comprometem a própria formulação de *pro*, inclusive como categoria vazia para o sujeito nas línguas de sujeito nulo (CYRINO, 2006: 58).

Assim, a possibilidade de haver duas leituras em sentenças como a apresentada em (28) é considerada por Cyrino (1994) como uma evidência para a classificação do objeto nulo do PB como elipse em FF e reconstrução em FL, pois a categoria vazia suscita, além da leitura estrita, uma leitura imprecisa, enquanto que o preenchimento por meio de um pronome não o faz.

Barra Ferreira (2000), todavia, contesta a análise baseada na dupla possibilidade de leituras (estrita e imprecisa) de sentenças para classificar o objeto nulo como elipse, a partir da análise da sentença apresentada a seguir:

(30) João publicou [seu livro] _i pela editora A antes da Maria enviar _____i para a editora B.

(Exemplo retirado de Barra Ferreira (2000: 85))

Para este autor, a sentença em (30) apresenta somente uma possibilidade de leitura, que é a leitura estrita, em que João publicou o seu livro pela editora A, antes da Maria enviar este mesmo livro para a editora B. Esta única possibilidade de leitura é o que se espera se a categoria vazia for um pronome, o que se verifica, pois se preenchermos a posição vazia com um pronome lexical, somente a leitura estrita continua a ser possível (*cf.* exemplo (31)).

(31) João publicou [seu livro] _i pela editora A antes da Maria enviar ele_i para a editora B.

(Exemplo retirado de Barra Ferreira (2000: 86))

Desse modo, o autor conclui que não se pode estender a explicação da reconstrução a todas as sentenças, uma vez que as categorias vazias presentes em (28) e em (30) não são da mesma natureza em FL e que na última “temos razões para acreditar que se trata de um pronome” (BARRA FERREIRA, 2000: 86).

Apesar da ausência de consenso nas diferentes análises em relação à natureza da categoria vazia em PB, parte das pesquisas considera que questões concernentes à referencialidade e à animacidade do antecedente são importantes para o favorecimento de uma categoria vazia ou o uso de um pronome pleno nessa posição (*cf.* Barra Ferreira (2000), Cyrino (1994), Figueiredo (2009)), tópico que será discutido na próxima seção.

1.2.2.2. Condições de aparecimento da categoria vazia em posição de objeto

Diversas pesquisas sincrônicas e diacrônicas atestam o aumento da frequência de objeto nulo no PB e, em virtude disso, diversos pesquisadores buscaram investigar quais são os elementos que favorecem a ocorrência de uma categoria vazia nesta posição (*cf.* Duarte (1986), Cyrino (1994), Barra Ferreira (2000), Figueiredo (2009)).

Essas pesquisas, em geral, defendem que – na maioria dos casos - o objeto nulo tem atualmente como antecedente um elemento inanimado ou um antecedente sentencial. Quanto aos fatores de animacidade e de especificidade do antecedente, Cyrino (1994) constatou que este traço é importante para a ocorrência do objeto nulo através do tempo. Para a autora, a categoria nula com antecedente NP [+específico] começa a se intensificar no século XIX e, além disso, esse aumento se dá apenas com o objeto nulo cujo antecedente é [-animado], tal como no exemplo a seguir.

(32) “Uma agência me indicou um sobrado na Praia Fermossa, por cima de um açougue, mas o dono não quis alugá ____” (Arthur Azevedo, p. 79)

(Exemplo retirado de Cyrino (1994: 164))

Quanto ao antecedente NP [-específico], Cyrino (1994) observou algo um pouco diferente, pois o índice de objeto nulo aumenta somente no século XX e, nesse século, parece que o traço ‘animacidade’ não é o fator mais relevante. “Inclusive, há mais nulos tendo como antecedente um NP [-específico, + animado] do que objetos preenchidos com o mesmo tipo de antecedente. Parece, portanto, que o aumento é causado pelo próprio traço [- específico]” (CYRINO, 1994: 173).

As constatações de Cyrino (1994) parecem indicar, portanto, que quando o antecedente está em uma posição baixa numa escala de referencialidade, ou seja, se o antecedente é [-animado] ou [-específico], tem-se um contexto favorecedor do uso de uma categoria vazia. Assim, a autora reforça a sua hipótese de que o objeto nulo no PB é resultado de reconstrução em FL de um conteúdo apagado em FF, quando seu antecedente é [-animado] ou [-específico, +animado].

Barra Ferreira (2000), ao estudar a natureza dos argumentos nulos no Português Brasileiro, também aponta a questão da animacidade como crucial para o favorecimento do objeto nulo no PB (*cf.* exemplos (33) e (34) abaixo).

(33) Esse livro_i decepcionou as pessoas que tentaram ler ON_i.

(34) *Esse artista_i decepcionou as pessoas que tentaram cumprimentar ON_i.

(Exemplos retirados de Barra Ferreira (2000:63))

Para o autor em questão, a única diferença entre os exemplos acima é o fato de que, em (33), o objeto nulo é licenciado devido ao traço [-animado] do antecedente, contrariamente ao que ocorre em (34), em que, em virtude do antecedente ser [+animado], o objeto nulo não seria favorecido. Assim, para que a sentença (34) se tornasse gramatical seria esperado o preenchimento desta posição por um clítico ou por um pronome lexical.

Esses fatos foram observados também em Duarte (1986), cujos resultados, no que concerne ao nível semântico, também evidenciaram que o traço [-animado] do antecedente favorece fortemente a não-realização fonológica do objeto direto anafórico, enquanto a sua realização fonológica é favorecida pelo traço [+animado] de seu antecedente, conforme os resultados da tabela seguinte:

Tabela 04 - Distribuição das variantes usadas segundo o traço semântico do objeto

Traço	Variantes							
	Clítico		Pronome Lexical		SN		[SNe]	
	quant.	%	quant.	%	quant.	%	quant.	%
[+animado]	76	78,4	281	92,4	99	29,3	293	23,7
[-animado]	21	21,6	23	7,6	239	70,7	942	76,3
Total	97	100,0	304	100,0	338	100,0	1235	100,0

Fonte: Duarte (1986:28)

Como se pode verificar nos dados da tabela, o traço [-animado] favorece o apagamento do objeto, constatação a que também chegou Corrêa (1991) na análise dos seus dados, que salientou, além da questão da animacidade, o fato de que o uso do objeto nulo está correlacionado com a função sintática do co-referente. Segundo ela, quando esse co-referente é também objeto direto, há maior ocorrência de não preenchimento desta posição.

A questão do compartilhamento da função sintática e do papel semântico do antecedente e do objeto retomado também foi abordada na pesquisa desenvolvida por Figueiredo (2009), sobre o objeto nulo no português rural baiano. Segundo a autora, a questão da animacidade do antecedente não é um fator categórico na escolha entre o uso de uma categoria vazia em posição de objeto e o uso do pronome lexical *Ele*, pois haveria

alguma diferença sintática envolvida nesta escolha, como a identidade estrutural²³ e temática entre o objeto nulo e o antecedente.

Os dados da pesquisa desenvolvida por Figueiredo (*op. cit.*) indicam que o *Ele*, embora seja desfavorecido com antecedente [-animado], apresenta peso relativo (.42), resultado estatisticamente considerado bem próximo da média probabilística de (.50). “Este comportamento revela que o ELE, além do traço de nominativo, estaria perdendo, nas comunidades analisadas, traços que o identificariam como [+animado] ou até mesmo [+humano]” (FIGUEIREDO, 2009: 106), tal como se pode verificar nos exemplos em (35) a seguir.

(35) a. DOC: Você faz o que com o cacau, poda?

INF: É o **cacau_i** a gente poda ____, [clona **ele_i**], é aduba ____. (SAR²⁴-03)

b. **Tarrafa_i** é um... negócio grande de cordão. Aí, a gente [joga **ela_i** den'd'água], aí ve... pega o pêxe. (SAR-07).

c. antigamente, eu, a senhora podia pegá **um pedaço de toicinho_i**, [salgava **ele_i**] botava lá, ele levava oito dia, quinze dia. (SAS-11).

(Exemplos retirados de Figueiredo (2009:106))

Nos exemplos acima, o *Ele* retoma antecedentes com traço [-animado]. Além disso, em (35ab), há a retomada de um DP com traço [+genérico], o que, segundo Figueiredo (*op. cit.*), favoreceria o uso do objeto nulo. Ainda segundo a autora,

quando o ELE retoma antecedentes com traço [-animado], a sua frequência cresce à medida que a faixa etária dos informantes diminui. (...) Isso revela que o ELE com traço [-animado], nesse dialeto seja inovador, visto ser favorecido na faixa dos indivíduos mais jovens (FIGUEIREDO, 2009:107).

²³ A diferença estrutural apontada pela autora diz respeito ao fato do objeto nulo e o seu antecedente terem a mesma função sintática, o que – segundo ela – favorece a ocorrência de um objeto nulo.

²⁴ As siglas utilizadas por Figueiredo indicam as fontes dos dados, de acordo com as comunidades estudadas por ela, a saber: Sapé (SP), a sede do município de Santo Antônio (SAS) e a zona rural deste mesmo município (SAR), seguido do número indicador do informante.

Com base nestes resultados, Figueiredo (*op. cit.*) refina os dados da sua análise por meio do cruzamento da variável animacidade com a posição sintática e o papel temático do antecedente, no intuito de verificar qual a frequência do objeto nulo quando este retoma um DP na posição de objeto direto ou quando o seu antecedente possui o mesmo papel temático. Como consequência, a autora chega à conclusão de que, ao considerar a posição sintática do antecedente, a variação entre o objeto nulo e o uso do *Ele* não é livre, pois o último é categórico quando correferente a um DP nas posições de Sujeito Básico, Objeto Indireto, Adjunto Adnominal e Adverbial. O objeto nulo, por sua vez, é licenciado quando compartilha com o antecedente o mesmo papel temático, tema/paciente. Desse modo, a variação entre as duas formas – objeto nulo e o pronome lexical *Ele* – fica mais evidente quando se considera o antecedente na posição de objeto direto.

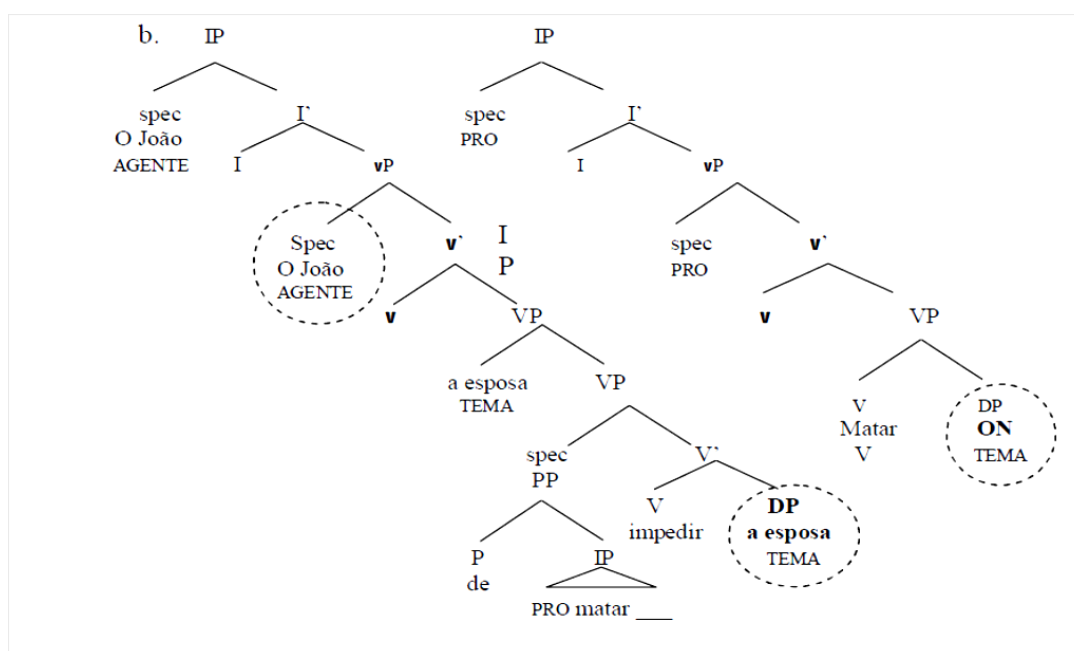
Para Figueiredo (*op. cit.*), apesar de a animacidade ser a diferença visível na análise dos dados, é a identificação das operações sintáticas aplicadas na derivação de uma sentença que se mostra importante para o licenciamento do objeto nulo. Isto desfaz a impressão de que o licenciamento do objeto nulo se deve, sobretudo, à ausência de animacidade do antecedente. A proposta da autora está, pois, baseada na questão da identidade temática e estrutural entre o objeto nulo e o DP retomado.

Cumprе ressaltar que, conforme aponta Figueiredo (*op. cit.*), o requerimento de que a coindexação entre a categoria vazia e o seu antecedente se dê através da satisfação de papel temático foi apontada por Galves (1989 [2001:83]). Com base, portanto, nessa idéia de que uma cadeia formada por dois papéis temáticos não distintos licencia o objeto nulo, Figueiredo (*op. cit.*) propôs ainda que a identidade entre a posição em que o objeto nulo e o seu antecedente são conectados durante a derivação²⁵ é importante para que esta categoria seja licenciada.

²⁵ Em linhas gerais, na versão Minimalista do modelo de Princípios e Parâmetros, pressupõe-se uma Numeração (Num), um conjunto de itens lexicais, do qual os elementos são retirados para serem conectados pelas operações de *Merge* (Concatenar) e *Move* (Mover) para derivar/gerar as sentenças da língua. Assim, uma derivação converge se a Num tiver todos os seus itens zerados (tiver sido esgotada). Caso contrário, é cancelada e a sentença torna-se agramatical.

Para dar suporte a sua proposta, a autora apresenta uma série de exemplos, bem como a derivação das sentenças. Assim, nas sentenças em (36) e em (37), pode-se verificar através da correferência proposta abaixo que o antecedente do objeto nulo está na posição de sujeito da sentença matriz em ambas as sentenças. No entanto, durante a derivação, os DPs na posição de sujeito dessas sentenças são conectados em posições distintas, uma vez que não possuem o mesmo papel temático.

(36) a. *O João_i impediu a esposa de PRO [matar ___]_i²⁶



(Exemplo e representação arbórea retirados de Figueiredo (2009: 172)).

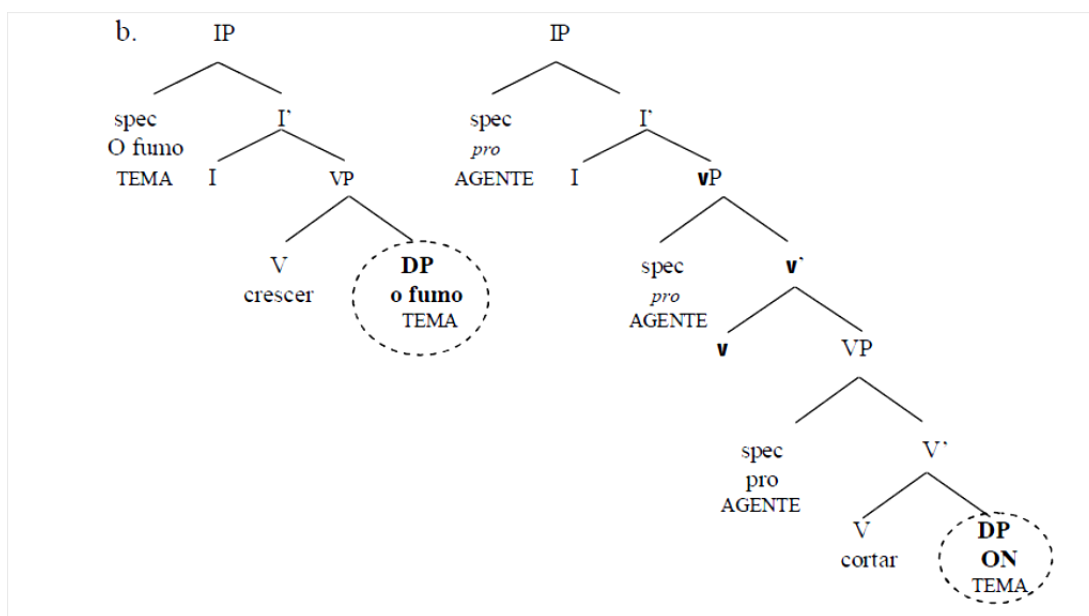
Segundo Figueiredo (*op. cit.*), na representação em (36b), é possível verificar que o objeto nulo e o seu antecedente são conectados em diferentes posições. Isto faz com que eles tenham papéis temáticos distintos e a sentença seja, portanto, agramatical²⁷. “O DP

²⁶ No original, a sentença e a representação arbórea estão com nomes distintos, a saber: José na primeira e João na última. Decidi uniformizá-los para facilitar a compreensão por parte do leitor.

²⁷ Para Figueiredo (2009), o papel temático possui um papel na estrutura e, por isso, tanto a posição em que os elementos são gerados, quanto o papel temático desses elementos exercem influência na gramaticalidade das sentenças.

agente O João é conectado na sentença matriz em spec de *vP*; enquanto o ON, cujo papel é de tema, é conectado na posição de complemento em *VP*” (FIGUEIREDO, 2009: 172-173). Já na sentença em (37), o objeto nulo e o antecedente compartilham o mesmo papel temático, além de haver coincidência entre a posição em que eles são gerados, o que resulta, segundo a hipótese da autora, na gramaticalidade da sentença.

(37) a. quando **o fumo_i** cresce, [corta _____i]



(Exemplo e representação arbórea retirados de Figueiredo (2009: 173)).

Desse modo, a idéia defendida por Figueiredo (*op. cit.*) para o licenciamento da categoria vazia no PB envolve a posição em que o objeto nulo e o seu antecedente são conectados. Quando há identidade entre estas posições, a derivação converge, no entanto, quando o objeto nulo e o antecedente são conectados em diferentes posições, a sentença não converge, comportamento que é refletido, na opinião da referida autora, no papel temático que o objeto nulo e o seu antecedente possuem. Em outras palavras, a autora

defende que o uso do objeto nulo é favorecido quando há à identidade estrutural e temática entre esta categoria e o DP retomado.

1.2.3. O objeto nulo em perspectiva diacrônica: hipóteses sobre a mudança

O estudo do objeto nulo em perspectiva diacrônica foi o tópico de investigação de Cyrino (1994), em que a autora, dentro do quadro teórico gerativista, buscou evidências para o surgimento dessa categoria descrita pelos estudos citados de Duarte (1986) e Corrêa (*op. cit.*).

Para tanto, Cyrino (1994) analisa textos de peças teatrais do tipo comédia e, quando não foi possível encontrar este gênero em algum século, a autora optou por utilizar textos de autores considerados populares pela literatura, em dados de 5 séculos - do XVI ao XX. A escolha metodológica da autora em trabalhar com peças teatrais está baseada no pressuposto de que este tipo de gênero textual reflete um padrão mais oral da língua e, portanto, deve evidenciar mais claramente uma possível mudança gramatical.

A pesquisa diacrônica desenvolvida pela autora levou em conta a constatação proveniente de estudos sincrônicos de que o objeto nulo não constitui um fenômeno uniforme entre as línguas, conforme discutido em seções anteriores. Há, segundo a autora, vários fenômenos sob a mesma designação (pro, variável e elipse), apesar de ser consensual que se assuma o caráter fórico do chamado 'objeto nulo' nas pesquisas.

Em relação aos dados, a análise do *corpus* diacrônico mostra *como e por que* o objeto nulo do português do Brasil surgiu. Segundo Cyrino (1994), devido a uma alteração de ordem externa, uma das opções oferecidas pela gramática para a realização fônica do objeto direto em certas estruturas, a opção 'clítico', foi abandonada. Esta alteração, segundo a autora, teria origem na fonologia, por meio da mudança na direção da cliticização fonológica, que limita a ocorrência de clíticos de terceira pessoa em certos contextos, tal como apontado por Nunes (1993). Assim, a partir da existência de evidência robusta e através da diminuição do número de ocorrências do clítico neutro 'o', houve uma mudança

diacrônica, que estendeu a possibilidade de reconstrução (e elipse) a DP/NPs [-animados], resultando no objeto nulo do PB.

No que concerne aos resultados, todos os séculos estudados pela autora apresentam objetos nulos, a diferença entre os séculos está no número de ocorrências para cada tipo e em relação ao tipo de antecedente. Segundo Cyrino (2003), observa-se que objetos nulos estão presentes nos dados diacrônicos desde o século XVI, o que se altera são os tipos de antecedentes que favorecem o aparecimento dessa categoria, tornando-se necessário que o fenômeno sintático em questão seja mais estudado, principalmente através de novos dados, com vistas à obtenção de resultados cada vez mais explicativos.

Os resultados da pesquisa quantitativa mostram um decréscimo de objetos diretos anafóricos preenchidos, que variam de uma porcentagem de 89,3 % no século XVI para um índice de 20,9% no século XX. Conseqüentemente, há um aumento do uso de objetos nulos: de 10,7% no século XVI, atingindo o índice de 79,1% no século XX.

Para Cyrino (1994), o objeto nulo sempre foi possível na língua, mas houve mudança em sua incidência. A mudança atingiu primeiro a posição nula com antecedente 'sentencial', seguindo-se a posição com antecedente predicativo, o NP [+específico/-animado] e, finalmente, o objeto nulo com antecedente NP [-específico]. Houve, segundo a autora, uma mudança radical, a partir do século XIX, do objeto nulo com antecedente NP [-específico]. O objeto nulo cujo antecedente é um NP [+específico] aumenta em frequência a partir do século XIX. A elipse sentencial, no entanto, já aumenta a partir do século XVIII. Por fim, a elipse predicativa segue um padrão semelhante à ocorrência da elipse sentencial, atingindo 100% no século XX.

Os dados mostram, segundo Cyrino (1994), que os casos de alternância entre a elipse sentencial e o clítico 'o' neutro sempre foram possíveis em PB desde o século XVI. Há uma ocorrência de 20% de elipse sentencial (*cf.* exemplo (38)) *versus* 80 % de clítico neutro 'o' (*cf.* exemplo (39)), e ainda 55,6% de elipse predicativa (*cf.* exemplo (40)) contra 44,4 % de preenchimento por 'o' nesse século (*cf.* exemplo (41)). A ocorrência de elipse sentencial mostra que esse também é o tipo de objeto nulo mais frequente nos séculos XVI e XVII (ao lado de objetos nulos com antecedentes não [-específicos] neste último).

(Gil Vicente, p. 122)

(38) ...tomaste ante como ante
por marcante
o cossário Satanás
porque queres _____. (cf. porque o queres)

(Gil Vicente, p. 256)

(39) Se eu disser, isto é novelo,
Havei-*lo* de confirmar.

(Camões, p. 166)

(40) Eu inda agora não creio
Que he verdade este amor
Mas praça a Deos, se assim for ____ (cf. se assim o for)

(Camões, p. 29)

(41) Sejamos juntos na morte
Pois o não somos na vida.

(Exemplos retirados de Cyrino (1994: 166-168))

Assim, os dados revelam que, aparentemente, os falantes poderiam escolher entre usar a elipse ou o clítico em tais estruturas. A gramática permitia ambas as opções. Porém, nos dados do PB, observa-se que essa distribuição é semelhante somente nos séculos XVI e XVII, mudando a partir do século XVIII. Existindo a opção, o falante dos séculos XVI e XVII preferia a variante clítico, enquanto que o falante do século seguinte já

começa a preferir a elipse, essa opção aumentando drasticamente no século XX, chegando a 100%.

Por fim, Cyrino (1994) traçando a evolução do objeto nulo e explicando o *como*, o *quando* e o *porquê* da mudança, conclui que

primeiramente temos a mudança fonológica no século XVII que impossibilita a ocorrência de clíticos de terceira pessoa em certos contextos. No século XVIII, devido a essa alteração, há uma diminuição no número de clíticos neutros, pois o falante tem a sua disposição uma opção oferecida pela gramática: pode dizer a mesma coisa usando a elipse sentencial. Há, então, uma alteração na evidência positiva: um maior número de reconstruções onde o resultado ‘audível’ é a elipse (em oposição ao clítico). Em outras palavras, deixa-se a posição nula, onde é possível, por causa da mudança na direção da cliticização fonológica, a qual torna difícil o licenciamento do clítico de terceira pessoa em certos casos. No século XIX, através da existência de elipse sentencial, resultado de reconstrução de DP/NP, a criança produz o objeto nulo com antecedente |-animado|, sendo este também resultado do processo ‘reconstrução’ em FL. Com isso, temos mais um caso de ‘opção’ entre nulo *vs.* clítico, pendendo a balança mais uma vez para o lado do nulo, tornando o clítico cada vez mais raro no PB, alterando mais uma vez a evidência positiva. Ao mesmo tempo, temos nesse século a emergência de mais uma opção para a realização do objeto, quando a reconstrução não é possível: o pronome tônico (CYRINO, 1994: 187).

A partir dessas constatações, a autora reforça a sua hipótese de que o objeto nulo no PB seja o resultado de reconstrução quando seu antecedente é |-animado| e argumenta que a mudança envolvendo o objeto nulo do PB reflete uma mudança no paradigma pronominal para a posição de objeto no Português Brasileiro.

Assim, com base nas evidências apresentadas por Cyrino (*op. cit.*) de que houve mudança no paradigma pronominal do PB, a hipótese que fundamenta essa pesquisa é a de que a análise dos dados diacrônicos deve nos mostrar um uso cada vez maior de objetos nulos com antecedentes cada vez menos restritos e em contextos sintáticos também pouco restritos.

1.3. RESUMO DO CAPÍTULO

Nesse capítulo foram tratadas questões concernentes à abordagem teórica adotada nesta pesquisa, por meio da apresentação de tópicos envolvendo a linguística histórica e a concepção de mudança gerativa aqui adotada. Para tanto, tornou-se fundamental a compreensão da concepção de gramática com a qual trabalhamos. Segundo Chomsky (1986), o termo *gramática* corresponde a dois conceitos diferentes, a saber: Língua-I, correspondente à competência mental adquirida no processo de aquisição da linguagem e Língua-E, que corresponde aos enunciados produzidos pela Língua-I e permite levantar hipóteses sobre a competência linguística dos falantes.

Por se tratar de uma pesquisa com dados históricos, foram abordadas também questões atinentes à periodização do português e do português brasileiro, com vistas à compreensão das características e do contexto histórico que envolve a gramática de meados e fins do século XIX e meados do século XX. Segundo os autores citados no referencial teórico (*cf.* Galves, Namiuti e Paixão de Souza (2006), Galves (2007)), há indícios de que o século XVIII é o marco para a mudança que gerou a constituição do PB, distinguindo-o do PE. Em relação especificamente à periodização do Português Brasileiro proposta por Lobo (2001), os dados que constituem esta pesquisa cobrem o período final da 1ª fase e a 2ª fase da história, cujo marco divisor entre elas é o ano de 1850, devido ao fim do tráfico de escravos no Brasil.

Quanto ao objeto direto anafórico do PB, foram apresentados diversos trabalhos sincrônicos (*cf.* Duarte (1986), Galves (1989) [2001], Corrêa (1991), Barra Ferreira (2000), Figueiredo (2009)), e diacrônicos (*cf.* Cyrino (1994)) que trabalharam com este tópico, no intuito de identificar as questões que precisam ser mais bem exploradas por esta pesquisa. Os trabalhos citados indicam que o PB tem se constituído como uma língua de objeto nulo, cujo licenciamento está submetido tanto aos requerimentos semânticos de animacidade e de especificidade do antecedente, quanto ao aspecto sintático do requerimento de identidade estrutural e temática entre esta categoria e o DP retomado. Em relação às formas de preenchimento da posição de objeto, os estudos descritos indicam haver um decréscimo no uso de clíticos nessa posição, substituído ora pela categoria vazia, ora por um sintagma

nominal anafórico. O falante faz uso ainda de pronomes lexicais e, a depender do tipo de *corpus* analisado, esta estratégia tende a superar as demais. Desse modo, é objetivo dessa pesquisa verificar se os resultados encontrados por meio da análise dos artigos jornalísticos estão no caminho daqueles apontados pelos estudos sincrônicos e diacrônicos citados.

“Para atingir o objetivo de reconstrução de uma história do português brasileiro, teremos de enfrentar a reconstrução de uma história social linguística do Brasil, a partir de fontes históricas múltiplas (...); teremos de interpretar numa perspectiva sócio-histórica linguística ou sociolinguística e linguística (...) o português brasileiro no seu passado em direção ao presente, com base em *corpus* documental seriado que represente tanto as normas vernáculas como as normas cultas; teremos de comparar o português brasileiro com o europeu desde, pelo menos, o português de quinhentos em direção aos nossos dias” (Mattos e Silva, 2004: 67).

Capítulo 2

Este capítulo aborda a questão da constituição do *corpus* e da metodologia adotada por essa pesquisa. Para tanto, oferece uma reflexão sobre as fontes de *corpora* para o estudo histórico da língua, bem como do uso do jornal como fonte de pesquisa histórico-linguística, uma vez que este gênero textual funcionou como um referencial para a norma culta brasileira dos séculos XIX e XX. Por fim, são apresentados os periódicos que constituem o *corpus* da pesquisa e a metodologia adotada para a formação do referido *corpus* e para a análise dos dados.

2. APRESENTAÇÃO HISTÓRICO-LINGUÍSTICA DO *CORPUS* E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

2.1 REFLEXÕES ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

2.1.1. Fontes de *corpora* para o estudo histórico da Língua

Um dos grandes desafios enfrentados hoje por estudiosos da língua numa perspectiva histórica é a seleção de fontes²⁸ adequadas para o seu estudo em diferentes épocas. Durante muito tempo, as pesquisas com foco na variação e mudança linguísticas privilegiaram a modalidade falada da língua, com base no pressuposto de que os processos de variação entre formas surgem na interação dos falantes, de forma cotidiana. Dessa maneira, “se a mudança nasce *na* e *da* variação, e se essa é característica da língua falada, cabe[ria] ao historiador da língua buscar nos documentos históricos disponíveis aqueles que mais refletem a linguagem usual, livre das pressões normativas – o vernáculo” (BERLINCK, BARBOSA e MARINE, 2008: 171 – grifos das autoras).

Muitos estudos históricos da língua foram desenvolvidos, então, baseados nessa crença. Entre eles, podemos citar o trabalho de Cyrino (1994) descrito no capítulo anterior sobre o *Objeto Nulo no Português do Brasil*, em que a autora buscou trabalhar com textos que representassem a língua oral, na medida em que é essa a evidência para a criança ao adquirir a linguagem. Assim, Cyrino (*op. cit.*) se propôs a analisar as peças teatrais do tipo comédia, mas quando estas não estavam disponíveis em algum dos períodos estudados, a autora selecionou obras de autores considerados populares por estudiosos da literatura. Destes autores populares, ela analisou também cantigas, modinhas, poesias sátiras e romances.

²⁸ Um texto que exemplifica bem o desafio do ajuntamento de fontes para o estudo da História do Português, em sua variedade popular, é o artigo de Oliveira (2008) - *Ajuntamentos de Fontes para a História do Português Popular Brasileiro: Amores, Desamores e Outras Espécies de Dores* -, em que o autor trata de três obstáculos enfrentados pelo pesquisador ao buscar fontes históricas: a sua raridade, a sua dispersão arquivística e o seu mínimo quociente de durabilidade. Para maiores detalhes, remeto o leitor ao referido texto.

Para tentar vencer o obstáculo da ausência de falantes para testes de intuição – conforme vimos no capítulo anterior – estudos que se baseiam em textos escritos podem, portanto, lançar mão da justificativa apresentada em Cyrino (1994) de que o passado é igual ao presente e que os princípios da gramática universal são únicos para as diversas etapas da língua. “Destá forma, os textos antigos podem ser considerados como a explicitação da evidência positiva a que a criança teria acesso em diversas épocas” (CYRINO, 1994: 157) e se uma determinada estrutura não ocorre em um *corpus* significativo, então, esta estrutura seria agramatical naquele *corpus*.

Cumpra observar ainda que, conforme aponta Kato (1986), a escrita e a fala se constituem como realizações de uma mesma gramática, cuja variação se centra nas formas pelas quais as atividades linguísticas são distribuídas entre as duas modalidades devido a diferenças temporais, sociais e individuais. Além disso,

embora a escrita normalmente seja considerada uma manifestação da linguagem mais formal, que utiliza recursos que obedecem mais estritamente às normas ditadas pela gramática tradicional, é importante salientar que, de fato e com frequência, ela se utiliza de recursos associados à linguagem oral. Com a intenção de se tornar mais persuasiva, busca aproximar-se mais do leitor. Essa intenção de criar mais intimidade é que vai determinar um grau maior ou menor de oralidade na escrita (BERLINCK, BARBOSA e MARINE, 2008: 180).

O que parece estar em questão, portanto, não é a diferença entre textos orais e textos escritos, uma vez que eles não representam gramáticas estanques, mas o caráter mais ou menos formal do texto adotado como fonte de pesquisa. Essa escolha está diretamente ligada à crença corrente de que somente textos menos formais dariam indícios de uma possível variação e/ou mudança na língua.

Sobre esta questão, todavia, Barbosa (2007) chama atenção para o fato de que “para estudar a formação do Português Brasileiro, e da norma culta brasileira, é necessário triangular resultados em diferentes tipos de textos, diferentes tradições discursivas e diferentes referenciais de norma de erudição escrita²⁹” (BARBOSA, 2007: 489). Ainda

²⁹ Segundo Barbosa (2007:486-87), para investigar a norma no período colonial com vistas ao estudo da formação do Português Brasileiro, é necessário triangular as três vertentes de norma descritas abaixo:

segundo o referido autor, “quando a investigação histórica apresenta foco na mudança qualitativa, descrevendo e avaliando as propriedades de padrões estruturais em seu *nascedouro* ou *extinção*, não existem fontes primárias boas ou ruins” (BARBOSA, 2007: 490 – grifos do autor).

O que Barbosa (*op. cit.*) salienta em seu texto é que não há melhores ou piores fontes de pesquisa, é preciso saber o que cada material pode oferecer. Por outro lado, Barbosa (*op. cit.*) admite que quando o objetivo é desenvolver uma análise quantitativa, por exemplo, sobre o uso do pronome tônico *ele* em posição de objeto,

torna-se imperioso aumentar o rigor no controle da sintonia de escritura. (...) Se a atitude discursiva de quem escreve é de maior vigilância sobre o modo como escreve, a artificialidade resultante pode escamotear o reflexo. Neste sentido, tanto os textos oficiais, quanto privados podem ser afetados por um certo grau de distorção, mas, nos privados, aumentam as chances de encontrarem-se dados de maior transparência da norma geral falada de cada época que tenha tido força para penetrar no reino da escrita (BARBOSA, 2007: 491).

Além disso, ao selecionar dados para o estudo histórico da língua, o pesquisador deve conhecer pelo menos um pouco da cultura escrita da sociedade da época sob investigação e “tomar ciência da tipologia textual das potenciais referências de norma de prestígio” (BARBOSA, 2007: 493). A sociedade colonial brasileira, por exemplo, não contava com muitas opções de contato com as tradições escritas, pois até o início do século XIX não havia tipografias no país e a maioria dos livros que aqui existiam eram importados e, portanto, de difícil acesso. Para Barbosa (*op. cit.*), é provável que o contato com os livros, após o aprendizado das primeiras letras, fosse resumido ao acesso aos materiais litúrgicos.

Assim, de acordo com o referido autor, para a fase colonial brasileira, “entre as poucas necessidades de escrita para além das motivações pessoais e familiares, a maior parte estava vinculada direta ou indiretamente às questões públicas” (BARBOSA: 2007:

-
- (i) Aquela descrita/prescrita nos textos metalinguísticos publicados em Portugal que circulavam pelos poucos espaços de cultura escrita no Brasil - colônia, ou pela mão dos que seguiam para os estudos na Europa: gramáticas, ortografias, cartilhas;
 - (ii) Os usos linguísticos nos textos modelares para a prática de escrita dos redatores hábeis, ou seja, identificando os textos-modelo para aquela sociedade;
 - (iii) Os usos linguísticos nos textos públicos e privados produzidos por indivíduos historicamente identificados como redatores com formação escolar ou como eruditos em sua época.

494), o que permite levantar a hipótese de que os textos da Administração Pública Portuguesa representaram o referencial de norma escrita para a sociedade colonial brasileira. Ao longo do século XIX, todavia, há uma mudança no referencial de cultura escrita no Brasil com o surgimento da imprensa, após a chegada da Família Real.

Lustosa (2004) afirma que a chegada da Família Real alterou bastante o *status* político e econômico do país, pois, além do monopólio com Portugal ter sido quebrado com a abertura dos portos, tornou-se necessário a impressão dos atos do governo e a divulgação das notícias interessantes à Coroa, favorecendo, portanto, o estabelecimento da imprensa, que se deu através da criação da Impressão Régia.

A Impressão Régia foi criada por meio da publicação de uma Carta Régia em 5 de janeiro de 1811, autorizando a fundação da primeira tipografia na cidade da Bahia, que logo passaria a publicar *A idade d'Ouro do Brasil* (1811-1813), primeiro jornal publicado na província da Bahia.

Segundo Lustosa (*op. cit.*), os jornais da virada do século XVIII para o XIX³⁰ pouco se pareciam com os nossos jornais de hoje, tanto na forma como no conteúdo, pois até o papel da imprensa era visto de outra maneira. O alcance da educação e, conseqüentemente, da imprensa não era algo democrático, pois além de poucos terem acesso ao ensino no início do século XIX, os jornais que começavam a circular também não eram acessíveis a toda a população. Além disso, não havia uma grande circulação de livros no país, o que fazia com o jornal fosse visto como um instrumento de formação para aqueles que podiam lê-los. Por isso, em seu formato, o jornal era bastante parecido com o livro e o jornalista, por sua vez, era confundido com o educador. As notícias eram normalmente compostas de longos e densos artigos e a informação era veiculada de forma circunstanciada por vários números seguidos³¹, como se fossem capítulos de livros.

O advento da imprensa com a instalação de tipografias no Brasil significou, portanto, não somente uma revolução para a possibilidade de imprimir todos os

³⁰ Apesar de a Imprensa ser liberada no Brasil somente em 1811, havia jornais/ panfletos que circulavam clandestinamente no país em período anterior, mas cuja existência era bastante efêmera.

³¹ O periódico *O Atheneo*, analisado nesta pesquisa, é um exemplo claro de um jornal 'educativo', pois os seus artigos, além de longos e, por isso, publicados em partes e em números diversos, tinham o intuito de educar a população da cidade de Salvador.

documentos relativos à Coroa Portuguesa, antes manuscritos, como contribuiu para a formação de um público leitor, difundindo tradições discursivas e modelos de norma. De acordo com Barbosa (2007), “foi a difusão dos periódicos, principalmente dos jornais, em todo o território imperial e republicano o grande elemento de transformação” (BARBOSA, 2007: 495), chegando a funcionar como um modelo objetivo de norma culta no século XIX.

Desse modo, se considerarmos que o referencial para a norma culta brasileira do século XIX “estiver referenciado nos padrões efetivamente usados nos jornais, é de supor que fenômenos variáveis que definiram normas nacionais possam ser reconhecidos em trabalhos empíricos que operem com dados desse material” (BARBOSA, 2007: 495), empreendimento que estamos tentando executar aqui, ao considerar os artigos de jornais como mais uma possível fonte de *corpora* para os estudos linguísticos históricos.

Além disso, ao trabalhar com jornais, objetivamos suprir a lacuna existente de estudos sobre aspectos sintáticos do PB com base em textos formais, pois, conforme pontua Matos e Silva (2004), para atingir o objetivo de reconstrução de uma história do Português Brasileiro é necessário fazê-lo com base em um *corpus* documental seriado, que represente tanto as formas vernáculas como as normas cultas.

2.1.2. O jornal como fonte de pesquisa histórico-linguística

Os pontos colocados na seção anterior abordaram a existência das diferentes possibilidades de fontes de pesquisa para os estudos históricos da língua, focalizando a questão da formalidade *versus* informalidade dessas fontes. Em geral, as pesquisas privilegiam dados disponíveis em gêneros textuais que mais se aproximam do texto falado, por acreditarem que estes apresentam uma maior transparência dos fenômenos de variação

e mudança linguísticas. No entanto, têm surgido na literatura alguns estudos diacrônicos (cf. Mothé (2007)³², Gravina (2008)) que fizeram uso do jornal como fonte de *corpora*.

O uso do jornal como fonte de pesquisa histórico-linguística proporciona algumas vantagens e alguns desafios para o pesquisador. Um dos principais ganhos em se trabalhar com esse gênero textual é que ele abrange diferentes tipos de textos – artigos, anúncios, notícias, crônicas, entre outros – apresentando a vantagem de serem datados e localizados no espaço. Dessa maneira, pode-se considerar o gênero jornalístico um *corpus* bastante rico, uma vez há diferentes subgêneros em funcionamento em um mesmo lugar. Todavia, deve-se ter em mente que essa distinção de tipos de textos pode se tornar um problema para o pesquisador que encare o jornal como um todo homogêneo, uma vez que cada um dos subgêneros do jornal pode apresentar dados linguísticos que lhe são peculiares³³. Ademais, trabalhar com jornais do século XIX representa um desafio a mais para o pesquisador, uma vez que nem sempre os periódicos estão preservados integralmente.

No entanto, apesar de todos os problemas que se colocam para o pesquisador que quer fazer uso desta fonte de pesquisa para o estudo da língua, o jornal configura-se como uma rica fonte de dados, pois mediante uma seleção criteriosa, podem-se recuperar por meio dos textos publicados não somente informações linguísticas, como também informações históricas³⁴ de uma época.

Uma pesquisa que exemplifica bem a possibilidade de se trabalhar com o jornal como fonte de pesquisa histórico-linguística é o trabalho de Gravina (2008), *A natureza do sujeito nulo na diacronia do PB: estudo de um corpus mineiro (1854-1950)*, em que a autora buscou investigar a distribuição do número de sujeitos nulos e sujeitos realizados

³² O trabalho de Mothé (2007) foi desenvolvido na UFRJ e investiga o uso do infinitivo gerundivo (Estou a falar contigo) *versus* o uso do gerúndio (Estou falando contigo) no Português Brasileiro e no Português Europeu.

³³ A saída para o pesquisador que trabalha com periódicos como fonte de pesquisa pode ser ou a análise separada dos subgêneros do jornal, ou a adoção de um tipo de subgênero como padrão, no intuito de uniformização da análise.

³⁴ O trabalho de Gravina (2008) mostra, por exemplo, que um dos periódicos analisados em sua pesquisa, *O jornal mineiro*, tinha foco político, uma vez havia evidências em suas páginas de preferências eleitorais. Os redatores publicavam anúncios apoiando a elite oligárquica que detinha o poder político da época, logo, o jornal em questão evidenciava possuir um caráter elitista e governista de direita.

(pronominalmente e/ou lexicais anafóricos) em textos diacrônicos do Português Brasileiro, em três periódicos que circularam no estado de Minas Gerais, mais especificamente, na cidade de Ouro Preto, em meados e fins do século XIX e meados do século XX.

Em relação à formação do *corpus* e com vistas a superar o possível problema da heterogeneidade do gênero jornalístico, Gravina (*op. cit.*) optou por trabalhar somente com os artigos assinados dos periódicos selecionados para a sua pesquisa. A escolha metodológica da referida autora representou um ganho por dois motivos. Primeiro, evitou que a análise dos dados gerasse resultados controversos devido à existência de subgêneros no jornal e, segundo, favoreceu a pesquisa biográfica dos autores dos textos, informação crucial quando se objetiva trabalhar com mudança na perspectiva gerativista diacrônica. Embora encontrar informações biográficas sobre os redatores e colaboradores que escreviam nos jornais não seja uma tarefa fácil, esta atividade é indispensável, uma vez que essas informações revelam que tipo de gramática está sendo analisada, se brasileira ou portuguesa.

Assim, a partir dessa escolha metodológica, Gravina (*op. cit.*) pôde realizar uma pesquisa confiável, que ofereceu resultados importantes sobre as estratégias de realização do sujeito na diacronia do Português Brasileiro, conforme veremos no próximo capítulo.

De acordo com a autora, além de corroborar para a pesquisa sobre as mudanças em relação ao estatuto e à natureza do sujeito nulo no PB, a sua pesquisa colaborou para desfazer a corrente idéia de que textos escritos em modalidades mais formais, como os de *jornais*, não revelam mudanças linguísticas por serem conservadores na modalidade formal escrita. Essa constatação amplia o leque de possibilidades de uso dos mais variados gêneros textuais como fontes de *corpora* no estudo da mudança linguística.

Assim, considerando que não há pesquisas sobre o objeto direto anafórico, baseadas em textos formais³⁵, esse trabalho surge também para legitimar a hipótese de que

³⁵ Cumpre ressaltar que o objeto direto anafórico no PB foi um tema bastante debatido em diversas pesquisas que trabalharam com diferentes fontes de dados, tais como, peças teatrais, obras literárias, transcrições de novelas, entrevistas, textos narrativos, dados de aquisição da linguagem, anúncios e cartas de leitores. Havia, no entanto, a ausência de pesquisas sobre esse tópico com base em textos formais (artigos), tarefa que estamos desenvolvendo aqui.

os textos jornalísticos podem ser utilizados como fontes de pesquisa linguística, ampliando os gêneros textuais em estudo sob a perspectiva gerativista diacrônica.

2.2. COMPOSIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* que compõe esse trabalho é constituído por sete periódicos que circularam na Bahia em meados e fins do século XIX e meados do século XX, organizados em fases, a saber:

- 1ª Fase (1833-1850): *Diário da Bahia, Novo Diário da Bahia, O Atheneo*;
- 2ª Fase (1898-1900): *Correio de Notícias e Jornal de Notícias*;
- 3ª Fase (1945-1948): *Diário da Bahia e Diário de Notícias*.

Os jornais que constituem a 1ª fase foram coletados a partir dos microfilmes disponíveis no Arquivo Público da Bahia (APB), em Salvador (BA), e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que contém um grande acervo de documentos e periódicos de várias regiões do Brasil. Já os jornais que constituem as 2ª e 3ª fases foram fotografados a partir dos originais disponíveis no setor de revistas e jornais raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), situada em Salvador (BA).

Com vistas à manutenção da uniformidade no *corpus*, após a coleta dos jornais, foram selecionados em cada um dos periódicos em análise somente os artigos, procedimento metodológico utilizado por Gravina (*op. cit.*). Além disso, como para o desenvolvimento da pesquisa era fundamental conhecer os autores que escreviam nestes jornais, foram selecionados somente os artigos que estivessem assinados e que tivessem sido escritos por brasileiros. Após a seleção dos textos, foi feita a transcrição desse material em formato XML, procedimento necessário para que todo o *corpus* seja posteriormente disponibilizado na rede mundial de computadores. No total, o *corpus* da pesquisa é constituído por aproximadamente 70.000 mil palavras por período analisado, totalizando aproximadamente 210.000 mil palavras.

Num segundo momento, foram realizadas a classificação e a análise dos dados. Essas etapas foram desenvolvidas manualmente, uma vez que o objetivo dessa pesquisa é analisar os objetos diretos anafóricos, o que gera dificuldade para o uso de uma ferramenta automática de busca para algumas das possíveis estratégias de realização da posição de objeto direto: objeto nulo e sintagma nominal anafórico.

Na próxima seção, os periódicos em análise são apresentados com o objetivo de oferecer o contexto histórico das fontes dos dados que são analisados no próximo capítulo.

2.2.1. Informações históricas sobre os periódicos da 1ª fase (1833- 1849)

2.2.1.1. Diário da Bahia (1833-1838)

O primeiro periódico intitulado *Diário da Bahia* circulou no estado entre 1º de fevereiro de 1833 e o ano de 1838 na cidade de Salvador e era impresso na tipografia do Diário, situada à rua do Tijolo, n. 34. Era composto por quatro páginas, sob o preço de 2,880 réis, por trimestre, pagos adiantados. O jornal era comercializado na própria tipografia ou na loja do Sr. Pedro Pires Gomes e, pelo preço cobrado, podemos supor que era um jornal lido pela elite.

Segundo Carvalho e Torres (2007), o *Diário da Bahia* era propriedade de uma associação e era considerado um jornal político, literário e mercantil. Em seu programa, o periódico prometia defender a legalidade, a monarquia e o Sr. D. Pedro II. A partir de 1837, no entanto, o jornal passou a ser órgão oficial do governo da revolta, conhecida com o nome de *Sabinada*. Em março de 1838, com a entrada das forças legais na Capital, a sua publicação foi suspensa.

O periódico era dividido normalmente em sete seções: (i) Artigos do Ofício que incluía as informações da Câmara Municipal, (ii) Interior, (iii) Exterior, (iv) Notícias Marítimas, (v) Avisos, (vi) Editais e (vii) Variedades, que tanto poderia conter artigos de colaboradores, quanto cartas endereçadas ao redator do Diário. Cumpre ressaltar que nem

todos os números possuíam todas as seções, as quais variavam de acordo com os números que iam sendo publicados.

De todas as seções, foram desconsiderados os editais, as notícias marítimas e os avisos, ou por se desconhecer os seus autores, ou por constituírem textos padrões. Foram considerados, assim como em todos os periódicos em análise nesta pesquisa, somente os artigos assinados, pois era de suma importância que se conhecessem os autores dos textos em análise para que se buscassem informações biográficas sobre os mesmos, com vistas à garantia de que os dados coletados eram correspondentes de fato ao português brasileiro.

A redação do *Diário da Bahia* era atribuída ao Doutor Francisco Gonçalves Martins, no entanto, há notícias e artigos assinados por colaboradores, cujas informações biográficas seguem em anexo (cf. anexo 1(a)). A seguir, é apresentado um *fac-símile* da primeira página do *Diário da Bahia*, datado de 30 de abril de 1833.



Figura 02 – Primeira página do jornal *Diário da Bahia*

2.2.1.2. Novo Diário da Bahia (1837-1838)

O jornal *Novo Diário da Bahia* circulou de julho de 1837 a 1838 na cidade de Salvador (BA). Era considerado um periódico político e comercial e era impresso na tipografia do *Diário da Bahia*, que nesse período era situada à quina oposta ao Aljube, casa n. 06. Era comercializado pelo preço de 20 réis e vendido tanto na tipografia do Diário, quanto na Cidade Baixa, à casa do Livreiro o Sr. Cabussú.

Por ter sido um dos principais instrumentos da revolta da Sabinada, a publicação do jornal foi suspensa com o número 201, em 13 de março de 1838 pela entrada das tropas legais no Estado da Bahia.

Em seu primeiro ano de circulação, o periódico era composto por quatro páginas e era dividido em sete seções: (i) Notícias, (ii) Artigos do Ofício, (iii) Editais, (iv) Comunicado, (v) Movimento do Porto, (vi) Notícias Policiais e (vii) Avisos. No segundo ano, o periódico passou a conter oito páginas, com as mesmas seções do ano anterior. Cumpre ressaltar também que nem todos os números possuíam todas as seções, pois elas variavam de acordo com os números que iam sendo publicados.

O responsável pela redação do *Novo Diário da Bahia* era o Doutor Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, famoso líder do movimento da *Sabinada* ocorrido na Bahia. Porém, segundo Leite (2006), além do redator-chefe Francisco Sabino, este periódico contava com a participação de outro colaborador.

Pelo menos, um outro importante ideólogo da Sabinada apresentava credenciais para redigir, junto com o republicanista Francisco Sabino, as peças políticas da revolta. Afinal, ele já o fazia nas edições pré-revolucionárias do Novo Diário da Bahia. João da Veiga Muricy, companheiro de jornal e parente de Sabino, não deixou dúvidas quanto ao seu interesse na separação provisória. Ele também demonstrou não render muitos votos ao “elemento democrático” tão encarecido por Sabino em seus escritos. Num dos manifestos de O Philopatro, sob cujo título Muricy publicara por vezes no NDB e cuja autoria não é contestada pelos seus intérpretes, ele nos dá elementos importantes para alimentar essa hipótese (LEITE, 2006, ps. 68 e 69).

Os artigos de José da Veiga Muricy, que em algumas referências é citado como João da Veiga Muricy, são assinados no período sob o pseudônimo de *O Philopatro*. Vê-se, portanto, que o periódico só possuía dois autores, cujas informações biográficas seguem em anexo (cf. anexo 1(b)). A seguir, é apresentado um *fac-símile* da primeira página do *Novo Diário da Bahia*, datado de 20 de dezembro de 1837.



Figura 03 – Primeira página do jornal *Novo Diário da Bahia*

2.2.1.3. O Atheneo (1849)

O jornal *O Atheneo* surgiu em abril de 1849 e circulou até 1850 na cidade de Salvador (BA). Era considerado um periódico científico e literário dos estudantes da Escola de Medicina da Bahia, cuja função precípua, segundo o seu redator-chefe e fundador – Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake – era instruir e educar o povo da Bahia.

Sua redação era atribuída, conforme dito anteriormente, a Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake, que anos depois ficou famoso pela publicação do seu Dicionário Bibliográfico³⁶ Brasileiro, que contém informações biográficas sobre os personagens mais importantes da história do Brasil até 1902, ano de publicação do seu último volume. Além das publicações do próprio Sacramento Blake, havia publicações de vários colaboradores, pois a idéia do fundador do periódico era dirigir um jornal democrático, aberto às publicações de quem desejasse. Em virtude disso, o periódico possuía inúmeros colaboradores, sendo a maioria deles também estudantes de medicina, cujas fichas biográficas são apresentadas em anexo (*cf.* anexo 1(c)).

O jornal era de publicação quinzenal, contendo 20 páginas em cada publicação. Em suas páginas não havia informações sobre preço, apesar de haver notas solicitando aos assinantes o pagamento pelo recebimento do periódico. *O Atheneo* era dividido em várias seções, contendo inúmeros artigos que constituíam a parte principal do jornal. As outras seções abrigavam poesias, romances, pensamentos, charadas, anedotas e avisos. Neste jornal não havia uma seção de anúncios. A seguir, é apresentado um *fac-símile* da primeira página do *Atheneo*, datado de maio de 1849.

³⁶ O dicionário publicado por Sacramento Blake, além de conter informações biográficas sobre os personagens importantes da história da Brasil entre os anos de 1883 e 1902, oferece também as referências bibliográficas das obras publicadas por esses personagens, o que justifica o nome da sua obra ser Dicionário Bibliográfico Brasileiro.

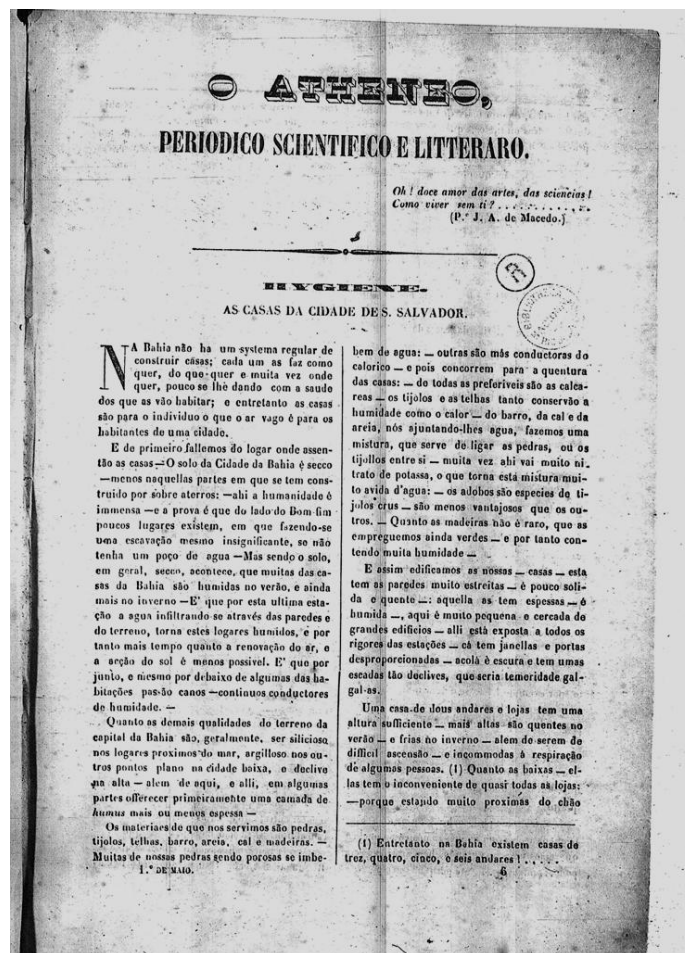


Figura 04 – Primeira página do jornal *O Atheneo*

2.2.2. Informações históricas sobre os periódicos da 2ª fase (1898-1900)

2.2.2.1. Correio de Notícias (1898-1900)

O *Correio de Notícias* circulou na cidade de Salvador de 28 de abril de 1892 ao ano de 1900, e, quando começou a ser veiculado, era considerado um periódico alheio às agremiações políticas. As assinaturas na Capital custavam 6\$ por trimestre, 11\$ por semestre e 20\$ por ano. Fora da capital, custavam 13\$ por semestre e 24\$ por ano. A folha avulsa era comercializada por 100 réis. As publicações no periódico custavam 200 réis por

linha e os anúncios eram negociados mediante contrato. Já os reclamos eram comercializados por 800 réis a linha, valores que nos levam a crer que esse periódico também era direcionado à elite.

O jornal em questão era um órgão diário, com formato regular e, inicialmente, de propriedade de Arthur Dias, Mendes & Comp.. Passou a ser propriedade do Sr. Doutor Severino dos Santos Vieira, como representante de uma associação sob a gerencia de Augusto de Oliveira Mendes em 06 de dezembro de 1893. Após a morte de Oliveira Mendes, o *Correio de Notícias* foi administrado pelo professor Francisco Caymmi. Em 24 de abril de 1894 passou a ser órgão oficial do partido federalista e do governo, o que durou até 31 de dezembro de 1900, pois o periódico foi fechado nesta data devido à compra do *Diário da Bahia* pelo Doutor Severino Vieira, então governador do Estado.

Dessa maneira, por ter *O Correio de Notícias* possuído vários proprietários e vários redatores durante todo o tempo da sua publicação, só foram selecionados os artigos assinados de autores cujas informações biográficas foram encontradas, apresentadas em anexo (*cf.* anexo 2(a)).

Por fim, em relação à sua estrutura, o periódico era composto por quatro páginas, dividido em várias seções, em que eram publicados artigos, telegramas, notícias, editais, crônicas, atas das reuniões do conselho municipal, além de conter uma seção livre, aberta à publicação ao público mediante pagamento, e anúncios diversos. A seguir, é apresentado um *fac-símile* da primeira página do *Correio de Notícias*, datado de 27 de janeiro de 1898.

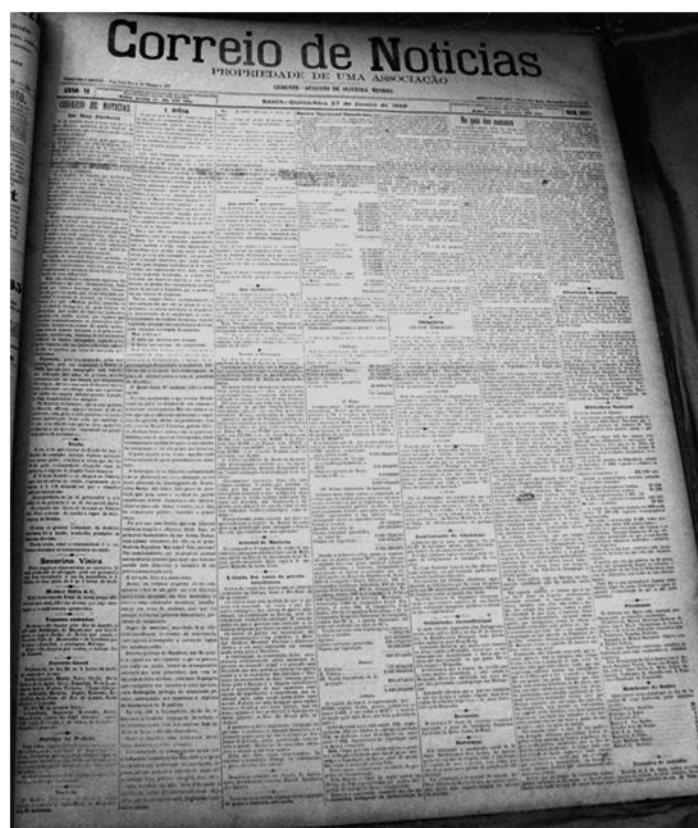


Figura 05 – Primeira página do jornal *Correio de Notícias*

2.2.2.2. Jornal de Notícias (1898-1900)

O *Jornal de Notícias* começou a circular em Salvador (BA) em 20 de setembro de 1879. Era uma folha diária, publicada à tarde, de grande formato e conhecida por possuir uma postura neutra em relação aos partidos políticos. Segundo Carvalho e Torres (2007), o periódico dizia o seguinte em seu artigo programa:

Completamente neutro nas lutas dos partidos, apresenta-se o Jornal de Notícias – que se esforçará por não desmentir seu título, esmerando-se em ser fiel e criterioso nas notícias locais que vierem ao seu conhecimento. A empresa tratará de assumptos de interesse geral, sem todavia immiscuir-se nas lutas dos partidos, nem atacar personalidades. O jornal será publicado quotidianamente á tarde, com

excepção dos domingos e dias de guarda (CARVALHO E TORRES, 2007: 123)³⁷.

Quando fundado, em 1879, o periódico era propriedade de uma associação e redigido por João Augusto Neiva, José Alves Guimarães e outros. Foi reformado em 1886 por Carlos de Moraes & Carvalho, um cidadão português. Após a morte de Carlos de Moraes, em 30 de agosto de 1890, o *Jornal de Notícias* passou a ser propriedade de Aloysio de Carvalho & Irmãos. Em 29 de Outubro de 1910, o jornal passou a ser impresso em máquina rotativa alemã, cujo 1º número daquele ano continha 12 páginas.

O *Jornal de Notícias* era dividido em várias seções: artigos, notícias, atas das seções da câmara, editais, telegramas, necrologia, anúncios marítimos, seção livre – cuja publicação era aberta ao público –, além de um apresentar um folhetim e anúncios variados.

Durante todo o período em que circulou, o periódico possuiu vários redatores, o que nos levou a selecionar somente os artigos assinados. Cumpre ressaltar que estes não coincidiram com os artigos dos redatores dos jornais, uma vez que estes não tinham o hábito de assinar as notícias que publicavam. As fichas biográficas dos redatores/colaboradores selecionados são apresentadas em anexo (*cf.* anexo 2(b)). A seguir, é apresentado um *fac-símile* da primeira página do *Jornal de Notícias*, datado de 06 de maio de 1899.

³⁷ A primeira edição do livro de Carvalho e Torres é do ano de (1911) e a re-edição de (2007) não foi modernizada para o português atual, por isso há formas do Português consideradas antigas na citação.

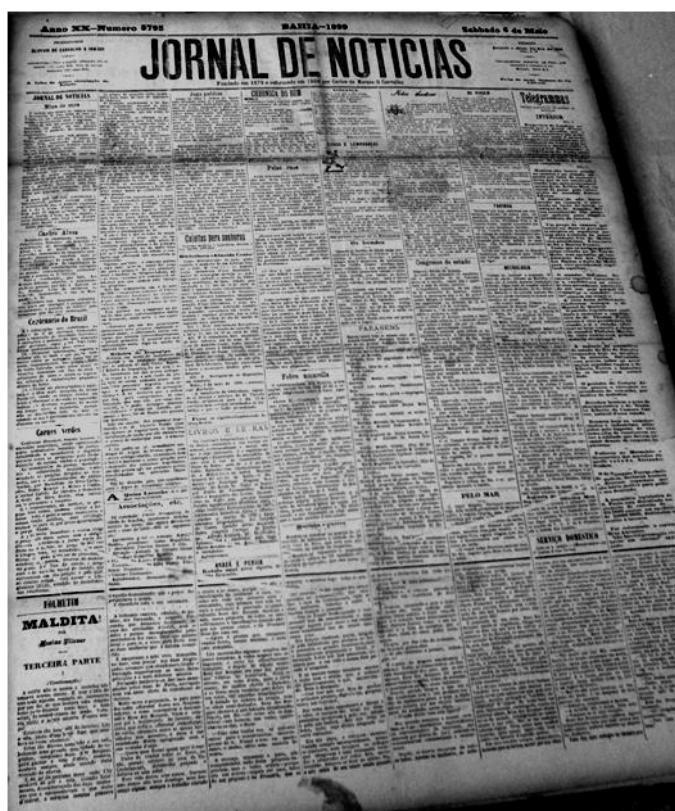


Figura 06 – Primeira página do *Jornal de Notícias*

2.2.3. Informações históricas sobre os periódicos da 3ª fase (1945-1948)

2.2.3.1. Diário da Bahia (1945-1947)

O jornal *Diário da Bahia*, o segundo periódico com esse nome que circulou na cidade de Salvador (BA), foi fundado pelo Dr. Demétrio Cyriaco Tourinho e pelo Dr. Manuel Jesuíno Ferreira e começou a ser publicado em 1856. Segundo Silva (1979), apesar de ter existido dois periódicos com o mesmo nome, este “**Diário da Bahia** não tem qualquer ligação com o antigo **Diário**, que foi publicado de 1833 a 1837, jornal mercantil, político, literário” (SILVA, 1979:09, grifos da autora).

A redação do segundo *Diário da Bahia* era situada à rua Carlos Gomes, nº 113-115, e o periódico contava com agentes e correspondentes nos Estados e Municípios. As

assinaturas, no Brasil, custavam \$90,00 anuais e \$70,00 semestrais. No exterior, o preço era de \$120,000 ao ano. Um número avulso custava \$0,50 e \$1,00 o número atrasado.

Quanto ao seu formato, o jornal continha oito páginas, distribuídas em diferentes seções. Havia diversas notícias de agências de outros estados, a seção intitulada *Notas Sociais*, que divulgava os acontecimentos da vida social do Estado da Bahia e do país, artigos, avisos, notícias nacionais e internacionais, além de uma página exclusiva para o esporte e outra para anúncios diversos. Segundo a descrição feita por Jorge Amado³⁸ (1945) citada abaixo, pode-se inferir que o *Diário da Bahia* era um jornal de tradições.

Dirigido hoje pelo dr. Carvalho e Sá, pertence à “Emprêsa A Noite”. Antigamente foi órgão de Rui Barbosa e de Muniz Sodré, sustentou grandes campanhas democráticas e nas suas coleções pode-se encontrar muito da vida política da Bahia. Nêle colaboraram grandes nomes nacionais e na sua redação trabalharam alguns dos vultos mais eminentes do jornalismo brasileiro. Atualmente publica aos domingos um suplemento literário. (...) No que tange à guerra na Europa, toma o partido inglês. Publica bom número de propagandas comerciais de firmas ou marcas norte-americanas. Por volta de março 41, muda um pouco a linha editorial, com publicação de texto oficiais do governo e de uma coluna regular de exaltação de Getúlio Vargas. Aparecem textos contra os maçons e os judeus. Contém um pouco **mais de notícias de cultura negra** (em festas populares) além da sempre forte presença de negros no futebol (AMADO, 1945: 277-278).

A partir da citação, pode-se perceber que o *Diário da Bahia* não era um periódico isento politicamente, além de ter sido marcado pela contribuição de um dos grandes nomes da história nacional, Ruy Barbosa, quando - em 1873 – ele assumiu a direção do jornal. Todavia, em 1945, o primeiro ano selecionado para compor o *corpus* desse período na pesquisa, *O Diário da Bahia* tinha como redator chefe Altamirando Requião, e como secretário da redação Emanuel M. Chagas. Como, no entanto, o redator chefe do periódico também não assinava os textos e como o jornal contava com diversos colaboradores, foram selecionados para a análise somente os artigos assinados, cujas fichas biográficas são apresentadas em anexo (cf. anexo 3(a)). A seguir, é apresentado um *fac-símile* da primeira página do *Diário da Bahia*, datado de 04 de novembro de 1945.

³⁸ AMADO, Jorge (1945). In: *Bahia de Todos os Santos*, 1ª edição, pp. 277-278.



Figura 07 – Primeira página do *Diário da Bahia*

2.2.3.2. Diário de Notícias (1945-1948)

O *Diário de Notícias* surgiu em março de 1875, na cidade de Salvador (BA). Era uma folha da tarde, de formato regular, de caráter comercial, noticioso e recreativo, sem a menor feição política. Inicialmente, tinha como gerente e redator Manoel da Silva Lopes Cardoso e como administrador E. Pereira Mandacarú. Era impresso em tipografia

própria e, em maio de 1882, aumentou de formato. Em 2 de maio de 1887, começou a oferecer uma edição pela manhã, quando passou a ser parte dos *Diários Associados*.

Segundo Carvalho e Torres (2007), depois da morte de Lopes Cardoso, a 23 de junho de 1887, Eduardo De Vecchi se tornou redator-chefe e gerente do periódico. Em 1897, a tipografia foi vendida e o jornal passou um tempo sob a direção do professor Cassiano Gomes, sendo posteriormente vendido ao Coronel Vicente Ferreira Lins do Amaral.

Em 1903, o periódico reapareceu e possuiu diversos redatores nessa fase, dentre eles, os Drs. Virgílio de Lemos, Odilon Santos, Xavier Marques, entre outros. Por possuir diversos redatores ao longo da sua história, somente os artigos assinados foram utilizados para análise, cujas fichas biográficas são apresentadas em anexo (*cf.* anexo 3(b)). Cumpre observar que, por fazer parte de uma rede de jornais - os *Diários Associados* -, o *Diário de Notícias* possui artigos de colaboradores famosos em todo o Brasil, como, por exemplo, uma série de artigos produzidos por Assis Chateaubriand, Raul Pilla, Costa Rego, Murilo Marroquim e Ari Barroso.

Quanto à sua estrutura, o periódico possuía um grande formato, com oito páginas e cujas seções apresentavam notícias nacionais e internacionais (inclusive de correspondentes enviados a outros continentes pelos *Diários Associados*), artigos, charges, seções com colunas sociais, colunas jurídicas, colunas de ocorrências policiais, colunas dedicadas ao rádio, além de uma página dedicada ao esporte e anúncios diversos. Aos domingos, o *Diário de Notícias* publicava um suplemento literário que, como o próprio nome indica, era dedicado à literatura. A seguir, é apresentado um *fac-símile* da primeira página do *Diário de Notícias*, datado de 05 de abril de 1945.



Figura 08 – Primeira página do *Diário de Notícias*

Após a presente exposição dos periódicos que servem de base empírica para esse estudo, na próxima seção, que corresponde à segunda parte desse capítulo, a metodologia utilizada para a classificação dos dados analisados nesta pesquisa é descrita.

2.3. METODOLOGIA PARA A PESQUISA

As estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico estudadas por essa pesquisa foram classificadas com base nas análises e discussões dos trabalhos sincrônicos (*cf.* Duarte (1986), Corrêa (1991), Figueiredo (2009)) e diacrônicos (*cf.* Cyrino (1994)) descritos no primeiro capítulo.

Segundo esses autores, o preenchimento ou o apagamento da posição de objeto direto anafórico estão relacionados às questões semânticas de animacidade e especificidade do antecedente (*cf.* Duarte (1986), Corrêa (1991), Cyrino (1994)), bem como à identidade temática entre a lacuna nessa posição e o DP retomado (*cf.* Figueiredo (2009)). Como condicionamento estrutural, a correspondência entre a função sintática do objeto direto e do seu antecedente constitui-se em um fator a ser analisado por ser um possível determinante na escolha entre o uso de uma categoria vazia ou outra forma de realização dessa posição (*cf.* Corrêa (1991), Figueiredo (2009)).

Cumprir observar que, além das ocorrências de objetos diretos anafóricos, consideramos os casos em que o referente do objeto direto é catafórico (*cf.* exemplo (43) abaixo), uma vez que também é possível recuperar o referente do objeto direto nesses casos. Desse modo, o uso da palavra anafórico foi ampliado nesta pesquisa, de modo a englobar os casos de catáfora.

2.3.1. Classificação dos dados no *Corpus*

Ao analisar um *corpus* de textos escritos no passado, o pesquisador enfrenta o desafio de não poder contar com testes de intuição dos informantes, bem como a impossibilidade de realizar experimentos controlados para a obtenção dos dados, tal como é possível em estudos sincrônicos. Em virtude disso, o trabalho com um *corpus* histórico deve ser realizado mediante a classificação e uma posterior quantificação dos dados, na medida em que esses passos nos permitem aprofundar o conhecimento sobre os contextos que licenciam determinadas categorias.

Assim, os dados dessa pesquisa foram analisados de acordo com a classificação e a quantificação das variadas possibilidades de realização da posição de objeto direto anafórico, fundamentas nos contextos analisados pelas pesquisas que serviram de base para

essa investigação (cf. Duarte (1986), Corrêa (1991), Cyrino (1994) e Figueiredo (2009)), exemplificadas abaixo³⁹:

- Uso de uma categoria vazia (____) (ON-ANF):

(42) “E ja se não chora de dor - chora-se de prazer: porque o homem com o praser tambem chora com a diferença que o chorar do prazer **faz expandir o coração e a alma**, e o da dor **opprime** (____)” (*O Athêneo* – 1949).

(43) “Ha poucos dias **extrahiram** (____) em Currumuchatiba e **embarcaram** para esta capital nos barcos << Adonis >> e << Biela >> **quinhentas e tantas toneladas de areias amarellas**⁴⁰ e ahi vem a << Pires I>> com quatrocentos e tanto saccos e porque não se alarmou o representante em nome de seus direitos postergados, da servidão publica destruida e nenhuma providencia solicitaram?” (*Jornal de Notícias* – 1898-1899).

(44) “O treino secreto do selecionado bahiano será amanhã, á tarde, na Vila Militar. Vejam vocês! E eu que, quando passei a ser dono **do segredo**, jurei em cruz não **contar** (____) a ninguem, nem a minha mãe! A coisa pior deste mundo é guardar avaramente um segredo que todo mundo já sabe” (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

- Uso de um sintagma nominal anafórico (SN-ANF):

(45) “Qual é o estudo mais bello, e interessante, e sublime do que **o do homem**? - E pois quem mais sabio do que o Medico que **estuda o homem**, tanto material como moral, e que além de **estudar o homem**, estuda a natureza toda porque no estudo da natureza, e do homem se baséa a Medicina?!.. porque ella abrange em sua vasidão immensa o estudo de toda creação?!...” (*O Atheneo* – 1849)

³⁹ Os exemplos retirados do *corpus* foram transcritos conforme o original, sem alterações e/ou correções, seguidos do nome do periódico a que pertencem e do ano em que os periódicos foram coletados.

⁴⁰ Cumpre observar que só foram computados, em sentenças coordenadas, os casos de objetos nulos em que os verbos não fossem contíguos, para evitar casos de coordenação somente do verbo. No exemplo (43), por exemplo, os verbos extrair e embarcar estão separados pelos PP [em Currumuchatiba].

(46) “A casa, o lar, o homem brasileiro é um inferno vivo. Quem casa, quer **casa**. Como há de, porém, **montar casa**, isto é, alugar um prédio, mobilá-lo convenientemente, sustentar esposa, filhos, criadas, agregados, hóspedes e visitas, quem só conta com os recursos do seu ordenado?!” (*Correio de Notícias* – 1898-1900).

(47) “Duas idéias políticas fundamentais agitam neste momento o país. Eles são: terminar a guerra enquadrado por **um governo** que encarne a sua vontade, e **escolher este governo**, dentro do ambiente de ordem, de decência, em que as coisas se passam com tanto de elevação como de cordialidade”. (*Diário de Notícias* – 1945-1948).

- **Uso de um clítico acusativo**⁴¹ (CL-ANF):

(48) “Já por entre os Navios mercantes se dirigiam cinco lanchões carregados de homens armados, quando de Palacio se ouviu distintamente uma lesina da **a Fortaleza**, que **a declarava** rendida e á descpção, precedendo esse acto a elevação de uma bandeira branca em um resto de pão de bandeira, e outra em uma das janellas da Fortaleza”. (*Diário da Bahia* – 1833-1838)

(49) “Tomando conhecimento desse **requerimento**, o dr. José Machado Pedreira, depois de confessar publicamente em plena audiência não conhecer absolutamente a lei das fallencias, e depois de também publicamente consultar ao advogado do fallido, o solicitador José Almachio Ribeiro Guimarães, e como este nada dissesse em opposição ao mesmo, **o deferiu** sob o fundamento de **achal-o** rasoavel e justo” (*Jornal de Notícias* – 1898-1900).

(50) “Miguel Angelo porém realça muitos traços dessa atitude de Moisés, mas conserva **as tábuas** e até mesmo **as coloca** sob a proteção do profeta. Daí as grandes contradições existentes entre os mais geniais intérpretes” (*Diário da Bahia* – 1945-1947).

⁴¹ Segundo Neves (2008), por não terem um conteúdo descritivo próprio, uma das propriedades mais gerais dos pronomes pessoais é a de serem palavras fóricas, ou seja, palavras que assumem uma referência no uso, ora retomando outros elementos do mesmo texto, ora apontando para elementos ou para situações fora do texto, na situação. Desse modo, os pronomes clíticos apresentam como característica específica um traço anafórico.

- Uso de um pronome demonstrativo (PRON-ANF):

(51) “taes são esses phenomenos que se notam nessa planta do jardim botanico de Paris, a que chama ahi o vulgo-apanha moscas - pois basta tocar-se-lhe com a ponta de um palito ou de um alfinete, e muito subtilmente para ella feixar-se toda immediatamente, e tão immediatamente, que todos os insectos, que lhe tocam a flor, ficam logo presos nella.- Ora como è que se podem explicar **estes phenomenos?**- que nome daremos a esse quid, em virtude de que **semelhantes phenomenos** tem logar?- Os que negam sentimento nas plantas, **chamam isso** irritabilidade; mas o que é essa irritabilidade senao a mesma sensibilidade sem a consciencia do eu, sem ir ter à um cerebro, ou à algum outro orgao, que suas vezes faça, -senão a sensibilidade organica de Bichat, e adoptada por Adelon?” (*O Atheneo* – 1849).

(52) “Quanto á insinuação relativa a **os melhoramentos da ladeira de S. Gonçalo**, devo dizer-lhe: ninguem mais competente que o sr. para **arranjar isso**” (*Jornal de Notícias* – 1898 - 1900).

Como se pode ver a partir da exemplificação das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico no PB, além do uso de categorias pronominais, tais como o preenchimento por clíticos - presentes nos dados dessa pesquisa - ou o preenchimento pelo pronome lexical *Ele*⁴², presentes em dados de fala ou de escrita menos formais descritos no primeiro capítulo, há ainda a possibilidade de realização desta posição por meio de sintagmas nominais anafóricos, pronomes demonstrativos, além do uso de uma categoria vazia.

Para o levantamento dessas estratégias, foram analisados todos os complementos dos verbos transitivos e bitransitivos, levando-se em conta todas as formas de realização dos mesmos: gerúndio, particípio, infinitivo, além dos complementos de verbos finitos.

⁴² Cumpre ressaltar que, para essa pesquisa, o pronome lexical *ele* na posição de objeto não é esperado por seu uso ser considerado estigmatizado e, portanto, distante da norma culta utilizada no tipo de texto em análise aqui.

Nos casos dos verbos que selecionam como complemento uma oração, as ocorrências (quando nulas) foram classificadas e contabilizadas de forma separada, pois esse objeto apresenta características distintas daquele em que o complemento do verbo apagado é um DP, tal como pode-se verificar no exemplo (53) abaixo:

(53) “E' claro, que se utiliza desse serviço. Portanto, os moradores que *paguem* uma pequena contribuição para remoção do lixo. Mesmo porque acumulando-o em casa, *ha* de naturalmente fazer despeza para remove-o, além do prejuizo á saúde; **atira-o na rua**, não, porque a postura **prohibe** (___), o arrematante não *recebe* porque não é pago para isso, e o que *fazer*? *Pagar* uma pequena contribuição para remoção do lixo”. (*Correio de Notícias* – 1898 – 1900).

As construções que continham um clítico neutro ‘o’, assim como aquelas que possuíam um pronome demonstrativo cujo antecedente também corresponde a uma sentença foram igualmente contabilizadas de forma separada, uma vez que essas construções estão em contexto de variação com aquelas em que temos um objeto nulo sentencial (*cf.* exemplo (53) apresentado acima), conforme veremos no próximo capítulo.

Desse modo, as ocorrências de objetos diretos foram classificadas de acordo com o tipo de antecedente com que ocorrem: antecedentes sentenciais, antecedentes [+ animados] e antecedentes [-animados]. Associado ao traço de animacidade, analisamos o traço de especificidade, classificando os objetos diretos com antecedentes [+ específicos], e aqueles que possuem antecedentes [- específicos].

Em relação ao objeto nulo, estão sendo consideradas também ocorrências que envolvem uma estratégia de topicalização (*cf.* exemplo (54)), ou seja, os casos em que o elemento nulo é co-referente a um antecedente cuja função sintática é de tópico.

(54) “**Esse posto** ninguém lhe tira (___). O infortunio de que teve de participar, com outros, aumentar-lhe-á a gloria” (*Diário de Notícias* – 1945-1948).

Essas ocorrências foram incluídas na análise em virtude de estarem em contexto de variação no *corpus* com o uso do clítico (cf. exemplos (55) e (56)), casos em que alguns pesquisadores classificam como construções de *Clitic Left-Dislocation* (CLLD).

(55) “Felizmente, **essa certeza** não **a tenho** eu, não **a tem** ninguém. Estude-se a lei pelo methodo moderno da observação, por meio de uma orientação toda experimental e attenda-se sobretudo ás aptidões do nosso meio” (*Jornal de Notícias* – 1898 – 1900).

(56) “**Essa declaração formulei-a** eu do modo que se segue: <<... affigurou-se aos agravados e mais credores da petição a fl. 129, que semelhante computo não obedecera absolutamente ás normas juridicas applicaveis á especie, pois o cambio, ao envez de calculado ao modo exposto, devera sel-o de accordo com a cotação de data anterior á da predita reunião (á em que se realisara a primitiva eleição.) E, dess'arte, concluíram etc... Assim pensando, entenderam os agravados, com os demais mencionados credores, requerer, como requereram, nova reunião para os devidos effeitos.>>” (*Jornal de Notícias* – 1898 – 1900).

Além disso, os casos de topicalização foram contabilizados com base no argumento lançado em Raposo (2004). Segundo esse autor, o português é a única língua românica que admite orações em que não existe expressão fonológica para o objeto direto semanticamente definido, nem mesmo por meio de um tópico estrutural, “e em que este é identificado através de uma entidade saliente no contexto extra-linguístico, a que podemos chamar de ‘tópico pragmático’” (RAPOSO, 2004: 43). Dessa maneira, analisando o exemplo em (55), se estivéssemos falando sobre ter certeza de determinada coisa, poderíamos ter a construção exemplificada em (57a) em português informal, em vez de (57b), a par de (57c), em português europeu ou no português brasileiro formal.

(57) a. Felizmente, não () **tenho** eu, não () **tem** ninguém (...).

b. Felizmente, **essa certeza** não () **tenho** eu, não () **tem** ninguém (...).

c. Felizmente, não **a** tenho eu, não **a** tem ninguém (...).

Desse modo, apesar da distinção de nomenclatura envolvendo os casos de Topicalização e os casos de Deslocamento à Esquerda Clítica e a despeito de alguns pesquisadores argumentarem em favor de que o fenômeno de topicalização (*cf.* exemplo (57b)) seja distinto do fenômeno do objeto nulo (*cf.* exemplo (57a)), estamos assumindo nesta pesquisa a proposta de Raposo (2004) de que os fenômenos são semelhantes, uma vez que as propriedades sintáticas e semânticas dessas frases são as mesmas. De acordo com Raposo (2004),

as frases chamadas ‘estritamente’ de objeto nulo (...) podem então ser reduzidas à topicalização (...) se supusermos que tanto um tópico visível quanto um tópico pragmático têm a capacidade de identificar a categoria vazia na posição de objecto direto, qualquer que esta seja (RAPOSO, 2004: 44).

Os objetos nulos encontrados na pesquisa foram classificados ainda em função do tipo de oração em que ocorrem: (i) principal, (ii) coordenada ou parentética, (iii) encaixada e (iv) coordenada e encaixada (*cf.* exemplos (58), (59), (60) e (61) respectivamente).

(58) “**O seu programma** em poucas palavras **explicaremos** (___)” (*O Atheneo* - 1849).

(59) “O homem **analysa** (___) sem paixões, e **moralisa** sempre com proveito **os feitos das gerações defunctas**” (*O Atheneo* - 1849).

(60) “O religioso o soube, e tal foi o pezar ou terror que d'elle se apoderou com isso, - que seos pés não se (SE) crusaram mais fora de sua cella, e nem seos labios tocaram mais **nos alimentos**, que lhe trasião diariamente, e que elle ou fazia voltar, ou, si alguma vez por muito rogo de algum companheiro consentia que **deixassem** (___) na cella, atirava ao pateo” (*O Atheneo* - 1489).

(61) “Assim, quando se reclama, agora, da comissão elaborada do ante-projeto da próxima lei eleitoral que **defina** (___), desde logo e **prescreva**, **as condições de inelegibilidade**, está-se a exigir o aparelho de equilíbrio sem o qual o pleito sofrerá imisções irreprimíveis (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

Em relação especificamente às sentenças encaixadas do tipo relativas, só foram considerados os casos em que o elemento relativizado na sentença é o sujeito (*cf.* exemplo (62)). Apesar do PB atual apresentar variação na posição de objeto entre o uso de uma categoria vazia e o uso do pronome lexical ‘ele(a)’ nesse tipo de oração (*cf.* exemplos em (63)), as ocorrências em que o elemento relativizado pelo operador **que** corresponde ao objeto direto foram descartadas da análise (*cf.* exemplo (64)).

(62) ”Naquela homenagem, as relações do Sr. Otavio Mangabeira foram enriquecidas de *muita gente* que não **publicava sua dedicação**, que não **impunha** (___), que não a tornava uma caricatura da amizade, sob a influência das visceras inferiores, estas as que mais comandam os movimentos de simpatia em face do poder; gente que agia pelos impulsos nobres da alma.” (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

(63) a. Minha namorada, que eu conheci \emptyset faz pouco não significa que não conheço \emptyset o suficiente para casar com ela.

b. Minha namorada, que eu conheci **ela** faz pouco não significa que não conheço **ela** o suficiente para casar com ela.

(Exemplos de Cyrino & Reich (2002:10-11))

(64) “Mas também os outros, de humanidade, do médico, como o dr. Florencio de Abreu sabia desempenhá-los com a vocação de um sacerdote da medicina! - "E' um filho **que** eu encontrei (___)/**ele** aqui dentro, costumava dizer-me Julio Mesquita” (*Correio de Notícias* – 1945-1948).

Os casos que apresentam verbos transitivos usados intransitivamente foram excluídos da pesquisa, tal como se pode ver no exemplo (65), em que os verbos dar e receber, apesar de serem verbos que selecionam complementos, são usados de forma intransitiva nesse contexto:

(65) “Ambicionam-se, no comêço, as coisas triviais, os bens da natureza. Esta não dá, porem, sem **receber**; e temos de retribuir-lhe as ofertas com o trabalho de viver” (*Diário de Notícias* – 1945-1948).

Foram desconsideradas também as construções com verbos no particípio passivo e os verbos acompanhados do clítico SE, bem como os complementos dos verbos monoargumentais (inergativos e inacusativos), dos verbos existenciais como *Haver* e *Existir* e dos verbos copulativos *Ser* e *Estar*.

Quanto aos sintagmas nominais anafóricos, foram considerados os casos de retomada anafórica do nome, por meio do preenchimento por um *sinônimo* (cf. exemplo (66)) ou por um *epíteto* (cf. exemplo (67)) para retomar uma palavra já utilizada no texto, de forma a manter a mesma referência, além dos casos de *repetição literal* (cf. exemplo (68)) ou *repetição do nome com alteração apenas em seu modificador e/ou determinante* (cf. exemplo (69)).

(66) “Lembrae-vos **dos ardores** da vossa juventude! Ah! que de incendios... si não lhe **sentis o calor** ainda... é que o gelo dos annos já o tem roubado...” (*O Atheneo* – 1849).

(67) “Cansado de ser victima de clamorosas injustiças, oriundas da inqualificavel prepotencia com que age no cargo de juiz de direito da Cachoeira - **o dr. José Machado Pedreira**, cujo menospreso pela lei attinge a proporções inverosimeis; depois de ter procurado por todos os meios e recursos, de que me era dado lançar mão, para **chamar esse juiz** ao cumprimento dos seus deveres” (*Jornal de Notícias* – 1898-1900).

(68) “O pedaço de fidalgote he destes figurões, que não gostam de palliativos e pannos quentes: decide as questões com **a espada e morraõ**, **invoca a espada e**

morraõ nas discussões, um pouco calorosas, e só governa as armas com **a espada e morraõ**” (*Novo Diário da Bahia* – 1837-1838).

(69) ”**Um vasto silencio** cercava a natureza toda, quando o relógio da torre do Carmo fez soar no bronze sagrado dose badaladas, que **este silencio interromperão** (*O Atheneo* – 1849).

Cumpramos ressaltar, todavia, que só foram considerados os casos em que haveria a possibilidade do uso de um clítico no lugar do sintagma nominal, com vistas à garantia da relação de anaforicidade entre esse elemento e o seu antecedente.

Assim, como o presente estudo objetiva analisar as construções de objetos diretos *anafóricos* foi utilizado o procedimento metodológico de realçar de **amarelo** os elementos antecedentes/ referentes no *corpus* e de destacar as ocorrências contabilizadas em **negrito** e sublinhá-las. Já a categoria vazia na posição de objeto foi representada pelo seguinte símbolo (□). Num segundo momento, as ocorrências foram codificadas com vistas a facilitar a posterior contagem das mesmas, tal como exemplificado nos artigos apresentados a seguir, retirados de periódicos das três fases em análise.

Artigo 01 – Retirado do periódico *O Atheneo*

LYSIA POETICA.

Com o titulo de Lysia Poetica se publica no Rio de Janeiro desde o começo do anno passado um periodico semanário: por este titulo ja se vê, que é um periodico de poesias taõ somente, e estas de autores Lusitanos.

E' essa a mais interessante publicação que temos de presente em nosso Brasil para todos aquelles que achão **deleite** nessa linguagem bella do coração, nessa frase amena da natureza - a poesia.

E quem ha que não **sinta esse praser** (SN-ANF) indisivel, suavíssimo - esse magico encanto que transporta **a alma**, que **a** (CL-ANF) **arrebata**, e como que nos elleva da região terrena para a celestial, - lendo a poezia bella, e amena, e natural, qual ella deve ser, a qual se lê na **Lyzia**?

Grande parte das poesias que **compõem a Lizia** (SN-ANF), verdade he, são transcriptas de outros periodicos, e jornaes do Brazil, e de Portugal; - mas quem he que deixará de ler com muito gosto (**podendo ler**) segunda, terceira, e até mais vezes, as ricas producções dos Srns. Castello Branco, Serpa Pimentel, (Antonio e José) Almeida Garret, Aboin, Bulhão Pato, Xavier Palmeirin, Silva Leal, e tantos outros enfim que se vêm neste periodico? Quizeramos citar algumas dellas, mas em realidade são todas tam bem escolhidas, taõ rivaes - que nem mesmo nos atrevemos a tocar em alguma em particular: apenas recomendamos aos nossos leitores este interessante periodico.

Estas producçoens pois não perdem **cousa alguma de seo merecimento** por serem transcriptas; e nunca **o** (CL-ANF) **perderão**.

O parnaso lusitano nunca deixou de ser acolhido com muito praser, e nem será em tempo algum despresado, ou tido em pouca conta pelo facto de constar elle de pedaços tirados de poesias já publicadas; pois bem - a lyra poetica offerece de mais interessante, que todas as poesias, que ella traz são completas, em vez de partidas, e portanto muito mais para serem apreciadas; e alem disso - ? quem è que não quererá por tão modico preço ter junto o que por ahi anda espalhado de melhor á respeito da poesia portugueza moderna?

O Director

O Athêneo – Maio de 1849.

Artigo 02 – Retirado do periódico *Jornal de Notícias*

Questão de capricho

Para que o publico possa avaliar o que disse o sr. Antonio Maltez, na edição de 5 do corrente, vou fazer a exposição do facto. Ha, na ladeira de S. Gonçalo, Rio Vermelho, uma **travessa** que, de longa data, constituiu-se logradouro publico. Um sr. Dionysio Hermogenes de Figueiredo, seguramente ha tres annos, requereu, em duas epocas, licença para edificar uma casa, **fechando** completamente **a travessa referida** (SN-ANF). Os intendentes drs. Maciel e Paula Guimarães indeferiram o pedido, baseando-se nas informações da secção de engenharia, subscriptadas pelo engenheiro ajudante Jayme David. O cidadão Dionysio recorreu ao conselho do despacho da intendencia. Tendo de dar **parecer** como relator da commissão de obras, dirigi-me ao local, estudei a questão e **dei parecer** (SN-ANF) contrario ao recurso, que teve approvação em 1ª discussão.

Estava **a questão** neste ponto, quando assumiu a intendencia o dr. Assis Souza. Nesta occasião o sr. Maltez **comprou a questão** (SN-ANF) com vantagem para o sr. Dionysio e requereu **licença** para edificar no dito terreno, o que facilmente obteve, porque além de outras cousas, o engenheiro David, que por duas vezes informara contra, na terceira, porém, foi favoravel, sem uma justificativa rasoavel da mudança de opinião,

O sr. Maltez immediatamente deu principio á edificação. Agora me respondam, o intendente **podia conceder a licença** (SN-ANF), quando a questão estava affecta ao conselho, em gráo de recurso, e approvedo em 1ª discussão o parecer da commissão de obras? Ha nenhum homem de brio, que tendo subscripto um parecer nestas condições, se deixasse machucar por qualquer Maltez? De certo que não. Foi o que fiz. No exercicio das funcções do meu cargo tratei de acautelar os interesses da população, procurando evitar que o capricho, ou que melhor nome tenha, do sr. Maltez levasse de vencida uma deliberação do conselho. Munido de um mandato de manutenção quer agora o sr. Maltez receber dos cofrer municipaes a quantia de tres contos de reis! O trabalho da edificação é este: alvenaria de pilares, dois metros cubicos e meio, a quarenta e cinco mil reis, é igual a centro e doze mil e quinhentos reis; alvenaria de alicerce, sete metros cubicos, ao mesmo preço, dá trezentos e quinze mil reis; frontal de adobes, treze metros quadrados, a sete mil réis, dá setenta e oito mil reis; total

quinhentos e cinco mil e quinhentos reis. Eis a chave do enigma. O sr. Maltez quer receber tres contos de réis por um trabalho que no maximo vale a quantia acima.

Eis por que a commissão de obras acaba de apresentar um projecto regularisando umas tantas cousas, antes que appareça outro Maltez que lhe dê água pela barba. Chamar-me subserviente é dizer que não me conhece. **A subserviencia não existe para uso de individuos da minha tempera, fique sabendo (ON-S)**. Noto que ha **uns tantos typões** que me votam uma certa ogerisa; fiquem scientes que longe de me amedrontarem, se me offerece ensejo de **enfrental-os (CL-ANF)** com mais coragem no cumprimento dos meus deveres, sem receio de um esmagamento.

Quanto á insinuação relativa aos **melhoramentos da ladeira de S. Gonçalo**, devo dizer-lhe: ninguem mais competente que o sr. para **arranjar isso (PRON-ANF)**; si conseguiu licença para fechar uma rua, com maioria de razão **podia conseguir um melhoramento (SN-ANF)**; quem pode o mais, pode o menos. No entretanto, não se mostrou tão valoroso, o sr. Maltez, em defender o seu fornecimento de drogas ao laboratorio municipal, quando em sessão do conselho discutia-se o assumpto. Tenho respondido.

Bahia, 8 de julho de 1899.

Manoel Querino.

Jornal de Notícias de 08 de julho de 1899.

Artigo 03 – Retirado do periódico *Diário de Notícias*

MICROSCOPIO

(Para os Diarios Associados)

PORTO ALEGRE - Ninguem pode senão desejar a formação de partidos nacionais. Representam eles velha aspiração e grande necessidade. Mas o que pretende a Ditadura, nos ultimos dias da sua vida, não é facilitar-lhes a formação, senão somente dificultarria o que, antes de tudo, cumpriria ao governo, se honesta e sincisiva.

Não se improvisam partidos. Muito menos, ainda se podem eles criar por decreto. Se tivemos **partidos nacionais** no Imperio e se deixamos de **os (CL-ANF) ter** na Republica não obstante todas as tentativas, foi evidentemente porque vieram a faltar no País **certas condições indispensaveis**. **Estudá-las (CL-ANF), determiná-las (CL-ANF) e realizá-las (CL-ANF)** seria o que, antes de tudo, compriria ao governo, se honesta e sincera fosse a sua intenção.

Longe, porém, está ela disto. Trata-se de uma simples manobra politica de retardamento. E de manobra que, ao contrario de **facilitar (ON-ANF)**, **dificultará** ainda mais **a formação de verdadeiros partidos**, constituídos em torno de idéias e programas.

Como pretender, com efeito, que, neste imenso corpo desarticulado que é o Brasil, **possa** um principio ou um corpo de principios impor-se ao mesmo tempo por toda a parte? Um partido tem de nascer primeiro em algum lugar, tem de começar por ser regional, e somente mais tarde, pela glutinação dos seus varios nucleos, se poderá ele tornar nacional.

Manobra, simples nanobra é, pois a anunciada exigencia de partidos nacionais e, por tal, deve ser recebida e combatida.

Raul Pilla

Diário de Notícias de 08 de abril de 1945.

Conforme se pôde verificar a partir dos exemplos e da análise dos três artigos apresentados acima, o uso de uma categoria vazia na posição de objeto recebeu duas codificações a depender do seu tipo: (ON-ANF) quando a categoria vazia corresponde ou a um sintagma nominal nulo ou a um elemento pronominal nulo, e (ON-S) quando a categoria vazia corresponde a uma oração. Quanto às outras estratégias de preenchimento da posição de objeto direto anafórico, foram utilizados os seguintes identificadores: (SN-ANF) para o uso de sintagmas nominais, (CL-ANF) para o uso de clíticos acusativos de terceira pessoa que retomam um DP, (CL-N) para o uso do clítico neutro ‘o’ e (PRON-ANF) para o uso de pronomes demonstrativos.

Desse modo, a partir da metodologia descrita acima, os resultados dos índices de ocorrências de cada uma das estratégias de realização do objeto direto anafórico no dialeto baiano e a discussão sobre os contextos que as licenciam são apresentados no capítulo posterior.

2.4. RESUMO DO CAPÍTULO

Nesse capítulo foram desenvolvidas algumas reflexões acerca dos tipos de *corpora* que podem ser utilizados como recurso de análise linguística e, mais especificamente, do uso de jornais como fonte para o estudo histórico da língua. Para tanto, nos baseamos no estudo de Gravina (2008) que fez uso dessa fonte de *corpora* e cujos resultados ofereceram indícios de uma mudança na sintaxe do português brasileiro, relacionada ao chamado parâmetro *pro-drop*.

Num segundo momento, em linhas gerais, os periódicos que compõem o *corpus* dessa pesquisa foram apresentados, com vistas à contextualização histórica e social da circulação dos mesmos. Essas informações são importantes para o conhecimento de como se caracterizava a imprensa nos períodos estudados, seu histórico, redatores, público ao qual se destinava e como era produzida, a fim de que pudessem ser encontradas evidências da Língua-I dos redatores dos periódicos.

Por fim, a metodologia para a classificação dos dados que foram analisados e, posteriormente, quantificados foi apresentada, por meio da descrição dos contextos que foram considerados na análise e daqueles que foram excluídos da mesma. Os resultados encontrados e as discussões concernentes aos mesmos são apresentados no próximo capítulo.

“Se, além de propor uma determinada análise para um fenômeno sintático de uma língua, podemos justificá-la através de dados diacrônicos, essa análise, a meu ver, torna-se muito mais explicativa. Esse deve ser o objetivo de qualquer teoria sintática que pretenda seguir as metas propostas no programa chomskiano e mostrar como uma língua pode ser adquirida a partir de princípios universais inatos e parâmetros que são fixados a partir da evidência positiva, ou seja, a partir da experiência linguística” (Cyrino, 1997: 06).

Capítulo 3

Este capítulo expõe os resultados da análise de dados desenvolvida nesta pesquisa com base na metodologia descrita no capítulo anterior, além de apresentar a discussão desses resultados à luz dos estudos sincrônicos e diacrônicos descritos no primeiro capítulo, levando em conta não somente a quantificação das ocorrências, como também uma análise qualitativa acerca dos fatores que condicionam a escolha de determinadas estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados das análises desenvolvidas no âmbito desse estudo. Conforme dito no capítulo anterior, o *corpus* dessa pesquisa é constituído por sete periódicos que circularam na Bahia em meados e fins do século XIX e meados do século XX, classificados em três fases com aproximadamente 70.000 mil palavras em cada, resultando em um *corpus* de aproximadamente 210.000 mil palavras. Do universo dos dados, foram computadas 1.460 ocorrências envolvendo as variadas formas de realização do objeto direto anafórico, distribuídas uniformemente entre as três fases em análise, a saber: 496 na primeira, 488 na segunda e 476 na terceira. Desse modo, após a descrição dos dados no universo de cada fase apresentada a seguir, os mesmos são discutidos à luz dos estudos sincrônicos e diacrônicos descritos no primeiro capítulo.

3.1. Resultados gerais das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico em dados do dialeto Baiano

3.1.1. Resultados dos periódicos da primeira fase (1833-1850)

Os resultados da análise das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico nos jornais da primeira fase são apresentados na tabela 05 a seguir:

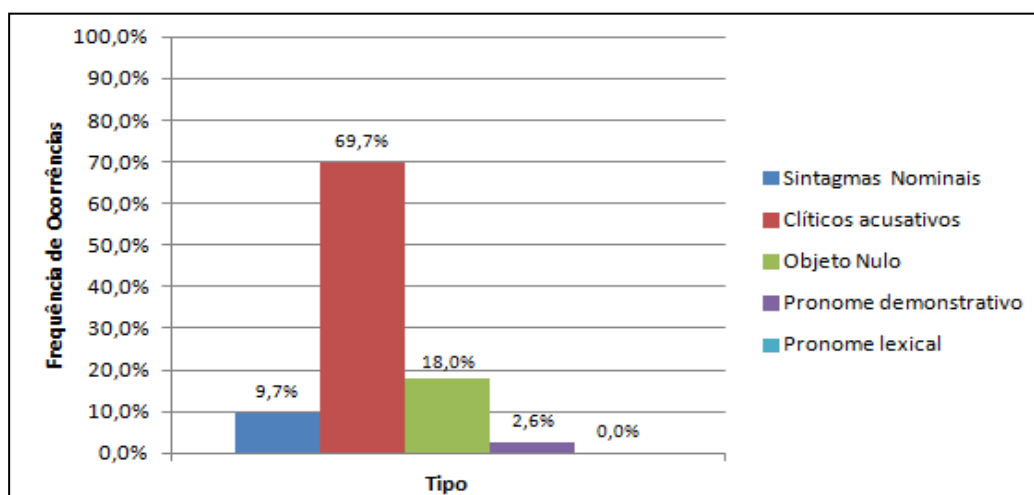
Tabela 05 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	48	9,7%
Clíticos acusativos	346	69,7%
∅ (Objeto Nulo)	89	18%
Pronome demonstrativo	13	2,6%
Pronome lexical	0	0%
Total	496	100%

Nos jornais da primeira fase, foram encontradas 496 ocorrências de objetos diretos anafóricos, das quais 89 não foram preenchidas, constituindo ocorrências de objetos nulos. Entre as outras estratégias, houve 48 ocorrências de sintagmas nominais anafóricos, 346 ocorrências de clíticos acusativos de terceira pessoa e 13 ocorrências de pronomes demonstrativos. Ocorrências do pronome lexical *ele/ela* sem a regência pela preposição ‘a’ não foram encontradas no *corpus* analisado em nenhuma das fases, pois, conforme dito no capítulo anterior, o uso de pronomes lexicais em posição de objeto é estigmatizado e, portanto, não esperado no tipo de texto em análise nesta pesquisa.

Esses resultados apontam para uma predominância do uso do clítico, cuja frequência é de 69,7% em relação ao total de dados encontrados nessa fase. A segunda estratégia mais utilizada foi o uso de uma categoria vazia, seguida do uso de sintagmas nominais anafóricos, apresentando, respectivamente, as frequências de 18% e 9,7%. O uso de pronomes demonstrativos corresponde a 2,6% das ocorrências, conforme pode ser melhor visualizado no gráfico 01 abaixo.

Gráfico 01 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase



3.1.2. Resultados dos periódicos da segunda fase (1898-1900)

Os resultados da análise das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico nos jornais da segunda fase são apresentados na tabela 06 a seguir:

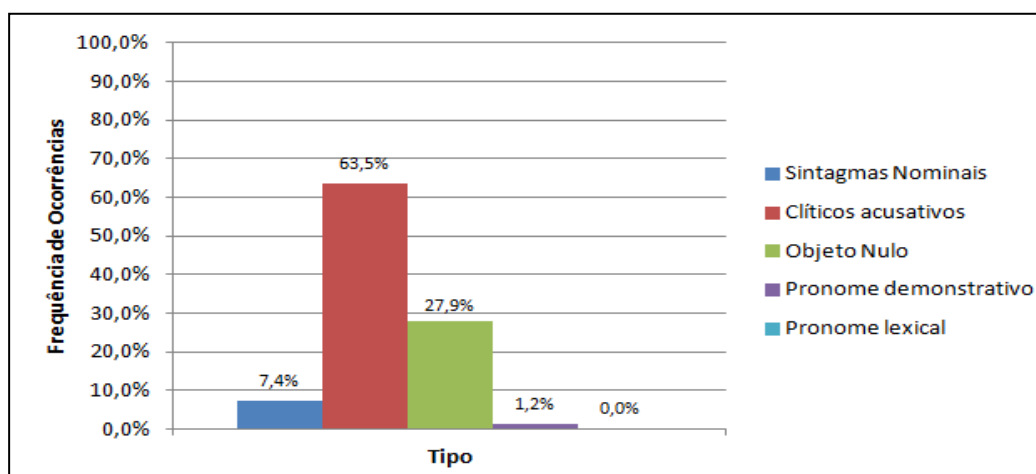
Tabela 06 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	36	7,4%
Clíticos acusativos	310	63,5%
∅ (Objeto Nulo)	136	27,9%
Pronome demonstrativo	6	1,2%
Pronome lexical	0	0%
Total	488	100%

Conforme se pode ver na tabela acima, houve no total 488 ocorrências de objetos diretos anafóricos, com um predomínio do uso de clíticos acusativos de terceira pessoa, totalizando 310 casos. O uso de uma categoria vazia como estratégia de preenchimento dessa posição vem como segunda opção de preferência para o falante/escritor com 136 ocorrências. Quanto às outras estratégias, constatou-se 36 ocorrências de sintagmas nominais anafóricos e 06 de pronomes demonstrativos.

A partir da tabela acima, pode-se perceber que o uso do clítico acusativo de terceira pessoa na posição de objeto supera as outras estratégias de preenchimento com uma frequência de 63,5% em relação ao total de ocorrências encontradas nessa fase. O uso de uma categoria vazia apresenta a frequência de 27,9%, maior do que aquela encontrada na primeira fase (18%). Já o índice encontrado para o uso de sintagmas nominais anafóricos é de 7,4%, frequência baixa em relação às outras duas estratégias descritas. O uso de pronomes demonstrativos na posição de objeto corresponde ao índice de apenas 1,2% das ocorrências. Os resultados descritos acima podem ser visualizados no gráfico 02 apresentado a seguir.

Gráfico 02 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase



3.1.3. Resultados dos periódicos da terceira fase (1945-1948)

Os resultados da análise das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico nos jornais da terceira fase são apresentados na tabela 07 a seguir:

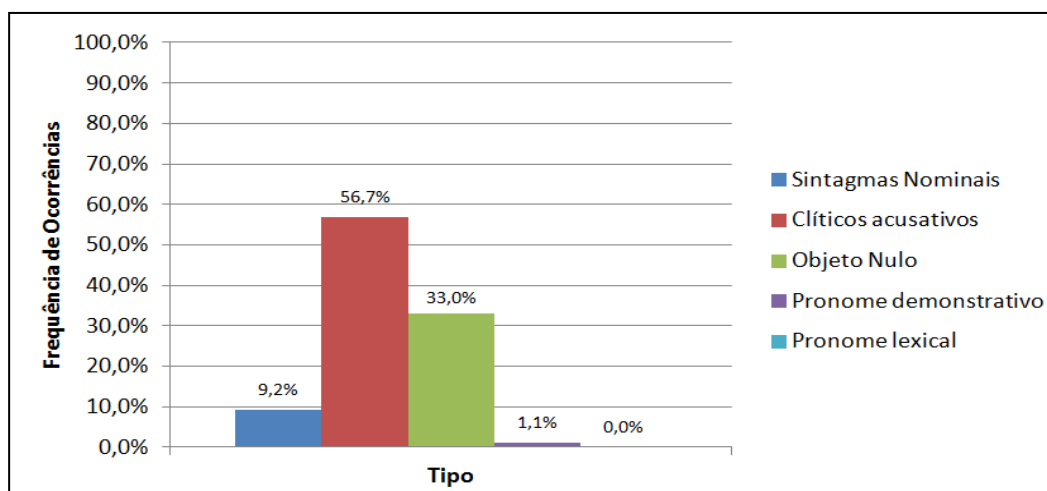
Tabela 07 - Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	44	9,2%
Clíticos acusativos	270	56,7%
∅ (Objeto Nulo)	157	33%
Pronome demonstrativo	5	1,1%
Pronome lexical	0	0%
Total	476	100%

A análise das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico nos dados da terceira fase mostra que houve um total de 476 ocorrências de objetos, dentre as quais, 270 delas constituem o uso de um clítico acusativo de terceira pessoa. No que concerne às outras estratégias de realização dessa posição, houve 157 ocorrências de uma categoria vazia, 44 de sintagmas nominais anafóricos e apenas 05 ocorrências do pronome demonstrativo.

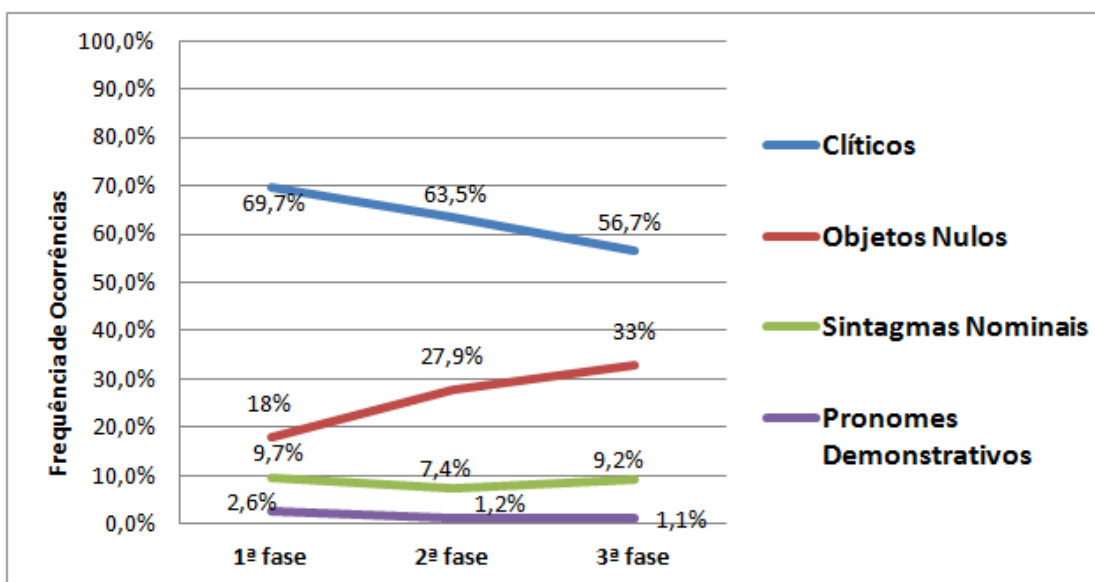
Das ocorrências computadas nessa fase, o uso de clíticos acusativos de terceira pessoa na posição de objeto apresenta o índice de 56,7%. O segundo maior índice corresponde ao uso de uma categoria vazia, cuja frequência de ocorrências foi de 33%. O uso de sintagmas nominais anafóricos na posição de objeto direto corresponde a 9,2% das ocorrências, seguido do índice de 1,1% apenas para o uso de pronomes demonstrativos, resultados que podem ser visualizados no gráfico 03 apresentado a seguir.

Gráfico 03 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase



Nessa seção apresentamos os resultados gerais de todas as ocorrências encontradas no *corpus*, que indicam um acréscimo das ocorrências de objetos nulos e uma diminuição das ocorrências de clíticos ao longo do tempo. Já o uso de sintagmas nominais anafóricos, assim como o uso de pronomes demonstrativos não apresentaram grande variação entre os períodos estudados, conforme podemos visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 04 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos ao longo do tempo



No entanto, considerando que nas ocorrências de clíticos estão computados tanto os clíticos acusativos que se referem a um DP como aqueles que se referem a uma sentença, ou seja, casos do clítico neutro ‘o’, assim como nos índices de objetos nulos e pronomes demonstrativos estão calculados tanto aqueles cujo antecedente corresponde a uma sentença, quanto aqueles cujo antecedente é um DP, torna-se necessário analisar as ocorrências mais de perto, no intuito de obter uma descrição mais completa do fenômeno em estudo, o que será feito na próxima seção.

3.2. Resultados pormenorizados das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico em dados do dialeto Baiano

Do universo de ocorrências que compõem os dados dos três períodos em análise, encontramos ocorrências do clítico neutro ‘o’, bem como construções de objetos

nulos sentenciais e usos do pronome demonstrativo, cujo antecedente também corresponde a uma sentença⁴³, conforme exemplos apresentados abaixo.

- Uso do clítico neutro:

(70) Uma mãe que para poupar a formosura de seus seios, que para não sofrer choros, que para não perder theatros e bailes deixa de amamentar a seus filhos, é uma mãe desalmada - **o direito de ser mãe, cremol-o, não consiste só em parir**, e se como diz A. Millot, uma mãe, que tem amamentado a seus filhos merece os respeitos conferidos a divindade, uma mãe, que, sem razão, se exime de tão natural e sublime dever, não é uma mãe - e não tem direito de exigir para si o amor e a gratidão de seus filhos (*O Athêneo* – 1849).

(71) **Que a acusação a mim feita foi falsa, confessa-o** implicitamente não discutindo-a e limitando a sua resposta de enraivado a notar a acrimônia de minhas frases, elle, que dois dias antes não se pejou de ferir em sua delicadeza, em sua correção profissional, um homem que só tem como objectivo cumprir os seus deveres (*Correio de Notícias* – 1898-1900).

(72) **O colapso de uma poderosa maquina militar, não pode, entretanto, ser encerrada em uma semana,** e as pequenas batalhas que se estão travando na Alemanha **o (CL-N) demonstram** (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

- Objetos nulos sentenciais:

(73) O Presidente da Provincia, até então inepto para administral-a, fuge voluntariamente para o mar, abandonando sua authoridade na Capital, para sustental a no mar, e depois no Reconcavo. E como a Capital póde reconhecer mais por legal a esse Presidente, que tanto pela humanidade della, como por sua volluntaria fuga, fica demittido de tal authoridade? Em imperfeita paridade dever-se-ia ainda hoje considerar ao Sr. Conselheiro Luiz Paulo de Araujo Bastos, como legitimo Presidente

⁴³ Cumpre ressaltar que estamos designando aqui as ocorrências de objetos nulos e de pronomes demonstrativos, cujos antecedentes correspondem a uma sentença, respectivamente, como objetos nulos sentenciais (que corresponde à elipse sentencial na designação de Cyrino (1994)) e pronomes demonstrativos sentenciais.

da Provincia da Bahia; então deveria o Sr. Barreto Pedroso, entregar lhe là no Reconcavo o Presidente. Ah! São os factos na Bahia, o que constitue legitimidade! Ja entendemos (___) (*Novo Diário da Bahia* – 1837 – 1838).

(cf. = Já o entendemos)

(74) Dê, si quizer (___), meu caro amigo, publicação a estas linhas, que serão mais um grito reclamador de providencias para a salvação da infancia, ou da humanidade, na phrase ampla e expressiva do dr. L. Abanel. (*Jornal de Notícias* – 1898 – 1900).

(cf. = si o quizer)

(75) Quando apareceu, um dia, nesta cidade, outro jornal especializado em esportes, viu-se o capricho da "clicherie", a linda disposição da materia, o noticiario farto do "cor de rosa", esmerando-se em melhor se apresentar. O outro desapareceu e, de norte, retomou o jornal de Mario a sua retina tradicional. E' um bom jornal, não nego (___) (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

(cf. = não o nego)

- Pronomes demonstrativos sentenciais

(76) Emfim quero suppor que em nenhum desses casos, que apresento, houvesse verdadeiramente phtysica, que mesmo no caso que me sérvio de experiencia não a houvesse, posto que estou convencido da existencia della, principando, - quero suppor, disse, e conceder até isso; (*O Athêneo* – 1849).

(77) Eu disse que s. ex., pela redacção de sua contraminuta fazia crer que o juiz tinha julgado procedente o fundamento da petição dos credores, facto que não é exacto, como demonstrei com prova. E, s. ex. mesmo isso confirma quando em seu ultimo

artigo diz que effectivamente o fundamento do despacho do juiz não é o mesmo da petição (*Jornal de Notícias* – 1898 - 1900).

(78) A tendencia, a orientação está claramente expressa nos documentos do passado. **Falta-nos apenas desenvolve-la, e precisa-la, de acordo com as condições do presente.** E **isto faremos** com a sinceridade, a coragem e a lealdade inerentes aos verdadeiros libertadores (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

Conforme dito anteriormente, todas as ocorrências exemplificadas acima foram computadas e apresentadas na seção anterior em conjunto com as ocorrências de clíticos de terceira pessoa, de sintagmas nominais anafóricos, de objetos nulos e de pronomes demonstrativos cujos antecedentes são correspondentes a um DP, exemplificadas no segundo capítulo. No entanto, considerando que as últimas apresentam um comportamento distinto em relação às primeiras, faz-se necessário apresentarmos os resultados de forma pormenorizada, com vistas a uma descrição mais completa e fidedigna do fenômeno em questão ao longo do tempo.

3.2.1. Resultados dos periódicos da primeira fase (1833-1850)

Ao analisar o conjunto de dados na primeira fase, obtivemos um total de 496 ocorrências das variadas formas de realização do objeto direto anafórico. No entanto, ao excluirmos as ocorrências do clítico neutro ‘o’, do objeto nulo sentencial e do pronome demonstrativo cujo antecedente é uma sentença, temos um total de 410 ocorrências, distribuídas da seguinte maneira:

Tabela 08 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração)

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	48	11,7%
Clíticos acusativos	315	76,8%
∅ (Objeto Nulo)	44	10,7%
Pronome demonstrativo	03	0,8%
Pronome lexical	0	0%
Total	410	100%

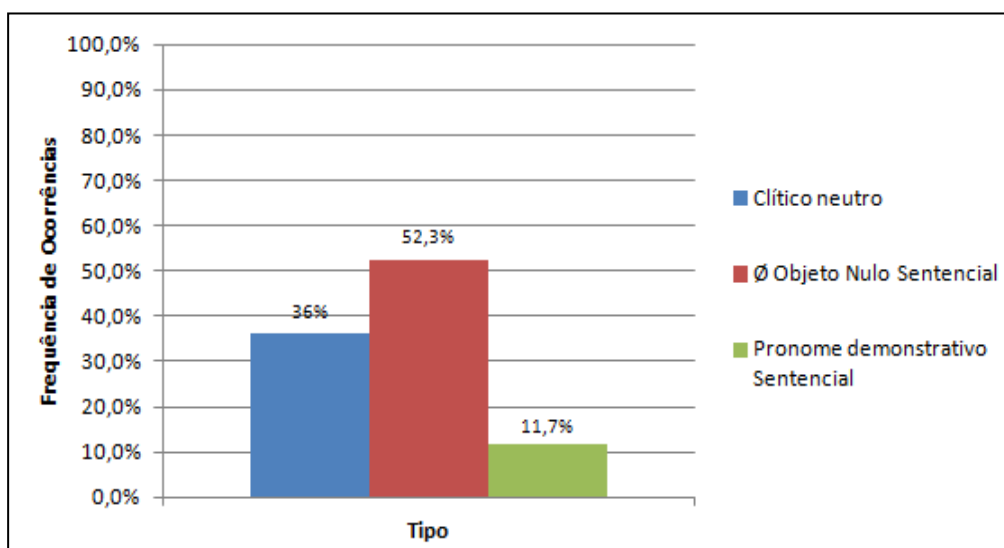
A partir da tabela 08, percebe-se que das 410 ocorrências de objetos diretos anafóricos, cujos antecedentes correspondem a um DP, 315 (76,8%) delas são casos de uso de um clítico acusativo de terceira pessoa. No que concerne às outras estratégias, temos 48 (11,7%) casos de uso de um sintagma nominal, 44 (10,7%) casos de uso de uma categoria vazia e apenas 03 ocorrências de pronomes demonstrativos (0,8%).

Esses resultados mostram que o uso do clítico é extremamente superior às outras estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico na gramática da metade do século XIX, atingindo à marca de 76,8% das ocorrências. Acreditamos que esses resultados podem estar sendo favorecidos pelo tipo de *corpus* com o qual trabalhamos, uma vez que, por esse *corpus* ser composto de textos formais, o uso do clítico tende a ser preferencial.

No entanto, o ponto interessante a se destacar é que, apesar do tipo de texto em análise ser favorecedor do uso de clíticos, quando levamos em consideração somente os casos envolvendo o uso do clítico neutro ‘o’, o objeto nulo sentencial e o uso de um pronome demonstrativo sentencial, verificamos que, mesmo nesse período em que encontramos o reflexo de uma gramática mais conservadora nos dados, as ocorrências de

objetos nulos sentenciais são superiores às ocorrências de clíticos neutros, tal como podemos verificar no gráfico abaixo:

Gráfico 05 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 1ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração)



A partir do gráfico 05, constatamos que as ocorrências de clíticos neutros já em meados do século XIX são inferiores às ocorrências de objetos nulos sentenciais. Se levarmos em consideração também o uso de pronomes demonstrativos sentenciais, somados ao uso do clítico neutro, ainda assim teremos uma predominância do objeto nulo sentencial com uma frequência de 52,3% contra 47,7% das ocorrências de clíticos neutros (36%) e dos pronomes demonstrativos sentenciais (11,7%). Esses resultados evidenciam que, ao analisarmos as ocorrências mais de perto, podemos encontrar resultados semelhantes àqueles encontrados por pesquisas baseadas em textos escritos numa modalidade menos formal da língua (*cf.* Cyrino (1994)).

3.2.2. Resultados dos periódicos da segunda fase (1898-1900)

A análise dos objetos diretos anafóricos nos dados do segundo período em análise nesta pesquisa nos levou ao resultado de 488 ocorrências. Excetuando-se, todavia, os casos de uso do clítico neutro 'o', o objeto nulo sentencial e o uso do pronome demonstrativo sentencial, encontramos um total de 347 ocorrências:

Tabela 09 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração)

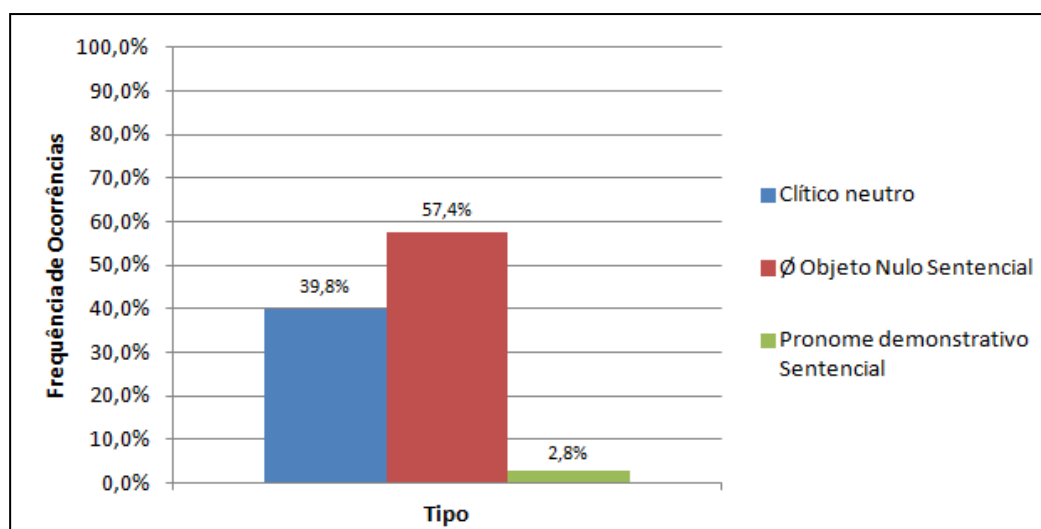
Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	36	10,4%
Clíticos acusativos	254	73,2%
∅ (Objeto Nulo)	55	15,8%
Pronome demonstrativo	02	0,6%
Pronome lexical	0	0%
Total	347	100%

Os dados da segunda fase, quando excetuados os clíticos neutros, os objetos nulos sentenciais e os pronomes demonstrativos sentenciais, nos mostram que há um predomínio do uso de clíticos nesse período com 73,2% de frequência em relação ao total de dados, mas este já é menor do que aquele encontrado nos dados da primeira fase, a saber: 76,8%. As outras variantes que apresentaram uma leve queda foram o uso de pronome demonstrativo, passando de 0,8% na primeira fase para o índice de 0,6% na segunda, e o uso de um sintagma nominal, passando de uma frequência de 11,7% na primeira para a de 10,4% na segunda fase.

A partir dos dados, vê-se, portanto, que tanto as ocorrências de clíticos, quanto as ocorrências de pronomes demonstrativos e de sintagmas nominais diminuem da primeira para a segunda fase, decréscimo que é decorrente do aumento da frequência de uso de uma categoria vazia, que na primeira fase apresentava o índice de 10,7% e na segunda fase corresponde a 15,8% dos dados.

Ao analisarmos os casos de uso do clítico neutro ‘o’, de objetos nulos sentenciais e de pronomes demonstrativos sentenciais, verificamos que a gramática do dialeto baiano do final do século XIX mantém a tendência verificada na análise dessas mesmas variantes nos dados de meados deste século, em que as ocorrências de objetos nulos sentenciais são superiores às ocorrências de clíticos neutros:

Gráfico 06 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 2ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração)



Os resultados do gráfico 06 nos mostram que o uso de um clítico neutro nos dados do final do século XIX se mantém relativamente estável quando comparado com o seu índice nos dados de meados deste século. O uso de um pronome demonstrativo

sentencial nesse mesmo período apresenta, todavia, uma queda em relação ao período anterior, a saber: de 11,7% para 2,8%. No que concerne às ocorrências de objetos nulos sentenciais, acontece o contrário, uma vez que essas ocorrências crescem de 52,3% em meados do século XIX para 57,4% no final do século.

3.2.3. Resultados dos periódicos da terceira fase (1945-1948)

Os dados que correspondem ao terceiro período em análise nesse estudo são compostos por 476 ocorrências envolvendo as variadas formas de realização da posição de objeto direto anafórico. Todavia, quando excluimos as ocorrências do clítico neutro ‘o’, do objeto nulo sentencial e do pronome demonstrativo cujo antecedente é uma sentença, temos um total de 377 ocorrências, conforme podemos verificar na tabela 10 abaixo:

Tabela 10 – Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (exceto as ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração)

Realização dos objetos diretos anafóricos		
Tipo	Nº de ocorrências	%
Sintagmas nominais	44	11,7%
Clíticos acusativos	241	63,9%
Ø (Objeto Nulo)	92	24,4%
Pronome demonstrativo	0	0%
Pronome lexical	0	0%
Total	377	100%

A partir da tabela 10, percebe-se que das 377 ocorrências de objetos diretos anafóricos contabilizadas nesse período em análise, ou seja, em meados do século XX, 24,4% delas correspondem ao uso de uma categoria vazia, índice superior àqueles

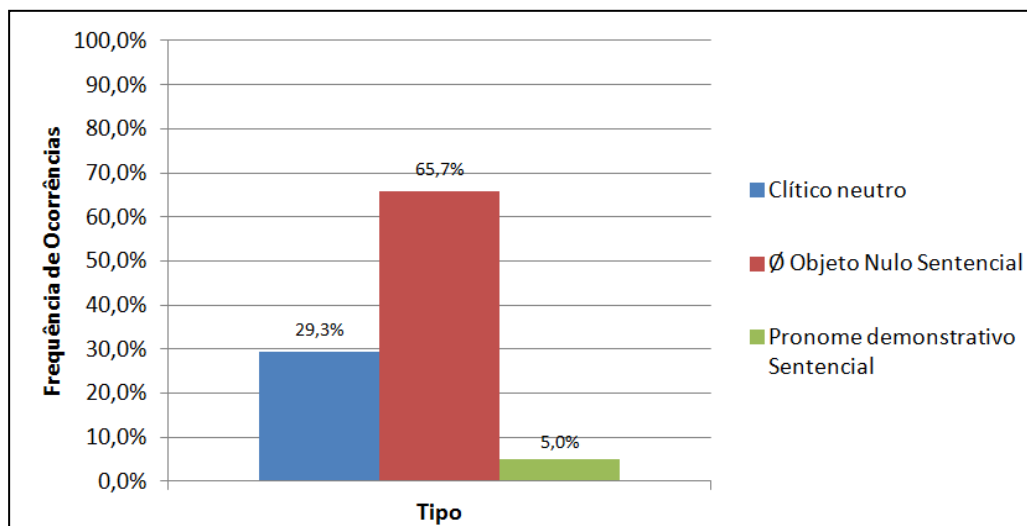
encontrados para o primeiro e o segundo período analisados: 10,7% e 15,8%, respectivamente.

Quanto ao uso de sintagmas nominais anafóricos na posição de objeto, verifica-se que a frequência de uso dessa variante permanece relativamente estável, apresentando os totais de 11,7% na primeira fase, 10,4% na segunda e 11,7% na terceira. No que concerne, todavia, ao uso de um pronome demonstrativo, percebe-se que estes – quando possuem um DP como antecedente - desaparecem ao longo das fases analisadas, não sendo registradas ocorrências dessa variante com este tipo de antecedente nos dados de meados do século XX.

Quanto ao uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa, podemos perceber que esta continua sendo a estratégia preferida pelo falante/escritor para a realização do objeto direto anafórico, apresentando uma frequência de 63,9% nos dados desse período. Cumpre notar que, apesar de ser a estratégia mais utilizada ainda nessa fase, os índices de uso dos clíticos ao longo dos períodos analisados apresentam uma diminuição, passando de 76,8% em meados do século XIX para 63,9% em meados do século XX. No final do século XIX, o uso dessa variante corresponde a 73,2% dos dados.

Essa diminuição da frequência de uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa também fica evidente quando analisamos os casos de uso do clítico neutro 'o', de um objeto nulo sentencial e de um pronome demonstrativo sentencial. Ao analisarmos essas variantes, verificamos que o índice de uso dos objetos nulos sentenciais tende a subir, enquanto que a frequência de uso do clítico neutro tende a diminuir ao longo do tempo. Quanto ao uso de pronomes demonstrativos sentenciais, também verificamos uma leve queda em seu índice, a saber: de 11,7% em meados do século XIX para 5% em meados do século XX.

Gráfico 07- Estratégias de realização dos objetos diretos anafóricos na 3ª fase (casos das ocorrências do clítico neutro, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos que substituem uma oração)



A partir do gráfico 07, podemos verificar que também nessa fase há uma preferência pelo uso de um objeto nulo sentencial em detrimento do uso de um clítico neutro e do uso de um pronome demonstrativo sentencial. Todavia, apesar da diminuição no uso do clítico neutro ‘o’ com antecedentes sentenciais, cumpre ressaltar que ainda é possível encontrar ocorrências desse clítico nos dados de meados do século XX, evidenciando a manutenção do seu uso na modalidade formal da língua. Este fato é interessante, uma vez que estudos baseados em textos que representam uma modalidade menos formal da língua, como as peças de teatro, evidenciam que ocorrências de clíticos neutros com antecedentes sentenciais não são encontradas em dados desse século.

3.3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados descritos nas seções anteriores mostram os resultados quantitativos da análise desenvolvida nesta pesquisa, os quais nos permitem chegar a algumas conclusões sobre as estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico no Português Brasileiro, mais especificamente, no dialeto baiano dos séculos XIX e XX, por meio da análise de textos representativos de uma modalidade formal da língua.

Nas três fases analisadas, percebe-se que o uso de clíticos acusativos de terceira pessoa (exceto os casos envolvendo o clítico neutro ‘o’) representou a estratégia mais utilizada na posição de objeto direto anafórico, seguida respectivamente do uso de uma categoria vazia⁴⁴ (exceto os casos de objetos nulos cujos antecedentes são sentenciais), do uso de um sintagma nominal e do uso de um pronome demonstrativo nessa posição. No entanto, o fato a se destacar em relação aos resultados obtidos é que, apesar dos dados mostrarem que as referidas estratégias ocorrem sempre na mesma ordem de preferência nas três fases, quando são analisados os números de ocorrências e as frequências com que elas acontecem, percebemos que tanto o número de casos de clíticos de terceira pessoa decresce, como o índice de objetos nulos aumenta ao longo do tempo.

Desse modo, os resultados encontrados por essa pesquisa podem não apresentar uma inversão de índices quanto à alternância entre objetos preenchidos e nulos ao longo do tempo, tal como se constata em análises de textos que representam a língua falada, mas nos dão sinais de que, mesmo em textos escritos numa modalidade mais formal, o Português Brasileiro caminha em direção a uma mudança, a saber: o objeto pronominal tende a ser cada vez mais apagado. De forma curiosa, contrariamente ao que acontece nessa posição, diversos estudos apontam que o sujeito pronominal tende a ser cada vez mais preenchido no português brasileiro contemporâneo (*cf.* Tarallo (1993), Duarte (1995), Figueiredo (1996), Barra Ferreira (2000), Magalhães (2006), Gravina (2008)), revelando uma assimetria

⁴⁴ Cumpre observar que, nos dados da primeira fase, o índice de uso de sintagmas nominais foi levemente superior ao de uma categoria vazia. Nas demais fases, os resultados envolvendo a realização do objeto direto anafórico apresentaram a seguinte ordem de preferência: uso de clíticos acusativos, uso de uma categoria vazia, uso de um sintagma nominal e, por fim, uso de um pronome demonstrativo.

envolvendo as posições de sujeito e de objeto nessa língua. Voltaremos a essa questão mais adiante.

3.3.1. Formas de realização da posição de objeto direto anafórico

Na pesquisa desenvolvida, os objetos preenchidos estão divididos em três classes: (i) os objetos preenchidos por pronomes demonstrativos, (ii) os objetos preenchidos por sintagmas nominais anafóricos e (iii) os objetos preenchidos por um clítico acusativo de terceira pessoa. Além das referidas formas de preenchimento dessa posição, temos a possibilidade de realização da mesma por meio de uma categoria vazia, cujo licenciamento tende a ser favorecido mediante a satisfação de requisitos sintáticos (função sintática do antecedente) e semânticos (animacidade e especificidade do antecedente, bem como a identidade entre o papel temático do objeto nulo e o do DP retomado), tópico que será discutido na seção 3.3.1.4.2., após a discussão dos resultados envolvendo as referidas formas de preenchimento da posição de objeto, encontrados nesta e em outras pesquisas que realizaram a mesma investigação.

3.3.1.1. Pronomes Lexicais e Pronomes Demonstrativos

Como se pôde perceber na descrição das variadas estratégias de realização do objeto direto anafórico nas primeiras seções desse capítulo, não foram registradas ocorrências de pronomes lexicais plenos nessa posição. O uso dessa variante que, nos dados analisados por Duarte (1986) correspondeu a 15,4% das ocorrências, só é registrado quando precedido por uma preposição⁴⁵, como era de se esperar em virtude do tipo de *corpus* com o qual trabalhamos.

Cumprir observar que os dados de Corrêa (1991) já evidenciavam que, na escrita (redações escolares), o uso do pronome lexical pleno desaparece na medida em que

⁴⁵ Os casos de pronomes lexicais plenos precedidos por preposição não foram computados no *corpus* por esse tipo de ocorrência não apresentar covariação estrita em relação às outras estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico.

crece o nível de escolarização dos informantes. Ainda segundo a autora (*op. cit.*), esta variante também se mostrou rara na fala dos mais escolarizados com apenas 1,3% de ocorrências. Já na fala dos informantes menos escolarizados, o uso do pronome lexical pleno atingiu o índice de 12,9% nos dados dos informantes das séries iniciais e o índice de 10,2% na fala dos não escolarizados.

Nesta pesquisa, além de não serem encontradas ocorrências do pronome lexical em posição de objeto, também não foram encontrados casos dessa variante nem mesmo em construções em que o objeto funcionaria como o sujeito de outra sentença (*cf.* exemplo (79)) ou quando o objeto funcionaria como sujeito de uma sentença causativa (*cf.* exemplo (80)), contextos em que o uso do pronome lexical pleno não seria estigmatizado.

(79) Sondei-me do **faminto** e mandei que lhe matassem a fome. Momentos depois, **vi-o beber** água de uma poça formada pela chuva na calçada! (*Jornal de Notícias* – 1898 – 1900).

(80) Dê se a instrução; estou de perfeito accordo. Mas, o que não deve ser esquecido de modo algum é o objectivo da instituição preventiva que se quer crear: habilitar **o individuo**, **fazel-o amar** o trabalho (*Jornal de Notícias* – 1898 – 1900).

Em relação aos casos de pronomes demonstrativos (cujos antecedentes correspondem a um DP) e de sintagmas nominais na posição de objeto, Duarte (1986) encontra o índice de 17,1% de ocorrências dessas variantes em relação ao total de dados levantados em sua pesquisa. Apesar de a autora não separar os índices de ocorrências das duas estratégias, verifica-se que os resultados encontrados por essa autora não estão tão distantes daqueles encontrados nesta pesquisa, uma vez que temos, em relação ao total de dados por período, as frequências de 12,5% de pronomes demonstrativos e sintagmas nominais na primeira fase, 11% na segunda e 11,7% na terceira fase. Esses resultados mostram que os textos jornalísticos apresentam uma recorrência dessas variáveis não tão distante daquela encontrada em dados sincrônicos.

Se analisarmos os índices separadamente, temos uma frequência de 0,8% de uso de pronomes demonstrativos na primeira fase, 0,6% na segunda e nenhuma ocorrência de pronome demonstrativo cujo antecedente seja um DP (e substituível por um clítico), na terceira fase. Como se pode ver, os índices envolvendo especificamente o uso do pronome demonstrativo são baixos e se assemelham àqueles encontrados por Corrêa (1991). Em sua pesquisa, a autora obtém o índice de 2,5% de ocorrências dessa variante na fala e o índice de 2,2% dessa variante em textos escritos.

Os resultados separados dos índices de ocorrências de sintagmas nominais anafóricos são apresentados na próxima seção.

3.3.1.2. Sintagmas Nominais Anafóricos

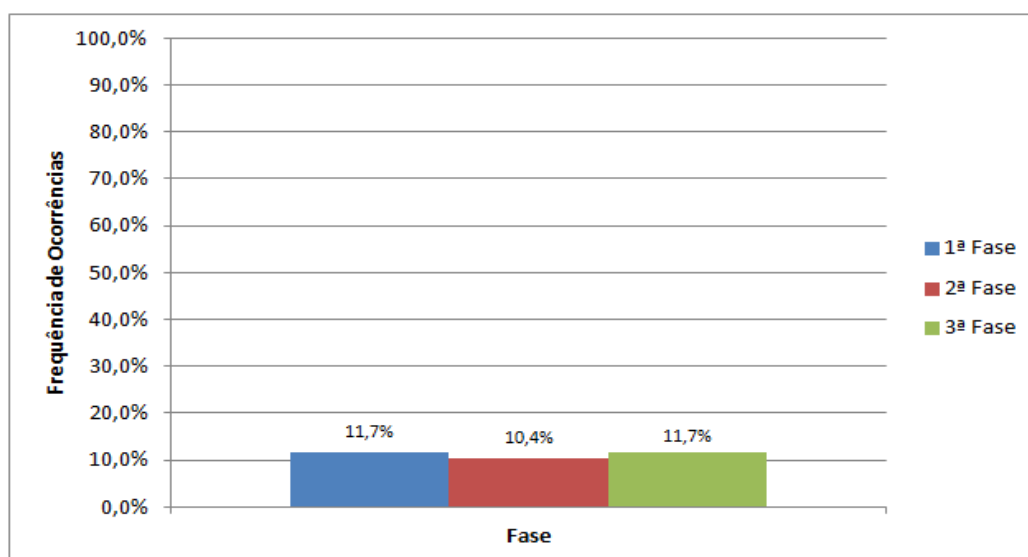
Como visto na seção anterior, Duarte (*op. cit.*) analisa os índices de uso de sintagmas nominais juntamente com os pronomes demonstrativos. Segundo esta autora, o uso de sintagmas nominais plenos e o uso de pronomes demonstrativos, em termos sociolingüísticos, se apresentam como estratégias importantes, uma vez que essas variáveis podem corresponder a uma tática de esquiva ao uso do clítico acusativo de terceira pessoa e do pronome lexical, no caso da fala e em ocasiões em que se busca utilizar um tom mais próximo do interlocutor, além de poderem ser utilizados como recurso estilístico para ênfase.

O texto escrito - analisado nesta pesquisa - representa, todavia, uma modalidade da língua, em que uma possível esquiva ao uso do clítico de terceira pessoa não se faz precisa, já que o texto jornalístico apresenta por si um caráter mais formal e impessoal, favorecendo, inclusive, o seu uso. Logo, a utilização de sintagmas nominais na posição de objeto como uma estratégia substitutiva ao uso desses clíticos parece não ser necessária nesse tipo de texto⁴⁶.

⁴⁶ Para a posição de sujeito, no entanto, o uso de sintagmas nominais anafóricos como estratégia substitutiva ao uso do pronome é bastante frequente no *corpus* jornalístico, conforme aponta Gravina (2008).

Ao analisar os resultados encontrados por essa pesquisa, essas previsões parecem se confirmar. Constatou-se que o uso de sintagmas nominais anafóricos não é uma estratégia tão recorrente na escolha do falante/escritor para representar o objeto direto⁴⁷. As frequências de uso dessa estratégia indicam que esta representa a terceira opção de escolha entre aquelas mais frequentes, com os índices de 11,7%⁴⁸ no primeiro período em estudo, 10,4% no segundo, e 11,7% no terceiro, conforme pode-se visualizar no gráfico abaixo.

Gráfico 08 – Distribuição da frequência de uso de sintagmas nominais anafóricos nos três períodos em análise



Os dados do gráfico acima mostram que os resultados envolvendo o uso de um sintagma nominal anafórico na posição de objeto direto não apresentam uma diferença significativa entre os períodos analisados, o que parece indicar que a diminuição do número

⁴⁷ Corrêa (1991) também encontra baixos índices de preenchimento da posição de objeto por sintagmas nominais anafóricos. Nos dados da autora, essa variante corresponde ao índice de 3,1% dos dados de fala e ao índice de 4,5% dos dados de escrita.

⁴⁸ Cumpre ressaltar que os índices apresentados foram calculados com base no total de dados para cada período, descritos nas tabelas apresentadas na seção 3.2., nas quais as ocorrências do clítico neutro 'o', dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais não são contabilizadas.

de objetos diretos preenchidos no dialeto estudado não parece se dá, a priori, em decorrência da queda do uso de sintagmas nominais anafóricos.

3.3.1.3. Clíticos Acusativos (3ª pessoa)

O uso do clítico acusativo de terceira pessoa representa uma das estratégias de preenchimento da posição de objeto direto anafórico que apresentou uma queda ao longo do tempo, apesar desta variante ser a opção mais utilizada em todas as fases em análise (exceto no que concerne aos casos envolvendo o clítico neutro 'o', cujos resultados serão discutidos mais adiante).

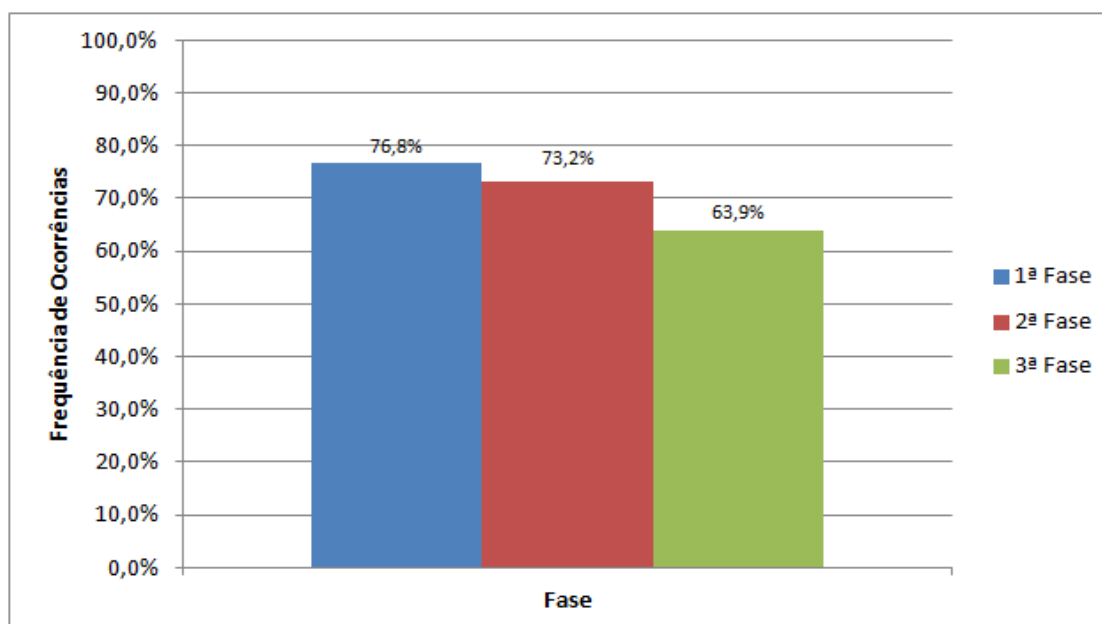
Nos dados sincrônicos de fala e escrita analisados por Duarte (1986), o uso do clítico acusativo de terceira pessoa é a estratégia menos recorrente de realização do objeto direto anafórico, com a frequência de 4,9% das ocorrências em relação ao total de dados encontrados em sua pesquisa.

No estudo desenvolvido por Corrêa (1991), o clítico acusativo de terceira pessoa representa o índice de apenas 0,5% nos dados de fala. Em relação aos dados de escrita, a autora constata que na medida em que o nível de escolaridade dos informantes aumenta, o índice de uso dos clíticos também cresce, uma vez que essa variante surge nos dados da 3ª/4ª séries com 2,7% de frequência, crescendo para 8% no final do ensino fundamental e atingindo o índice de 18% no ensino superior. Essa ascensão do clítico é acompanhada nos dados da autora pelo decréscimo do objeto nulo que passa de 27,7% nas séries iniciais do 1º grau para 14% nas finais e a apenas 2% no ensino superior. A partir desses resultados apresentados em Corrêa (1991), pode-se constatar que a escolarização exerce um papel importante na manutenção dos clíticos no Português Brasileiro atual.

Nesta pesquisa, conforme dito anteriormente, os altos índices de clíticos descobertos nos dados se justificam pelo tipo de *corpus* com o qual trabalhamos. Todavia, o que deve ser observado é que, apesar do índice de uso dessa variante ainda ser alto se comparado àqueles obtidos em pesquisas com base em dados sincrônicos e em dados que se aproximam de uma modalidade mais falada da língua, os resultados aqui encontrados têm

evidenciado uma queda no número de ocorrências dessa estratégia de preenchimento da posição de objeto direto anafórico ao longo do tempo, conforme pode-se visualizar no gráfico apresentado abaixo⁴⁹.

Gráfico 09 – Distribuição da frequência de uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa nos três períodos em análise



Observando o gráfico, percebe-se que os índices de uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa entre os períodos analisados apresentam uma queda, revelando que, a despeito do texto jornalístico ser considerado conservador e apesar do alto nível de

⁴⁹ Do total de clíticos encontrado em todo o *corpus* em análise, 2,7% representam uma estrutura de deslocamento à esquerda. Em relação ao total de clíticos encontrados em cada fase, temos os índices de 4,1% na 1ª, 2% na 2ª e 1,7% na 3ª. Conforme se pode verificar pelos índices encontrados, as ocorrências de deslocamento à esquerda não são tão frequentes nos dados, assim como não foram usuais os casos de topicalização (computados entre as ocorrências de objetos nulos). Do total de objetos nulos, foram encontrados 5,2% de casos de topicalização. Por período, esses casos correspondem a 11,4% das ocorrências da 1ª fase, 1,8% na 2ª e 2,2% na 3ª.

escolarização dos redatores⁵⁰ auxiliar na manutenção dessa variante nos dados, é possível perceber o decréscimo desses clíticos no Português Brasileiro, já atestado em diversos estudos sincrônicos e diacrônicos⁵¹, também por meio da análise desse tipo de *corpus*. Desse modo, parece lícito afirmar que a escolarização e o caráter formal de um *corpus* não impedem que encontremos ao longo do tempo reflexos da mudança de uma língua, a depender, é claro, do tipo de fenômeno que estamos investigando⁵².

Pelos resultados apresentados nessa seção, percebemos que o decréscimo dos clíticos acusativos constitui-se em um dos fenômenos observáveis nesse tipo de *corpus*, bem como o consequente aumento do objeto nulo, conforme veremos na próxima seção.

3.3.1.4. Objetos nulos

Conforme se pôde perceber a partir da discussão das seções anteriores, no que concerne às estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico no PB, os usos de pronomes demonstrativos e de clíticos acusativos de terceira pessoa apresentaram uma diminuição em suas frequências ao longo dos períodos em análise. Vimos também que os índices de preenchimento dessa posição por meio de sintagmas nominais anafóricos permaneceram relativamente constantes ao longo do tempo e, por isso, não estariam interferindo na queda do uso de clíticos, muito menos na queda do uso de pronomes demonstrativos. Essas constatações nos levam a questionar qual estratégia está sendo utilizada para substituí-los.

Apesar das ocorrências de objetos nulos encontradas nesta pesquisa não apresentarem uma inversão de frequência quanto aos objetos preenchidos, podemos perceber que o índice de uso de uma categoria vazia cresce ao longo do tempo, em contrapartida à queda das outras estratégias acima referidas.

⁵⁰ Os redatores dos jornais, em sua grande maioria, possuíam nível superior, como se pode verificar nas fichas biográficas apresentadas em anexo.

⁵¹ *cf.* Duarte (1986), Corrêa (1991), Figueiredo (2009), Cyrino (1994), entre outros.

⁵² Vale ressaltar, conforma aponta Gravina (2008), que não é todo fenômeno que poderá ser analisado em um *corpus* formal, uma vez que determinados aspectos - como a ausência de concordância - dificilmente se mostrarão em textos escritos nessa modalidade.

Assim como se percebe um decréscimo em relação aos índices de preenchimento da posição de objeto direto anafórico nesta pesquisa, Cyrino (1994) também encontra em seus dados uma diminuição deste tipo de ocorrências, que muda de 89,3% de objetos preenchidos no século XVI para 20,9% no século XX. Conseqüentemente, a autora constata o aumento dos casos de objeto nulo ao longo dos séculos estudados.

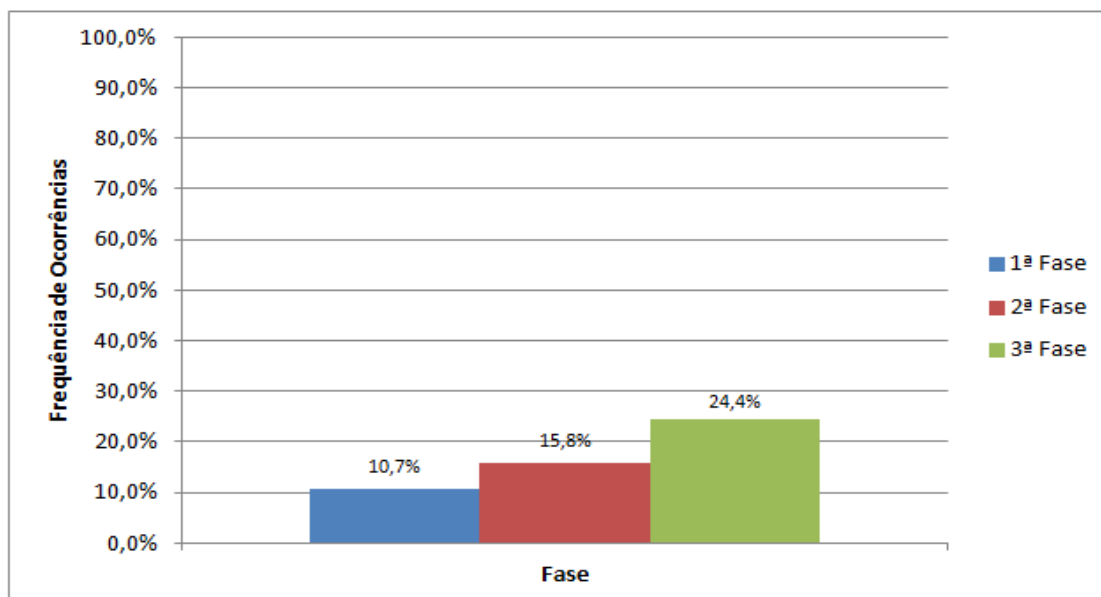
Na pesquisa aqui desenvolvida, o uso de uma categoria vazia na posição de objeto, cujo antecedente é correspondente a um DP (substituível por um clítico), representa a segunda estratégia mais utilizada nas duas últimas fases em análise. Apesar desta variante não ser predominante em nenhum dos períodos analisados, há um aumento em sua ocorrência ao longo do tempo, variando de um índice de 10,7% na primeira fase para um índice de 24,4% na terceira⁵³, conforme se pode visualizar no gráfico abaixo.

⁵³ Cumpre observar que, de todas as ocorrências de objetos nulos cujos antecedentes equivalem a um DP, apenas 20% delas apresentaram identidade verbal entre o verbo que seleciona a lacuna e o verbo do antecedente. Essa observação faz-se necessária, pois, segundo Cyrino (1994), esses casos em que há identidade verbal entre o verbo da lacuna e o verbo do antecedente não correspondem a uma genuína ocorrência de objeto nulo. Segundo a autora (*op. cit.*), para que haja objeto nulo de fato é necessário que os verbos envolvidos sejam distintos, já que quando os verbos são idênticos, trata-se de um caso de elipse de VP, um fenômeno similar ao objeto nulo. Nesta pesquisa, no entanto, ambos os casos foram considerados como ocorrências de objeto nulo, uma vez que nem todas as pesquisas com as quais dialogamos levaram em conta essa distinção (*cf.* Duarte (1986) e Côrrea (1991)), conforme exemplo:

- (i) A FEBEM é um dos elos dessa corrente que **cria o menor infrator**; não é ela o único responsável, o único elo que **cria (e)**, e como tal ela não consegue **recuperar (e)** (DUARTE, 1986: 16).

Para maiores detalhes sobre as diferenças entre a elipse de VP e o objeto nulo, remeto o leitor às teses de Cyrino (1994) e de Figueiredo (2009) e às referências ali citadas.

Gráfico 10 – Distribuição da frequência de uso de objetos nulos nos três períodos em análise



Esses resultados, apesar de apresentarem uma pequena variação de frequência entre as fases, são significativos uma vez que, conforme aponta Lobo (2001), a mudança se expressa de maneira mais lenta na escrita. Assim, o índice dos resultados encontrados na análise do texto escrito pode não ser compatível com aqueles descobertos por pesquisas cujo objeto de análise é o texto falado.

Dentre estas pesquisas cujo foco é o texto falado, podemos mencionar mais uma vez os resultados apresentados por Duarte (1986), que mostram uma frequência de objetos nulos bem maior do que a das outras estratégias de preenchimento da posição de objeto. Em seus dados, Duarte (*op. cit.*) encontra uma frequência de 62,6% para o uso da categoria vazia, considerada bastante significativa, principalmente se comparada à frequência de 15,4% do uso do pronome lexical e ao índice de 4,9% do uso do clítico.

Conforme dito anteriormente, outra pesquisa que corrobora o aumento de objetos nulos no Português Brasileiro é a de Cyrino (1994), em que a autora acompanha a evolução deste fenômeno em dados de cinco séculos, do XVI ao XX. Segundo Cyrino (*op. cit.*), o índice de objetos nulos em seus dados era de 10,7% no século XVI, chegando a

79,1% no século XX. Cumpre observar que Cyrino (*op. cit.*) também trabalhou com textos escritos, mais especificamente, com peças teatrais. No entanto, os textos selecionados pela autora representam o texto falado, o que justifica a aproximação dos seus resultados com aqueles encontrados em Duarte (*op. cit.*).

Como justificativa para a emergência desse fenômeno, Cyrino (*op. cit.*) afirma que o aumento de objetos nulos está relacionado à perda do clítico neutro ‘o’ no Português Brasileiro, que pode ser utilizado tanto para retomar um DP, como para retomar uma sentença. Assim, há ocorrências de objetos nulos, cujo elemento apagado é um DP, bem como ocorrências em que uma sentença inteira foi apagada. Nesse último caso, o desuso do clítico neutro ‘o’ gerou um aumento dos casos de elipse sentencial.

Nos dados dessa pesquisa, a constatação de Cyrino (*op. cit.*) fica bastante evidente, uma vez que os resultados encontrados revelam um decréscimo do índice de ocorrências do clítico neutro ‘o’ ao longo do tempo, e, conseqüentemente, um aumento dos casos de objetos nulos sentenciais (objetos nulos cujos antecedentes correspondem a uma sentença⁵⁴), conforme veremos na próxima seção.

3.3.1.4.1. Clítico neutro ‘o’ x Objeto Nulo Sentencial

Conforme dito anteriormente, as ocorrências de objetos nulos foram contabilizadas levando em conta a distinção existente em relação ao tipo de antecedente: se o objeto apagado se refere a uma sentença ou a um DP. Os resultados envolvendo os casos de objetos nulos que correspondem a um DP foram apresentados na seção anterior e os resultados dos índices de objetos nulos cujos antecedentes correspondem a uma sentença são apresentados nesta seção.

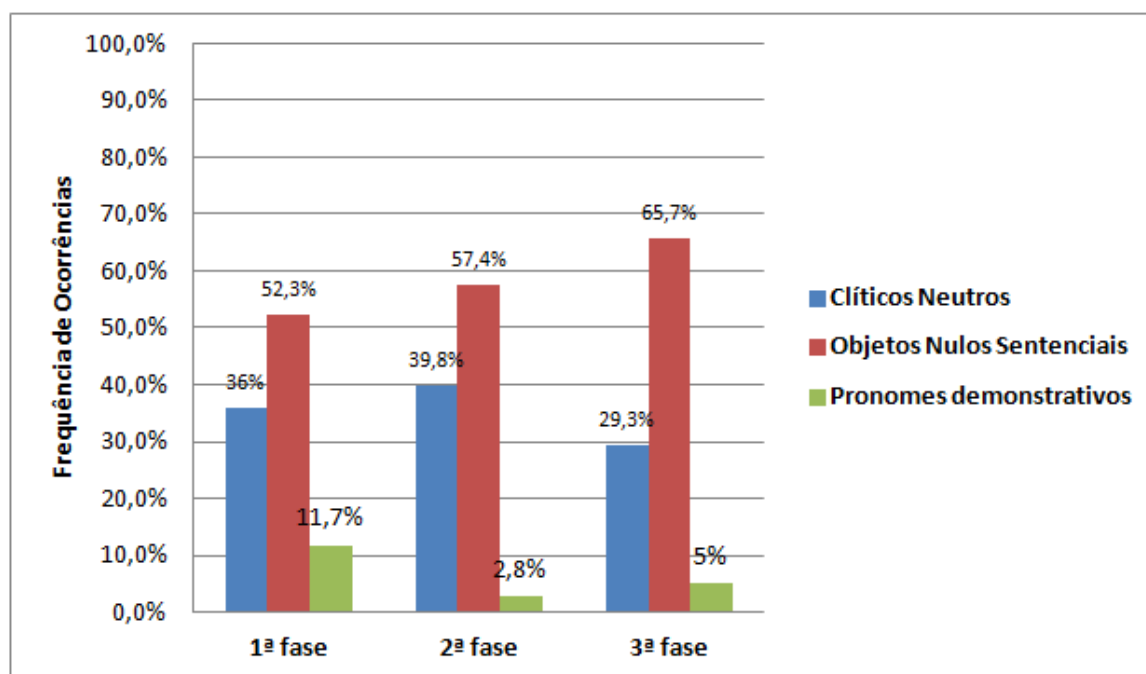
Os objetos nulos cujos antecedentes são sentenciais podem ser substituídos por duas variantes, a saber: o clítico neutro ‘o’ e o pronome demonstrativo que possua também uma sentença como antecedente - casos exemplificados na seção 3.2., uma vez que elas

⁵⁴ As ocorrências do clítico neutro ‘o’ e os casos de objetos nulos sentenciais foram contabilizados de forma separada em relação às ocorrências de clíticos acusativos de terceira pessoa e de objetos nulos cujos antecedentes correspondem a um DP.

funcionam como uma espécie de contrapartida em relação ao apagamento do objeto sentencial.

Os resultados dessa pesquisa indicam que, nos três períodos analisados, os objetos nulos cujos antecedentes são sentenciais ocorrem em maior frequência do que os objetos preenchidos com o mesmo tipo de antecedente. Mesmo na gramática de meados do século XIX, uma gramática mais conservadora no que concerne ao apagamento do objeto direto anafórico, encontramos índices superiores de objetos nulos sentenciais em detrimento do uso do clítico neutro, conforme pode-se verificar no gráfico abaixo:

Gráfico 11 - Distribuição da frequência de uso dos clíticos neutros, dos objetos nulos sentenciais e dos pronomes demonstrativos sentenciais nos três períodos em análise



A partir do gráfico, podemos perceber que as ocorrências de objetos nulos sentenciais superam o uso do clítico neutro 'o', bem como o uso de um pronome demonstrativo substituível por uma sentença. Além disso, essa variante apresenta um

aumento ao longo do tempo, enquanto que as outras apresentam uma queda no índice de ocorrências no decorrer dos períodos analisados. Esses resultados confirmam a hipótese de Cyrino (*op. cit.*), segundo a qual o fenômeno do objeto nulo no Português Brasileiro começou com a existência de elipses sentenciais em detrimento do uso do clítico neutro, gerando uma possibilidade de apagamento que foi, posteriormente, estendida aos outros clíticos.

Desse modo, a perda do clítico neutro (para o caso de dados de fala), ou a diminuição em seu uso (para o caso dos textos formais) teria sido o elemento favorecedor da emergência de uma categoria vazia com outros tipos de antecedentes na posição de objeto direto. De acordo com Cyrino (*op. cit.*), pode-se supor que

as crianças dos séculos XVII-XVIII, ouvindo mais elipses sentenciais do que clíticos neutros, produziram mais e mais elipse, e menos e menos clíticos neutros. Nos séculos seguintes, as crianças estenderiam para o objeto mais “semelhante” a esses casos, ou seja, o objeto cujo antecedente é [+específico], mas [-animado] (e que também poderia ser preenchido por um clítico), a mesma possibilidade de reconstrução e elipse do NP antecedente. Afinal, a reconstrução e elipse de DP/NP era possível em estruturas de elipse sentencial cujo antecedente é [+específico/ referencial, - animado]. Mais uma vez, há um aumento na ocorrência de nulos vs. clíticos (CYRINO, 1994: 186).

A análise sugerida pela autora dá conta dos resultados encontrados por essa pesquisa, uma vez que há ao longo dos períodos analisados um aumento das ocorrências de objetos nulos sentenciais, em detrimento do uso do clítico neutro, assim como há um aumento das ocorrências de objetos nulos cujos antecedentes são um DP, em detrimento do uso dos outros clíticos acusativos de terceira pessoa. Cumpre observar ainda que as ocorrências de objetos nulos que possuem um DP (substituível por um clítico) como antecedente correspondem à metade das ocorrências de objetos nulos nos dados⁵⁵.

Dessa forma, torna-se necessário investigar quais os elementos que favorecem o apagamento deste DP, uma vez que os estudos descritos no primeiro capítulo mostram que

⁵⁵ Analisamos como os tipos de antecedentes evoluem ao longo dos períodos estudados, no entanto, os resultados não revelaram uma mudança significativa, já que os objetos nulos que possuem um DP como antecedente são superiores na primeira e na última fase, enquanto que os objetos nulos que possuem uma sentença como antecedente são superiores na segunda, indicando, possivelmente, uma flutuação nos dados.

o licenciamento da categoria vazia em posição de objeto está relacionado tanto à questão da animacidade e da especificidade do antecedente, quanto à identidade estrutural e temática entre o objeto nulo e o DP retomado, questões que constituem o tópico de discussão da próxima seção.

3.3.1.4.2. Condicionamentos linguísticos para o aparecimento do objeto nulo

As pesquisas sobre o objeto direto anafórico no Português Brasileiro citadas no primeiro capítulo apontam que há fatores linguísticos que são favorecedores da ocorrência de uma categoria vazia, bem como contextos em que o uso dessa categoria é desfavorecido. De todos os fatores linguísticos atuantes no licenciamento do objeto nulo, o traço de animacidade do antecedente tem sido considerado por alguns pesquisadores como um elemento crucial para a escolha de uso dessa variante (*cf.* Duarte (1986), Cyrino (1994), Barra Ferreira (2000)).

Segundo esses autores, antecedentes que possuem o traço [- animado] favorecem o uso de um objeto nulo, enquanto que antecedentes que possuem o traço [+ animado] não o fazem. Essa distinção tem sido utilizada, como vimos no primeiro capítulo, para explicar a diferença na aceitabilidade de sentenças como as apresentadas em (33) e (34), repetidas aqui como (81) e (82):

(81) Esse livro_i decepcionou as pessoas que tentaram ler **ON_i**

(82) *Esse artista_i decepcionou as pessoas que tentaram cumprimentar **ON_i**

(Exemplos retirados de Barra Ferreira (2000:63))

A explicação dada para a agramaticalidade da sentença (82) é o fato de que o antecedente possui um traço [+animado]. Para que esta sentença se tornasse gramatical seria esperado o preenchimento dessa posição por um clítico ou por um pronome lexical, pois segundo Barra Ferreira (2000), o objeto nulo no PB é um pronome que não admite antecedentes animados. Logo, com base nesse raciocínio, podemos supor que os clíticos e os pronomes lexicais são favorecidos pelo traço [+animado], contrariamente ao objeto nulo que é favorecido pelo traço [-animado] do antecedente.

Figueiredo (2009), todavia, apresenta uma opinião contrária em relação ao papel da animacidade do antecedente para o licenciamento do objeto nulo. Segundo a autora, a animacidade não é um fator categórico para a escolha entre o uso de uma categoria vazia e o uso de um pronome lexical, pois ao analisar o traço de animacidade dos antecedentes dos objetos preenchidos em sua pesquisa, a diferença entre a proporção de objetos preenchidos com antecedentes [-animados] não foi estatisticamente relevante em relação à proporção de objetos nulos com antecedentes do mesmo tipo.

Desse modo, a fim de verificar qual das hipóteses apresentadas acima se confirmava em nossos dados, analisamos o papel do traço de animacidade do antecedente ao longo dos períodos estudados. Os resultados são apresentados nas tabelas abaixo.

Tabela 11 - Distribuição dos objetos nulos *versus* a animacidade do antecedente nos períodos em análise

Traço	Fases						Total	
	1ª fase		2ª fase		3ª fase		n°	%
	n°	%	n°	%	n°	%		
[+animado]	11		03		09		23	
	25%		5,5%		9,8%		12%	
[-animado]	33		52		83		168	
	75%		94,5%		90,2%		88%	
Total	44		55		92		191	
	100%		100%		100%		100%	

A partir da tabela 11, podemos verificar que o objeto nulo é favorecido pelo traço [-animado] do antecedente nas três fases em análise. Podemos perceber ainda que a incidência de objetos nulos cujos referentes são [-animados] apresenta um acréscimo na segunda e na terceira fase em relação à primeira (*cf.* exemplo (83)).

(83) “Até aqui o Sr. Lino Coutinho, dando preceitos para educação de sua filha se tem esquecido da religião, que não entra em seu systema, senão quasi accidentalmente. Causa admiração semelhante esquecimento; e o espanto do leitor sobe de ponto, ao ver que elle recommenda para instrução de Cora obras de Voltaire, Condorcet, e d'Holbach. Depois que **tiver aprendido a historia** em scriptos impios, então **irà ler** (___) nos livros sanctos e no Catechismo que o auctor compoz! Que negligencia, que indiscrição em um pae, que quer formar em sua filha uma perfeita mãe de famílias”. (*O Athêneo* – 1949)

Para confirmar a hipótese de que o traço [-animado] do antecedente/referente⁵⁶ seja o elemento crucial para o licenciamento do objeto nulo, analisamos a animacidade dos antecedentes nos casos em que temos o objeto preenchido por um clítico e por um sintagma nominal⁵⁷, partindo do pressuposto de que se o traço [-animado] favorece consideravelmente o uso de uma categoria vazia na posição de objeto, o traço [+ animado] deverá favorecer as demais variantes.

Na tabela 12, apresentamos a análise do traço de animacidade *versus* as ocorrências de objetos diretos preenchidos por clíticos. Por meio da tabela, podemos perceber que, contrariamente ao que prevíamos, o traço [+ animado] não favorece a ocorrência de um clítico, pois encontramos nos três períodos em análise mais ocorrências de clíticos cujo antecedente/referente é [-animado] do que aquelas em que o antecedente/referente é [+animado]. Apesar desse resultado, cumpre ressaltar que a

⁵⁶ Consideramos nesta pesquisa tanto os casos em que o termo ao qual o objeto nulo se refere está **anteposto** às ocorrências (anafóricos), quanto os casos em que esse termo está **posposto** às ocorrências (catafóricos). Assim, os dividimos em duas nomenclaturas: antecedentes (quando antepostos) e referentes (quando pospostos), no intuito de evitar confusão entre elas.

⁵⁷ Não apresentamos aqui a análise dos antecedentes das ocorrências de objetos diretos anafóricos preenchidos por pronomes demonstrativos - quando retomam um DP - por essa variante ter sido pouco recorrente nos dados.

porcentagem de ocorrências de objetos preenchidos por clíticos cujo antecedente/referente é [-animado] é menor do que as ocorrências de objetos nulos com o mesmo tipo de antecedente/referente, evidenciando que esse traço pode não ser categórico para o licenciamento do objeto nulo, mas que esta variante ocorre mais frequentemente quando o possui.

Tabela 12 - Distribuição dos clíticos *versus* a animacidade do antecedente nos períodos em análise

Traço	Fases						Total	
	1ª fase		2ª fase		3ª fase		nº	%
	nº	%	nº	%	nº	%		
[+animado]	144		56		69		269	
	45,7%		22%		28,6%		33,2%	
[-animado]	171		198		172		541	
	54,3%		78%		71,4%		66,8%	
Total	315		254		241		810	
	100%		100%		100%		100%	

Analisando os dados por períodos, percebemos que na primeira fase encontramos uma distribuição quase uniforme das ocorrências envolvendo os dois tipos de antecedentes/ referentes. A partir da segunda fase, o traço [-animado] começa a ser bem mais frequente nos dados, com uma alta incidência de objetos preenchidos por clíticos cujos antecedentes são [-animados] (*cf.* exemplos (84) e (85)), contrariando a expectativa de que as ocorrências com objetos preenchidos tendem a ter mais frequentemente antecedentes [+animados]. Esse resultado, todavia, pode ser justificado devido ao fato de que há mais DPs inanimados do que animados nos textos jornalísticos, uma vez que, tanto na tabela 11 como na tabela 12, percebemos uma queda em relação aos antecedentes animados ao longo do tempo.

(84) “Apresentei-me á hora emprazada e fiz a extirpação sem a presença de professor algum; por isso passo em silencio **alguns pormenores de agilidade e delicadeza**, que só a penna de fora **competia descrevê-los**” (*O Athêneo* – 1949).

(85) **Esse costume** está tão enraizado na sociedade, tem tão rigorosa observância que o negociante, o banqueiro, o capitalista, se apressam a **communica-l-o** ao futuro genro, ainda mesmo que, por conveniencia, **o occultem** á praça (*Correio de Notícias* – 1898 - 1900).

Quando analisamos o traço de animacidade *versus* o uso de sintagmas nominais anafóricos, percebemos que o traço [-animado] do antecedente também é registrado com maior frequência. Os casos de sintagmas nominais anafóricos em posição de objeto direto cujos antecedentes são [-animados] são, inclusive, bastante frequentes, com índices próximos àqueles encontrados para o uso de uma categoria vazia, conforme se pode perceber nos dados apresentados na tabela 13.

Tabela 13 - Distribuição dos sintagmas nominais *versus* a animacidade do antecedente nos períodos em análise

Traço	Fases						Total	
	1ª fase		2ª fase		3ª fase		nº	%
	nº	%	nº	%	nº	%		
[+animado]	09		01		15		25	
	18,8%		2,8%		34%		19,5%	
[-animado]	39		35		29		103	
	81,2%		97,2%		66%		80,5%	
Total	48		36		44		128	
	100%		100%		100%		100%	

Resultados semelhantes entre o traço [-animado] e o uso de um sintagma nominal anafórico foram encontrados por Duarte (1986). Nos dados analisados por esta autora, os índices de uso de objetos nulos e os índices de uso de sintagmas nominais anafóricos com antecedentes [-animados] são bastante próximos, chegando a 76,3% com a primeira variante e 70,7% com a segunda.

A diferença entre os dados encontrados por Duarte (*op. cit.*) e os dados descobertos nesta pesquisa diz respeito ao índice de uso de clíticos com antecedentes/ referentes [-animados]. Na pesquisa da autora, tem-se apenas 21,6% de objetos preenchidos por clíticos cujo antecedente é um DP [-animado], sendo que os outros 78,4% apresentam um antecedente [+animado]. Nesta pesquisa, todavia, encontramos apenas 33,2% de uso de clíticos cujos antecedentes/ referentes possuem esse traço, com um predomínio de uso de clíticos com antecedentes/ referentes [-animados] (66,8%).

Cumprindo observar que, segundo Cyrino (1994), o licenciamento do objeto nulo, além de ter influência do traço [-animado], relaciona-se também com outro fator: a especificidade do antecedente. Para a autora, “há um aumento de objetos nulos com antecedentes cujo traço é [+específico/ referencial, - animado], a partir do século XIX” (CYRINO, 1994: 174). Em virtude disso, analisamos o traço de animacidade dos antecedentes/ referentes, bem como o traço de especificidade dos mesmos, no intuito de verificar se encontraríamos resultados semelhantes aos encontrados pela autora em seus dados.

Cruzando o traço de animacidade com o traço de especificidade do antecedente/ referente, nos dados da primeira fase em análise, ou seja, nos dados de meados do século XIX, encontramos uma predominância de antecedentes com os traços [-animado, + específico] para todas as variantes, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 14 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos *versus* a animacidade e a especificidade do antecedente na 1ª fase

Traço	Variantes									
	Objeto nulo		Clítico		Sintagma Nominal		Pronome Demonstrativo		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
[-animado, + específico]	29	65,9%	146	46,3%	36	75%	02	66,7%	213	52%
[+animado, - específico]	04	9,1%	55	17,5%	01	2,0%	0	0%	60	14,6%
[-animado, - específico]	04	9,1%	25	7,9%	03	6,3%	0	0%	32	7,8%
[+animado, + específico]	07	15,9%	89	28,3%	08	16,7%	01	33,3%	105	25,6%
Total	44	100%	315	100%	48	100%	03	100%	410	100%

Em relação especificamente ao sintagma nominal anafórico, podemos perceber ainda que, dentre todas as variantes, esta é a que mais possui antecedentes/ referentes [-animados, + específicos], traços que favorecem igualmente o uso de uma categoria vazia. Os clíticos são favorecidos tanto por antecedentes/ referentes que possuem esses mesmos traços, como também por antecedentes/ referentes com os traços [+animado, + específico], contexto que corresponde a 28,3% dos casos. Os traços [+animado, - específico] favorecem levemente o uso do clítico e desfavorecem tanto o uso de uma categoria vazia, como o uso de um sintagma nominal. Já os traços [-animado, - específico] não apresentam variação entre as estratégias de preenchimento da posição de objeto direto anafórico.

Nos dados do final do século XIX, segundo período em análise nesta pesquisa, os resultados encontrados revelam um aumento nos casos de objetos diretos (nulos ou não) cujos antecedentes/ referentes são [-animados, + específicos], resultado que reflete uma

possível tendência do tipo de texto em análise, a saber: um maior uso de DPs inanimados. Os índices de objetos nulos e de sintagmas nominais cujos antecedentes/ referentes possuem esses traços são bastante altos se comparados às outras possibilidades de combinação de traços.

Já no que concerne ao uso do clítico, podemos perceber que essa variante passa a ser desfavorecida pelo traço [- específico] nessa fase, ocorrendo mais frequentemente com antecedentes/ referentes [-animados, +específicos] e com antecedentes/ referentes [+animados, + específicos], uma vez que temos, respectivamente, 74,4% e 20,1% de ocorrências de clíticos cujos antecedentes possuem esses traços, conforme os dados da tabela abaixo.

Tabela 15 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos *versus* a animacidade e a especificidade do antecedente na 2ª fase

Traço	Variantes									
	Objeto nulo		Clítico		Sintagma Nominal		Pronome Demonstrativo		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
[-animado, + específico]	50	91%	189	74,4%	34	94,4%	01	50%	274	79%
[+animado, - específico]	01	1,8%	04	1,6%	0	0%	0	0%	05	1,4%
[-animado, - específico]	02	3,6%	10	3,9%	01	2,8%	0	0%	13	3,7%
[+animado, + específico]	02	3,6%	51	20,1%	01	2,8%	01	50%	55	15,9%
Total	55	100%	254	100%	36	100%	02	100%	347	100%

Em relação ao objeto nulo, acontece justamente o contrário, pois as ocorrências de objetos nulos cujos antecedentes/ referentes possuem os traços [+animado, +/-

específico] são baixas, sendo alta a sua incidência, conforme vimos, com antecedentes/referentes [-animados, + específicos].

Nos dados de meados do século XX, encontramos resultados semelhantes àqueles encontramos para o final do século XIX, a saber: todas as variantes apresentam uma alta incidência de realização com antecedentes/ referentes [-animados, + específicos]. Todavia, há dois pontos interessantes a se destacar nos dados da terceira fase. O primeiro deles é a diminuição de ocorrências de sintagmas nominais anafóricos com antecedentes [-animados, +específicos] em favor do uso dessa variante com antecedentes [+animados, + específicos], se comparados com os resultados dos períodos anteriores, conforme pode-se verificar nos dados da terceira fase apresentados abaixo.

Tabela 16 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos *versus* a animacidade e a especificidade do antecedente na 3ª fase

Traço	Variantes									
	Objeto nulo		Clítico		Sintagma Nominal		Pronome Demonstrativo		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
[-animado, + específico]	78	84,8%	163	67,6%	28	63,6%	-	0%	269	71,4%
[+animado, - específico]	01	1,1%	08	3,3%	01	2,3%	-	0%	10	2,6%
[-animado, - específico]	05	5,4%	09	3,8%	02	4,6%	-	0%	16	4,2%
[+animado, + específico]	08	8,7%	61	25,3%	13	29,5%	-	0%	82	21,8%
Total	92	100%	241	100%	44	100%	-	0%	377	100%

O outro ponto a se destacar é o fato de os objetos nulos com antecedentes/referentes [- específicos] não apresentarem um aumento nos dados do século XX. Essa questão é interessante, uma vez que, de acordo com Cyrino (1994), o aumento de objetos nulos com antecedentes [-específicos] se dá exatamente em dados desse século. Em sua pesquisa, a autora encontra os índices de 57,1% de objetos nulos com antecedentes [-específicos, + animados] e 93,1% de objetos nulos com antecedentes [-específicos, -animados] nesse século.

Acreditamos, porém, que a razão para a discrepância dos resultados envolvendo os objetos nulos com antecedentes/referentes [-específicos] entre as duas pesquisas se deve ao fato dos dados analisados nesta pesquisa para o século XX serem correspondentes à primeira metade do século e os dados da autora serem compostos majoritariamente por peças de teatro da segunda metade do século⁵⁸. Talvez, se aumentássemos o recorte temporal dessa pesquisa para fins do século XX, pudéssemos obter resultados semelhantes no que concerne a esse traço.

Resumindo, com base nos resultados apresentados e discutidos acima, podemos fazer algumas considerações sobre a relação entre os traços de animacidade e especificidade do antecedente/ referente e as variadas realizações do objeto direto anafórico:

1. O traço de animacidade não parece ser crucial, mas apenas um favorecedor para a escolha entre as variantes, uma vez que assim como temos altos índices de objetos nulos cujos antecedentes/ referentes possuem o traço [-animado], temos um índice considerável de ocorrências com objetos preenchidos cujos antecedentes/ referentes possuem o mesmo traço, resultado que favorece a hipótese apresentada em Figueiredo (2009).
2. O traço [+específico] do antecedente/ referente parece favorecer o uso de um objeto nulo, quando associado ao traço [-animado], tal como constatado por Cyrino

⁵⁸ Cyrino (1994) analisa quatro peças de teatro no século XX: Marques Rebelo, Rua Alegre (1940), Dias Gomes, O pagador de Promessas (1960), Gianfrancesco Guarnieri, Um grito parado no ar (1973) e Miguel Falabela, No coração do Brasil (1992).

(1994). Já os antecedentes/ referentes que possuem o traço [+ específico] associado ao traço [+ animado] parecem não favorecer a ocorrência de objetos nulos.

3. O traço [+específico] também favoreceu o uso de sintagmas nominais anafóricos e o uso de clíticos, quando combinado tanto com o traço [-animado], quanto com o traço [+ animado] do antecedente/ referente.

4. Os clíticos passam a ser desfavorecidos pelo traço [-específico] a partir do segundo período (respectivamente 25,4% - 5,5% - 7,1%).

5. As combinações dos traços animacidade e especificidade do antecedente envolvendo o uso de uma categoria vazia e o uso de um sintagma nominal nos dados do século XIX revelam uma semelhança entre a distribuição dessas duas estratégias. No entanto, nos dados do século XX, o uso de um sintagma nominal anafórico torna-se mais favorecido nos mesmos contextos em que o clítico é favorecido, indicando uma possível distinção dos traços que licenciam um objeto nulo daqueles que licenciam um objeto preenchido.

Considerando que os traços de animacidade e especificidade do antecedente não se mostraram categóricos para a escolha entre uma e outra variante, sendo apenas favorecedores para a escolha de determinadas estratégias, torna-se necessário avaliar outros fatores que se mostram relevantes para o licenciamento ou não do objeto nulo. Dentre esses fatores, Côrrea (1991) aponta para a correspondência entre a função sintática do antecedente/ referente e o objeto direto nulo. Para a autora, “os dados afirmam que o OD nulo tem como antecedente, na maior parte das vezes, outro OD” (CORRÊA, 1991: 73).

Figueiredo (2009) chega a uma conclusão semelhante em seus dados. Segundo a autora, “quando o antecedente se encontra na posição de *objeto direto*, os dados revelam que ON é favorecido, com peso relativo igual a .57 e varia com o ELE, cujo peso relativo é igual a .43” (FIGUEIREDO, 2009: 91, grifos da autora). Essa autora defende ainda que a identidade temática e a correspondência entre as posições em que o ON e o seu antecedente são conectados/ gerados na sentença são elementos cruciais para o licenciamento do objeto nulo.

Na pesquisa aqui desenvolvida os objetos diretos nulos também acontecem com maior frequência quando o antecedente é igualmente um objeto direto, com 72,3% dos casos. Os demais antecedentes/ referentes estão distribuídos entre as seguintes funções sintáticas: sujeito (13,6%), tópico (5,2%), Complemento Nominal (4,7%), e Complemento Oblíquo (4,2%).

Entre as ocorrências em que o antecedente/ referente possui a função sintática de sujeito, verifica-se que em todas elas o sujeito é tema/paciente (*cf.* exemplo (86)), o que implica dizer que esses antecedentes possuem o mesmo papel temático do objeto nulo, possibilitando, portanto, a gramaticalidade da sentença, tal como proposto em Figueiredo (2009).

(86) **A idéia de Deos**, é uma idéia tão sublime, tão grande, que só um entendimento bem desenvolvido pode **avaliar** (___) e **compreender** (___) (*O Athêneo* – 1849).

A sentença apresentada em (86) possui um objeto nulo cujo antecedente é um sujeito e apresenta uma estrutura semelhante à sentença apresentada em (24), reproduzida aqui como (87), em que o sujeito não é um agente. Caso o antecedente do objeto nulo estivesse na posição de sujeito e fosse agente, a sentença se tornaria agramatical (*cf.* exemplo (88)).

(87) Esse tipo de garrafa_i impede as crianças de abrirem ____i sozinhas.

(88) *O José_i impediu a esposa de matar ____i

Analisando os antecedentes dos objetos nulos das sentenças (86) e (87) em contraste com o antecedente do objeto nulo na sentença (88) percebemos que a última se torna agramatical não por ter um antecedente na posição de sujeito, mas por esse

antecedente ser o sujeito da fala, pois – conforme pontuado no primeiro capítulo – não é natural que o mesmo sujeito de uma fala seja o tópico dela (cf. Galves (1997)).

Em relação às demais funções sintáticas dos antecedentes/ referentes, observamos que os objetos nulos cujos antecedentes/ referentes correspondem a um tópico (cf. exemplo (89)) não foram tão frequentes nos dados, assim como os antecedentes/ referentes com as funções sintáticas de complemento nominal (cf. exemplo (90)) e complemento oblíquo (cf. exemplo (91)).

(89) “O conselho do sabio Fénélon - pelo qual o digno Auctor da Bibliographia, fallando da Carta 24.^a, entende que o Dr. Lino Coutinho devia termina-la, quem ler a Carta 20.^a n'ella **encontrará** (___) convenientemente doctrinado á par de outros, que são igualmente indispensáveis” (*O Athêneo* – 1949).

(90) “O treino secreto do selecionado bahiano será amanhã, á tarde, na Vila Milita. Vejam vocês! E eu que, quando passei a ser dono do **segredo**, jurei em cruz não **contar** (___) a ninguem, nem a minha mãe! A coisa pior deste mundo é guardar avaramente um segredo que todo mundo já sabe” (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

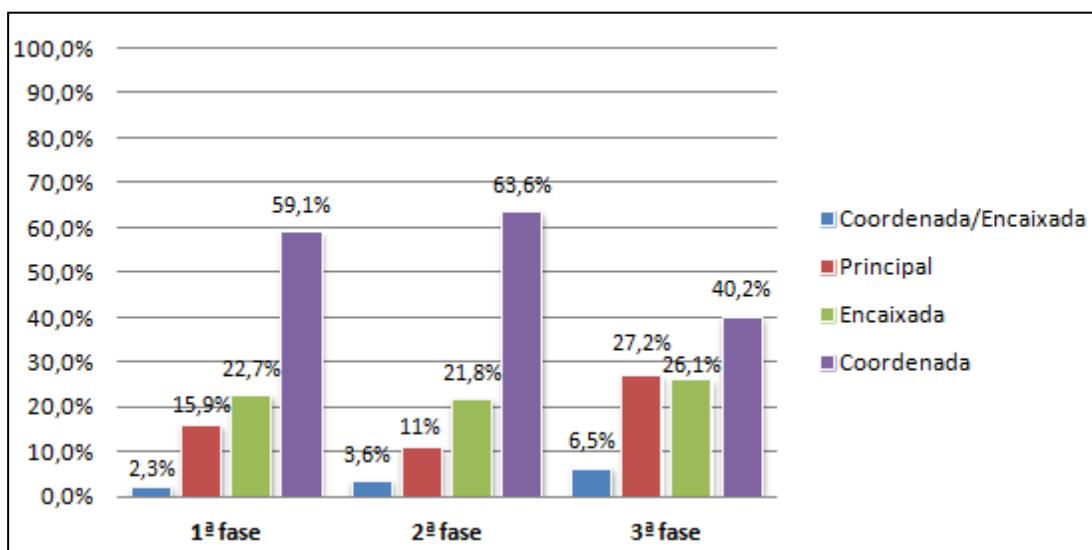
(91) “O religioso o soube, e tal foi o pezar ou terror que d'elle se apoderou com isso, - que seos pés não se crusaram mais fora de sua cella, e nem seos labios **tocaram** mais **nos alimentos**, que lhe trasião diariamente, e que elle ou fazia voltar, ou, si alguma vez por muito rogo de algum companheiro consentia que **deixassem** (___) na cella, atirava ao pateo” (*O Athêneo* – 1849).

Desse modo, a partir da análise da função sintática do antecedente/referente do objeto nulo, percebemos que esta variante é extremamente favorecida quando há correspondência com a função sintática do seu antecedente/ referente, ou seja, quando o antecedente/referente do objeto nulo também é objeto direto. No entanto, encontramos algumas ocorrências em que o antecedente/ referente do objeto direto possui outras funções sintáticas e, nesses casos, acreditamos que a correspondência temática (paciente/ tema)

entre o objeto nulo e o seu antecedente/ referente pode estar operando no licenciamento dessa categoria vazia, garantindo a gramaticalidade das sentenças⁵⁹.

Outro aspecto importante a se considerar em relação ao licenciamento do objeto nulo é o tipo de sentença na qual essa categoria ocorre. Em linhas gerais, podemos constatar nos dados que, prioritariamente, o objeto nulo é procedente de orações coordenadas, seguidas das orações encaixadas, das orações principais e, por último, dos casos em que o objeto nulo se encontra numa estrutura que pode ser classificada tanto como uma oração coordenada, quanto como uma oração encaixada, conforme se pode visualizar no gráfico a seguir.

Gráfico 12 - Distribuição dos objetos nulos *versus* tipo de sentença em que ocorrem



⁵⁹ Um ponto a se considerar no licenciamento do objeto nulo, de acordo com Figueiredo (2009), é o fato de o antecedente/ referente dessa categoria vazia ser conectado na derivação da sentença como argumento interno do verbo exercendo, portanto, um papel de tema e satisfazendo os requisitos de identidade estrutural e temática entre o objeto nulo e o seu antecedente/ referente. Considerando que a maior parte dos objetos nulos encontrados nesta pesquisa possui como antecedente/ referente um também objeto direto, acreditamos que os requisitos de identidade estrutural e temática sejam satisfeitos na maior parte dos dados. Nos casos em que temos objetos nulos com antecedentes/ referentes que exercem outras funções sintáticas, uma análise minuciosa da derivação de cada sentença se faz necessária, no intuito de identificar o lugar exato em que esses itens são conectados, tarefa que ultrapassa os limites dessa pesquisa.

Há uma nítida preferência pelo uso do objeto nulo em contextos de orações coordenadas em todos os períodos, no entanto, na terceira fase, há uma maior distribuição das ocorrências entre os tipos de orações, revelando que, em meados do século XX, os objetos nulos ocorrem mais frequentemente em qualquer tipo de sentença do que nos períodos anteriores. Corrêa (1991), ao analisar o tipo de oração que contém o objeto nulo, observou em seus dados que as porcentagens gerais por tipo de oração não mostravam qualquer preferência por determinado tipo de sentença, apresentando uma distribuição relativamente uniforme entre elas. Desse modo, o tipo de oração na qual o objeto nulo ocorre não parece ser um fator categórico para o licenciamento dessa categoria.

Por fim, um último aspecto que tem sido discutido na literatura acerca do licenciamento do objeto nulo diz respeito à estrutura do DP antecedente/ referente. Raposo (2004) e Raposo & Kato (2005) sugerem que a existência de objetos nulos em português seja um reflexo da existência de nomes nus, isto é, nomes com determinantes nulos. Segundo os autores, o castelhano, por exemplo, não permite o apagamento do determinante e, conseqüentemente, não possui objetos nulos.

Diante disso e considerando que a estrutura do DP antecedente/ referente de um objeto nulo nunca foi estudada diacronicamente, discutimos na próxima seção a relação entre esses dois fenômenos típicos do português: objetos e artigos nulos.

3.3.2. Formas de realização dos objetos diretos anafóricos e a estrutura do DP

Raposo (2004) propõe que há uma distinção paramétrica entre o português e as outras línguas românicas, uma vez que, dentre as línguas românicas, o português (*cf.* exemplos em (92)) parece ser a única que permite um determinante definido nulo em seu léxico.

- (92) a. Maria detesta [cenouras].
b. Odeio [café].
c. O João prefere [prosa a poesia]

- (93) a. *Maria detesta [zanohorias].
b.*Odio [café].
c. Juan prefiere [prosa a poesia].

(Exemplos retirados de Raposo (2004: 51)).

Em castelhano, conforme se pode notar pelo contraste entre as sentenças em (92) e (93), o objeto não pode ser nu⁶⁰ (sem determinante), sendo obrigatória a presença do artigo definido (*cf.* exemplo (96c), apresentado abaixo). Segundo Raposo (2004), a mesma restrição é encontrada em francês e em italiano, mas em português ambas as opções são possíveis: os objetos podem ser usados com ou sem a presença do determinante (*cf.* exemplos (97c) – (94c)). Ainda segundo Raposo (2004), este paradigma se repete nas alternâncias entre objetos nulos e objetos pronominais, conforme se pode observar nos exemplos apresentados a seguir.

- (94) a. Esse livro, eu só encontrei ____ na FNAC.
b. Eu só encontrei ____ na FNAC.
c. A Maria detesta [____ cenouras].

- (95) a. *Ese libro, sólo encontré ____ en la FNAC.
b. *Sólo he encontrado ____ en la FNAC.
c. *Maria detesta [____ zanahorias].

⁶⁰ Em nossos termos, assumimos que os sintagmas nominais possuem determinantes, sendo, portanto, DPs.

(96) a. Ese libro, sólo **lo** encontré en la FNAC.

b. Sólo **lo** he encontrado en la FNAC.

c. Maria detesta [**las** zanahorias].

(97) a. Esse livro, eu só o encontrei na FNAC.

b. Eu só o encontrei na FNAC.

c. A Maria detesta [as cenouras].

(Exemplos retirados de Raposo (2004: 52)).

A partir do contraste entre as sentenças em (94)-(97), Raposo (2004) afirma que o português permite objetos nulos e certas expressões nominais genéricas sem o artigo definido o, todavia, o castelhano não aceita nenhum dos fenômenos. Em virtude dessa evidência empírica, o autor propõe que a possibilidade de existência de objetos nulos em português seja na realidade um reflexo da existência do determinante nulo. Assim, línguas que permitem determinantes nulos, também permitiriam objetos nulos.

Apesar do português, ao contrário das outras línguas românicas, aceitar determinantes nulos, há uma diferença entre o Português Europeu e o Português Brasileiro com relação ao tipo de nome nu aceitável. Segundo Raposo & Kato (2005), “outra característica que diferencia o PB do PE, quando se trata da fala, é a possibilidade no PB de nomes singulares usados como genéricos, ao contrário do PE, que só aceita o nome plural, quando é contável” (RAPOSO e KATO, 2005: 84).

Nos dados dessa pesquisa, encontramos casos de objetos preenchidos por nomes nus, tanto no singular como no plural, conforme exemplos a seguir:

(98) “Não nego que **tem tido caracter pessoal**, e nem podia deixar de **ter** (___), e irritadissimo, por vezes, a discussão que ora travo na imprensa” (*Jornal de Notícias* – 1898 – 1900)⁶¹.

(99) “Ora ahi está o Snr. Santinho Pirajá na Itapoã **matando** (___), **escalando** (___), **mandando surrar mulatos**” (*Novo Diário da Bahia* – 1837-1838).

(100) Estes relogios secundarios que convem à uma multidão de estabelecimentos, não precisam de corda, e se regulam do modo mais facil; não **teem tympano**, mas nada seria mais facil do que **estabebelecer-lh'o** em communição com o principal (*O Ahtêneo* – 1949).

(101) “Em todas as populosas capitaes, em todos os paizes civilizados, os governos procuram diffundir a instrucção por todas as camadas sociaes, já creando escolas, academias e universidades, já **montando bibliothecas**, **mantendo-as** com enormes sacrificios e sommas fabulosas” (*Correio de Notícias* – 1898 - 1900).

(102) “Quem casa, **quer casa**. Como há de, porém, **montar casa**, isto é, alugar um prédio, mobilal-o convenientemente, sustentar esposa, filhos, criadas, aggregados, hospedes e visitas, quem só conta com os recursos do seu ordenado?!” (*Correio de Notícias* – 1898 – 1900).

(103) Trazê-lo para um campo em que a pátria deva ser apreciada dentro de ângulos super-partidários, representa o mesmo trabalho que entrar numa selva, **caçar tigres e leões**, pô-los dentro de uma jaula e se pôr a domesticá-los. O domador sua a valer, **castigando as feras**, como é dos usos desde que o homem pensou em modificar-lhes os impetos malfazejos (*Diário de Notícias* – 1945 – 1948).

Desse modo, após constatar a existência de determinantes nulos nos dados e considerando que os determinantes trazem informações sobre a referencialidade do antecedente/ referente, optamos por analisar a estrutura do DP antecedente/ referente, no intuito de verificar se o tipo de determinante que encabeça um DP é relevante para o licenciamento do objeto nulo.

⁶¹ Tanto o exemplo (99) como o exemplo (101) possuem substantivos não contáveis, logo, em PE essas construções também podem aparecer sem o artigo.

Segundo Figueiredo (2009), “no grego, o traço de definitude, que é identificado através da presença de um determinante forte, é categórico na escolha do clítico” (FIGUEIREDO, 2009: 113). Já os antecedentes com determinantes indefinidos e sem qualquer determinante licenciam o objeto nulo. Pelos exemplos apresentados em (98)-(103), podemos perceber que a ausência de determinante no antecedente em português não é categórico para o licenciamento do objeto nulo, tal como o é em grego.

Nos dados encontrados por essa pesquisa, as estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico apresentam antecedentes/ referentes com todos os tipos de DPs (artigo definido, artigo indefinido, pronome possessivo, pronome demonstrativo), bem como com Determinantes Nulos, ou seja, com antecedentes/ referentes expressos por um nome nu, conforme pode-se verificar nos dados apresentados abaixo.

Tabela 17 - Distribuição das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico *versus* a estrutura do DP

Estrutura do antecedente/ referente	Variantes									
	Objeto nulo		Clítico		Sintagma Nominal		Pronome Demonstrativo		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
Nome Pleno	158		708		98		05		969	
(D + Nome)	82,7%		87,4%		76,6%		100%		85,4%	
Nome nu	33		102		30		-		165	
	17,3%		12,6%		23,4%		0%		14,6%	
Total	191		810		128		05		1134	
	100%		100%		100%		100%		100%	

Como se pode ver na tabela, os sintagmas nominais anafóricos e os objetos nulos possuem pouco mais antecedentes com nomes nus do que os clíticos. Todavia, a maior parte dos antecedentes/ referentes, independentemente da variante, são DPs plenos. Assim, a partir da análise da tabela acima, podemos afirmar que, apesar da existência de

objetos nulos numa dada língua poder estar relacionada ao fato dessa mesma língua permitir determinantes nulos, em português, a estrutura do DP não opera categoricamente na escolha entre uma ou outra estratégia de realização do objeto direto anafórico. Em outras palavras, as construções com objetos nulos no português não possuem necessariamente DPs antecedentes/ referentes com determinantes também nulos.

Desse modo, considerando que a maior parte dos antecedentes/ referentes apresentaram DPs plenos e que o traço de definitude do DP é relevante para o licenciamento do objeto nulo em línguas como o grego, o polonês e o espanhol (*cf.* Figueiredo (2009)), analisamos os tipos de determinantes presentes nesses DPs plenos no intuito de verificar se os dados evidenciavam alguma influência do traço de definitude nas escolhas entre as estratégias de realização do objeto direto anafórico. Os determinantes dos DPs plenos foram divididos da seguinte maneira: artigo definido, artigo indefinido, pronome demonstrativo, pronome possessivo e outros (*pronome indefinido* (certas, tais, qualquer, algum, muitos), *numeral* (três), *quantificadores* (todo(s))). Os resultados dessa distribuição nos dados são apresentados em conjunto na tabela 18, sem distinção entre os períodos estudados, uma vez que os mesmos não apresentaram mudança diacrônica significativa ao longo do tempo.

Tabela 18 - Distribuição dos objetos diretos anafóricos *versus* o tipo de determinante presente no DP antecedente/ referente

Tipo de Determinante	Variantes									
	Objeto nulo		Clítico		Sintagma Nominal		Pronome Demonstrativo		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
Artigo	104		517		72		04		697	
Definido	65,8%		73%		73,4%		75%		71,9%	
Artigo indefinido	32		58		14		-		104	
	20,3%		8,2%		14,3%		0%		10,7%	
	09		75		04		01		89	
Demonstrativo	5,7%		10,6%		4,1%		25%		9,2%	
	03		20		05		-		28	
Possessivo	1,9%		2,8%		5,1%		0%		2,9%	
	10		38		03		-		51	
Outros	6,3%		5,4%		3,1%		0%		5,3%	
	158		708		98		05		969	
Total	100%		100%		100%		100%		100%	

No *corpus* aqui analisado, verificamos que todas as estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico são favorecidas pelos determinantes definidos. Os objetos nulos e os sintagmas nominais também ocorrem com uma maior frequência do que os clíticos quando o antecedente/ referente possui um artigo indefinido. Percebemos ainda que os determinantes demonstrativos e possessivos favorecem mais o objeto preenchido do que o objeto nulo. Na pesquisa realizada por Figueiredo (2009), os determinantes demonstrativos e possessivos também favoreceram o uso do ELE, bem como os antecedentes/ referentes introduzidos por um pronome indefinido. Já o objeto nulo é favorecido, na pesquisa da autora, por DPs encabeçados por artigos definidos.

Desse modo, podemos afirmar que a análise do tipo de determinante que encabeça um DP não indica resultados categóricos no sentido de haver um tipo de

determinante específico favorecendo uma estratégia específica. Os dados apresentados na tabela 18 mostram que a distribuição dos determinantes que encabeçam um DP é relativamente uniforme entre as variantes e, portanto, não é categórica para o licenciamento do objeto nulo. Conforme discutimos anteriormente, o que parece influenciar mais fortemente o uso dessa variável parece ser a correspondência entre a sua função sintática e a função sintática do seu antecedente/ referente, bem como a identidade entre os papéis temáticos envolvendo o objeto nulo e o DP antecedente/ referente.

Dessa maneira, dado que os resultados da pesquisa aqui desenvolvida revelam um aumento do objeto nulo ao longo do tempo e dado que aspectos internos à própria gramática parecem estar influenciando no licenciamento dessa categoria vazia na posição de objeto, acreditamos ser interessante observar dados diacrônicos relativos à categoria vazia na posição de sujeito, no intuito de discutir em que medida estudos sobre aspectos sintáticos do Português Brasileiro podem contribuir para a periodização dessa língua, tarefa que é realizada na próxima seção.

3.3.3. Amarrando as pontas: o estudo de fenômenos sintáticos e a sua contribuição para a periodização do Português Brasileiro

Tarallo (1993) revelou haver uma assimetria em Português Brasileiro envolvendo as posições de sujeito e objeto, pois enquanto o sujeito pronominal vem sendo cada vez mais preenchido, o objeto direto anafórico tem se apagado nessa língua. Ao desenvolver um estudo diacrônico em quatro períodos dos séculos XVIII e XIX, o autor conclui que

quando as percentagens para objetos diretos e sintagmas preposicionais diminuem, aumenta a proporção de retenção pronominal nos sujeitos, sugerindo assim que a perda da referência pronominal faz com que o sistema se re-arranje, marcando outros argumentos sentenciais mais freqüentemente (TARALLO, 1993: 83).

Partindo das conclusões do autor, podemos afirmar que o aumento dos índices de objetos nulos no Português Brasileiro atestado por essa e outras pesquisas (cf. Cyrino (1994)) se deve ao fato de essa língua licenciar cada vez menos o sujeito nulo referencial, ou seja, apresentar cada vez mais sujeitos preenchidos. Assim, com vistas a estabelecer uma relação entre esses fenômenos, lançamos mão mais uma vez do estudo desenvolvido por Gravina (2008), em que a autora desenvolve um estudo diacrônico também com base em textos jornalísticos⁶² sobre a distribuição do número de sujeitos nulos e sujeitos realizados (pronominais e/ou lexicais anafóricos) no PB.

Segundo Gravina (*op. cit.*), o Português Brasileiro foi considerado por Duarte (1993; 1995) como uma língua que tem perdido a característica *pro-drop*, ou seja, uma língua que não licencia mais o sujeito nulo, tal como o PE. No entanto, a autora chamou atenção para o fato de que há outros autores (cf. Paredes da Silva (1998), Oliveira (1990) e Nicolau (1994; 1995; 1997)) que discordaram desta visão por acreditarem que a diminuição do uso de sujeito nulo não quer dizer que o PB tenha passado por uma alteração na marcação de parâmetro. Considerando, pois, essas duas visões, Gravina (*op. cit.*) objetiva com sua dissertação analisar a evolução da mudança de uma língua com características *pro-drop* para uma língua de sujeito nulo diferente, com base nas hipóteses de que a diminuição do sujeito nulo refletiria, na verdade, numa mudança de gramática e de que as ocorrências de sujeito nulo no PB estariam restritas a contextos específicos.

Ao realizar a quantificação dos dados no *corpus*, a autora percebeu uma diminuição de sujeitos nulos e pronominais no decorrer do tempo. Em relação à variação sujeito nulo/pronominal, o periódico *Recreador Mineiro* (1845-1848) apresentou 41% de nulos, 8% de sujeitos pronominais e 51% de outros sujeitos. O periódico *Jornal Mineiro* (1897-1900) apresentou 23% de nulos, 5% de sujeitos pronominais e 72% de outros sujeitos, já no periódico *Tribuna de Ouro Preto* (1945-1948) foram constatados 18% de nulos, 3,5% de sujeitos pronominais e 78,5% de outros sujeitos.

Assim, o que a autora questiona é que variante estaria aumentando nesses textos, já que o estudo das várias estratégias de realização do sujeito evidenciava que os

⁶² Conforme vimos no segundo capítulo, os artigos jornalísticos analisados por Gravina (2008) são de três periódicos publicados na cidade de Ouro Preto (MG), a saber: *O Recreador Mineiro* (1845-1848), o *Jornal Mineiro* (1897-1900) e a *Tribuna de Ouro Preto* (1945-1948).

redatores dos jornais do século XX utilizavam uma gramática cujo sujeito estava mais preenchido. Segundo Gravina (*op. cit.*), a variante que está em crescimento no *corpus* é o *Sujeito Lexical Anafórico* (SLA), que se caracteriza como um tipo de sujeito que pode ser substituído ou por um sujeito nulo ou por um pronome lexical realizado.

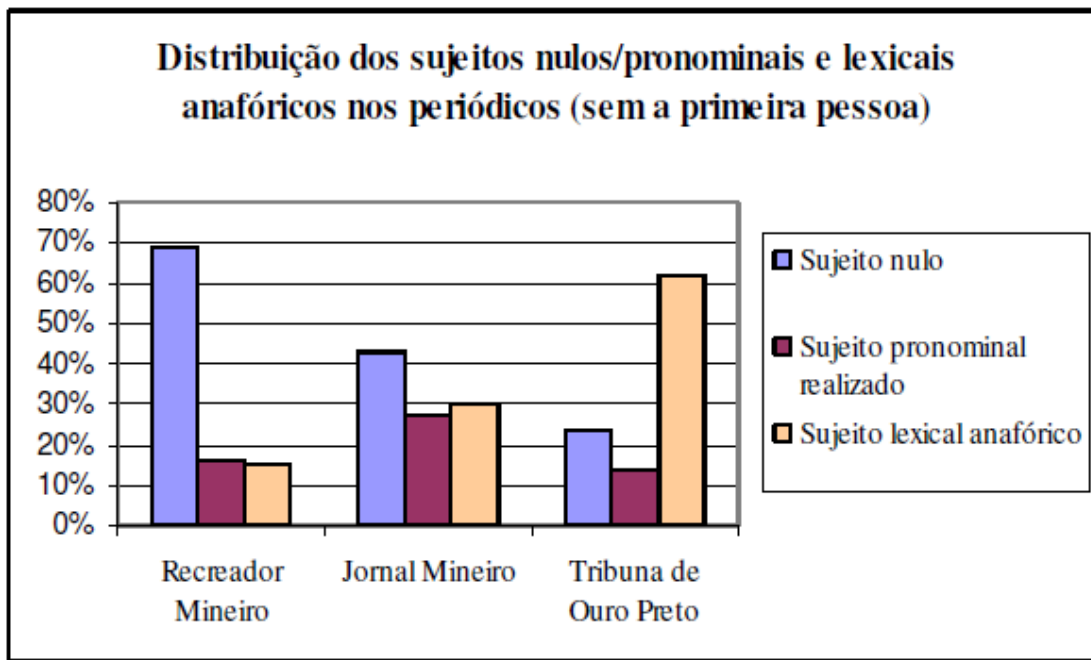
Além de ter percebido a preferência pelo preenchimento da posição de sujeito por um elemento lexical anafórico, Gravina (*op. cit.*) verificou que, levando-se em conta a variável pessoa, houve um uso significativo da primeira pessoa em forma de sujeito nulo e um decréscimo de sujeito nulo de terceira pessoa. O alto índice de nulos de primeira pessoa pode se justificar por questões estilísticas, além do fato de a primeira pessoa do plural ser usada para aproximar leitor/ escritor e dividir a responsabilidade pelo texto.

No que concerne às questões estruturais, o alto índice de primeira pessoa nula ainda pode ser explicado pela morfologia, uma vez que a desinência de primeira pessoa é de fácil identificação, não gerando ambiguidade. “Uma outra hipótese seria considerar esse uso do sujeito nulo como um tópico apagado nos moldes de Rodrigues (2004)” (GRAVINA, *op. cit.* p. 87). Cumpre observar que, como este alto índice de nulos de primeira pessoa poderia enviesar os resultados da pesquisa, a autora também analisou os dados sem contabilizar a sua presença. Para Gravina (*op. cit.*),

ao retirar a primeira pessoa, percebe-se que há uma alteração nos resultados. A primeira metade do século 19 continua apresentando sujeito nulo, acima dos 80%, mas os tempos seguintes diferem desse patamar, caindo para a faixa dos 60%. As estatísticas mostram que um dos fatores que mascaravam o decréscimo do sujeito nulo nos dados era o uso demasiado da forma de primeira pessoa (GRAVINA, *op. cit.*, p. 88).

Desse modo, a partir da análise cuidadosa dos dados, Gravina (*op. cit.*) afirma que houve claramente uma inversão no uso do sujeito nulo no decorrer do tempo em Minas Gerais, uma vez que na primeira metade do século XIX havia uma maior ocorrência de sujeitos nulos e na primeira metade do século XX uma maior ocorrência de sujeitos preenchidos, tal como se pode verificar no gráfico a seguir.

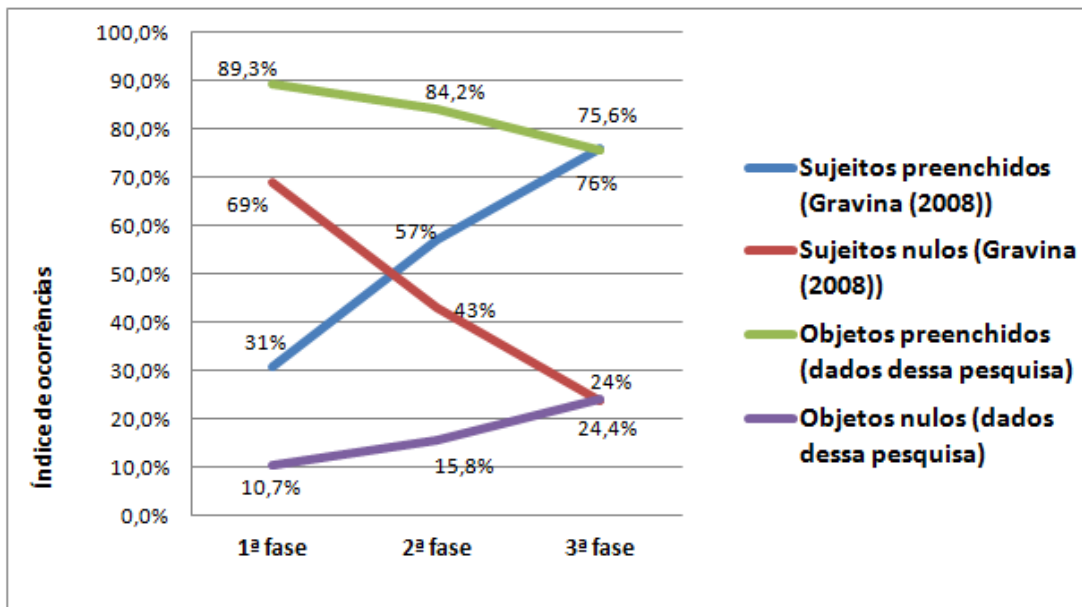
Gráfico 13 – Distribuição dos sujeitos nulos x sujeitos preenchidos na diacronia



Fonte: Gravina (2008: 101)

Vê-se, portanto, com base nos resultados encontrados por Gravina (*op. cit.*), sumarizados no gráfico 13, que o Português Brasileiro tende a preencher cada vez mais a posição de sujeito. Esse resultado, associado às evidências encontradas nessa e em outras pesquisas acerca do aumento do objeto nulo (*cf.* Cyrino (1994)), corrobora a hipótese apresentada em Tarallo (1993) de que há uma mudança assimétrica envolvendo as posições de sujeito e objeto nessa língua, conforme podemos verificar no gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 14 – Distribuição dos sujeitos x objetos na diacronia



Em relação ao sujeito, Gravina (*op. cit.*) afirma que o *Jornal Mineiro* (1897-1900 (2ª fase)) é o marco da mudança diacrônica, pois nos dados desse periódico a porcentagem de ocorrência de sujeito nulo diminui e o número de sujeitos preenchidos aumenta. Além disso, o jornal *Tribuna de Ouro Preto* (1945-1948 (3ª fase)), na opinião da autora, confirma a tendência do final do século XIX, “diminuindo ainda mais o número de sujeitos nulos e aumentando consideravelmente o número de sujeitos lexicais anafóricos” (GRAVINA, 2008:101).

No que concerne à posição de objeto, os dados analisados nesta pesquisa não apresentam uma inversão quanto à frequência de objetos nulos (cujos antecedentes são um DP) no decorrer dos períodos analisados, mas percebe-se que da primeira fase em análise (1833- 1850) para a última (1945-1948), há um aumento de mais de 100% no uso dessa variante, passando de 10,7% para 24,4%. A segunda fase (1898-1900), que corresponde ao final do século XIX, pode ser considerada, portanto, como um momento de transição importante para que a língua siga essa tendência, já que apresenta um índice de objetos nulos superior à primeira: 15,8%.

Quando contabilizamos tanto os objetos nulos cujos antecedentes são um DP quanto os objetos nulos sentenciais, os resultados evidenciam um crescimento ainda maior de uso dessa variante, respectivamente 18%, 27,9% e 33%.

Todavia, apesar de não podermos demarcar temporalmente a mudança envolvendo o objeto nulo com base nos dados encontrados nesta pesquisa, encontramos indícios no estudo de Cyrino (1994) de que a mudança envolvendo objeto nulo no Português tenha se dado no mesmo período em que aconteceu a mudança envolvendo o sujeito nulo. Nos dados da autora, tem-se **18,5%** de *objetos nulos* no **século XVIII**, **45%** no **século XIX** e **79,1%** no **século XX**. Contrariamente, *os objetos preenchidos* no **século XVIII** correspondem a **81,5%** das ocorrências, **no século XIX a 55%** e **no século XX a 20,9%**, conforme pode-se observar na tabela 19 apresentada abaixo.

Tabela 19 – Distribuição de posições nulas vs. preenchidas nos dados diacrônicos de Cyrino (1994)

TABELA 1. Distribuição de posições nulas vs. preenchidas						
Século	NULAS		PREENCHIDAS		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
XVI	31	10.7	259	89.3	290	100
XVII	37	12.6	256	87.4	293	100
XVIII	53	18.5	234	81.5	287	100
XIX	122	45.0	149	55.0	271	100
XX	193	79.1	51	20.9	244	100

Fonte: Cyrino (1994:169)

Desse modo, a partir dos dados de Cyrino (*op. cit.*), podemos afirmar que a mudança envolvendo o objeto direto anafórico já se mostra claramente no século XIX, uma vez que os dados desse século demonstram uma diferença significativa em relação aos dados do século anterior. Em relação ao licenciamento do sujeito nulo, a mudança se mostra nos dados da segunda metade do século XIX, conforme aponta Gravina (2008).

Diante desse quadro, resta-nos questionar por que os textos jornalísticos não evidenciaram a inversão encontrada por Cyrino (*op. cit.*) no que concerne ao aumento do

objeto nulo, se esse mesmo tipo de texto evidencia a mudança encontrada para a posição de sujeito. A hipótese com a qual vamos trabalhar é a de que essa diferença é um efeito da norma, que é mais atuante em textos formais do que na fala vernacular ou em textos que dela se aproximam, e que exerce influência sobre determinados usos.

Sabemos que o uso do clítico para o preenchimento da posição de objeto é favorecido pela norma, enquanto que o uso de pronomes na posição de sujeito em textos escritos é recriminado pela mesma. Segundo a Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822) de Jerónimo Soares Barbosa, o sujeito é o principal termo da proposição e pode ser expresso por *um nome*, por *qualquer parte da oração substantivada pelo artigo*, por *um adjetivo*, por *um verbo*, por *uma preposição*, por *um advérbio* ou por *uma conjunção*. Apesar de apresentar o quadro dos pronomes e neste especificar os pronomes sujeito, o autor, ao explicitar as formas de realização do sujeito, não inclui o uso de pronomes como uma opção. Já para a posição de objeto direto, a referida gramática indica apenas a opção de uso dos clíticos o (masculino), a (feminino) e o (neutro).

Desse modo, como esquivia para o preenchimento do sujeito por meio de pronomes⁶³, os escritores dos textos analisados por Gravina (2008) optaram por utilizar o sujeito lexical anafórico ao invés do uso de uma categoria vazia, já que a tendência da língua para a posição de sujeito é o preenchimento.

Quanto à posição de objeto, como o uso do clítico é favorecido pela norma e pela escolarização (*cf.* Corrêa (1991)), existindo a opção entre o uso do clítico e o uso de uma categoria vazia, a primeira opção é favorecida. Isso não quer dizer que objetos nulos não são encontrados em textos formais, já que, conforme vimos, os objetos nulos emergem nos dados, mas sim que a tendência de realização do objeto direto na modalidade formal da língua é o uso do clítico.

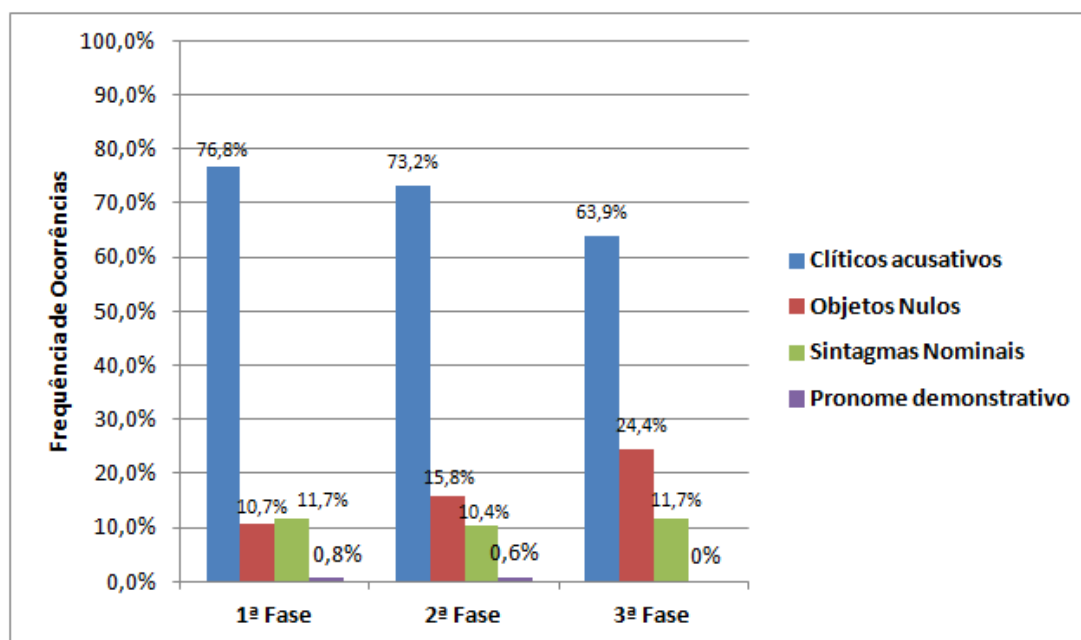
Desse modo, se levarmos em conta o papel da norma e da escolarização na manutenção dos clíticos, tal como pontuou Côrrea (1991), os índices crescentes de objetos nulos encontrados nos dados aqui analisados são extremamente significativos. Ademais, essa afirmação ganha suporte na constatação de Pagotto (1998) de que “a partir das análises

⁶³ O uso de pronomes nos dados de Gravina (2008) apresentou uma queda em seu número de ocorrências ao longo do tempo, assim como o sujeito nulo.

do português do Brasil, mais e mais se constata a distância entre as formas usuais do nosso vernáculo e o português exigido na escrita e prescrito nos manuais de gramática” (PAGOTTO, 1998: 50).

Em virtude disso, podemos afirmar que os textos representativos da língua falada evidenciam mais claramente a mudança envolvendo o aumento do objeto nulo no Português Brasileiro, tal como podemos perceber pelos resultados encontrados em Cyrino (*op. cit.*). Todavia, essa constatação não implica em dizer que os textos formais não oferecem pistas dessa mudança, já que os resultados encontrados nesta pesquisa nos oferecem subsídios para afirmar o contrário, tal como se pode verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 15 – Distribuição das estratégias de realização da posição de objeto direto anafórico na diacronia



Portanto, podemos concluir que o aumento do objeto nulo (*cf.* gráfico 15, Cyrino (1994)) e a diminuição do sujeito nulo (*cf.* Gravina (2008)) são fenômenos associados, conforme aponta Tarallo (1993), e refletem uma mudança de gramática datada no século XIX, revelando um ponto de inflexão na história do português. Essa constatação,

além de ser extremamente relevante, nos oferece a vantagem de delimitar um marco na história do Português Brasileiro com base em dados linguísticos, mais especificamente, em padrões sintáticos, e não somente em aspectos extralinguísticos.

3.4. RESUMO DO CAPÍTULO

Nesse capítulo apresentamos os resultados obtidos nesta pesquisa por meio da análise de textos formais ao longo dos séculos XIX e XX. Nestes, constatamos que, dentre as possibilidades de realização do objeto direto anafórico no decorrer do tempo, o uso de um pronome demonstrativo é extremamente baixo se comparado às outras possibilidades de realização dessa posição. Das outras estratégias, o uso de sintagmas nominais anafóricos apresenta uma relativa estabilidade, enquanto que os índices de uso de clíticos diminuem. Em contrapartida a essa diminuição, constatamos um aumento do objeto nulo cujos antecedentes correspondem a um DP.

Além do aumento dos objetos nulos que possuem um DP como antecedente/referente, podemos verificar, nos dados, um aumento dos casos de objetos nulos sentenciais – elipse sentencial, nos termos de Cyrino (1994), em detrimento do uso do clítico neutro ‘o’.

Considerando que o uso do objeto nulo se mostrou crescente nos dados, analisamos os condicionamentos linguísticos para o aparecimento dessa variante. Essa análise nos revelou que o traço de animacidade do antecedente, normalmente associado ao licenciamento dessa categoria, não desempenha um papel tão fundamental nessa tarefa, confirmando os resultados de Figueiredo (2009). Mostramos que o que parece estar agindo no licenciamento dessa categoria vazia na posição de objeto é a correspondência com a função sintática do seu antecedente/referente, ou seja, quando o antecedente/referente do objeto nulo também é objeto direto.

Analisamos ainda o tipo de DP que funciona como antecedente/referente para o objeto nulo, uma vez que estudos apontam existir uma relação entre a possibilidade de apagar o objeto e a possibilidade de apagar os artigos numa dada língua. Os resultados

evidenciaram, todavia, que o tipo de D no português não exerce influência para o licenciamento dessa categoria.

Por fim, após a apresentação e discussão dos resultados obtidos, tratamos da relação assimétrica envolvendo os fenômenos do apagamento do sujeito e o apagamento do objeto no Português Brasileiro e argumentamos em favor de que o desenvolvimento de estudos sobre aspectos sintáticos da língua contribui para estabelecer pontos de inflexão e que estes, por sua vez, nos auxiliam a traçar a história na nossa língua.

Considerações Finais

Nesse trabalho foi desenvolvido um estudo diacrônico acerca das variadas realizações do objeto direto anafórico no Português Brasileiro, mais especificamente, no dialeto baiano, com base em um *corpus* de jornais que circularam na cidade de Salvador (BA) em meados e fins do século XIX e meados do século XX.

O objetivo central dessa pesquisa foi verificar se, no que concerne ao objeto direto anafórico, textos escritos numa modalidade mais formal da língua evidenciavam a mudança atestada por vários estudos sincrônicos e diacrônicos (*cf.* Duarte (1986), Corrêa (1991), Cyrino (1994) e Figueiredo (2009)), a saber: uma diminuição do uso de clíticos e um consequente aumento do índice de objetos nulos.

Para a composição do *corpus*, nos baseamos na metodologia desenvolvida em Gravina (2008), uma vez que essa autora realizou um estudo sobre as diferentes possibilidades de realização do sujeito no Português Brasileiro também com base em textos formais. Para a análise dos dados, nos pautamos na metodologia utilizada por outras pesquisas que investigaram o mesmo tópico.

Além das variadas formas de realização do objeto direto anafórico, analisamos os condicionamentos linguísticos para o aparecimento de uma categoria vazia nessa posição, por meio da análise da animacidade e da especificidade do antecedente (*cf.* Cyrino (1994)), assim como da correspondência sintática e temática entre o objeto nulo e o DP retomado (*cf.* Corrêa (1991), Figueiredo (2009)). Investigamos também se a estrutura do DP antecedente/ referente exercia influência no licenciamento dessa variante.

Os resultados encontrados por essa pesquisa nos levaram à conclusão de que os textos formais também evidenciam a mudança envolvendo as formas de realização do objeto direto anafórico, uma vez que constatamos nos dados um paulatino aumento do objeto nulo em detrimento da diminuição do uso de clíticos. Quanto aos condicionamentos

linguísticos, mostrou-se relevante somente a correspondência sintática envolvendo o objeto nulo e o DP retomado.

A análise desenvolvida revelou ainda que o gênero textual em questão e, conseqüentemente, a norma que opera nesse tipo de texto condicionam em certa medida os dados, uma vez que, em estudos diacrônicos com base em textos representativos da língua falada, o crescimento nos índices de objetos nulos se mostra mais claramente. Todavia, essa constatação não ofusca a importância dos resultados obtidos nesta pesquisa, pois o percurso da mudança envolvendo os objetos diretos anafóricos no PB é revelado nos dados.

Desse modo, essa pesquisa corrobora a idéia de que os textos formais devem ser utilizados como fonte de *corpora* para os estudos históricos da língua, sobretudo, quando se objetiva reconstruir por completo a sua história.

Referências Bibliográficas

AVERBUG, M. C. G. (2007) Variedade Linguística nas escolas brasileiras: pronomes nominativo, acusativo e dativo. In: XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, *Anais*. Lisboa: APL, pp. 95-110.

BARBOSA, A. G. (2007) Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre Português Brasileiro. In: CASTILHO, A; MORAIS, M; LOPES, R & CYRINO, S. (orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Editora: Pontes. Campinas, pp. 483-498.

BARBOSA, J. S. (1822) *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem / por J. S. B..* - Lisboa : Academia Real das Sciencias. - XIV, 466 p.

BARRA FERREIRA, M. (2000) *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERLINCK, R. de A., BARBOSA, J. B. & MARINE, T. de C. (2008) Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, pp. 169-195, jul./dez.

CASTRO, I. (2006) *Introdução à História do Português*. 2ª edição, Edições Colibri, Lisboa.

CARVALHO, A; TORRES, J. N. (2007) *Anais da imprensa da Bahia: 1º Centenário 1811-1911*. Salvador: *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. 2ª edição.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht, The etherlands: Foris Publications.

_____. (1982). *Some Concepts and Consequence of theory of Government and Binding*. Cambridge.

_____. (1986) *The knowledge of language: its nature, origin and use*. Praeger: New York.

_____. (1986) *The knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger. Tradução Portuguesa: Anabela Gonçalves e Ana Tereza Alves (1994). *O conhecimento da linguagem: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho.

CYRINO, S. NUNES, J. PAGOTTO, E. (2009) Complementação. In: *Gramática do Português Culto Falado no Brasil – A construção da sentença*. Coordenação Geral: Ataliba T. de Castilho; organização: Mary Aizawa Kato, Milton do Nascimento. Campinas – SP. Editora da Unicamp, pp. 47-100.

CYRINO, S. M. L. (1994) *O Objeto Nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. (2003) Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 08 nº I, março, pp. 31-47.

_____. (2006). Algumas questões sobre a elipse de VP e Objeto Nulo em PB e em PE. In: Guedes, M; Berlinck, R. de A.; Murakawa, C. de A.A. (orgs.) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, SP, Cultura Acadêmica, pp. 53-79. ISBN 85-87361-54-6.

_____. (2007) “Mudança Sintática e o Português Brasileiro”. In: CASTILHO, A; MORAIS, M; LOPES, R & CYRINO, S. (orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Editora: Pontes. Campinas, pp.361-373.

CORRÊA, V. R. (1991) *O objeto direto nulo no Português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DUARTE, M. E. L. (1986) *VARIAÇÃO E SINTAXE: Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil*. Dissertação – Universidade de São Paulo. São Paulo.

FIGUEIREDO, M. C. V. (2009) *O objeto nulo no português rural baiano*. Teoria temática e elipse de DP. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia.

GALVES, C., NAMIUTI, C. & PAIXÃO DE SOUZA, M. C. (2006) Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: A, Endruschat, R. Kemmler & B. Schafer-Prieß (orgs.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*, Tübingen: Calepinus Verlag. Disponível em http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/caps/GALVES_Cetal-2006a.pdf
Consulta: 07 de maio 2011

GALVES, C. (1984). Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. n° 7, pp. 107-136.

_____. (1987) A sintaxe do Português Brasileiro. In: *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas: UNICAMP, 2001. pp. 43-72

_____. (1988) Objeto nulo e predicação: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português brasileiro. *DELTA*. Vol. 4, n° 2, pp. 273-290.

_____. (1989) O objeto nulo e a estrutura da sentença em Português Brasileiro. In: *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas: UNICAMP, 2001. pp. 73-96.

_____. (1997) A sintaxe pronominal do Português Brasileiro e a tipologia dos pronomes. In: *Ensaio sobre as gramáticas do Português*. Campinas: UNICAMP, 2001. pp. 153- 180.

_____. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: UNICAMP.

_____. (2007) “A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro”. In: CASTILHO, A; MORAIS, M; LOPES, R & CYRINO, S. (orgs.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Editora: Pontes. Campinas, pp. 513-528.

_____. (2010) “Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio”, In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; RIBEIRO, Silvana; SOLEDADE, Juliana; ALMEIDA, Ariadne. (Orgs.) *Coletânea de estudos em homenagem a Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EDUFBA (no prelo). Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/artigos/GALVES_C-2010.pdf Consulta: 07 de maio 2011.

GRAVINA, A. P. (2008) *A natureza do sujeito nulo na diacronia do PB: estudo de um corpus mineiro (1854-1950)*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HUANG, C. T. J. (1984). “On the distribution and reference of the empty categories”. *Linguistic Inquiry* 15, pp. 331-574.

KATO, M. A. (1993) Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica. In: M. Kato & I. Roberts (eds), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP, Editora da Unicamp, pp. 223-261.

_____. (1986) *No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática.

_____. (1999) Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalingüístico. In: MORAES, J.; L. GRIMM-CABRAL (orgs). *Investigações à Linguagem: ensaios em Homenagem à Leonor Scliar-Cabral*. Florianópolis: Editora Mulher, pp. 201-225.

_____. (2002) A evolução da noção de parâmetros. *DELTA*, São Paulo, v. 18, n. 2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000200006 Consulta: 10 maio 2011.

KROCH, A. (1989) “Reflexes of grammar in patterns of change”. In: *Language Variation and Change*. pp. 199-244.

_____. (1984) Morphosyntactic Variation. In: *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*.

_____. (2001) Syntactic Change. In: Mark Baltin & Chris Collins (orgs.), *Handbook of Syntax*, Blackwell.

LEITE, D. G. (2006) *SABINOS E DIVERSOS: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia.

LIGHTFOOT, D. (1979) *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge, Cambridge University Press.

LOBO, T. (2001) *Para uma Sociolinguística Histórica do Português no Brasil*. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, Século XIX. Vol: I. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, USP, pp. 1-87.

_____. (2001) *Para uma Sociolinguística Histórica do Português no Brasil*. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, Século XIX. Vol: II. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, USP, pp. 88-252.

_____. (2001) *Para uma Sociolinguística Histórica do Português no Brasil*. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, Século XIX. Vol: IV. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, USP, pp. 515-808.

LUSTOSA, I. (2004) *O nascimento da imprensa brasileira*. 2^oed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

MAGALHÃES, T. M. V. (2006) *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do português europeu e do português brasileiro*. - Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MATTOS e SILVA, R. V. (1994) Para uma caracterização do português arcaico. *DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, n. 10, pp. 247-276.

_____. (1999) Orientações atuais da Linguística Histórica Brasileira. *DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, Vol. 15, n.º ESPECIAL, pp.147-166.

_____. (2008) *Caminhos da Linguística Histórica – ‘ouvir o inaudível’*. São Paulo: Parábola Editorial.

MATTOSO Câmara, J. (1976) *História e estrutura da língua portuguesa*. 2^a edição. Rio de Janeiro: Padrão.

MIOTO, C. FIGUEIREDO, M. C. LOPES, R. E. V. (2004) *Novo Manual de Sintaxe*. Editora: Insular, Florianópolis.

MOTHÉ, N. G. M. (2007) *Variação e mudança aquém e além mar: gerúndio versus infinitivo gerundivo no Português dos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Curso de Pós Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 260 p.

NEVES, M. H. de M. (2008) Pronomes. In: *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Vol. II Classes de palavras e processos de construção. ATALIBA DE CASTILHO (coordenador geral); organização: Rodolfo Ilari, Maria Helena de Moura Neves. Campinas, SP: Editora da Unicamp. pp. 507-622.

NUNES, J. (1993) Direção de cliticização, objeto nulo e pronome átono na posição de objeto em português brasileiro. IN: M. Kato & I. Roberts (Eds), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP, Editora da Unicamp, pp. 207-222.

OLIVEIRA, K. (2008). Ajuntamento de fontes para a história do português popular brasileiro: amores, desamores e outras espécies de dores. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, 50 (2), pp. 217-230; jul./dez.

OMENA, N. P. (1978). *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de Mestrado. PUC, Rio de Janeiro.

PAGOTTO, E. (1992) *A posição dos clíticos em Português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. (1993) Clíticos, mudança e seleção natural. In: Roberts e. Kato (eds), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 185-206.

_____ (1998). Norma e Condescendência; Ciência e Pureza. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 2, pp. 49-68.

_____ (2001). Gramatização e Normatização: Entre o Discurso Polêmico e o Científico. In: Eni P. Orlandi. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/UNEMAT Editora, pp. 39-57.

PAGOTTO, E. DUARTE, M. E. (2005) Gênero e Norma, avós e netos, classes e clíticos do final do sec. XIX. In: LOPES, C. R. S. (org). (2006) *A norma brasileira em construção*.

Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: FAPERJ/ UFRJ, pp. 67-81.

PAGOTTO, E. G. *et al.* (2006) As configurações da norma brasileira no século XIX: análise das cartas pessoais dos avós Ottoni. In: Tania Lobo; Ilza Ribeiro; Zenaide Carneiro; Norma Almeida. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*: Novos dados, Novas Análises. Salvador: EDUFBA, v. VI, pp. 781-815.

RAPOSO, E. (1986) On the Null Object in European Portuguese. In: Jaeggli, Oswald and Carmen Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris Publications, pp. 373-390.

_____ (2004). Objectos nulos e CLLD: uma teoria unificada. *Revista da Abralin*. v. III. Maceió. pp. 41-73.

RAPOSO, E. & KATO, M. (2005). Objeto(s) e artigos nulos em Português Europeu e Português Brasileiro. In: MOURA, D. & FARIAS, J. (org.) *Reflexões sobre a sintaxe do Português*. Maceió: EDUFAL, pp. 73-96.

SILVA, K. M. de C. (1979) *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL.

SILVA NETO, S. (1970). *História da Língua Portuguesa*. 2ª edição aumentada. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

SOUSA, M. C. P. de. (2006) Linguística Histórica. In: *Linguagem, história e conhecimento*. Introdução às Ciências da Linguagem. Claudia Castellanos Pfeiffer e José Horta Nunes (orgs.). Pontes Editores: Campinas – SP, pp. 11-48.

TARALLO, F. L. (1993) Diagnosticando uma gramática brasileira, In: M. Kato & I. Roberts (eds), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP, Editora da Unicamp, pp. 69-105.

TAVARES, L. G. P. (org.). (2005) *Apontamentos para a história da imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Salvador (BA).

TEYSSIER, P. (1984) *História da Língua Portuguesa*. [Tradução de Celso Cunha]. 2ª edição Portuguesa. Livraria Sá da Costa Editora.

Anexos

Fichas Biográficas dos Autores dos Jornais - 1ª Fase

ANEXO 1(a) - DIÁRIO DA BAHIA (1833-1838)

Nome: Francisco Gonçalves Martins

Data de Nascimento: 12/03/1807

Local de Nascimento: Santo Amaro (BA)

Escolaridade: juiz, jornalista e político. Filho do fazendeiro e coronel da Guarda Nacional Raimundo Gonçalves Martins, estudou humanidades em Portugal, no seminário de Sarnache, depois cursou Direito na Universidade de Coimbra.

Cargo no jornal: Redator Chefe

Observações: Francisco Gonçalves Martins, quando estava em Portugal, se envolveu no movimento em favor da rainha Maria II de Portugal, durante a Guerra Civil Portuguesa, fazendo parte do batalhão acadêmico que lutou a Batalha de Vouga e a de Moroços. Foi, em virtude disso, obrigado a fugir para a Espanha, atravessando-a a pé. De lá, embarcou primeiro para a Inglaterra e depois para a França, retornando ao Brasil em 1830. Depois de atuar como advogado e jornalista, entrou para a magistratura, sendo juiz e chefe de polícia na Bahia, desembargador e depois nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça. Foi deputado geral de 1834 a 1850, presidente de província e senador do Império do Brasil de 1851 a 1872. Dirigiu a pasta de negócios do Império, sendo construída, durante sua gestão, a primeira estrada de ferro do Brasil e iniciada a navegação a vapor do Rio Amazonas. Foi ainda barão e visconde de São Lourenço. Faleceu em 10/09/1872. Possuía vastos conhecimentos da literatura clássica e escreveu muito sobre política, quer em redação, quer em colaboração aos jornais, bem como vários discursos e trabalhos inerentes aos cargos que ocupou, tais como:

- Falas de abertura da assembléia provincial da Bahia (nos anos de 1849, 1850, 1851 e 1852).
- Relatório do estado da fazenda provincial da Bahia, no ano de 1849.
- Discurso do Sr. Barão de S. Lourenço, pronunciado na sessão de 21 de junho de 1867 (no senado).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1893) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. II. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, (ps. 459-460).
 SOUZA, P. C. (1987) A SABINADA: a revolta separatista da Bahia (1837). Editora Brasiliense: São Paulo.
http://www.cms.ba.gov.br/memorial_acervo_int.aspx?id=19
 Consulta em 16/04/2011.

Nome: Alexandre Gomes de Argolo Ferrão

Data de Nascimento: 1800

Local de Nascimento: Bahia

Escolaridade: Militar

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Alexandre Gomes de Argolo Ferrão foi o primeiro e único barão de Cajaíba. Pai de Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho, visconde de Itaparica, participou dos combates contra os revolucionários que lutavam pela Independência da Bahia, iniciada antes mesmo da Independência do Brasil, comandando um batalhão de caçadores na batalha de Pirajá. Em 1837, durante a Sabinada, comandou como tenente-coronel as forças legais da Brigada Pernambucana que debelaram o movimento. Depois lutou na Guerra dos Farrapos. Foi vice-presidente da Província da Bahia durante vinte anos e presidente da província em 1865. Terminou sua carreira militar como marechal. Era dono do engenho de Cajaíba, situado na ilha de mesmo nome. Como proprietário de escravos, tinha fama de cruel. Faleceu em 10/05/1870.

- **Referência:** SOUSA, A. L. de. (1979). *Baianos Ilustres*. 3º ed. rev. São Paulo: IBRASA (Brasília).

SOUZA, P. C. (1987) A SABINADA: a revolta separatista da Bahia (1837). Editora Brasiliense: São Paulo.
<http://www.sfreinobreza.com/NobC1.htm>
Consulta em 16/04/2011

Nome: Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos.

Data de Nascimento: 04/09/1788

Local de Nascimento: Ilha de Santo Antonio (BA)

Escolaridade: Bacharel em direito pela Universidade de Coimbra.

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, em 1818, após se formar em Coimbra, regressou ao Brasil, onde foi nomeado juiz de Santo Amaro da Purificação e São Francisco do Conde, na Bahia. Em 2 de julho de 1923, foi eleito secretário da Junta Provisória, que assumiu o governo da província depois da retirada das tropas portuguesas, após a Independência do Brasil. Em 1826, foi nomeado desembargador de Pernambuco e, em 1833, da Bahia, sendo nomeado em 1848 presidente deste tribunal. Em 1853, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cuja presidência assumiu 1857. Pediu exoneração do cargo em 1864, em virtude de um decreto do governo aposentando quatro membros do tribunal, porém continuou no tribunal até ser aposentado. Foi presidente da província de Pernambuco de 15 de fevereiro de 1830 a 11 de outubro de 1831, nomeado por carta imperial em 9 de dezembro de 1829, e da Bahia por três vezes, de 4 de junho de 1832 a 10 de dezembro de 1834, de 26 de junho de 1841 a 13 de agosto de 1844, e de 6 de maio a 11 de setembro de 1848. Foi nomeado barão de Monserrate em 30 de março de 1861 e visconde de Monserrate em 21 de junho de 1878, quando aposentou-se como juiz. Foi dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro. Morreu em 29/08/1884 no Rio de Janeiro.

- **Referência:**
<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/presidente.asp?periodo=stj&id=285> Consulta em 23/04/2011.

ANEXO 1 (b) - NOVO DIÁRIO DA BAHIA (1837-1838)

Nome: Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira

Data de Nascimento: 1797

Local de Nascimento: Bahia

Escolaridade: Bacharel em medicina.

Cargo no jornal: Redator Chefe

Observações: Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira era formado em Medicina pelo antigo colégio médico-cirúrgico, que deu origem posteriormente à Faculdade de Ciências Médicas da Bahia, e foi lente substituto nesta instituição. Além de ter sido um médico dos mais distintos e populares, foi também jornalista e amante da idéia de Republica, sendo considerado na época como um dos homens mais cultos de Salvador. Por isso, foi o revolucionário responsável pela revolta da *Sabinada*, que promoveu a independência da província da Bahia. Por ter sido o líder deste movimento e também por ter assassinado a sua esposa, foi preso e, posteriormente, deportado para Goiás e depois para o Mato Grosso. Mesmo no exílio, continuou exercendo a clínica. Faleceu na fazenda Jacotinga, no Mato Grosso, e foi sepultado em uma igreja desta fazenda em 1847. Escreveu:

- Memória sobre a temperança, sua conveniência e utilidade como meio de conservar a saúde e prolongar a vida, e os terríveis efeitos que se opõem à sobriedade. Bahia (1833);
- Dissertação sobre a carie das vértebras. Bahia (1837);
- Investigações sobre o bócio (não publicado);
- Algumas notícias médicas e outras observações acerca da província de Mato-Grosso, publicadas no Arquivo Médico Brasileiro (1846).
- Caso notável de dois tumores na cabeça, um de extraordinário tamanho com estrago dos ossos do crânio, etc. (1842-1843).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1895) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. III. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, (ps. 110-112).
FILHO, L. V. (1938) *A Sabinada (A Republica bahiana de 1837)*. Rio de Janeiro.
SOUZA, P. C. (1987) *A SABINADA: a revolta separatista da Bahia (1837)*. Editora Brasiliense: São Paulo.

Nome: João da Veiga Muricy

Data de Nascimento: 1806

Local de Nascimento: Salvador

Escolaridade: Professor

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: João da Veiga Muricy escrevia no jornal sob o pseudônimo de *O Philopatro* (cf. Leite (2006)). Durante a revolta da Sabinada, se transformou em tenente e secretário da Artilharia. Faleceu em 24 de fevereiro 1890.

- **Referência:** VASCONCELOS, Ary. *Raízes da Música Popular Brasileira (1500-1889)*. São Paulo: Martins/MEC, 1977.
Revista do Instituto Geográfico e Histórico da *Bahia*, n. 48, 1923, p. 271.
LEITE, D. G. (2006) *SABINOS E DIVERSOS: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia.

ANEXO 1 (c) - O ATHENEO (1849-1850)

Nome: Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake.

Data de Nascimento: 2/11/1827

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Redator Chefe

Observações: Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake foi o fundador do *Atheneo* e cirurgião da Brigada da Artilharia do Exército. Além do *Atheneo*, publicou artigos nos periódicos Guaycurú, Musaico, Crepusculo, Noticiador Católico, Borboleta (de cuja redação fez parte) e Marmota da Bahia, além do famoso dicionário bibliográfico brasileiro e dos seguintes periódicos médicos: *Anais de Medicina*, *Gazeta dos Hospitais*, *Guaraciaba* e *Beija-Flor*. Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de março de 1903. Foi autor das seguintes obras, dentre outras:

- Dois casamentos (1846)
- Deus e o homem (1848)
- A Febre Epidêmica na Bahia (1849)
- Ateneu (1849)
- Reflexões sobre a saudade, considerada uma moléstia d'alma e dando causa a uma série de... (1849)
- Do ácido arsenioso como sucedâneo do sulfato de quinino nas febres intermitentes (1851)
- Bando anunciador dos festejos do dia dois de julho na cidade de Santa Isabel do Paraguassu (1855)
- A rainha do baile a Dona E. M. (1861)
- Conselhos contra a Cólera-Morbus epidêmica (1861)
- Estudos militares (1863)
- Dicionário Bibliográfico Brasileiro (7 Volumes, publicados no período 1883 — 1902).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1883) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. I. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 367-369).

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1902) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. VII. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 427-428).
http://pt.domotica.net/Sacramento_Blake Consulta em 23/04/2011

Nome: Antonio de Jesus e Souza

Data de Nascimento: (?)

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Antonio de Jesus e Souza se formou em medicina na Bahia em 1850 e seguiu para o Mato Grosso em 1865. Participou do corpo do exército, sendo chefe do serviço médico das forças expedicionárias contra o governo do Paraguai. Publicou diversos poemas e o livro intitulado *Endeixas de um trovador* (1849), além de ter escrito o livro *Impressões de Goyaz* (não publicado). Faleceu na campanha do Paraguai, vítima de uma pneumonia.

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1883) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. I. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (p. 193).

Nome: Antonio Mariano do Bomfim

Data de Nascimento: 1827

Local de Nascimento: Campo-Largo (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Antonio Mariano do Bomfim fez faculdade de medicina em sua província, recebendo o grau de doutor em 1850. Posteriormente, foi professor na mesma instituição e serviu na guerra do Paraguai como voluntário. Foi também médico do asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, comendador da ordem de Cristo, sócio da sociedade médico-farmacêutica de beneficência mutua, da qual ocupava o cargo de vice-presidente. Escreveu, dentre outros:

- A teoria dos fluidos será a que melhor explica os fenômenos elétricos. Bahia (1857);
- Apreciação das diversas teorias sobre a constituição química dos corpos. Bahia (1858);
- Elementos de anatomia, fisiologia e morfologia vegetal. Bahia (1873);
- Tradução: Tratado elementar de física de Ganot. (não publicado).
- Memória histórica dos acontecimentos ocorridos no ano de 1860 na faculdade de medicina da Bahia. Bahia (1861);
- Biografia do doutor Joaquim Antonio de Oliveira Botelho. Bahia (1870).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1883) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. I. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 260-262).

Nome: Francisco Bonifacio de Abreu

Data de Nascimento: 29/11/1819

Local de Nascimento: Vila da Barra (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Francisco Bonifacio de Abreu cursou os quatro primeiros anos na Faculdade de Medicina da Bahia e se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi coronel cirurgião-mór honorário do exército, por serviços prestados na Campanha do Paraguai. Deputado por sua província natal, grande dignatário da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de Cristo. Foi membro de várias associações de ciências e letras, presidente da província do hoje estado de Minas Gerais, além de ter sido professor do Liceu

Baiano e da Faculdade de Medicina. Foi também autor de diversos textos relacionados à medicina, à história e à geografia, além de ter escrito diversos poemas e sonetos.

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1893) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. II Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 413-416).

Nome: João Baptista dos Anjos

Data de Nascimento: 1799

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: João Baptista dos Anjos foi uma das mais notáveis personalidades da medicina da Bahia no século XIX. De berço humilde, de família carente de posses e privada de influência social, João Baptista dos Anjos, em virtude da sua inteligência aliada ao excepcional talento, conheceu o triunfo e o sucesso, cativando a sociedade e fazendo-se respeitar no vasto mundo da ciência e da profissão médica. Faleceu em 4 de janeiro de 1871.

- **Referência:** http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=médicos_view&codigo=127
Consulta em 05/08/2011

Nome: José Candido da Costa

Data de Nascimento: 1826

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: José Candido da Costa foi médico clínico em Caravelas, onde exerceu os cargos de comissário vacinador, membro da comissão de instrução pública, primeiro suplente de juiz municipal de órfãos e, por fim, delegado de polícia. Escreveu:

- Breves considerações sobre alguns pontos de higiene social da cidade de S. Salvador e sobre as leis do Brasil. Tese apresentada à faculdade de Medicina da Bahia (1849);

- A comarca de Caravelas. Criação de uma nova província, sendo capital a cidade de Caravelas. Bahia (1857);

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1898) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. IV. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (p. 361).

Nome: José Ferreira Cantão Júnior

Data de Nascimento: 22/08/1827

Local de Nascimento: Pará

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: José Ferreira Cantão Júnior se formou na faculdade de medicina da Bahia e, durante sua vida, exerceu vários cargos de importância como os de vice-presidente da província, deputado provincial, lente do liceu e membro do conselho administrativo do museu em sua instituição no ano de 1871. Foi também deputado geral em várias legislaturas no regime imperial e deputado no congresso constituinte republicano, além de ter sido sócio fundador da sociedade União Paraense. Faleceu na capital federal em 15 de maio de 1892. Escreveu:

- Algumas considerações acerca da higiene da cidade de Belém do Gram-Pará: tese apresentada e publicamente sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia em 25 de novembro de 1852. Bahia (1852);

- Discurso que instalou a sociedade União Paraense – No Paraense de 1882, publicação anual, comemorativa dos mártires da independência do Pará. Pará (1882);

- Discursos proferidos na Câmara dos Deputados em sessões de 9 a 18 de março de 1882. Rio de Janeiro (1882).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1898) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. IV. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 425-426).

Nome: José de Góes e Sequeira, 1º

Data de Nascimento: 15/10/1817

Local de Nascimento: Santo Amaro (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: José de Góes e Sequeira foi lente de patologia geral na Escola de Medicina da Bahia, inspetor de saúde pública depois da extinção da junta de higiene de que fora presidente, médico do hospital dos Lázarus, membro do conselho diretor da instrução pública, membro honorário da imperial Academia de Medicina, sócio e presidente do Instituto histórico da Bahia, além de ter sido deputado da assembléia provincial em várias legislaturas. Faleceu em 20/08/1874. Entre a sua vasta produção bibliográfica, escreveu:

- A civilização tem concorrido para o melhoramento da saúde publica: tese apresentada e sustentada em 23 de novembro de 1840. Bahia, 1840, 46 páginas.

- Explicar o mecanismo, pelo que o feto na primeira posição de cabeça percorre a bacia desde o estreito superior até a apresentação deste fora da vulva: tese apresentada para o concurso a um lugar de substituto da seção de cirúrgica. Bahia, (1843).

- Primeira lição de patologia geral que explicou na faculdade de medicina desta cidade em o dia 24 de março de 1855. Bahia (1855)

- Relatório da comissão de higiene publica da província da Bahia sobre o estado sanitário da mesma província no ano de 1855. Bahia (1856). – Há outros relatórios do autor no cargo de presidente da comissão de higiene e depois de inspetor de saúde pública. Os que se referem ao estado sanitário da província nos anos de 1866 a 1873 se acham publicados na Gazeta Médica da Bahia, tomos 1º a 7º, de 1866-1867 a 1873-1874.

- Discurso do presidente do Instituto histórico e geográfico da Bahia na sessão de 23 de outubro de 1859 por ocasião da visita que fez S. M. o Imperador ao mesmo Instituto – Foi publicado no Jornal da Bahia de 4 de novembro de 1859 e ultimamente na Revista do Instituto geográfico histórico da Bahia, tomo 1º 1894, pags. 276 a 281.

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1898) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. IV. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 441-442).

Nome: José Muniz Cordeiro Gitahy Filho

Data de Nascimento: 14/11/1828

Local de Nascimento: Caravelas (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: José Muniz Cordeiro Gitahy Filho foi chefe do serviço médico-militar na campanha do Uruguay em 1864. Era o primeiro cirurgião do hospital da guarnição da Corte, comendador da Ordem da Rosa, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz e da Ordem de Cristo. Foi condecorado com medalha da Campanha Oriental de 1864 e com a medalha da Subsequente Campanha do Paraguay. Faleceu em 14 de agosto de 1880 no Rio de Janeiro. Escreveu:

- Da hygiene militar do Brasil. Rio de Janeiro. (s/d)

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1899) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. V. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 103-104).

Nome: José Sizenando Avelino Pinho

Data de Nascimento: 1819

Local de Nascimento: Vila-Nova do Rio S. Francisco (SE)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: José Sizenando Avelino Pinho se formou pela faculdade de medicina da Bahia, onde também exerceu a profissão de farmacêutico. Exerceu algum tempo a clinica em Alagoas e mudou-se depois para a província onde faleceu e em cuja assembléia foi eleito deputado em quatro legislaturas. Faleceu em Cantagalo, no Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1882. Escreveu:

- Ensaio sobre a topografia histórica, física e medica da cidade do Penedo: tese apresentada e sustentada, etc. em 28 de novembro de 1849, in-4° grande.

- Relatório que ao Exm. Sr. presidente da província de Alagoas envia a 1° seção da comissão exploradora do local mais vantajoso para a ereção de um cemitério extra-muros em Maceió (1850).

- Apontamentos para a topografia física e medica da cidade de Maceió. Maceió (1855).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1899) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. V. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 189-190).

Nome: Luiz Jose da Costa

Data de Nascimento: 1825

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Luiz Jose da Costa foi professor das disciplinas de História Antiga e Média e de Geografia do Liceu Baiano, além de ter exercido a função de bibliotecário na mesma instituição.

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1899) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. V. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (p. 427).

Nome: Malaquias Alvares dos Santos

Data de Nascimento: 03/11/1816

Local de Nascimento: Bahia

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Malaquias Alvares dos Santos foi um médico cirurgião da Faculdade de Medicina da Bahia. Era cavaleiro da Ordem de Cristo, membro do conselho de salubridade, sócio do antigo Instituto Histórico Baiano, além de exímio filólogo e literato. Faleceu em 25/11/1856. Dentre outros textos, escreveu:

- O estudo da física, quer experimental, que analítica, é essencial à instrução médica, tese apresentada e sustentada a 23 de agosto de 1839 para obter o grau de doutor em medicina. Bahia (1839);

- Dissertação sobre os caracteres dos três reinos da natureza, apresentada e sustentada no dia 14 de outubro de 1839 no concurso para a cadeira de substituto da seção de ciências assessórias. Bahia (1839);

- Epidemia de cólera-morbus. Instruções sanitárias populares para o caso de manifestar-se aquela epidemia entre nós. Bahia (1855);

- Responsabilidade médica: lição do curso de medicina legal – publicado no Prisma, série 2°. Bahia (1855) e nos Anais Brasilienses de Medicina (1860-1861);

- O mosaico: periódico mensal da Sociedade Instrutiva da Bahia. Bahia (1845-1847).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1900) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. VI. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 01-03).

Nome: Manoel Carigé Barauna

Data de Nascimento: 1823

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Manoel Carigé Barauna foi um médico e grande escritor que faleceu ao aspirar um café envenenado na cidade de Narareth em 09 de fevereiro de 1851.

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1900) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. VI. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 43-45).

Nome: Manuel Maria de Moraes e Valle

Data de Nascimento: 24/11/1824

Local de Nascimento: Rio de Janeiro

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Manuel Maria de Moraes e Valle se formou em Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e se tornou lente catedrático de farmácia em 8 de junho de 1852, tendo exercido por diversas vezes o cargo de diretor desta faculdade. Participava do conselho do Imperador, foi comendador da Ordem de Cristo, membro honorário da Academia Imperial de Medicina, presidente honorário do Instituto Farmacêutico e sócio da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Faleceu em 15 de maio de 1886. Dentre outros textos, escreveu:

- Algumas considerações sobre à mendicidade no Rio de Janeiro: tese apresentada à faculdade de medicina do Rio de Janeiro e sustentada em 07 de dezembro de 1846. Rio de Janeiro (1846);

- Elementos de filosofia: compendio apropriado à nova forma de exames da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (1851);

- Filosofia popular de Victor Cousin, seguida da primeira parte da Profissão de fé do vigário saboyano, de Roussau: tradução: Rio de Janeiro (1849);

- Algumas considerações sobre a estrutura, irritabilidade e principio ativo dos nervos encéfalo-racidianos em geral e sobre as funções do nervo espinhal ou acessório de Willis: tese apresentada por ocasião do concurso ao lugar de lente substituto da seção de ciências médicas. Rio de Janeiro (1852);

- Considerações gerais sobre farmácia teórico-prática: opúsculo oferecido e dedicado a Sua Majestade o Imperador e destinado a servir de guia aos alunos de farmácia na primeira parte do respectivo curso. Rio de Janeiro (1856).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1900) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. VI. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 156-157).

Nome: Pedro Autran da Matta e Albuquerque Junior

Data de Nascimento: 05/10/1829

Local de Nascimento: Recife (PE)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador.

Observações: Pedro Autran da Matta e Albuquerque Junior se formou em Medicina pela província da Bahia e foi médico legista privativo da polícia da Corte, membro titular da imperial academia de medicina, cavaleiro da Ordem da Rosa e serviu na guerra do Paraguai como 1º cirurgião da armada, além de ter sido deputado na província de Sergipe. Foi na ordem cronológica o nono redator dos Anais Brasilienses de Medicina e nesta revista publicou vários trabalhos. Escreveu:

- Esboço histórico da discussão da academia imperial de medicina acerca do regulamento dos médicos verificadores de óbitos. Rio de Janeiro (1866);

- Novo urethrotomo. Rio de Janeiro (1867);

- Esboço histórico da urethrotomia e dos urethrotomos empregados até o presente. Rio de Janeiro (1867).

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1902) Diccionario bibliographico brasileiro. Vol. VII. Typographia Nacional, Rio de Janeiro (ps. 23-24).

Fichas Biográficas dos Autores dos Jornais - 2ª Fase

ANEXO 2 (a) - CORREIO DE NOTÍCIAS (1898-1900)

Nome: Alberto Figueiredo Pimentel

Data de Nascimento: 11/10/1869

Local de Nascimento: Macaé (RJ)

Escolaridade: Diplomata

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Figueiredo Pimentel foi, além de poeta, contista, cronista, autor de literatura infantil e tradutor. Manteve por muitos anos, desde 1907, uma seção chamada *Binóculo* na Gazeta de Notícias. Publicou novelas, poesias, histórias infantis e contos. Como poeta, participou da primeira geração simbolista, chegando a se corresponder com os franceses. Era amigo de Aluísio de Azevedo, com quem trocou cartas, enquanto o autor de O Cortiço estava fora do país como diplomata. Foi figura destacada na cena *Belle Époque* carioca. Possui a autoria da máxima “O Rio civiliza-se”. O *slogan* lançado, em 1904, na Gazeta de Notícias, ganhou envergadura como palavra de ordem do reformismo reacionário que provocou mudanças na vida carioca, interferindo em hábitos e costumes de seus moradores. Escreveu:

- Fototipias, poesia (1893);
- Histórias da avozinha, conto (1952);
- Histórias da Carochinha;
- Livro mau, poesia (1895);
- O aborto, estudo naturalista, romance e novela, Rio de Janeiro : Livraria do Povo, Quaresma & Comp. (1893);
- O terror dos maridos, romance e novela (1897);
- Suicida, romance e novela (1895);
- Um canalha, romance e novela (1895)

- **Referência:**

http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/rio_de_janeiro/figueiredo_pimentel.html Consulta em 26/06/2011

Nome: Antonio de Castro Lopes

Data de Nascimento: 05/01/1827

Local de Nascimento: Rio de Janeiro

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Conhecido como "Dr. Castro Lopes", como aparecia nas suas muitas obras impressas no século XIX, Antonio de Castro Lopes foi polígrafo, médico homeopata, professor, gramático, tradutor, dramaturgo, poeta e político. Formou-se em 1848 e no ano seguinte já era professor de matemática no imperial Colégio Pedro II. Representante na assembléia, foi designado ministro das finanças em 1854 e das relações exteriores em 1859. Traduziu e publicou "Musa Latina", com traduções suas ao Latim de versos de "Marília de Dirceu". Entre outros textos, escreveu:

- "Abamoocara";
- O mundo e o progresso;
- Epítome história sacra;
- Musa latina;
- O médico do povo;
- Memória sobre a possibilidade e conveniência de supressão dos anos bissextos;
- Conferência sobre a homeopatia;
- Um sonho astronômico;
- Dicionário clássico latino e português.

- **Referência:**

http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/rio_de_janeiro/castro_lopes.html

Consulta em 21/06/2011

Nome: Eduardo Carigé

Data de Nascimento: 1851

Local de Nascimento: Bahia

Escolaridade: (?)

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Filho de Manuel Carigé Baraúna e Emília Augusta Carigé Baraúna, Eduardo Carigé foi um grande jornalista baiano. Vivia da imprensa, trabalhando para um órgão abolicionista chamado *Gazeta da Tarde*, de propriedade de Pamphilo de Santa Cruz. Nas páginas desse periódico, sob o pseudônimo de *Martilius*, ele escreveu as *Cartas ao Imperador*. Considerado pelos modernos como o principal líder abolicionista baiano, Carigé era sem dúvida a personagem mais ativa da *Sociedade Libertadora Bahiana*, da qual se intitulava “procurador”, peitando de frente poderosas famílias baianas para defender os interesses dos escravos.

- **Referência:** <http://uranohistoria.blogspot.com/2010/12/eduardo-carige.html>
Consulta em 21/06/2011

Nome: Francisco de Paula Oliveira Guimarães

Data de Nascimento: 1852

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Médico

Cargo no jornal: Colaborador.

Observações: Proclamada a República, Francisco de Paula Oliveira Guimarães foi eleito deputado à Constituinte, exercendo o mandato até o fim da 1ª legislatura e sendo seguidamente reeleito à 2ª, 3ª, 4ª e 5ª legislatura. Faleceu em 1909.

- **Referências:**

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:2Q8CJNM4iyIJ:www.planalto.gov.br/infger_07/tribunais/PR-CD.htm+francisco+de+paula+oliveira+guimaraes
<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresidentesTabela.htm> Consulta em 18/04/2011.

Nome: Henrique Maximiano Coelho Neto

Data de Nascimento: 21/02/1864

Local de Nascimento: Caxias (MA)

Escolaridade: Romancista, crítico e teatrólogo

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Coelho Neto foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e era filho de um português com uma índia. Aos 6 anos de mudou para o Rio de Janeiro, onde estudou os preparatórios no Externato do Colégio Pedro II. Depois tentou os estudos de Medicina, mas logo desistiu do curso. Em 1883 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, mas por envolvimento em movimentos estudantis acabou se transferindo para Recife, onde fez o 1º. ano de Direito, tendo Tobias Barreto como o principal mestre. Regressando a São Paulo, entregou-se às idéias abolicionistas e republicanas, numa atitude que o incompatibilizou com certos mestres conservadores. Não concluiu o curso jurídico em 1885, e transferiu-se para o Rio. Fez parte do grupo de Olavo Bilac, Luís Murat, Guimarães Passos e Paula Ney e a história dessa geração apareceria no seu romance A Conquista (1899). Tornou-se companheiro assíduo de José do Patrocínio, na campanha abolicionista. Ingressou na Gazeta da Tarde, passando depois para a Cidade do Rio, onde exerceu o cargo de secretário. Por essa época começou a publicar seus trabalhos literários. Em 1890, casou-se com Maria Gabriela Brandão, filha do educador Alberto Olympio Brandão e do casamento teve 14 filhos. Foi nomeado para o cargo de secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, Diretor dos Negócios do Estado. Em 1892, foi nomeado professor de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes e, mais tarde, professor de Literatura do Ginásio Pedro II. Em 1910, foi nomeado professor de História do Teatro e Literatura Dramática da Escola de Arte Dramática, sendo logo depois diretor do estabelecimento. Eleito deputado federal pelo Maranhão, em 1909, foi reeleito em 1917.

Foi também secretário-geral da Liga de Defesa Nacional e membro do Conselho Consultivo do Teatro Municipal. Além de exercer vários cargos, Coelho Neto multiplicava a sua atividade em revistas e jornais, no Rio e em outras cidades. Cultivou praticamente todos os gêneros literários, deixou uma obra extensa e foi, por muitos anos, o escritor mais lido do Brasil. Apesar dos ataques que sofreu por parte de gerações mais recentes, sua presença na literatura brasileira ficou devidamente marcada. Em 1928, foi eleito Príncipe dos Prosadores Brasileiros, num concurso realizado pelo O Malho. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 28 de novembro de 1934.

- **Referência:**

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=417&sid=94>

Consulta em 21/06/2011

Nome: Joaquim José Seabra

Data de Nascimento: 25/08/1855

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em direito.

Cargo no jornal: Colaborador.

Observações: Formado pela Faculdade de Direito de Recife em 1877, foi posteriormente professor catedrático e diretor geral nesta mesma instituição. Foi também durante breve período promotor de justiça nomeado. Foi deputado no congresso federal de 1890 a 1892, por ocasião da suposta sedição de 10 de abril para deposição do marechal Floriano Peixoto. Depois, em 1893, comprometeu-se na revolta dirigida pelo almirante Custódio de Melo e com este emigrou para Montevidéu, de onde voltou ao Brasil em outubro de 1895, após a anistia. Foi deputado no congresso federal pela Bahia e um dos seus mais distintos oradores. É lembrado pela ampla obra de reurbanização empreendida na capital baiana, pela oratória, gestos largos e suas controvérsias políticas. Faleceu no Rio de Janeiro em 05 de dezembro de 1942. Escreveu, dentre outros:

- Em que consiste o contencioso administrativo e quais os limites divisórios entre ele e o contencioso judiciário. Recife (1878);

- Crédito aos ministérios da marinha e da guerra. Discurso pronunciado no Congresso Nacional, em 8 de novembro de 1892.

- **Referência:** BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. (1898) Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. IV. Typographia Nacional, Rio de Janeiro, (p. 496-497).

Nome: Júlio Afrânio Peixoto

Data de Nascimento: 17/12/1876

Local de Nascimento: Lençóis (BA)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Afrânio Peixoto foi membro da Academia Brasileira de Letras e foi um famoso médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista e historiador literário. Criado no interior da Bahia, cujos cenários constituem a situação de muitos dos seus romances, sua formação intelectual se fez em Salvador, onde se diplomou em Medicina, em 1897, como aluno laureado. Sua tese inaugural, *Epilepsia e crime*, despertou grande interesse nos meios científicos do país e do exterior. Em 1902, a chamado de Juliano Moreira, mudou-se para o Rio, onde foi inspetor de Saúde Pública (1902) e Diretor do Hospital Nacional de Alienados (1904). Após concurso, foi nomeado professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907) e assumiu os cargos de professor extraordinário da Faculdade de Medicina (1911); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916); deputado federal pela Bahia (1924-1930); professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932). Reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Após 40 anos de relevantes serviços à formação das novas gerações de seu país, aposentou-se. Entre 1904 e 1906 viajou por vários países da Europa, com o propósito de ali aperfeiçoar seus conhecimentos no campo de sua especialidade, aliando também a curiosidade de arte e turismo ao interesse do estudo. Ao vir ao Rio, seu pensamento era de

apenas ser médico e sua obra médico-legal-científica avolumava-se. O romance foi uma implicação a que o autor foi levado em decorrência de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, para a qual fora eleito à revelia, quando se achava no Egito, em sua segunda viagem ao exterior. Começou a escrever o romance *A esfinge*, o que fez em três meses antes da posse em 14 de agosto de 1911. O romance, publicado em 1911, obteve um sucesso incomum e colocou seu autor em posto de destaque na galeria dos ficcionistas brasileiros. Na trilogia de romances regionalistas *Maria Bonita* (1914) *Fruta do mato* (1920) e *Bugrinha* (1922). Entre os romances urbanos escreveu “*As razões do coração*” (1925), “*Uma mulher como as outras*” (1928) e “*Sinhazinha*” (1929). Dotado de personalidade fascinante, irradiante, animadora, além de ser um grande causeur e um primoroso conferencista, conquistava pessoas e auditórios pela palavra inteligente e encantadora. Como sucesso de crítica e prestígio popular, poucos escritores se iguaram na época a Afrânio Peixoto. Como ensaísta escreveu importantes estudos sobre Camões, Castro Alves e Euclides da Cunha. Em 1941 visitou a terra natal, Bahia, depois de 30 anos de ausência e publicou 2 livros: “*Breviário da Bahia*” (1945) e “*Livro de Horas*” (1947). Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia Nacional de Medicina Legal, do Instituto de Medicina de Madri e de outras instituições. Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de janeiro de 1947.

- **Referência:**

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=44&sid=127>

Consulta em 22/06/2011

Nome: Manoel Querino

Data de Nascimento: 28/07/1851

Local de Nascimento: Santo Amaro de Purificação (BA)

Escolaridade: Intelectual afro-descendente, pintor, líder abolicionista.

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Foi um grande intelectual afro-descendente, aluno fundador do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e da Escola de Belas-Artes, líder abolicionista e pioneiro nos

registros antropológicos da cultura africana na Bahia. Faleceu em Salvador, em 14 de fevereiro de 1923.

- **Referência:** <http://www.capoeira-palmares.fr/histor/querino.htm>
Consulta em 18/04/2011.

Nome: Ruy Barbosa

Data de Nascimento: 05/11/1849

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Jurista, professor, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e político.

Cargo no jornal: Ruy Barbosa não escrevia diretamente para este jornal, no entanto havia publicações de alguns textos seus neste periódico e no *Jornal de Notícias*, o outro jornal analisado neste período.

Observações: Ruy Barbosa foi um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo, participou da Campanha Abolicionista, além de ter sido um dos organizadores da República e coautor na constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Moraes. Atuou na defesa da Federação e na promoção dos direitos e garantias individuais. Primeiro Ministro da Fazenda do novo regime, marcou sua breve e discutida gestão pelas reformas modernizadoras da economia. Destacou-se, também, como jornalista e advogado. Foi deputado, senador, ministro. Em duas ocasiões, foi candidato à Presidência da República. Empreendeu a Campanha Civilista contra o candidato militar Hermes da Fonseca. Notável orador e estudioso da língua portuguesa, foi nomeado presidente da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Machado de Assis. Como delegado do Brasil na II Conferência da Paz, em Haia (1907), notabilizou-se pela defesa do princípio da igualdade dos Estados. Teve papel decisivo na entrada do Brasil na I Guerra Mundial. Já no final de sua vida, foi indicado para ser juiz da Corte Internacional de Haia, um cargo de enorme prestígio, que recusou. Faleceu em 01 de março de 1933.

- **Referência:**
<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/index.htm>
http://www.cms.ba.gov.br/memorial_acervo_int.aspx?id=17
Consulta em 18/04/2011.

ANEXO 2 (b) - JORNAL DE NOTÍCIAS (1898-1900)

Nome: Antonio Carneiro da Rocha

Data de Nascimento: 1842

Local de Nascimento: Salvador

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Antônio Carneiro da Rocha foi um advogado e político baiano, que exerceu os cargos de ministro da Marinha, ministro dos Transportes e ministro da Agricultura. Foi também senador eleito pela Bahia e prefeito de Salvador, fundou o Instituto dos Advogados da Bahia.

- **Referência:** https://www.mar.mil.br/menu_v/cm/ministros_imperio.htm
http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=28
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Carneiro_da_Rocha
Consulta em 29/06/2011

Nome: Antônio Valentim da Costa Magalhães

Data de Nascimento: 16/01/1859

Local de Nascimento: Rio de Janeiro (RJ)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Valentim Magalhães foi um jornalista e escritor brasileiro, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Bacharel em direito pela faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, colaborou para os seguintes periódicos acadêmicos: "Revista de Direito e Letras", "Labarum" e "República". Valentim Magalhães ocupou a cadeira n. 7 da Academia Brasileira de Letras, além de ter feito a 1.^a doação para a

biblioteca da Academia, do seu livro "Flor de Sangue", em janeiro de 1987. Escreveu também as seguintes obras:

- Cantos e Lutas, poesia (1897);
- Quadros e Contos (1882);
- Vinte Contos e Fantasias (1888);
- Inácia do Couto, comédia (1889);
- Escritores e Escritos (1894);
- Bric-à-brac, contos (1896);
- Flor de Sangue, romance (1897);
- Alma, crônicas (1899);
- Rimário, poesia (1899).

- **Referência:**

<http://singrandohorizontes.wordpress.com/2008/06/28/valentimmagalhaes-1859-1903/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Valentim_Magalh%C3%A3es

Consulta em 02/07/2011

Nome: Aurelino Leal

Data de Nascimento: 1877

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Aurelino de Araújo Leal foi um promotor público, que dedicou-se ao jornalismo e à política. Foi diretor da penitenciária de Salvador, chefe de polícia e secretário geral do Estado. Em 1912, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Mais tarde, foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal e ministro do Tribunal de Contas da União. Posteriormente, foi deputado federal pela Bahia e em 1923 foi nomeado interventor federal do Rio de Janeiro, cidade onde faleceu.

- **Referência:**

http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/aurelino_leal.html

Consulta em 02/07/2011

Nome: Firmino Lopes de Castro

Data de Nascimento: 02/01/1835

Local de Nascimento: Nazareth (BA)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: O conselheiro Firmino Lopes de Castro foi um honrado magistrado baiano, notável pelo saber e probidade, advogado erudito e professor de direito civil. Faleceu devido a uma síncope cardíaca em 28 de julho de 1900.

- **Referência:** Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 36, 1910, p. 195.

Nome: Pedro Francisco Rodrigues do Lago

Data de Nascimento: 16/04/1870

Local de Nascimento: Santo Amaro (BA)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Pedro Lago foi um notável advogado, jornalista e político, que exerceu os cargos de senador, de deputado estadual e federal pela Bahia. Foi considerado um político de grande influência no estado da Bahia e no Brasil.

- **Referência:**

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2189&li=32&lcab=1921-1923&lf=32 Consulta em 27/06/2011

Nome: Wenceslão Guimarães

Data de Nascimento: 28/09/1861

Local de Nascimento: (?)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Após sua formação acadêmica pela Faculdade de Direito de Recife, Wenceslão Guimarães ingressou na carreira política, filiando-se ao partido liberal. Na Legislatura 1888-1889, foi eleito Deputado à Assembléia Provincial. Candidatou-se à reeleição para a Legislatura seguinte, quando ocorreu a Proclamação da República. Em fevereiro de 1891, depois de ter exercido por pouco tempo o cargo de Juiz Municipal em Camamu, foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte do Estado, sendo reeleito na Legislatura seguinte. Em 1892, foi nomeado Juiz Preparador de Belmonte, perdendo o mandato de Deputado. Em 1896, foi eleito Conselheiro Municipal em Belmonte (atual cargo de Vereador). No Estado de Sergipe, exerceu o cargo de Chefe de Polícia. Depois de ter exercido outros cargos públicos foi, em 1909, eleito Deputado Estadual. Dois anos depois, em 1911, foi eleito Senador passando a ser considerado uma figura proeminente da política baiana. Em 1915, candidatou-se a Deputado Federal e, mesmo tendo uma expressiva votação, não conseguiu eleger-se. Concluído seu mandato de Senador, em 1917, seguiu novamente para Sergipe, onde ocupou outra vez o cargo de Chefe de Polícia. Em 1921 foi eleito, mais uma vez, Senador, na vaga do Marechal José Sotero de Menezes, sendo reeleito até 1930.

- **Referência:** http://almanaquedocacau.com.br/wenceslao_guim.html
Consulta em 21/08/2011

Fichas Biográficas dos Autores dos Jornais - 3ª Fase

ANEXO 3 (a) - DIÁRIO DA BAHIA (1945-1947)

Nome: Gastão Pereira da Silva

Data de Nascimento: 17/11/1897

Local de Nascimento: S. José do Norte (RS)

Escolaridade: Bacharel em Medicina

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Gastão Pereira da Silva se formou médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e praticou a profissão no interior do Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, exercendo a psicanálise. Foi também biógrafo, novelista, tradutor e teatrólogo, além de ter sido considerado o primeiro e o maior divulgador da Psicanálise de Sigmund Freud no Brasil.

- **Referência:** <http://www.artigonal.com/medicina-artigos/o-maior-divulgador-da-psicanalise-no-brasil-dr-gastao-pereira-da-silva-3353484.html>

Consulta em 25/04/2011

Nome: Joel Silveira

Data de Nascimento: 23/09/1918

Local de Nascimento: Aracaju (SE)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Joel Silveira foi para o Rio de Janeiro no fim de 1936 e, no ano seguinte, matriculou-se na Faculdade de Direito, passando a trabalhar e a colaborar com o *Dom Casmurro*, então dirigido pelo poeta Álvaro Moreira. Publicou seu primeiro livro de contos, *Onda raivosa*, e posteriormente, começou a colaborar com a revista *Diretrizes*, de Samuel Wainer. Em seguida entrou nos *Diários Associados* e, sob o comando de Assis Chateaubriand, foi mandado para a Itália para cobrir a Força Expedicionária Brasileira, entre setembro de 1944 e maio de 1945, fixando suas atividades de repórter. Durante mais de sete décadas testemunhou fatos, conviveu com personalidades importantes da vida brasileira, escreveu 40 livros, entre crônicas, contos e memórias. A obra de Joel Silveira mereceu o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras pelo seu conjunto, além de outros prêmios de entidades que reconheceram os seus textos como documentos da vida e da história do Brasil. Joel Silveira morreu aos 88 anos, no dia 15 de agosto de 2007.

- **Referência:**

[http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=63913&titulo=Luis Antonio Barreto](http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=63913&titulo=Luis_Antonio_Barreto) Consulta em 25/04/2011

Nome: José Andrade de Almeida Castro

Data de Nascimento: 30/06/1922

Local de Nascimento: Salvador (BA)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Almeida Castro fez cursos de doutorado no Rio de Janeiro e depois em universidades americanas. Ali estagiou na Komu-TV, na KTTV em Los Angeles, na Universidade de Chicago e na Universidade de Denver, na Califórnia. Depois fez um curso na Universidade Mundial de Turismo. Fez também cursos na BBC, de Londres, na TV Espanhola, na Rai italiana e um curso sobre Cobertura do Mundo Via Satélite, na incipiente Intelsite. Com toda essa sede de saber e estudar, logo foi crescendo em sua carreira; foi repórter, jornalista, redator e diretor, tendo sido fundador de vários jornais da cadeia dos *Diários Associados*, onde fez uma larga jornada. Foram 37 anos de trabalho. No Rio de Janeiro, entrou também para o rádio. Mas sua vida ligada ao jornal continuava e ele fundou o jornal “Província do Pará”. Posteriormente, começou a se dedicar à televisão. Voltou, porém, aos Estados Unidos, para aperfeiçoar-se em televisão, de onde voltou para supervisionar a Tupi do Rio, Tupi-Difusora de São Paulo e a TV Iatcolomy, de Belo Horizonte. No Rio lançou “O Céu é o Limite” e chegou até a substituir Chacrinha, no “Cassino do Chacrinha”, que era produzido na cidade de Niterói. Lançou no Rio o

“Teatrinho Trol” e dirigiu o “Grande Teatro Tupi”, com os grandes atores como Fernanda Montenegro, Nathália Tiberg, Sergio Brito, Italo Rossi, dentre outros.

- **Referência:** http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_4341.html
Consulta em 25/04/2011

ANEXO 3 (b) - DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1945-1948)

Nome: Antonio Maria

Data de Nascimento: 17/03/1921

Local de Nascimento: Recife (PE)

Escolaridade: Não há informações sobre a escolaridade do autor.

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Antonio Maria era cronista, locutor esportivo, produtor de rádio, compositor de *jingles*. Seu primeiro emprego, aos 17 anos, foi o de apresentador de programas musicais na Rádio Clube Pernambuco. No ano de 1940, foi para o Rio a bordo do Ita "Almirante Jaceguai", *com quatro roupas novas e cinco contos no bolso*, para ser locutor esportivo na Rádio Ipanema. Passou fome, foi humilhado e preso. Retornou ao Recife e se casou em maio de 1944, com Maria Gonçalves Ferreira. Logo se mudou para Fortaleza e foi trabalhar na Rádio Clube do Ceará. Depois de um ano foi para a Bahia como diretor das Emissoras Associadas, tendo ali conhecido e feito amizade com Di Cavalcanti, Dorival Caymmi e Jorge Amado. Chegou a ser candidato a vereador naquela cidade. Voltou ao Rio de Janeiro, em 1947, já com dois filhos, como diretor artístico da Rádio Tupi. Convocado por Assis Chateaubriand foi o primeiro diretor de produção da TV Tupi, inaugurada em 20 de janeiro de 1951, tendo trabalhado também como cronista de *O Jornal*. Durante mais de 15 anos escreveu crônicas diárias. Assinou, até 1955, as colunas *A noite é grande* e *O Jornal de Antônio Maria*, nesse diário. No jornal *O Globo* manteve, por pouco tempo (início de 1959), a coluna *Mesa de Pista*, tendo então se transferido para a *Última Hora*. Ali voltou a assinar *O Jornal de Antônio Maria* e *Romance Policial de Copacabana*, esta última com crônicas e reportagens. Fez, com Ary Barroso, durante todo o ano de 1957, um programa de sucesso: *Rio, Eu Gosto de Você*, na TV Rio. Cardiopata desde a infância, Antonio Maria faleceu fulminado por um enfarte do miocárdio na madrugada de 15 de outubro de 1964, em Copacabana.

- **Referência:** http://www.releituras.com/antoniomaria_bio.asp Consulta em 29/04/2011

Nome: Ari Barroso

Data de Nascimento: 07/11/1903

Local de Nascimento: Ubá (MG)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Ari Barroso é considerado um dos maiores intérpretes da música brasileira. Aos 18 anos, com uma herança de 40 contos de réis, mudou-se para o Rio de Janeiro para fazer a faculdade de Direito, no entanto, foi seduzido pela música e pela boemia - o que lhe levou seus 40 contos em dois anos. Quando terminou sua faculdade de direito (9 anos depois), já era um músico respeitado e gravado pelos maiores intérpretes da época. Como radialista, criou o famoso *Hora do Calouro*, onde despontaram alguns dos maiores nomes da MPB. Como compositor, nunca hesitava em substituir uma letra quando tinha certeza que a sua podia ser melhor. Ary foi o porta-bandeira do Brasil no exterior - foi o primeiro compositor brasileiro a ser ouvido e respeitado nos EUA - *Aquarela do Brasil* chegou a ser cotada para hino nacional, pelo sucesso que sempre fez no exterior. Ari Barroso morreu no Rio de Janeiro em 09 de Fevereiro de 1964.

- **Referência:** <http://www.mpbnet.com.br/musicos/ary.barroso/>
http://www.arybarroso.com.br/sec_vida.php?language=pt_BR
Consulta em 31/08/2011

Nome: Austregesilo de Athayde

Data de Nascimento: 25/09/1898

Local de Nascimento: Caruaru (PE)

Escolaridade: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Austregésilo de Athayde foi professor, jornalista, cronista, ensaísta e orador. Iniciou a carreira jornalística no jornal *A Tribuna*. Em 1921, passou a colaborar no *Correio da Manhã*, dedicando-se à crítica literária, e mais tarde em *A Folha*, de Medeiros e

Albuquerque. Foi tradutor e redator das agências *Associated Press* e *United Press*. Em 1922, colou grau em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do antigo Distrito Federal. Manteve-se sempre ligado profissionalmente à imprensa. Em 1924, convidado por Assis Chateaubriand, assumiu a direção de *O Jornal*, ponto de partida para a organização dos *Diários Associados*, em que exerceu intensa atividade. Adversário da Revolução de 1930, participou, ao lado de Assis Chateaubriand, do Movimento Constitucionalista irrompido em 9 de julho de 1932, em São Paulo, tendo sido preso e exilado para a Europa em novembro desse ano. Permaneceu muitos meses em Portugal, Espanha, França e Inglaterra e de lá se dirigiu a Buenos Aires, onde residiu nos anos de 1933 a 1934. De volta ao Brasil, reiniciou suas atividades nos *Diários Associados* como articulista e diretor do *Diário da Noite* e redator-chefe de *O Jornal*, do qual foi o principal editorialista, além de manter a coluna diária Boletim Internacional. Também escreveu semanalmente na revista *O Cruzeiro* e, por sua destacada atividade jornalística, recebeu, em 1952, na Universidade de Columbia, EUA, o Prêmio *Maria Moors Cabot*. Em 1948, tomou parte como delegado do Brasil na III Assembléia da ONU, em Paris, tendo sido membro da comissão que redigiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em cujos debates desempenhou papel decisivo. Diplomado na Escola Superior de Guerra, em 1953, passou a ser conferencista daquele centro de estudos superiores. Além das suas atividades na imprensa, ao longo de muitos anos, pronunciou centenas de conferências, sobre a defesa dos direitos humanos e outros temas da atualidade, a convite de entidades culturais do país. Faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 13 de setembro de 1993. Escreveu, dentre inúmeras outras obras:

- Histórias amargas, contos (1921)
- A influência espiritual americana, conferência (1938)
- Fora da imprensa, ensaio (1948)
- Mestres do liberalismo, ensaio (1951)
- D. Pedro II e a cultura do Brasil, ensaio (1966)
- Vana verba, crônicas (1966)
- Epístola aos contemporâneos, ensaio (1967)
- Vana verba. Conversas na Barbearia Sol, crônicas (1971)
- Filosofia básica dos direitos humanos, ensaio (1976)
- Vana verba. Alfa do Centavo, crônicas (1979).

- **Referência:**

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=305&sid=137>

Consulta em 01/05/2011

Nome: Assis Chateaubriand

Data de Nascimento: 05/10/1892

Local de Nascimento: Umbuzeiro (PB)

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Assis Chateaubriand foi um dos homens mais influentes do Brasil nas décadas de 1940 e 50. Dono de um império jornalístico - os *Diários Associados* -, que chegou a reunir dezenas de jornais, revistas e estações de rádio, foi também pioneiro da televisão no Brasil, criando a TV Tupi em 1950. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1915 e colaborou com o *Correio da Manhã*. Em 1924, assumiu a direção de *O Jornal*, embrião da maior cadeia de imprensa do país, os *Diários Associados*: 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal (*O Cruzeiro*), uma mensal (*A Cigarra*), revistas infantis e uma editora. Com a Aliança Liberal, Chateaubriand apoiou o movimento revolucionário de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Agia social e empresarialmente com uma ética própria: chantageou empresas, publicou poesias de anunciantes e irritou inimigos. Apesar disso, Chatô teve relações cordiais (e interesseiras) com pessoas influentes, como o conde Francisco Matarazzo, Alexander Mackenzie (presidente da Light & Power), o empresário americano Percival Farquhar e o próprio Getúlio Vargas. Em 1941, promoveu a Campanha Nacional de Aviação, com o lema *Dêem asas ao Brasil*. Embora fosse um dos representantes da emergente burguesia nacional, não deixou de assumir posições favoráveis ao capital estrangeiro. Com seu espírito inquieto e empreendedor, fundou o Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947, com uma coleção de obras de grandes artistas, adquiridas na Europa do pós-guerra graças à colaboração de Pietro Maria Bardi. Em 1952, foi eleito senador pela Paraíba e, em 1955, pelo Maranhão. Renunciou ao mandato para assumir a embaixada do Brasil na Inglaterra. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1954, ocupou a cadeira deixada por Getúlio Vargas. Chateaubriand morreu em 4 de abril de 1968.

- **Referência:** <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u774.jhtm>
http://biografias.netsaber.com.br/ver_biografia_c_209.html
Consulta em 25/04/2011

Nome: Candido Mota Filho

Data de Nascimento: 16/09/1897

Local de Nascimento: São Paulo

Escolaridade: Bacharel em Direito

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Candido Mota Filho combinou a política com a atividade jornalística e a crítica literária, atuando na imprensa desde 1917. Foi professor na Faculdade de Direito de São Paulo, na Faculdade Nacional de Direito do Rio e na Universidade de Brasília. Em 1956, foi nomeado ministro do supremo Tribunal Federal e, em 1960, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Iniciou sua vida jornalística no *Correio Paulistano*, como encarregado da coluna judiciária e da página literária. Colaborou no *Comércio de São Paulo* e, com o pseudônimo de Paulo Queiroga, figurou nas crônicas diárias do *São Paulo Jornal*, do qual foi diretor de 1929 a 1930, quando o jornal foi empastelado com o movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís. Foi ainda redator-chefe da *Folha da Manhã* e, afinal, crítico literário dos *Diários Associados*. Dirigiu, com outros escritores, as revistas *Klaxon* e *Política*. Com Guilherme de Almeida, Menotti del Picchia, René Thiollier e Oswald de Andrade, tomou parte na Semana de Arte Moderna, fazendo pelos jornais o estudo crítico do Modernismo. Depois, com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, promoveu o Movimento Verde-Amarelo, que procurava imprimir novos rumos à literatura brasileira. Na política, logo após a formatura em Direito, Cândido Mota Filho foi eleito juiz de paz no bairro paulistano de Santa Cecília e fez parte de diretórios do Partido Republicano. Depois de 1930, fundou, com Alcântara Machado, Abelardo César e Alarico Caiuby, a Ação Nacional do P.R.P., com programa inspirado no pensamento de Alberto Torres. Foi oficial de gabinete do Secretário da Agricultura no Governo Altino Arantes, em São Paulo e, em 1933, do Prefeito da Capital paulista. Foi também deputado estadual pelo Partido Constitucionalista, fazendo parte da Constituinte paulista, dentro outros cargos. Escreveu:

- Introdução ao estudo do pensamento nacional, ensaio (1926)
- Bernardino de Campos, biografia (1931)
- Alberto Torres e o tema da nossa geração, crítica (1933)
- Introdução ao estudo da política moderna, política (1934)
- A função de punir, direito (1936)
- Rui Barbosa, esse desconhecido, ensaio (1937)
- O caminho das três agonias, crítica (1938)
- A defesa da infância contra o crime, direito (1938)
- Da premeditação, direito (1939)
- Do estado de necessidade, direito (1940)
- O Poder Executivo e as ditaduras constitucionais, política (1942)
- O conteúdo político das constituições, política (1951)

- Notas de um constante leitor, crítica (1958)
- A vida de Eduardo Prado, biografia (1967)
- Contagem regressiva, memórias (1972)
- Dias lidos e vividos, memórias (1977).

- **Referência:** http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_4126.html
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13506&Itemid=945
<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=365&sid=114>
 Consulta em 01/05/2011

Nome: João Baptista Barreto Leite Filho

Data de Nascimento: 1906

Local de Nascimento: Santa Maria (RS)

Escolaridade: Fez estudos regulares até o secundário, prosseguindo como autodidata.

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Em 1923, Barreto Leite Filho transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ingressou na carreira jornalística. Nesse mesmo ano trabalhou no jornal *A Notícia* e, a partir do ano seguinte, em *O Brasil*. Em 1927, foi colaborador do *A Manhã* e a partir de 1928 escreveu em *O Jornal*, de São Paulo, no *Diário da Noite*, do Rio, e no *Diário de Notícias*, de Porto Alegre. Participou como jornalista da campanha da Aliança Liberal em 1929 e 1930. Enviado especial de *O Jornal* a Buenos Aires em 1930, obteve uma série de entrevistas do líder tenentista Luís Carlos Prestes. Barreto Leite Filho ficou exilado em Buenos Aires e depois no Uruguai, só voltando ao Brasil em 1934, quando ingressou no *Diário de Notícias*. Filiou-se em seguida ao PCB, militando, sobretudo, no setor sindical. Entre maio e junho de 1935, fez-se líder de uma ala de oposição que surgia no interior do PCB. Passando a escrever sobre política internacional, deixou de participar de campanhas políticas nacionais como jornalista. Em 1943, ingressou nos *Diários Associados* e foi correspondente de guerra durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e correspondente na Europa (Paris e Berlim) de 1946 a 1949, ano em que participou da delegação brasileira à Assembléia da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1954, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG) — da qual se tornaria conferencista — e em 1955, foi mais uma vez membro da delegação brasileira à ONU. No mesmo ano, tornou-se professor do Instituto Rio Branco, do Itamarati. Em 1961, Barreto Leite Filho foi nomeado pelo presidente Jânio Quadros (1961) embaixador do Brasil em Israel, posto em que permaneceu até 1964. Foi colaborador ainda nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do*

Brasil, do Rio de Janeiro, além de ter exercido as mais diversas funções no jornalismo. Publicou artigos na *Revista do Brasil*. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 25 de julho de 1987.

- **Referência:** http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_1.htm
<http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/RubemBraga.htm>
<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>
Consulta em 28/04/2011

Nome: Henriqueta Lisboa

Data de Nascimento: 15/07/1901

Local de Nascimento: Lambari (MG)

Escolaridade: Formou-se normalista pelo Colégio Sion de Campanha, MG.

Cargo no jornal: Colaboradora

Observações: Henriqueta Lisboa, em 1924, mudou-se para o Rio de Janeiro. Dedicou-se à poesia desde muito jovem. Com a obra de caráter simbolista *Enternecimento*, publicado em 1929, recebeu o Prêmio Olavo Bilac de Poesia da Academia Brasileira de Letras. Aderiu ao Modernismo por volta de 1945, fortemente influenciada pela amizade com Mário de Andrade, com quem trocou rica correspondência entre os anos de 1940 e 1945. Sua produção inclui, além da poesia, inúmeras traduções, ensaios e antologias. Foi a primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras em 1963. Em 1984, recebeu o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras pelo conjunto de sua obra. Foi professora de Literatura Hispano-Americana e Literatura Brasileira na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Poeta sensível, Henriqueta Lisboa dedicou sua vida à poesia. Considerada um dos grandes nomes da lírica modernista pela crítica especializada, a escritora manteve-se sempre atuante no diálogo com os escritores e intelectuais de sua geração e angariou muitos leitores ilustres durante sua vida, dentre eles Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Gabriela Mistral. Henriqueta faleceu em Belo Horizonte, no dia 9 de outubro de 1985. Escreveu:

- Fogo-fátuo (1925)
- Enternecimento (1929)
- Velário (1936)

- Prisioneira da noite (1941)
- O menino poeta (1943)
- A face lívida (1945), à memória de Mário de Andrade.
- Flor da morte (1949)
- Madrinha Lua (1952)
- Azul profundo (1955)
- Lírica (1958)
- Montanha viva (1959)
- Além da imagem (1963)
- Nova Lírica ((1971)
- Belo Horizonte bem querer (1972)
- O alvo humano (1973)
- Reverberações (1976)
- Miradouro e outros poemas (1976)
- Celebração dos elementos: água, ar, fogo, terra (1977)
- Pousada do ser (1982)
- Poesia Geral (1985)
- Convívio Poético (1955)
- Vigília Poética (1968)
- Vivência Poética (1979), coletâneas de ensaios.

- **Referência:** <http://www.jornaldepoesia.jor.br/hlisbo00.html#bio>
<http://www.letras.ufmg.br/henriquetalisboa/>
 Consulta em 01/05/2011

Nome: Murilo Marroquim de Sousa

Data de Nascimento: 1915

Local de Nascimento: Colônia Leopoldina (AL)

Escolaridade: Jornalista sem formação acadêmica

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Murilo Marroquim foi um grande jornalista alagoano e, sem sombra de dúvidas, um dos maiores nomes do jornalismo brasileiro. Desconhecido em seu próprio estado, foi reconhecido pelo estado do Pernambuco, onde viveu boa parte de sua vida. Era

amigo de Assis Chateaubriand, de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, ou seja, viveu diretamente ligado ao poder. Também gozava da amizade intelectual de Gilberto Freyre. Recomendado por Calos Lacerda, diretor dos *Diários Associados*, Marroquim foi enviado a Londres para ser o correspondente dos *Diários Associados*, durante a Segunda Guerra Mundial. De volta ao Brasil, Murilo Marroquim retomou suas atividades jornalísticas como repórter dos *Diários Associados*. O trabalho realizado durante a Segunda Guerra Mundial lhe rendera prestígio, motivo pelo qual era sempre o enviado ao exterior para pautas especiais. Em 1948, Marroquim estava presente no momento histórico em que era criado o Estado de Israel. No mesmo ano, viajaria para Bogotá, na Colômbia, para narrar um dos momentos mais importantes da história do país. Junto com ele estavam, entre vários jornalistas estrangeiros, os brasileiros Antonio Callado e Joel Silveira. Nas décadas de 1950 e 1960, Murilo Marroquim continuou com suas funções de repórter, correspondente estrangeiro e articulista dos jornais e revistas *Associados*. Em suas viagens a outros países, entrevistou líderes internacionais que se tornariam figuras históricas, a exemplo de Mao Tse-Tung e Winston Churchill. Durante esse período, Murilo deixou o Rio e foi morar em Brasília, a nova capital federal brasileira, inaugurada no final do governo Juscelino Kubitschek. Articulista político, viu de perto a renúncia de Jânio Quadros e, posteriormente, a deposição de João Goulart. Em 1964, Marroquim foi transferido para o Recife, a pedido de Assis Chateaubriand, que estava preocupado com seus artigos contra o regime militar. No Recife, o correspondente seria responsável pela filial da revista *O Cruzeiro*. No total, ele passou nove anos dividindo sua atenção entre a publicação e o jornalismo de Brasília. Mesmo depois de se aposentar, Murilo continuaria escrevendo para o *Jornal do Comércio*. Murilo Marroquim morreu em 27 de março de 1984, aos 69 anos. Além de diversos artigos jornalísticos, escreveu:

- Olinda só e agonizante. Anuário de Olinda, Olinda, anos 1961-1962, p.11-12 (dez. 1962).

- **Referência:** GASPAR, L. Olinda, Uma bibliografia aos 470 anos. Fonte: Acervo da Biblioteca Central Blanche Knopf, da Fundação Joaquim Nabuco. In: <http://www.fundaj.gov.br/geral/pesquisa%20escolar/olinda%20470%20anos.pdf> Consulta em 28/04/2011
http://gazetaweb.globo.com/v2/gazetadealagoas/texto_completo.php?cod=71894&ass=8&data=2005-07-24 Consulta em 06/05/2011

Nome: Pedro da Costa Rego

Data de Nascimento: 12/03/1889

Local de Nascimento: Pilar (AL)

Escolaridade: Jornalista, escritor e político.

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Pedro da Costa Rego iniciou seus estudos no Mosteiro São Bento (onde fundou a revista literária *Véritas* com o pseudônimo de *Celestino Pompéia*) e, posteriormente, ingressou na carreira jornalística na publicação de *O Século*. Em 1907, se transferiu para o *Correio da Manhã*, onde começou a trabalhar como revisor e terminou como redator-chefe, vivendo o auge de sua produção profissional. Em quase 50 anos de atuação neste jornal, dirigiu a notável equipe de literatos que contava com nomes como Graciliano Ramos, Otto Lara Resende, José Lins do Rego, Aurélio Buarque de Hollanda, Otto Maria Carpeaux e Rodolfo Mota Lima. Na vida pública, sempre pelo Estado de Alagoas, foi secretário da agricultura (1912), deputado federal (1915-17, 1918-20, 1921-23), governador (1924-28) e senador (1929-30 e 1935-37). Como educador, *mesmo sem nunca ter frequentado curso superior*, Costa Rego implantou a primeira cátedra brasileira de jornalismo na Universidade do Distrito Federal, onde lecionou História das Américas e adotou um enfoque pedagógico voltado às raízes européias de formação humanística dos profissionais. Faleceu no Rio de Janeiro em 6 de julho de 1954. Escreveu:

- Na Terra Natal (1928);
- Como Foi Que Persegui a Imprensa (1930);
- Águas Passadas (1952).

- **Referência:** http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/dic_c6.htm
Consulta em 26/04/2011

Nome: Raul Pilla

Data de Nascimento: 20/01/1882

Local de Nascimento: Porto Alegre (RS)

Escolaridade: Doutor em Medicina e Bacharel em Ciências e Letras

Cargo no jornal: Colaborador

Observações: Raul Pilla foi uma das mais destacadas figuras políticas do Rio Grande do Sul. Um dos maiores defensores do regime parlamentarista para o Brasil, Pilla foi médico, jornalista, professor universitário e deputado estadual. Exerceu o jornalismo em seu estado e foi colaborador de diversos periódicos, dentre eles, em *O Globo*, no Rio de Janeiro, no *Diário de Notícias* e no *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Com a saúde abalada por uma atrofia muscular e acometido de uma broncopneumonia, faleceu aos 81 anos de idade no dia 07 de junho de 1973. Escreveu:

- O som no tratamento da surdez (tese de doutorado, 1916);
- Da correlação de funções (1925);
- Funções da linguagem (1926);
- Concepção filosófica da Medicina (1938);
- Linguagem médica (1942).
- Catecismo Parlamentarista (1949);
- Votos e Pareceres;
- Sistema Parlamentar na Constituição do Império, Presidencialismo ou Parlamentarismo (1958 – em colaboração com Afonso Arinos);
- O Professor e a Medicina (1961);
- Despedindo-se da Velha Faculdade (1961)
- Revolução Julgada à Crise Institucional

- **Referência:** <http://raulpilla.br.tripod.com/bibliografia.html>
http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/raul-pilla-aspectos-uma-biografia-politica/id/19301386.html

Consulta em 26/04/2011